



Cadernos do IUM



**A CAMPANHA MILITAR TERRESTRE NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE ANGOLA.
ESTUDO DA APLICAÇÃO DA FORÇA POR
FUNÇÕES DE COMBATE**



Maio 2016

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**A CAMPANHA MILITAR TERRESTRE NO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA.
ESTUDO DA APLICAÇÃO DA FORÇA POR
FUNÇÕES DE COMBATE**

Coordenadores

COR TIR ART José Luís de Sousa Dias Gonçalves
T COR INF José Manuel Figueiredo Moreira

IUM - Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Maio 2016

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CID/IUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CID/IUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 - Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo

Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 - Entre a República e a Grande Guerra:

Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: MAJ INF Carlos Afonso

3 - A Abertura da Rota do Ártico - (Northern Passage)

Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 - O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação e Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente Coronel Rui Vieira

Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 - Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado de Cavalaria Francisco Xavier Ferreira de Sousa

6 - Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico

Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues

7 - Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia

Coordenadores: Tenente Coronel Leonel Mendes Martins

Tenente Coronel António Luís Beja Eugénio

8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação

Coordenadores: Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Joaquim Manuel Martins do Vale Lima

Diretor

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra SEF Carlos Alberto dos Santos Madureira
Tenente-Coronel Manuel Joaquim Moreno Ratão

Propriedade

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq
4200-259 Porto
Tel.: 225 025 005
E-mail: fronteirado caos@netcabo.pt
www.fronteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99532-5-3
ISSN 2183-2129
Depósito Legal
Tiragem 100 exemplares

© Instituto Universitário Militar, maio, 2016.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

INTRODUÇÃO	1
Secção I – TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA	
Caracterização do Ambiente Operacional de Angola entre 1961-1974	11
Secção II – FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO E MISSÃO	
Estruturas de Comando e Controlo e Operações de Informação	41
A Ação Psicológica e os Assuntos Cívicos	69
Secção III – FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA	
Evolução do Conceito de Emprego das Forças – Movimentos Táticos e Manobra	99
Secção IV – FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES	
Estrutura e Articulação das Informações	143
Secção V – FUNÇÃO DE COMBATE FOGOS	
Organização e Emprego da Artilharia de Campanha	179
Secção VI – FUNÇÃO DE COMBATE PROTEÇÃO	
Tarefas e Forças Envolvidas no Ambito da Proteção	207
Secção VII – FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS	
Reabastecimento, Manutenção e Apoio de Pessoal	231
Transporte, Apoio Sanitário e Infraestruturas	259

INTRODUÇÃO

João Vasco da Gama de Barros

Major de Infantaria

(Ex-docente da Área Específica do Exército)

Chefe do G7 – Treino e Doutrina

Brigada Mecanizada

gamabarros@gmail.com

“Nos tempos de hoje e para quem não viveu no local os acontecimentos, não é sequer imaginável o que é viver, lutar e sofrer num meio climatérico difícil, com preponderância das altas temperaturas diurnas e do intenso frio à noite; das chuvadas tropicais sistemáticas e avassaladoras; das trovoadas múltiplas e periódicas; sem estradas nas áreas de combate; com os víveres a chegarem em coluna automóvel ciclicamente – semana a semana, de quinze em quinze dias ou mesmo mês a mês, ou até mesmo a caírem do ar em paraquedas; com o correio a chegar também por avião e sem jornais, muito menos televisão, apenas com o rádio, tantas vezes ouvido com dificuldade; com água das nascentes próximas ou dos rios, recolhida debaixo de fogo, em não poucas ocasiões; em certas áreas e circunstâncias, com a alimentação monótona e de recurso; com meios de frio inexistentes de início e sempre escassos; com viaturas insuficientes e que a dureza do trabalho a que estavam sujeitas fazia avariar com frequência; com oficinas militares a funcionar sempre em precárias condições e sem os necessários sobresselentes ali ao pé; sem lavandaria, nem sucedâneos; com toda uma enormidade de carências e dificuldades no dia-a-dia, a somar-se ao risco de vida nas operações e, a ultrapassar tudo isso, uma missão a cumprir, com esforço, sacrifício, e coragem, executada em geral com total disponibilidade, elevado espírito de servir e dedicação sem limites, num ambiente simples, de dádiva total, com a naturalidade e determinação, que esse inigualável soldado português pôs sempre ao longo da Campanha, ao serviço de uma causa que nos unia”. É desta forma que a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974)¹, em 1998, se referia ao Teatro de Operações de Angola.

¹ No 6º Volume, Tomo I - Livro 1 da Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), pp. 12-13.

As palavras de reconhecimento do sacrifício e dedicação decerto inspiraram o presente estudo, mas importa esclarecer a inserção do mesmo na procura de uma investigação original que produzisse novo conhecimento.

Na “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres” pretendeu-se explorar uma nova abordagem aos Trabalhos de Investigação realizados pelos alunos do CPOS A/S. Em anos transatos, os trabalhos tinham versado diversos assuntos de interesse para o Exército, mas nunca foram realizados de forma a poderem ser integrados num único tema genérico, que pudesse ser dividido em partes a agrupar numa publicação futura. É pertinente colocar a questão: Porquê estudar a Guerra de África em Angola, entre 1961 e 1974? Basicamente, este tema parece, pelo menos numa primeira análise, suficientemente debatido para que uma investigação, pejada dos inconvenientes que acarreta estar inserida num Curso exigente e com limite temporal curto, possa acrescentar conhecimento.

A Guerra de África, em qualquer um dos seus Teatros de Operações (TO), tem sido largamente estudada nos níveis político e estratégico-militar, sendo a literatura vasta e muitas vezes elaborada por autores que viveram o conflito em primeira mão. *A Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974*, obra da Comissão para o Estudo das Campanhas de África, oferece um excelente registo do emprego das Forças do Exército neste conflito.

Apesar do risco de falta de originalidade, a investigação avançou procurando ser inovadora na ótica de estudo da Campanha, nomeadamente das Forças Terrestres do ponto de vista do emprego do seu potencial de combate. Ou seja, analisou-se o emprego das Forças Terrestres² na Guerra de África, no Teatro de Operações de Angola, tendo como filtro a aplicação do potencial de combate. Como foi operacionalizado este filtro importa esclarecer desde já para a compreensão do estudo efetuado.

Pode definir-se o Poder Terrestre como a capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de Forças Terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e a população. Esta definição, retirada da atual doutrina nacional³, aplica-se na sua totalidade à Campanha em estudo, sendo exatamente pedido ao instrumento militar que garantisse o controlo sobre terreno, recursos e população de modo a assegurar as condições de segurança necessárias ao normal funcionamento do Estado.

As capacidades básicas do código genético das Forças Terrestres, garantidas pela aplicação do potencial de combate – impor a vontade sobre o

² Apesar do presente Estudo estar centrado no emprego de Forças Terrestres, é impossível e indesejável esquecer que o Instrumento Militar foi empregue de forma conjunta, resultado da sinergia entre os Ramos das Forças Armadas.

³ Constante na Publicação Doutrinária do Exército, PDE 3-00 Operações, de 2012.

inimigo, recorrendo ao uso da força se necessário; estabelecer e manter um ambiente estável, garantindo a segurança, criando condições para promover o bem-estar, a prosperidade social, política e económica; apoiar a recuperação das infraestruturas e o restabelecimento dos serviços básicos, após a ocorrência de acontecimentos catastróficos, naturais ou causados pelo homem; apoiar e garantir uma base a partir da qual a força conjunta poderá influenciar e dominar as dimensões marítimas e aéreas – foram aplicadas na Campanha de Angola, com ênfase para as duas primeiras.

Demonstrada a importância do conceito atual de potencial de combate, é necessário detalhar como se pode materializar o seu estudo, através da análise das respetivas componentes. Recorrendo, mais uma vez, à atual doutrina do Exército Português, o potencial de combate é apresentado como o somatório de todas as capacidades que uma força militar aplica num dado momento, sendo constituído por oito elementos: liderança, informação, movimento e manobra, informações, fogos, apoio de serviços, comando-missão e proteção. Na aplicação prática da força, os oito elementos constituintes do potencial de combate transformam-se em seis funções de combate – movimento e manobra, comando-missão, informações, fogos, proteção e apoio de serviços – atuando a liderança e a informação, os restantes dois elementos, como multiplicadores de todos os outros.

As funções de combate – grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum – são combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações. Neste contexto, o estudo da aplicação da força por funções de combate, numa determinada operação, ou até mesmo ao longo de uma campanha, representa um estudo focado no raciocínio de aplicação do potencial de combate e não na utilização de forças. Considera-se que uma análise do instrumento militar através do estudo do emprego de unidades é o primeiro passo para o entendimento das operações terrestres, mas que representa apenas, fazendo uma analogia com a medicina, a sintomatologia e não a análise mais profunda em busca das causas. Continuando a analogia, passando o patamar do emprego das unidades, o estudo das operações por funções de combate, procura o porquê, as causas dos sintomas, neste caso o porquê de determinada forma de aplicação do potencial de combate.

Este raciocínio foi a orientação para o presente estudo, analisar a Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres segundo as seis funções de combate. No entanto, este método não está longe dos perigos inerentes à aplicação de uma doutrina atual ao estudo de acontecimentos do passado. Aquilo que hoje entendemos, referindo apenas um exemplo, pela função de combate informações não deve

ter uma aplicação direta no estudo da campanha. É necessário partir do que hoje constitui a função de combate, como lista de aspetos a estudar, e antes de iniciar a análise das operações e da campanha, procurar na doutrina coeva a equivalência desses mesmos aspetos. Só assim se consegue realmente enquadrar e entender a aplicação do potencial de combate através dos relatos e textos da altura.

Falta agora enquadrar a campanha e as operações executadas pelas Forças Terrestres no TO de Angola, à luz do emprego do instrumento militar como força conjunta.

O espetro do conflito é o pano de fundo para as operações conduzidas pelo instrumento militar e, como tal, também pelas Forças Terrestres. O espetro do conflito abrange o nível de violência desde a paz estável até à guerra total. Inclui, nos seus níveis intermédios, a paz instável e a guerra subversiva. A escala gradativa de violência não implica, no entanto, que a violência passe obrigatoriamente pelos vários níveis, podendo haver perfeitamente saltos no espetro, ou que as fronteiras entre patamares da violência estejam bem definidas. A Campanha Militar de Angola enquadra-se genericamente na guerra subversiva, sendo esta caracterizada como uma ação, com motivações políticas, levada a cabo, normalmente, com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído. O emprego de forças militares neste tipo de conflito é normalmente orientado para a estabilização de uma região.

Continuando no enquadramento do emprego do instrumento militar, em conjugação com o espetro do conflito, utilizam-se os temas de campanhas. Um tema de campanha descreve o caráter da operação de grande envergadura dominante numa área de operações num dado período de tempo. Por conseguinte, o tema de campanha ajuda a transmitir a todos os comandantes envolvidos a natureza da operação e, ao mesmo tempo, a postura das forças para cumprir a intenção do comandante responsável. O tema de campanha tem implicações na composição e articulação das forças, atribuição de recursos, proteção e atribuição de missões táticas. Cada tema de campanha, em termos genéricos, corresponde a um intervalo ou faixa do espetro do conflito. Dos temas de campanha definidos na atual doutrina, a Campanha de Angola em estudo está dentro da Guerra Irregular.

A Guerra Irregular define-se como uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um território. Este tipo de conflito caracteriza-se por atividades predominantes como a subversão e a contrassubversão. A guerra irregular difere da guerra convencional em dois aspetos principais. O primeiro diz respeito ao facto de o combate ser conduzido entre e no seio da população. O segundo diz respeito à ênfase da Guerra Irregular na abordagem indireta, evitando a

confrontação direta entre forças irregulares e as forças regulares. A finalidade é exaurir o adversário para lhe quebrar a vontade de combater levando à sua abdicação, ou pelo menos à continuação de um estado de insegurança permanente, condicionando o regular funcionamento das instituições.

Neste cenário de Guerra Irregular, no TO de Angola as Forças Terrestres, inseridas no instrumento militar conjunto, conduziram, sobretudo ações de Contrassubversão. Esta Contrassubversão abrange todas as ações militares, conjugadas com a atuação dos outros poderes do Estado, levadas a cabo para acabar com a subversão, lutando para derrotar a oposição armada, reduzir a oposição passiva, e restabelecer a legitimidade da autoridade.

Por seu lado, os movimentos subversivos tentam persuadir a população a aceitar os seus objetivos e utilizam a força, ou a sua ameaça, quando a persuasão não surte efeito. Segundo a doutrina em vigor no Exército, igual neste aspeto à vigente no período em estudo, nesta tipologia de operações grande parte das operações militares são executadas pelos baixos escalões, embora não sejam de excluir operações de grande envergadura.

A presente obra, refletindo o estudo da Campanha Militar segundo a aplicação do potencial de combate, através do estudo das funções de combate, está organizada em sete secções.

A primeira secção representa uma visão genérica do Teatro de Operações de Angola, enquadrando todo o restante estudo. São apresentadas uma breve história do território angolano e uma descrição do ambiente internacional em 1961. Este enquadramento identifica também os fatores políticos, geográficos, os objetivos estratégicos traçados pela política e descrição da base ideológica dos movimentos subversivos ou insurgentes. Por último, é analisada a evolução da doutrina, da instrução e do treino.

A função de combate comando-missão, analisada na segunda secção, enfatiza o papel central do Comandante e proporciona o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo. A dimensão geográfica do TO de Angola e a longa duração do conflito exigiu aos comandantes um esforço permanente na manutenção de um sistema de comando-missão que combinasse de forma eficiente as pessoas, os equipamentos e as comunicações entre as estruturas de comando e controlo, possibilitando a condução eficiente das operações. De salientar, também, que a natureza assimétrica do conflito repercutiu-se numa necessidade crescente de criar uma estrutura organizacional de Ação Psicológica e de Assuntos Cívicos, constatando-se que o Comandante assumiu um papel preponderante na condução das operações deste âmbito e de que a sua capacidade de liderança era fundamental para o sucesso das mesmas.

Na terceira secção inicia-se o processo de análise da aplicação do potencial de combate com a função de combate movimento e manobra. A função de combate movimento e manobra é composta pelas tarefas e sistemas que colocam forças numa posição de vantagem em relação ao inimigo. A função de combate movimento e manobra inclui como tarefas a projeção de forças, a manobra, os movimentos táticos, o fogo direto, a ocupação de zonas de reunião, a mobilidade e contramobilidade e obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos. Esta secção procura caracterizar as forças de manobra, compreender a doutrina militar do período em relação a esta função de combate, analisar o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra e analisar a manobra tática e o apoio à mobilidade e contramobilidade.

A secção seguinte, a quarta, analisa a função de combate informações. Esta função agrupa o conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, do inimigo, do terreno e das considerações de âmbito civil. Inclui, na doutrina atual, a vigilância e o reconhecimento e é orientada pelas necessidades de informação de um Comandante. Os objetivos desta secção são assim analisar a estrutura de informações no TO, desde as informações conjuntas até à estrutura das unidades terrestres, bem como os respetivos fluxos. Analisa igualmente a articulação entre as informações estratégicas e as informações estritamente militares, quer em termos de estruturas quer em termos de fluxos, coordenação e cooperação. Esta secção analisa ainda a contribuição da africanização das forças para a função de combate informações.

Na quinta secção, o apoio de fogos, analisando a atual função de combate fogos, apresenta o estudo das tarefas e sistemas que garantem o emprego de fogos indiretos (terrestres, navais e aéreos) de uma forma coletiva e coordenada através do atual processo de *targeting*. Esta função de combate inclui a tarefa de decidir que alvos terrestres bater, de detetar e localizar alvos terrestres, de garantir apoio de fogos, de avaliar a eficácia dos fogos e de integrar e sincronizar as atividades ciber/eletromagnéticas com os fogos. Os objetivos a atingir, e aqui apresentados, são a análise dos fogos indiretos e do apoio aéreo na contrassubversão em Angola.

Na secção seguinte, a sexta, expõe-se o estudo sobre a função de combate proteção. A função de combate proteção engloba as tarefas e sistemas que preservam a força, ou seja o seu potencial de combate. A proteção é assim uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças. Os objetivos específicos desta secção são a análise da defesa antiaérea; da recolha de pessoal, da proteção da informação, das medidas para evitar o fratricídio, da segurança de

área, da sobrevivência, da proteção sanitária, da prevenção de acidentes, da segurança das operações e, por fim, da inativação de engenhos explosivos.

A função de combate apoio de serviços está analisada na sétima e última secção. Esta função de combate visa a manutenção do potencial de combate de uma força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão. Inclui a logística que se materializa na procura de abastecimentos, incluindo o seu armazenamento, acondicionamento e transporte, a manutenção e reparação do material, o apoio sanitário, a evacuação e tratamento de baixas, o apoio de pessoal que integram os recompletamentos e os serviços de moral e bem-estar necessários e o apoio financeiro. Numa primeira fase desta secção é analisado o apoio de pessoal, bem como as funções logísticas reabastecimento e manutenção. Numa segunda fase, são abordadas as funções logísticas transporte, evacuação e hospitalização e o serviço de construções.

Ao leitor deixamos o espírito crítico para a obra, esperando, no mínimo, despertar o interesse por continuar o estudo nesta área, seja em relação aos restantes TO, seja aprofundando a Campanha Militar em Angola. Espere-se ainda com esta obra, não só, como já referido, contribuir para o conhecimento, mas também prestar um tributo a todo o esforço de uma nação em armas, já que foram realmente muito diminutas as famílias de toda uma sociedade que não contribuíram com pelo menos um dos seus membros para a Guerra de África, de 1961 a 1974.

Secção I

**TEATRO DE OPERAÇÕES
DE ANGOLA**

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA ENTRE 1961 -1974

Autores

Cap Inf Pedro Barroco Marques Mano
Cap Art Pedro Miguel Russo de Carvalho Dias
Cap Tm Jorge Miguel de Almeida Nobre Marques
Cap Inf Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis

Orientadores

Maj Inf António José Macedo Estrela Bastos
Maj Inf Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Este trabalho enquadra-se no contexto do estudo da história militar contemporânea portuguesa, nomeadamente as campanhas de África, e assume especial relevância porque permite compreender os condicionalismos à condução desse combate de baixa intensidade, durante 13 anos, e como foram superadas as dificuldades geográficas e os limitados recursos.

A investigação tem por finalidade estudar a informação existente à luz do novo processo operacional, focando-se na forma como as Forças Terrestres usaram as funções de combate para atingir os seus objetivos militares. Esta abordagem, pretende fornecer um contributo diferente sobre a forma como o Exército respondeu aos desafios estratégicos definidos pelo poder político para a defesa dos territórios africanos.

A Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 Operações define o processo operacional como uma ferramenta utilizada pelos comandantes para garantirem o sucesso das suas missões em todo o seu espectro de operações, caracterizando-o em quatro fases principais: compreender o problema; visualizar o estado final desejado e a intenção da operação; descrever o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação e dirigir as funções de combate (Exército Português, 2012, pp. 3-3).

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a caracterização do ambiente do espaço de batalha de Angola em 1961 e a caracterização dos três principais movimentos subversivos que operaram no território durante a campanha. No segundo capítulo são identificadas as principais alterações ao ambiente do espaço de batalha e à forma de atuação da ameaça que tiveram efeitos no emprego das forças da componente terrestre, segundo os períodos definidos para investigação. É apresentada uma síntese comparativa das alterações. No terceiro capítulo são

identificadas as principais modificações introduzidas ao nível da doutrina, emprego tático, instrução e treino, organização das forças que resultaram de alterações identificadas no capítulo anterior. Por último são apresentadas as conclusões do trabalho.

1. Caracterização do Ambiente Operacional de Angola

a. O Ambiente do Espaço de Batalha em 1961

Pretende-se estudar as características gerais do espaço de batalha através da análise das variáveis operacionais identificadas previamente. O período em estudo compreende o início do conflito, nomeadamente o primeiro trimestre de 1961, e centra-se na província ultramarina de Angola.

b. Político

A província de Angola, tinha como capital Luanda (sede do governo geral) e a nível político-administrativo estava organizada em 16 distritos que se subdividiam respetivamente em concelhos e freguesias (ou postos administrativos). A maior autoridade da Província era o Governador-geral, assistido por um Secretário-geral e nove Secretários Provinciais que geriam pastas como a Economia, Obras Públicas, Comunicações, entre outras. Os secretários eram nomeados pelo Ministro do Ultramar sob proposta do Governador-geral (CECA, 1997, p. 45).

A população de Angola era caracterizada por dois grupos: os indígenas e o grupo dos civilizados que podiam eleger uma assembleia legislativa local e representantes no parlamento português. Apesar disso, o controlo do governo da colónia pelo governo central foi sempre muito estreito, exercendo-se através da figura do Governador-geral (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

O colonialismo tinha sido condenado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 1960, mas Portugal defendia que estas eram províncias ultramarinas e não colónias. A data 15 de março de 1961 marca também o dia em que se discutem na ONU moções a exigir reformas em Angola, de onde se acentuam desentendimentos com os Estados Unidos da América (EUA) ao se mostrarem contra Portugal. A guerra ganhava outras dimensões, nomeadamente a diplomática (CECA, 1988, pp. 53-57).

c. Militar

Ao terminar a década de 50 e já em 1960, assistiu-se em Portugal a uma série de reformas, que traduziam abertamente uma preocupação com o Ultramar.

No ponto I do documento intitulado “Política Militar Nacional”¹, de 1959, foi feita uma análise das condições da conjuntura mundial da época sobre a situação geopolítica e geoestratégica das diversas parcelas da Nação Portuguesa, relativamente às prioridades a considerar em termos de preocupações de segurança, que são transcritas nos pontos seguintes: (CECA, 1988, p. 147)

- Defesa interna dos vários territórios, em particular os do Ultramar, contra ações de subversão interna dirigidas e apoiadas do exterior;
- Contenção e repressão das ameaças e das agressões partidas do exterior, contra os territórios portugueses, em particular no Ultramar, e enquadradas, quer no movimento afro-asiático antiocidental, quer na manobra de aproximação indireta empreendida pelos soviéticos;
- Colaboração na defesa coletiva da Europa, contra uma ação direta dos soviéticos, a qual, a ter lugar, quase certo desencadeará um conflito em escala mundial, iniciando-se com um apocalíptico nuclear;
- Defesa contra as ações partidas da Espanha, de Marrocos e dos países africanos vizinhos, militantes nas mesmas fileiras e princípios ocidentais que Portugal.

Decorrente desse documento enquadrante foi publicado o Decreto-lei (DL) N° 43351 de 24 de novembro de 1960², que marca o arranque da reorganização territorial, fixando a divisão do território metropolitano em Regiões Militares (1ª Região Militar com sede no Porto, Região Militar de Lisboa e 2ª Região Militar com sede em Tomar), e a do território de Angola em Comandos territoriais pertencentes à 3ª Região Militar com sede em Luanda, conforme se representa nas Figuras n° 1 e 2 (CECA, 1988, p. 148).

Quando os acontecimentos de quatro de fevereiro de 1961 em Luanda anunciavam o princípio da luta de 13 anos que Portugal iria travar nos três teatros de operações africanos, a reorganização territorial prevista na legislação publicada em 1960 e em documentação subsequente, encontrava-se aplicada só em parte e longe do que se havia previsto, no entanto, e com a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), já se denotava o acréscimo de preocupação com a ameaça que se veio a confirmar (CECA, 1988, p. 148).

¹ Processo constituído por documentos da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, referente aos trabalhos preparatórios da reorganização do Ministério do Exército (1959-1960) (CECA, 1997, p.147).

² (CECA, 1997, p. 148).

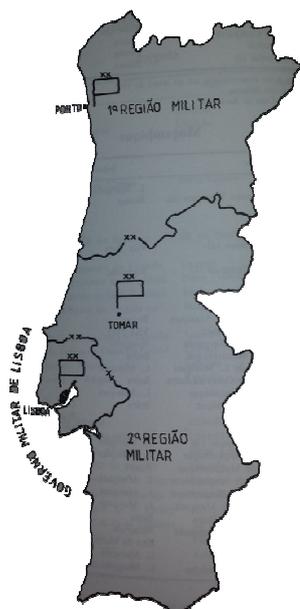


Figura nº 1 – Organização da metrópole em 1960

Fonte: (CECA, 1988, p. 168).



Figura nº 2 – Organização de Angola em 1960

Fonte: (CECA, 1988, p. 169).

Em Angola, a maior parte das unidades acima do escalão companhia, sobretudo os regimentos, pouco mais representavam, em termos operacionais, que um comando e uma ou duas companhias de Caçadores. Totalizavam cerca de 5000 efetivos deficientemente equipados, recrutados localmente e treinados para um conflito na Europa contra a União Soviética, e 1500 europeus pertencentes às Companhias de Caçadores Especiais (CCaçEsp) formadas no CIOE, e com treino em guerra subversiva (Cann, 2005, pp. 82-83).

Por terem efetivos escassos, estavam muito dispersos no Teatro de Operações (TO) e eram usados para segurança local e recrutamento de soldados africanos e europeus locais.

As Forças Armadas Portuguesas (FA) contavam nesta ocasião com cerca de 79 000 efetivos, dos quais 58 000 pertenciam ao Exército, sendo que o recrutamento era apenas executado por um turno por ano, o que, face ao efetivo presente nas províncias baseado em indígenas, denota que o recrutamento local tinha índices muito modestos.

d. Económico

Em 1961, Portugal não era um país rico nem desenvolvido, sendo um dos mais pobres da Europa Ocidental. O orçamento da defesa no início do conflito era de 93 milhões de dólares³, indicador da incapacidade para conduzir e apoiar qualquer guerra apenas com os recursos da metrópole (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

Os pilares da economia de Angola eram as plantações e as atividades mineiras. As plantações existiam sobretudo na parte Noroeste do território (Figura nº 3) e a principal produção era o café, seguida do algodão e do açúcar. O café era controlado por fazendeiros europeus (principal motivo da imigração portuguesa no território) que possuíam as principais roças localizadas no Norte, zona onde começaram as hostilidades. Angola era dos maiores produtores mundiais de café, que tinha cotações garantidas nos mercados internacionais desde os anos 50 e a produção assegurada por baílundos, trabalhadores contratados do Sul. As minas existiam sobretudo na parte Noroeste para a extração de diamantes e na parte Sul para a extração de minério de ferro. No Noroeste prospeções de petróleo conduziam à descoberta de importantes jazidas (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).



Figura nº 3 – Localização dos principais recursos económicos de Angola em 1961

Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1198).

³ No final do conflito, em 1974, o orçamento de defesa ascendia a 523 milhões de dólares (Cann, 2005, pp. 28-29).

e. Social

A população de Portugal continental era de 8 889 392 habitantes. De acordo com o censo de 1960, a população de Angola era de 4 830 283 habitantes, cerca de quatro pessoas por km², das quais 95,2 % eram negras, 3,5 % brancas, 1,1 % mestiças e 0,2 % de outras raças. A população, como já referido anteriormente, foi legalmente dividida em dois grupos: os indígenas e os civilizados. O grupo dos indígenas era constituído pelos habitantes de origem africana que continuavam a viver no contexto de sociedades tribais ou que, apesar de terem passado a viver fora desse contexto, não estavam alfabetizados ou não tinham emprego permanente no setor moderno da economia. O grupo dos civilizados era constituído pelos habitantes de origem europeia e pelos habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania portuguesa (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

A população negra indígena era composta por 94 tribos diferentes, divididas em nove grupos etnolinguísticos principais, cada um dos quais com o seu próprio grau de ligação aos portugueses. Os guerrilheiros pertenciam a grupos em que pouco tinham em comum entre si (Fontoura, 1995).

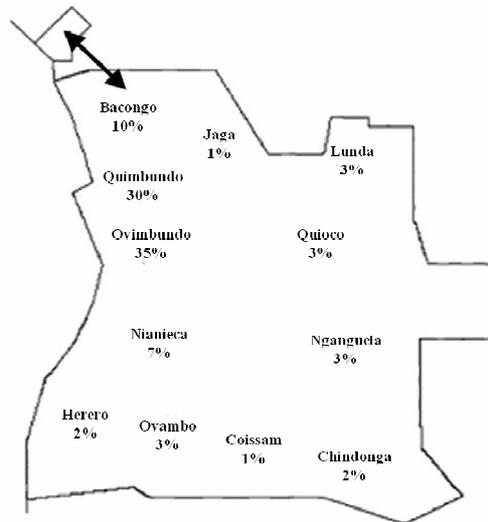


Figura nº 4 – Localização/estimativas do peso de cada tribo na população total de Angola em 1961

Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1198).

f. Infraestruturas

Angola possuía uma rede de vias férreas constituída por três linhas principais (Figura nº 5) que assegurava a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional (Fontoura, 1995, p. 1196).

Plantações, minas e caminho-de-ferro faziam parte de uma estrutura integrada virada para o exterior, contactando com ele através de portos. Os principais portos de Angola (em Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes) correspondiam ao término das linhas de caminho-de-ferro. Os aeroportos de articulação internacional situavam-se em Luanda e Nova Lisboa (atual Huambo). As poucas estradas existentes eram de terra batida ou simplesmente picadas na selva e capim (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

Relativamente a infraestruturas de saúde, existiam em Angola vários estabelecimentos hospitalares de onde se realça um hospital central, 13 regionais, 62 particulares, 67 centros de saúde e 35 maternidades. Na década de 60 os êxitos na luta contra a varíola, doença do sono e mortalidade infantil são reconhecidos internacionalmente e refletem o esforço de Portugal no território, que garantia um médico por cada 13000 habitantes (CECA, 1997, p. 46).

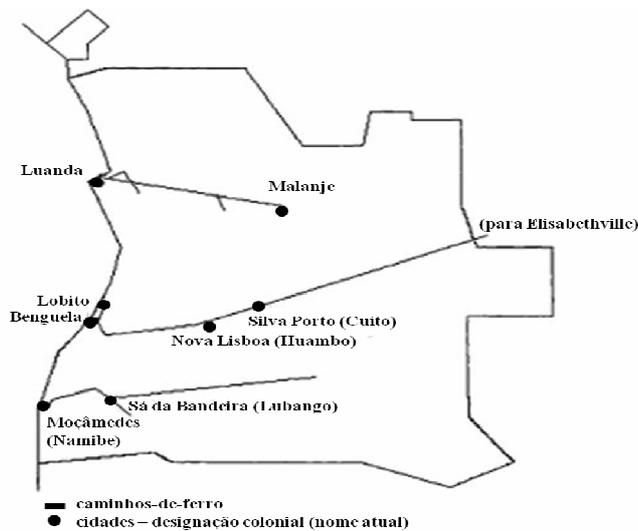


Figura nº 5 – Principais infraestruturas em 1961

Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1199).

g. Informação

No Exército, em 1959/60 não existia verdadeiramente um Serviço de Informações, mas sim um sistema formado pelas 2^a Repartições e Secções de Estado-Maior do Exército (EME), dos quartéis-generais (QG) das regiões militares metropolitanas e ultramarinas e das unidades territoriais e operacionais. Estes órgãos eram apoiados no Ultramar, pela Força Aérea Portuguesa (FAP) e pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (Cann, 2005, pp. 129-132).

A informação recolhida pelos “sensores” no terreno, antes do início do conflito, e veiculada para a metrópole por via oficial através do Governador-geral de Angola a avisar das movimentações suspeitas, surtiam pouco efeito.

A imprensa em Angola consistia em 34 publicações, das quais duas científicas; uma literária; duas religiosas; três desportivas; 13 informativas e as restantes de natureza diversa, onde se incluem os quatro jornais diários publicados em Luanda (CECA, 1997, p. 47).

h. Ambiente físico

Angola cobre uma área cerca de 14 vezes a superfície de Portugal (1 264 314 km²), sendo que Lisboa se encontra a cerca de 7300 km de Luanda. Topograficamente é banhada a ocidente pelo Oceano Atlântico, onde uma orla costeira, com aproximadamente 1650 km de litoral, se liga a um planalto central, 50 a 200 km para o interior e que abrange 60% do país. Ainda no interior, continua o planalto com a altitude média de 1000 a 1300 m (Figura nº 6). A fronteira terrestre tem uma extensão de 4837 km com a República Democrática do Congo⁴ e a Namíbia. A fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo para Norte é denominada por região de Dembos e teve uma importância particular. É muito extensa e é constituída por mais de 2000 km de serras, pântanos, savana, selva e capim que forneciam bons cobertos (Figura nº 7). O rio Congo, que abarca parte da fronteira, tem ilhas densamente arborizadas que poderiam fornecer excelente cobertura aos guerrilheiros. As travessias podiam fazer-se sem serem detetadas em qualquer local. Para Sul o terreno é de orografia difícil e coberto por matas densas e capim de 2,5 a 3 m de altura (Cann, 2005, pp. 23-25).

⁴ República Democrática do Congo – Enquanto domínio Belga, este território foi designado como Congo-Belga, a 30 de junho de 1960 tornou-se autónomo mergulhando na anarquia e lutas tribais. Em 1965, Mobutu sobe ao poder e o território passa a designar-se por Zaire. Em 1997 foi deposto por Laurent-Désiré Kabila – chefe da guerrilha Aliança das Forças Democráticas que alterou o nome do país para República Democrática do Congo (Editora, 2003-2015). Neste trabalho, independentemente do ano a que se refira, esta zona geográfica irá ser referida como “República Democrática do Congo”.

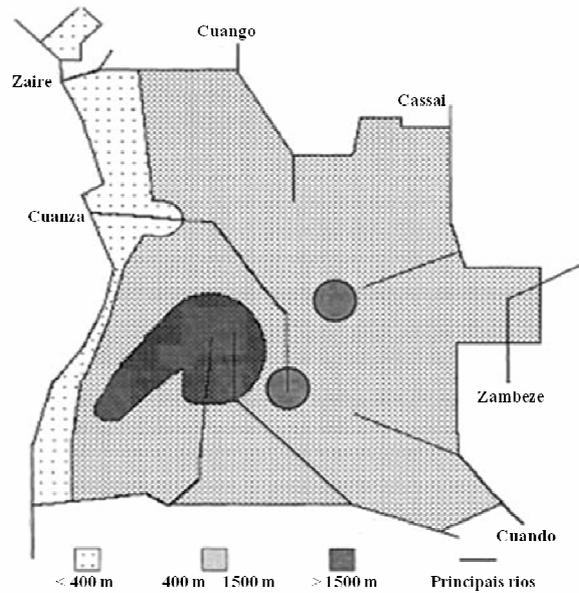


Figura nº 6 – Caracterização altimétrica de Angola

Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1195).

O clima de Angola é caracterizado por duas estações: a das chuvas, de outubro a abril e a seca, conhecida por “Cacimbo”, de maio a agosto, com temperaturas mais baixas. Por outro lado, enquanto a orla costeira apresenta elevados índices de pluviosidade que vão decrescendo de Norte para Sul (dos 800 mm para os 50 mm), com temperaturas médias anuais acima dos 23°C, a zona do interior pode ser dividida em três áreas: (CECA, 1997)

- Norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas;
- Planalto Central, com uma estação seca e temperaturas médias da ordem dos 19°C;
- Sul, com amplitudes térmicas bastante acentuadas devido à proximidade do deserto do Calaári e à influência de massas de ar tropical.

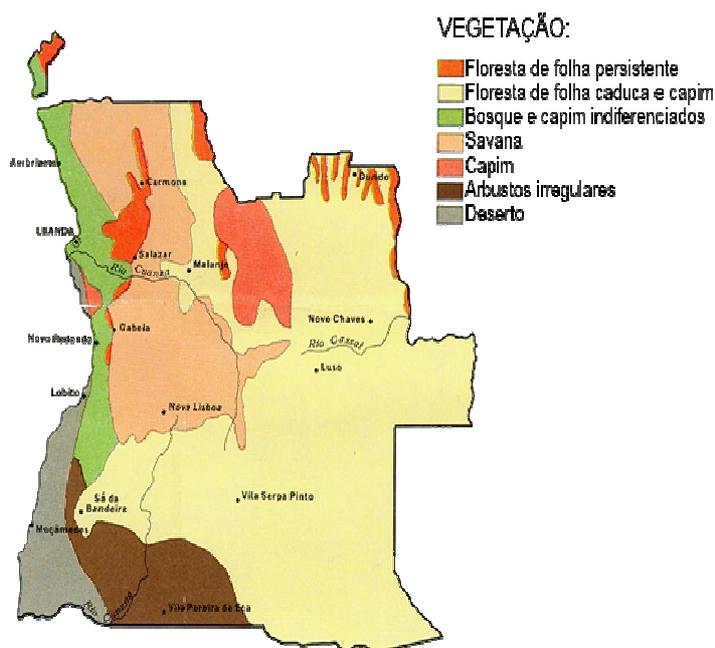


Figura nº 7 – Caracterização da vegetação do território de Angola

Fonte: (US Central Intelligence Agency, 1973).

i. Avaliação da Ameaça

De 1961 a 1974, no território de Angola, as tropas portuguesas enfrentaram no terreno três movimentos de libertação. Cada um deles era mais ativo em determinada área geográfica, tendo, inclusive, existido confrontos entre os próprios movimentos. Neste capítulo, caracterizamos, sucintamente, cada um destes movimentos ao longo da campanha.

(1) MPLA

(a) Origem

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é o resultado da junção, em 1955, de dois partidos políticos clandestinos, o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e o Partido Comunista de Angola (PCA). Teve como líder, a partir de meados de 1962, Agostinho Neto e o seu Comité Diretor esteve estabelecido na República Democrática do Congo desde novembro de 1963. A partir da sua localização, podiam aceder facilmente à fronteira de Cabinda, onde iniciou a sua atividade militar no ano seguinte (Afonso & Gomes, s.d., pp. 58-59).

(b) Organização

Durante o período do conflito, a organização político-militar do MPLA foi-se aperfeiçoando e em 1970 já tinha uma complexa organização, dividida em seis regiões militares que cobriam grande parte do território de Angola.

Para tal, estava organizado da seguinte forma (Afonso & Gomes, s.d., p. 133):

- Comandos de região militar e zona:
 - Posto de Comando (PC)
 - Centro de Instrução Regional (CIR)
 - Serviço de Assistência Médica por região (SAM)
 - Centro de Assistência Médica por zona (CAM)
- Unidades combatentes:
 - Grupo
 - Secção
 - Esquadrão
 - Coluna (Agrupamento operacional)

(c) Atuação

O MPLA contava com um efetivo militar que variava entre os 3000 e os 4500 guerrilheiros sendo que as regiões militares mais ativas eram a de Dembos, Cabinda e Leste (Afonso & Gomes, s.d., p. 134).

O seu modo de atuação consistia, na realização de emboscadas a curta distância (10 a 20 m), a partir de abrigos preparados junto aos itinerários utilizados pelas tropas Portuguesas. Para estas emboscadas a força era articulada em duas equipas, uma de armas automáticas e outra de granadas de mão sendo que o início da ação era despoletado por uma rajada (Afonso & Gomes, s.d., p. 134).

Em 1966, as minas e armadilhas foram amplamente utilizadas, principalmente no Leste. As minas anticarro tinham, muitas vezes, dispositivos de anti levantamento. Embora mais raros, também foram efetuados ataques e flagelações a campos Portugueses. Para estas ações, eram utilizados morteiros e canhões sem recuo.

Os acampamentos eram, por norma, construídos dentro de matas fechadas de forma a impedir que a aviação Portuguesa os detetasse (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

Na área das Operações Psicológicas, o MPLA lançou campanhas usando como veiculo as emissões de rádio e panfletos, procurando retirar às Forças Portuguesas a vontade de combater, no entanto o seu maior esforço foi dirigido às populações (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

O apoio logístico do MPLA vinha, essencialmente, da Zâmbia. Das bases aí instaladas recebia armamento e munições, víveres embalados e medicamentos. Os géneros alimentares eram na sua maioria adquiridos localmente com a ajuda da população (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

(2) UNITA

(a) Origem

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi formalmente criada em março de 1966, no interior de Angola, no lugar de Tchocué do Muangai, distrito de Moxico, tendo como principal dirigente Jonas Malheiro Savimbi. O movimento contava com o apoio da população de etnia Ovimbundo, que constituía 35% da população Angolana (Afonso & Gomes, s.d., p. 69).

(b) Organização

A UNITA afirmava, em 1968, dispor de 66 destacamentos, embora no terreno fosse apenas possível identificar três, num total de quatro mil combatentes (Afonso & Gomes, s.d., p. 141).

(c) Atuação

Efetou a sua primeira ação armada em setembro de 1966, em Lucusse Calunga, com recurso a armas artesanais. Efetuou também um ataque à linha de caminho-de-ferro de Benguela, importante para as FA mas, fundamentalmente, para o trânsito de mercadorias da Zâmbia o que levou a crescentes dificuldades de utilização do território zambiano.

Este movimento surge como opositor do MPLA pelo controlo do Leste de Angola, registando-se sucessivos confrontos entre estes dois movimentos (Afonso & Gomes, s.d., p. 69).

(3) UPA / FNLA

(a) Origem

Em 1958, a União das Populações Angolanas (UPA) tornou-se o movimento mais organizado e que mais simpatizantes tinha em Angola. O Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) constituía-se como o braço armado da UPA/Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O líder da UPA/FNLA era Holden Roberto (Afonso & Gomes, s.d., p. 28; 139).

(b) Organização

Segundo a UPA/FNLA, o ELNA contava com 20 000 homens, tendo algumas dezenas tido treino na Tunísia e atuavam no interior de Angola. Em 1963, esse número subiria para os 28 000, na sua maioria estacionado na República Democrática do Congo e de onde partiam para as suas ações no interior

de Angola. A sua principal base de apoio situava-se em Kinkuzu, na República Democrática do Congo, mas ao longo dos anos a relação entre estes dois atores foi-se deteriorando o que levou a que o ELNA fosse empurrado para o território de Angola.

Os efetivos organizavam-se da seguinte forma (Afonso & Gomes, s.d., pp. 139-140):

- Grupos para entrar em Angola – 15 a 30 guerrilheiros e 150 carregadores
- Grupos de caça e pesca – 10 a 20 homens com o mínimo de armas
- Grupos de emboscadas – 10 a 20 homens com armas automáticas
- Grupos de colocação de minas – 3 a 5 homens

(c) Atuação

Este movimento conduziu, a partir de 15 de março de 1961, uma vaga de ataques a fazendas, postos administrativos e destacamentos policiais na região do Norte de Angola, de onde obteve grande parte do armamento utilizado inicialmente. Esses ataques vitimaram cerca de 1000 brancos e 6000 negros (Afonso & Gomes, s.d., p. 29).

Após a contraofensiva das FA, resultante dos ataques de março de 1961, a UPA/FNLA retirou a maior parte dos seus efetivos para a República Democrática do Congo, mantendo apenas pequenos núcleos de guerrilheiros na floresta do Dembos. A ação do ELNA no Leste da Angola surgiu no seguimento da abertura desta frente pelo MPLA.

2. Evolução do Ambiente Operacional de Angola

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise da evolução do AO do TO de Angola, no período de 1961 a 1974, nomeadamente no ambiente do espaço de batalha e na ameaça. Esta evolução foi realizada de acordo com os três períodos de investigação definidos inicialmente.

a. Análise do Ambiente, do Espaço de Batalha e da Ameaça

(1) 1º Período: 1961 a 1963

(a) Após o envio do primeiro grande reforço de forças, que chegou a Luanda em um de maio de 1961 por via marítima, as regiões dominadas pela UPA foram reocupadas e foi restabelecido a autoridade portuguesa no Norte de Angola. Em três de outubro o General Venâncio Deslandes afirmava que “as operações das FA terminaram e deram lugar à atividade de policiamento militar” (Afonso & Gomes, 2010, pp. 49-50);

(b) A vastidão da área de operações limitava o emprego eficaz da artilharia e da cavalaria nas suas missões principais. As unidades de

Caçadores disponíveis revelaram-se insuficientes para controlar o território à sua responsabilidade (Afonso & Gomes, 2000, p. 396);

(c) O CIOE formou até 1961 unidades de Caçadores Especiais vocacionadas para missões de contrassubversão. Após o reforço de militares, em 1961, para o TO de Angola, a formação foi interrompida devido à falta de pessoal. A partir de então passou-se a ministrar apenas um estágio unicamente a oficiais, tendo a eficácia para combate reduzido drasticamente (Cann, 2005, p. 98);

(d) No início de 1962, a área de guerrilha era limitada, com maior incidência de ações na região dos Dembos, onde o inimigo se escondia e efetuava ações violentas (CECA, 1988, p. 110);

(e) A primeira mina utilizada pelos movimentos de libertação contra as FA era antipessoal (AP) e foi colocada na estrada Zala - Vila Pimpa, no Norte de Angola, em seis de junho de 1962. A primeira mina anticarro (AC) surgiu seis dias depois, na pista da povoação de Bembe. Em 1963, a colocação de engenhos explosivos estendeu-se ao Leste e Cabinda (Afonso & Gomes, 2000, p. 314). Nos anos de 1963 a 1965, o inimigo passou a usar frequentemente armas de tiro curvo, lança-granadas e minas AC (CECA, 1988, p. 110.);

(f) Em julho de 1963, foram capturados documentos pertencentes ao MPLA, que demonstravam o esforço deste movimento para se preparar militarmente, uma vez que a sua atividade era essencialmente política. Estes documentos mostram uma evolução quanto às técnicas e doutrina de atuação específicas para o teatro de Angola. Além do avanço da doutrina, os movimentos revolucionários apresentavam uma maior diversidade de armamento (metralhadoras e morteiros) e, em alguns casos, os elementos já envergavam uniformes (CECA, 1998, p. 532);

(g) A partir de 1963, o FNLA conseguiu infiltrar material e combatentes através da fronteira Norte, tendo, desta forma, melhorado a sua organização militar (Cann, 2005).

(2) 2º Período: 1964 a 1966

(a) Em 1965, Alexandre Taty (“ministro do armamento” da UPA/FNLA), após um golpe mal sucedido à chefia de Holden Roberto, passou a lutar ao lado das tropas Portuguesas em Cabinda, trazendo com ele um número considerável, de 1200 combatentes (Cann, 2005, p. 47);

(b) Constatou-se que, a partir de 1966, apesar dos esforços da metrópole, os militares não vinham preparados convenientemente (Cann, 2005, p. 99);

(c) Em 1966 o MPLA abriu a frente Leste, com principal incidência na região do Luso e Serpa Pinto. Concomitantemente a UNITA começou a sua atividade armada, em dezembro de 1966, atacando um posto em Cas-samba” (Cann, 2005, p. 153);

(d) Com o aumento da eficácia dos movimentos revolucionários, houve a “necessidade de criar tropas especiais capazes de efetuar operações de contra guerrilha” (CECA, 1998, p. 417).

(3) 3º Período: 1967 a 1974

(a) A partir de 1967 há um avanço das atividades subversivas a partir da fronteira Este (Afonso & Gomes, 2010, p. 397);

(b) A fonte de recrutamento, até 1968, residia em grande maioria na metrópole, momento em que Portugal atingiu o limite dos recursos humanos europeus, com graves lacunas nos oficiais subalternos e capitães (Cann, 2005, pp. 105-108);

(c) Os serviços civis, em Angola, estavam cada vez mais limitados dados os cortes orçamentais, não conseguindo, por isso, apoiar a população de forma eficaz nas atividades de contrassubversão (Cann, 2005, pp. 168-170);

(d) Alguns centros de instrução passaram a funcionar no TO de Angola, dado o aumento do recrutamento (Cann, 2005, p. 98);

(e) A UNITA, em 1969, tinha sofrido perdas na ordem dos 1500 efetivos, uma vez que atuava essencialmente a partir de bases no interior de Angola. Em 1971 estabeleceu um acordo com as forças portuguesas, cessando as atividades contra estas (Cann, 2005, p. 153)

3. Alterações do Emprego das Forças da Componente Terrestre

Neste capítulo abordam-se, inicialmente, as principais evoluções registadas até ao ano de início dos conflitos, na doutrina; instrução, treino e tática; e na organização das forças. Posteriormente, identificam-se as principais alterações segundo os períodos definidos no percurso metodológico.

a. Evolução da Doutrina

- O Exército Português, durante a década de 50, lançou um conjunto de iniciativas que constituíram as bases da preparação e construção da doutrina que viria posteriormente a ser adotada para a guerra subversiva. Para caracterizar a evolução da doutrina até ao início do conflito, realçam-se as ações que ocorreram entre 1953-1960:
- O Curso de Estado-Maior de Pequenas Unidades, ministrado no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), em 1953 (Cann, 2005, p. 61);

- Vários oficiais portugueses contactaram com a doutrina militar francesa e britânica, oriunda das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia e Quênia (CECA, 1990, p. 138);
- É publicado um número especial do Boletim do IAEM com o título *A Guerra Revolucionária* que foi distribuído a todo o Exército, em dezembro de 1958 (Cann, 2005, p. 61);
- Após o início dos conflitos em 1961, é produzido o *Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades*, que estabelece uma doutrina tática pormenorizada a ser adotada no terreno (Cann, 2005, p. 72).

b. Evolução da Instrução, Treino e Tática

Após a 2ª Guerra Mundial, com a conseqüente adesão de Portugal à *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), os conceitos associados à instrução são revistos de forma a uniformizar procedimentos táticos com países NATO e é criada, em 1953, uma grande unidade de caráter permanente, a Divisão Nun'Álvares, onde se aplica essa doutrina (CECA, 1988, p. 300).

Antes do início dos conflitos, realça-se a instrução ministrada no CIOE, criado em 16 abril 1960, que treinava tropas com as novas táticas de contrassubversão. São assim preparadas as primeiras três CCaçEsp, enviadas durante o ano de 1960 para Angola (CECA, 1990, p. 138).

c. Evolução da Organização

A organização inicial no TO de Angola era baseada em comandos territoriais subordinados a um QG, segundo a estrutura apresentada no primeiro capítulo. Após os primeiros incidentes, os comandos foram remodelados e o cargo de Comandante da Região Militar e o de Comandante-Chefe foram separados, sendo que o segundo era simultaneamente o Governador-Geral da Província. O Comandante-Chefe era o coordenador dos três ramos, enquanto o Comandante da Região Militar conduzia as operações terrestres (Cann, 2005, p. 83).

d. Alterações provocadas pela variação do ambiente operacional

(1) 1º Período: 1961 a 1963

(a) Doutrina

Aplicação experimental da doutrina: O Exército, de forma a colmatar a ausência de um regulamento que só sai no final de 1963 e a complementar os conhecimentos dos seus quadros que se resumiam a um breve estágio no CIOE⁵, recorre à experiência dos seus oficiais nas campanhas de 1961 a 1963 e criou as

⁵ Conforme referenciado em 2.a.(1)(c).

notas para a atividade operacional de uma companhia de caçadores em Angola, com ensinamentos práticos e formas de proceder (CECA, 1990, p. 169).

Ainda durante o ano de 1961, por iniciativa do QG da Região Militar Angola (RMA), as unidades que desembarcavam em Luanda recebiam uma palestra ministrada por oficiais que tinham participado nas operações iniciais, de forma a promover a rápida difusão de conceitos.

(b) Instrução e Treino

Estágios nas unidades para generalizar a doutrina do CIOE: Quando deflagra o conflito, foi decidido difundir esta doutrina a todos os quadros do Exército. Face à limitada capacidade do CIOE⁶, constituíram-se equipas de instrutores e monitores para se deslocarem a outros centros de instrução e ministrarem estágios acelerados aos quadros mobilizáveis (CECA, 1988, p. 312).

(c) Organização

Adaptar as diferentes armas do Exército às missões de contrassubversão: Com a nova doutrina, as ações das forças portuguesas foram agrupadas em quatro grupos que apresentam as seguintes características exigidas às forças que as executam (CECA, 1990, p. 123):

- “Quadrícula: capacidade de contato com a população”;
- “Isolamento: capacidade de vigilância especializada em barragens”;
- “Flagelação: espírito ofensivo, agressividade e resistência física e moral”;
- “Redução: espírito ofensivo, agressividade e prontidão operacional.”

Face à escassez de forças preparadas exclusivamente para este tipo de missões de contrassubversão (três CCaçEsp)⁷, o Exército recorreu às características e à preparação das armas existentes na sua organização convencional, atribuindo-as diferenciadamente para cada tipo de ação. Assim, as forças de quadrícula eram constituídas prioritariamente por infantaria, dotada de meios auto; as forças de isolamento, por cavalaria (reconhecimento) dotada de meios auto, aviões ligeiros e helicópteros e as forças de flagelação e redução por tropas paraquedistas, Comandos e infantaria (Caçadores), baseadas em meios aeromóveis (CECA, 1990, p. 125).

Implementação do conceito de Quadrícula: Após ter sido restabelecida a autoridade portuguesa no Norte de Angola⁸, o Exército assumiu como prioridade a ocupação do território para dar visibilidade à presença das tropas no

⁶ Conforme referenciado em 2.a.(1)(c).

⁷ Conforme referenciado em 2.a.(1)(c).

⁸ Conforme referenciado em 2.a.(1)(a).

TO. Esta ocupação atingiu-se com a adoção do dispositivo de quadrícula⁹, em que o território era dividido em setores da responsabilidade das unidades de manobra (normalmente Batalhão). As quadrículas eram subordinadas aos comandos superiores que poderiam ser comandos territoriais ou comandos de setor, consoante houvesse pouca ou muita atividade inimiga, respetivamente (CECA, 1990, p. 109).

Este dispositivo condicionou muito a forma de atuação das tropas uma vez que, ao assumirem uma postura defensiva com os meios muito dispersos e pouca disponibilidade de recursos para efetuar ações ofensivas rápidas e eficazes, perderam a iniciativa para a guerrilha que passou a conhecer as rotinas e a localização da tropa portuguesa para a realização de emboscadas (Afonso & Gomes, 2010, p. 50).

Alteração do dispositivo das Forças Terrestres: Criaram-se as zonas de intervenção a partir dos Comandos Territoriais. Esta alteração do dispositivo surge como uma reação à área ocupada pela guerrilha, que em meados 1962, tinha maior incidência de ações na região dos Dembos¹⁰. Nesse ano o dispositivo foi remodelado, de forma a concentrar mais unidades nas regiões onde os movimentos subversivos se abrigavam e efetuavam ações violentas (CECA, 1988, p. 110).

(d) Emprego Tático das Unidades

Mobilizar unidades de Artilharia e Cavalaria como unidades de Infantaria Ligeira: As unidades mais adequadas a esta nova tipologia de missões são as unidades de infantaria ligeira, por poderem perseguir e destruir a guerrilha no seu terreno, utilizando a iniciativa e o elemento surpresa.

Face às características apontadas do terreno¹¹, e devido à falta de quadros e de instalações para formação de mais unidades de infantaria em tempo útil para satisfazer as necessidades, (Cann, 2005, p. 93), recorreu-se às unidades de artilharia e cavalaria que foram adaptadas em equipamento, organização e instrução e empregues como unidades de Caçadores, mantendo no entanto os nomes das armas origem (CECA, 1990, p. 126).

Início de operações de assalto com helicópteros: Para reagir às limitações da mobilidade da infantaria em terreno difícil como é o caso da região dos Dembos¹², para responder à principal ameaça da guerrilha (que consistia na

⁹ Este conceito de *quadrillage*, foi adotado a partir da experiência do exército francês na Argélia e requeria uma cooperação total entre militares, a polícia e a administração civil (Cann, 2005, p. 84).

¹⁰ Conforme referenciado em 2.a.(1)(d).

¹¹ Conforme referenciado em 1.a.(6) e 2.a.(1)(b).

¹² Conforme referenciado em 1.a.(6).

interdição das fracas comunicações terrestres com utilização de emboscadas¹³) e para destruir eficazmente bases inimigas (que após 1961 se refugiavam nas matas¹⁴), começou-se a utilizar os helicópteros em operações de assalto. A primeira operação deste tipo surgiu em outubro de 1962, na região de S. Salvador, numa operação conjunta do Batalhão de Cavalaria 345 e do Batalhão de Caçadores Paraquedistas 21. Este meio passou a ter um papel relevante após abril de 1963, com a chegada do Alouette III, e teve bastante sucesso em operações de assalto, onde os portugueses adaptaram a sua utilização ao terreno, envolvendo o inimigo quando entravam em contato (Cann, 2005, p. 152).

Criação da Unidade Tática de Contra Infiltração (UTCI): Em 1963, para reagir às formas de ação utilizadas pela ameaça, que começou a infiltrar material e combatentes (FNLA) pela fronteira¹⁵, as operações militares doutrinárias foram adaptadas de forma a dar uma resposta adequada.

Um exemplo de operações que concorrem diretamente para o objetivo da contrassubversão, de impedir o apoio externo através das fronteiras, é a operação Interdição de Fronteira. Em Angola, foi efetuado o estudo da “Barragem da fronteira Norte” mas nunca foi implementado face ao encargo e às dificuldades de implementação devido ao terreno e vegetação ao longo da fronteira. Assim, surgiu um novo tipo de operação executado por tropas Paraquedistas, denominado por contra infiltração (CECA, 1990, p. 152).

A UTCI tinha por missão detetar e intersetar grupos da FNLA que se infiltravam em Angola pela fronteira Norte com reforços e reabastecimentos e se dirigiam para Sul para as suas “centrais”. A UTCI possuía um grupo de combate que tinha na sua constituição pisteiros de combate. Após a deteção pelas forças de quadrícula ou pelos pisteiros de combate, a operação era desencadeada (CECA, 1990, p. 173).

Criação de Patrulha de abertura: Nos anos de 1963, 64 e 65 o inimigo começou a usar frequentemente minas AP/AC em apoio às suas ações de interdição de comunicações terrestres e emboscadas sobre alvos móveis¹⁶. Para além da reformulação da doutrina e instrução das tropas¹⁷, as operações foram sendo corrigidas com a experiência dos comandantes de quadrícula. Uma das modificações foi a utilização de grupos de exploração para progredirem em áreas de emboscadas e grupos de desobstrução constituídos por quatro homens (“picas”), que vasculhavam o piso da estrada com uma vara

¹³ Conforme referenciado em 1.b.(1)(c).

¹⁴ Conforme referenciado em 2.a.(1)(d).

¹⁵ Conforme referenciado em 2.a.(1)(g).

¹⁶ Conforme referenciado em 2.a.(1)(e).

¹⁷ Reforço das técnicas de segurança, reação a emboscadas e localização e neutralização de minas e armadilhas (Afonso & Gomes, 2010, p. 50).

metálica. Estes procedimentos, denominados de patrulhas de abertura, foram evoluindo à medida que o inimigo passou a combinar minas AC com minas AP e com a chegada de novos e mais eficazes pesquisadores de minas (CECA, 1990, p. 175).

Flexibilidade Operacional das Companhias e Batalhões: Esta adaptação foi implementada em 1963 na RMA e resulta da compilação da experiência de combate de dois comandantes de companhia no final das suas comissões. Surgiu como uma resposta à necessidade de maior flexibilidade operacional para reagir às ações violentas da guerrilha nos setores atribuídos¹⁸ e ao terreno onde se abrigam¹⁹. Assim, de forma a melhorar o rendimento da unidade e dispor de maior número de unidades operacionais, a companhia passou a organizar-se em três ou quatro grupos de combate, consoante se pretenda grupos mais fortes com maior continuidade do esforço isolado do mesmo ou mais grupos para manter maior continuidade de ação para bater uma área maior. Esta adaptação permitia flexibilidade para um grupo descansar, um realizar missão de segurança imediata à unidade e dois estarem sempre aptos para operações (CECA, 1990, p. 131).

Juntamente com a flexibilidade referida, foram também transmitidas outras recomendações, de onde se realçam as alterações ao equipamento. O capacete metálico raramente era utilizado devido ao clima e às grandes distâncias a percorrer a pé e deveria ser aliviado. Para além disso era sugerido que os grupos deviam utilizar carregadores civis, para aliviar a carga dos combatentes (CECA, 1990, p. 170).

(2) 2º Período: 1964 a 1966

(a) Instrução e Treino

Criação do Centro Instrução de Comandos: Face ao reconhecimento de que a doutrina utilizada na instrução no CIOE era adequada à guerra contrasubversiva, esta foi generalizada aos centros formação em 1961, tendo como consequência a suspensão da formação de mais CCaçEsp²⁰. Pelo facto de as praças deixarem de ser selecionadas, o resultado foi uma generalização muito teórica e um rendimento prático insatisfatório²¹ (CECA, 1988, p. 330).

A qualidade das forças mobilizadas foi-se degradando sucessivamente, assim, como reação a este facto e à consciencialização que era uma utopia melhorar a instrução de todo o Exército, os chefes militares optaram pela organização de forças especiais denominadas de “Comandos”. A formação

¹⁸ Conforme referenciado em 2.a.(1)(d).

¹⁹ Conforme referenciado em 2.a.(1)(b).

²⁰ Conforme referenciado em 2.a.(1)(c).

²¹ Conforme referenciado em 2.a.(2)(b).

destes diferia das CCaçEsp do CIOE pois eram preparadas apenas para a intervenção operacional, não tendo funções de quadrícula nem formação para contactar eficazmente com as populações. Após as primeiras experiências em 1962, para efetivos de pelotão, criou-se o Centro de Instrução de Comandos (CIC) em Angola, em 1965, com o intuito de se formar companhias e normalizar a formação de unidades deste tipo (CECA, 1988, p. 329).

(b) Emprego Tático das Unidades

Forças de Intervenção: As forças de intervenção surgiram da necessidade de reagir ao aumento da eficácia dos movimentos revolucionários²², com novas doutrinas e armamento²³, e da notória diminuição da qualidade da instrução dos reforços que chegavam ao TO²⁴. Embora tenham sido utilizadas desde o início da campanha²⁵, atingiram resultados verdadeiramente relevantes com a formação dos Comandos no CIC.

Eram unidades de forças especiais dotadas de meios aeromóveis e substituíram as forças de flagelação e redução nas suas missões. Devido à dificuldade de dispor de efetivos suficientes de Paraquedistas e Comandos, eram constituídas também por elementos de Caçadores, Fuzileiros Especiais, unidades de Milícia e Grupos Especiais (CECA, 1988, p. 160).

Estavam estacionados em permanência no teatro sob a dependência do Comandante-Chefe, o que permitia muita flexibilidade de emprego. Estas assumiam um papel fundamental pois eram empregues em pequenas unidades de elite, em zonas onde o inimigo se encontrava mais forte ou em maior número, normalmente em reforço do comandante local (Cann, 2005, p. 94).

(3) 3º Período: 1967 a 1974

(a) Instrução e Treino

Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO): O sistema de instrução do contingente geral de praças implementado em 1961 era formado pela instrução básica (nove semanas), instrução especial (sete semanas) e pela IAO (três semanas) e que visava a integração das unidades constituídas (CECA, 1988, p. 323).

Com o incremento de mobilização, os turnos passaram de um por ano para dois em 1961, e posteriormente, para quatro. A quantidade estava assegurada mas a qualidade decaiu, devido a vários fatores: deficiência das infraestruturas; impreparação dos quadros (sempre em renovação) e pela

²² Conforme referenciado em 2.a.(2)(d).

²³ 2.a.(1)(f).

²⁴ Conforme referenciado em 2.a.(2)(b).

²⁵ Conforme referenciado em 2.a.(1)(c).

convocação de mancebos menos válidos²⁶ (CECA, 1988, p. 313). Era também frequente que a IAO fosse reduzida devido à falta de infraestruturas, existência de zonas de treinos limitadas e pela necessidade de preparar o embarque das forças (Cann, 2005, p. 98).

Este facto foi várias vezes referenciado nos relatórios anuais de instrução dos comandantes das regiões militares e teve como consequência a realização regular da 2ª parte da IAO no Teatro, a partir de 1972. Desta forma, garantia-se à unidade recém chegada um período de adaptação ao clima e às características da atividade operacional, antes de esta entrar em setor, melhorando o seu desempenho em combate.

Relativamente à doutrina ministrada na instrução, já era baseada na segunda versão do guia *O Exército na Guerra Subversiva*, em vigor a partir de 1966.

Africanização das Forças: Com o plano do Exército desenvolvido em 1968, com o intuito de nivelar as percentagens de recrutamento da metrópole com as províncias²⁷, os índices de recrutamento local aumentaram cerca de um terço, surgindo novos centros instrução no TO²⁸. Desta forma, Portugal atingiu três objetivos: aliviou a pressão de recrutamento, com os consequentes benefícios na praça pública e mantendo as necessidades de efetivos necessários; garantiu um maior envolvimento dos africanos na própria defesa (maior identificação à causa portuguesa) e diminuiu os custos gerais dos efetivos, por ser mais barato formar e treinar em Angola, sem os custos de transporte (Cann, 2005, p. 126).

Cursos de Comandantes de Companhia do Curso de Oficiais Milicianos (COM): Para fazer face às limitações do recrutamento na metrópole para Oficiais Subalternos e Capitães do Quadro Permanente (QP)²⁹, iniciam-se em 1970 estes cursos com duração de 14/15 meses que ficaram conhecidos por “capitães de aviário”³⁰. Os centros de instrução de quadros de milicianos, também deixaram de funcionar exclusivamente com instrutores QP, devido ao escasso número de subalternos. Estas duas alterações tiveram reflexos negativos na qualidade da instrução e enquadramento de tropas no TO (Afonso & Gomes, 2010, p. 539)

²⁶ Conforme referenciado em 2.a.(2)(b).

²⁷ Conforme referenciado em 2.a.(3)(b).

²⁸ Conforme referenciado em 2.a.(3)(d) .

²⁹ Conforme referenciado em 2.a.(3)(b).

³⁰ Designação utilizada pelos Coronéis Aniceto Afonso e Carlos Gomes na sua obra *Os anos da Guerra Colonial:1961-1975*.

(b) Organização

Reorganização do dispositivo: Face ao agravamento da situação militar no Leste de Angola³¹, foi elaborada a “Diretiva Geral – Angola em Armas”, em 30 março de 1968, que reorganizou o dispositivo em zonas militares, agrupando dois ou mais setores e áreas militares, em zonas onde a subversão ativa não permitisse o normal funcionamento das autoridades civis e o funcionamento seguro dos serviços e empresas (região dos Dembos). Assim, foram formadas a Zona Militar Norte (ZMN) e Leste (ZML) e Área Militar N°1 (AM1), agrupando as zonas tradicionais da guerrilha. Relativamente à ZML, apenas foi reforçada com um batalhão, mantendo-se a prioridade de esforço a Norte.

A ZML, após o general Costa Gomes assumir o comando, foi novamente reorganizada em 1972, com a criação de um novo setor de Bié e um reforço considerável de meios, passando de seis batalhões (da reestruturação de 1968) para 12. O comando da ZML dispunha de 55 companhias, duas de Comandos, dois esquadrões a cavalo e uma bateria de artilharia de campanha 8,8 cm (Nunes, 2002, p. 26).

O comandante da ZML, na dependência do Comandante-Chefe, dispunha de competências acrescidas, patentes no comando conjunto, que lhe permitia planear e coordenar toda atividade operacional em conjunto com as operações de informação e contra informação e a ação psicológica. Resumidamente, pretendia-se descentralizar toda a atividade operacional num comando único que coordenasse os meios dos três ramos e integrasse as forças auxiliares. Para além disto, pretendia-se coordenar as funções de segurança, contrassubversão e informação com as outras estruturas (Nunes, 2002, p. 51).

Enquadramento das Forças Auxiliares pelas FA: Estas forças existiram desde 1961 e diferem das forças normais ou regulares apenas pelo recrutamento que podia ser de várias fontes. A partir da Diretiva Geral – Angola em Armas de 1968, a atividade de contrassubversão que se encontrava desconexa³², passou a ser coordenada pelas FA. Isto incluía a integração das forças auxiliares na atividade operacional (Nunes, 2002, p. 50).

Na ZML, eram cerca de 12 000 (cerca de 50% do total), que atuavam operacionalmente sob o controlo do comando da ZML. Realçam-se as Milícias, que armadas com espingardas de repetição faziam a autodefesa das populações (Nunes, 2002, p. 67).

³¹ Conforme referenciado em 2.a.(3)(a).

³² Conforme referenciado em 2.a.(3)(c).

Forças auxiliares que não atuavam na ZML eram, por exemplo, as tropas especiais. Estas surgiram em 1965 e 1966, fruto de divergências entre cabindas e não cabindas de combatentes do UPA e do MPLA³³, e apresentaram-se na cidade de Cabinda para colaborarem com as forças portuguesas. Estes guerrilheiros apresentavam bons níveis de instrução e foram utilizados em conjunto com as forças especiais portuguesas ao longo da fronteira em Cabinda (Nunes, 2002, p. 63).

(c) Emprego Tático das Unidades

Caça: Em 1969 e em 1970, o comando da RMA decidiu atuar com força na ZML para atingir os pontos vitais do MPLA e travar o seu avanço³⁴. Para tal constituiu um agrupamento, designado “Siroco 1969/1970”, formado por um agrupamento aéreo e três companhias de Comandos, que executou uma manobra tática que exigia empenhamento prolongado, meios aéreos disponíveis em permanência, forças helitransportadas e forças para ações nas áreas vizinhas. Esta manobra denominada “Caça”, previa a atuação de uma companhia de Comandos, organizada em grupos de combate (unidade móvel), uma companhia em alerta a pedido da primeira para atuar de helicópteros sobre grupos inimigos e uma terceira em reserva. Desta forma, o MPLA perdeu a sua grande vantagem que era a mobilidade no terreno (Nunes, 2002, pp. 45-49).

Com o incremento da atividade operacional dos Agrupamentos Siroco, o problema do Leste foi resolvido (Nunes, 2002, p. 50)³⁵.

Esquadrões de reconhecimento a cavalo “Dragões”: Em 1966, a zona Leste de Angola tornou-se uma prioridade³⁶. Caracterizada por largas planícies de savanas e elevado capim e abundância de rios, eram muito extensas para serem patrulhadas a pé e desadequadas para viaturas. O helicóptero, para além de ser um meio muito escasso³⁷, era considerado ineficaz para terrenos destas características e não permitia um contato com a população (Cann, 2005, p. 153).

A solução de baixo custo adotada para esta nova extensão do conflito, foi a criação de uma força de cavalaria em 1971, constituída por dois esquadrões de reconhecimento a cavalo, com 150 militares, conhecidos por “Dragões”. Estes combinavam a mobilidade do terreno irregular com a capacidade para perseguir guerrilheiros, mantinham o contato com a população e tinham

³³ Conforme referenciado em 2.a.(2)(a).

³⁴ Conforme referenciado em 2.a.(3)(a).

³⁵ Conforme referenciado em 2.a.(3)(e).

³⁶ Conforme referenciado em 2.a.(2)(c).

³⁷ 1970: Existiam 19 helicópteros e dois Pumas AS 330 para 400 000 km² da zona Leste.

capacidade para isolar os guerrilheiros nestas vastas extensões do terreno. Acrescia o facto de que, em cima do cavalo, tinham uma vantagem tática por conseguirem ver por cima do alto capim. O conceito de operação era misto, pois deslocavam-se de cavalo em patrulhas de pelotão (30 militares) até próximo do objetivo e depois progrediam como infantaria no ataque aos objetivos (Cann, 2005, p. 158).

Conclusões

Para identificar o impacto da evolução do AO de Angola no emprego das forças da componente terrestre entre 1961 e 1974 este foi estruturado em três capítulos. No primeiro caracterizou-se o objeto de estudo de acordo com o modelo de análise do IPB em vigor para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização. No segundo capítulo foram identificadas as evoluções no ambiente do espaço de batalha e nos três movimentos subversivos principais com impacto no emprego das forças da componente terrestre, para os períodos em estudo. Por último foram identificadas as alterações ao nível da doutrina, organização de forças, instrução e treino e emprego tático das unidades, provocadas pelas transformações identificadas no capítulo anterior.

O início do conflito foi antecedido por uma série de reformas militares que denotavam a preocupação crescente com o Ultramar, no entanto, o efetivo e dispositivo presentes em Angola era claramente desadequado para fazer face aos desafios que surgiriam em 1961. As infraestruturas de Angola eram insuficientes e as que existiam estavam naturalmente voltadas para o exterior, ou seja, em fazer chegar os bens do interior ao litoral e deste para a metrópole.

A vasta área e a diversidade das regiões de Angola dificultavam as operações, nomeadamente na zona de fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (região de Dembos) onde se iniciaram as atividades terroristas a coberto do rio Congo e da vegetação abundante.

Os três movimentos principais a atuar no TO tinham como características de atuação comuns as ações rápidas e a exploração do fator surpresa. Atuavam em pequenos grupos com recurso a emboscadas e armadilhas para flagelar as tropas portuguesas e evitavam empenhar-se decisivamente. Tanto o MPLA como a FNLA tinham santuários em países vizinhos a Angola, onde tinham as suas bases de treino e os seus estados-maiores; a UNITA, embora tentasse conseguir o apoio da Zâmbia, nunca conseguiu garantir uma retaguarda firme neste país, tendo operado a partir do interior de Angola na região de Moxico.

O AO no TO de Angola, em 1961, era desfavorável a Portugal e facilitou o rápido alastramento das ações violentas dos movimentos subversivos. Os

seus efetivos militares pouco numerosos estavam mal preparados para a guerra contrassubversiva o que, associados às infraestruturas insuficientes e à vastidão do TO, facilitava as ações inimigas que atuavam em pequenos grupos com recurso a emboscadas e armadilhas para flagelar as tropas portuguesas.

As principais alterações identificadas no AO com reflexos diretos no emprego de Forças Terrestres resumem-se principalmente à variável operacional militar e à ameaça. Após o início dos conflitos, assistiu-se a um reforço do efetivo militar do TO, através de vários contingentes deficientemente preparados para a guerra subversiva e dimensionados às características físicas do TO. As únicas forças especialistas nestes cenários, as CCaçEsp, deixaram de ser formadas em detrimento da formação apressada de Batalhões de Caçadores. Com o desenrolar do conflito verificou-se também que o esforço de recrutamento foi sendo sucessivamente transferido da metrópole para o TO com a criação inclusive de vários centros de instrução.

Relativamente à ameaça, os movimentos subversivos estavam inicialmente limitados ao Norte de Angola, sendo conduzidos por elementos mal equipados e preparados. Esta situação evoluiu com alguma rapidez, sendo que em 1963 já atuavam no Leste e em Cabinda, conduzindo ações com armamento diversificado e moderno. A partir de 1966 há uma intensificação da atividade no Leste fruto da atuação do MPLA e da UNITA. Este último cessou as suas atividades em 1971.

Podemos englobar as principais alterações verificadas na organização, instrução e treino, doutrina e emprego tático de unidades, ao longo dos três períodos de estudo, em três causas: adaptação ao território, adaptação à ameaça e adaptação aos recursos disponíveis.

Ao nível da organização, Portugal implementou um conjunto de alterações no dispositivo, para se adaptar de forma prática e eficaz à melhor forma de bater o In e proteger as populações, patente nas várias reorganizações e na adoção do conceito de quadrícula. Este, embora fundamental para estreitar o relacionamento com as populações, tinha falhas porque exigia um número elevado de militares dedicados e diminuía o espírito ofensivo das nossas forças, tornando-as vulneráveis.

Ao nível tático, para além de várias soluções que visavam uma adaptação pontual ao terreno ou à ameaça, foi decisiva a importância da flexibilidade operacional das Companhias e dos Batalhões, de acordo com a missão e a situação, de forma a reforçar o número de grupos de combate e aumentar a iniciativa que se perdeu com o conceito de quadrícula. Para além disso, a constituição de forças de intervenção, bem treinadas e eficazes em qualquer tipo de terreno contribuiu para a obtenção da iniciativa.

A doutrina baseou-se, numa fase inicial, numa abordagem teórica fornecida pelas experiências de outros países e na experiência acumulada dos primeiros anos de combates, como é reflexo o guia para o emprego tático das pequenas unidades e as notas para a atividade operacional de uma Companhia de Caçadores. Posteriormente foi publicado o regulamento “O Exército na Guerra Subversiva”.

Relativamente à instrução e treino, as unidades mobilizadas após o início dos conflitos deixaram de estar convenientemente preparadas porque o CIOE deixou de formar unidades especialistas contra a guerra subversiva, recebendo os quadros apenas um estágio acelerado. Esta situação teve reflexos negativos no TO e só foi corrigida com a IAO ministrada no TO a partir de 1972. A instrução foi sendo sucessivamente adaptada ao longo do conflito de forma a dar resposta à falta de recursos, de onde se realça a africanização das forças. Desta forma Portugal aliviou a pressão do recrutamento na metrópole, reduziu custos e envolveu os africanos na causa portuguesa.

Resumindo, neste conflito Portugal passou por uma transformação profunda nas suas FA que se adaptaram de uma força convencional para uma força de contrassubversão. Esta transformação foi acompanhada por uma evolução dos movimentos subversivos, que expandiram as suas áreas de ação do Norte para o Leste de Angola e modernizaram o equipamento utilizado.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A., 2009. Guerra Colonial: Uma Aliança Escondida. *Nação e Defesa*, outono-inverno, pp. 217-230.
- Afonso, A. & Gomes, C. M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. & Gomes, C. M., 2010. *Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Lisboa: QuidNovi.
- Afonso, A. & Gomes, C. M., s.d. *Guerra Colonial Angola-Guiné-Moçambique*. s.l.: Diário de Notícias.
- Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África: 1961-1974*. s.l.: Círculo de Leitores.
- Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África*. Lisboa: Prefácio.
- CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): I Enquadramento Geral*. 2ª ed. Lisboa: Beira Douro, Lda.

- CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.
- CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1997. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): II Dispositivo das Nossas Forças*. 2ª ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): VI Aspectos da Actividade Operacional*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2010. *PDE 02-09-00 Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações*. s.l.:s.n.
- Exército Português, 2012. *PDE 03-00 Operações*. s.l.:s.n.
- Ferreira, J. M., 2000. Forças Armadas e o Regime Autoritário. *Nação e Defesa*, verão, pp. 107-122.
- Fontoura, N. V. e. M. P., 1995. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial: Uma tentativa de síntese.. *Análise Social - revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, pp. 1193-1208.
- IESM, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2013. *Notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização*, Lisboa: s.n.
- Lousada, A. P., Escorrega, L. F. & Menezes, A. C., 2011. *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*. Lisboa: Jornal do Exército.
- Nunes, A. P., 2002. *Angola (1966-1974): Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.
- Teixeira, N. S., 1999. Portugal e a NATO: 1949-1999. *Nação e Defesa*, primavera, pp. 15-41.
- Telo, A. J., 1999. Portugal e a NATO (1949-1976). *Nação e Defesa*, primavera, pp. 43-84.
- U.S. Central Intelligence Agency, 1973. *Angola - Vegetation*. [Imagem electrónica] Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/angola.html> [Consult. 05 Jan. 2015]
- Vaz, N. M., s.d. Acerca do Conceito Estratégico de Defesa Nacional: Dos anos 60 à actualidade. *Nação e Defesa*, pp. 49-71.

Secção II

**FUNÇÃO DE COMBATE
COMANDO-MISSÃO**

ESTRUTURAS DE COMANDO E CONTROLO E OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Autores

Cap Inf Carlos Miguel Clemente Narciso
Cap Cav Antero de Aguiar Marques Teixeira
Cap Mat Marco Paulo Moreira dos Santos
Cap Inf João Miguel Nunes Lobão Dias Afonso

Orientadores:

Maj Inf Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria
Maj Tm David Lopes Antunes

Os anunciados ventos de descolonização africana que sopravam com irresistível força, inevitavelmente afetaram a histórica presença Portuguesa em Angola. De facto, em 1961, Portugal era uma das últimas potências colonizadoras europeias em África, consubstanciando as suas pretensões com o facto histórico de desde 1497 aí se ter estabelecido e por, como afirmara Marcelo Caetano ser “...*justificação moral e raison d'être como potência. Sem ela, seríamos uma pequena Nação; com ela, somos um grande País.*” (1935, cit. por Cann, 2001, p. 35).

Com a insurreição dos Bacongos¹ a 15 de março de 1961 e os massacres daí decorridos nos Dembos, o conflito torna-se inevitável e ainda mais perante a decisão de Salazar em enviar forças militares para Angola, rapidamente e em força². Este ponto de viragem marca igualmente o acender do rastilho de uma Guerra que se estenderia até 1974, também em Moçambique e Guiné-Bissau.

Neste enquadramento, o presente trabalho tem como tema principal o Comando-Missão na Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) de Angola, durante os anos de 1961 a 1974.

No âmbito do tema genérico “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres”, investigou-se a aplicação da função de combate Comando-Missão, definida como “*um conjunto de tarefas e sistemas que desenvolvem, e integram, as atividades que permitem ao Comandante equilibrar a arte do Comando e a ciência do Controlo,*

¹ Grupo étnico banto que vive ao longo da costa atlântica de África, nomeadamente no Norte de Angola até Luanda.

² Frase proferida por si a 13 de abril de 1961.

de forma a integrar as restantes funções de combate" (Estado-Maior do Exército, 2012).

A importância deste trabalho de investigação consiste em confirmar o Comando e Controlo da Campanha Militar no TO de Angola, à luz do atual conceito doutrinário do Comando-Missão. Apesar de ser um conceito vasto, a sua análise contribuiu para um conhecimento mais alargado dos conceitos inerentes à função de combate, através da constatação de como foram empregues, adaptados e empregues na condução das operações, verificando-se assim a sua aplicabilidade neste TO.

Dada a abrangência do conceito, delimitou-se o presente trabalho incidindo a investigação científica nas tarefas primárias do Comandante, tarefas primárias do Estado-Maior (EM) e tarefas adicionais. No que respeita às tarefas primárias do Comandante, a investigação focou a tarefa que, na nossa opinião, demonstra ser mais relevante e salientadora da intervenção direta do Comandante na consecução das suas tarefas "Dirigir e Conduzir o Processo Operacional". Quanto às tarefas primárias do EM, a investigação incidiu em duas das tarefas que melhor exemplificam o papel do mesmo na sua condução das Operações: "Conduzir Atividades de Informação e Influência" e "Conduzir atividades Ciber/Eletromagnéticas". Relativamente às tarefas adicionais, incidiu-se o esforço na tarefa "Conduzir Operações de Assuntos Civis". Por último, analisou-se a operacionalização do sistema de Comando-Missão.

1. Revisão da literatura

O Comando-Missão é uma função de combate que permite ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo. A arte do comando está relacionada com o exercício criativo e competente da autoridade, através do processo de decisão e da liderança, enquanto que a ciência do controlo se refere aos procedimentos e sistemas, disponíveis aos Comandantes, para desenvolver a compreensão e apoiar a execução das missões (*Department of the Army*, 2012, p.1-4).

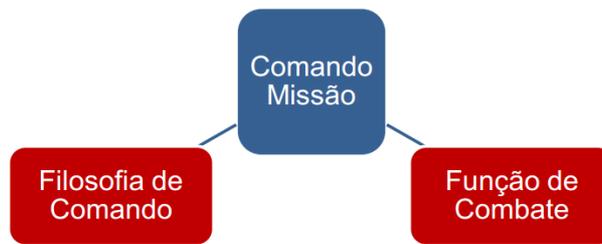


Figura 1 - Divisões do Comando-Missão

Fonte: Dos autores (baseado em Department of the Army, ADRP 6-0 - Mission Command. 2012).

a. Evolução do Comando-Missão

Ao longo da conflitualidade, o ambiente operacional foi sofrendo mutações, caracterizando-se atualmente por uma grande volatilidade. A sua compreensão e adaptação assume um papel central para a condução das operações, exigindo uma intervenção ativa por parte dos Comandantes. Neste contexto, surge o Comando-Missão, que deriva do termo Comando e Controlo (*Department of the Army*, 2012, p. 1-1). Estes termos estão intrinsecamente relacionados e por essa razão são articulados conjuntamente. Contudo, não são sinónimos; pois se o Comando é uma função individual, o Controlo envolve toda a força e é fundamental para dirigir as operações, englobando o Comandante e o seu EM. No entanto, pelo facto do Comando e Controlo não realçar a crescente necessidade dos Comandantes compreenderem um ambiente caracterizado por dificuldades e complexidades, este passou a designar-se de Comando-Missão (Estado-Maior do Exército, 2012, p. 2-25) sendo como tal mais abrangente.

b. Conceito da Função de Combate Comando-Missão

Conforme o ADRP 6-0 (2012), a função de combate Comando-Missão consiste num conjunto de tarefas e sistemas que apoiam o Comandante durante o seu exercício de Comando e Controlo, permitindo-lhe enquadrar a realidade do ambiente operacional antes e durante a condução das operações. Através desta função de combate, os Comandantes integram as restantes funções de combate de forma completa e coerente, massificando os efeitos do potencial de combate no momento e local decisivos, obtendo assim uma nítida vantagem sobre a ameaça. Este aspeto enfatiza o papel central do Comandante, enquanto elemento equilibrador do Comando e Controlo, para “...compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar...” (Estado-Maior do Exército, 2012, p. 2-25), e que, com o apoio do seu EM, visa reduzir a incerteza e ambiguidade do ambiente operacional.



Figura 2 - Processo Operacional

Fonte: (PDE 3-0, pp. 3-4).

A eficácia das operações exige que os Comandantes estabeleçam, integrem e sincronizem ações, de forma a obter e manter o controlo do ambiente operacional. Tal desígnio é alcançável através da aplicação de um conjunto de tarefas e sistemas que, integrados entre si e com as restantes funções de combate, permitem desenvolver atividades que equilibram e conjugam a arte do Comando, com a ciência do Controlo (*Department of the Army, 2012, p.1-4*). “O Controlo é mais ciência do que arte, porque depende da objetividade, dos factos, de métodos empíricos e da análise, permitindo a regulação de forças e funções de combate para cumprir a missão de acordo com a intenção do Comandante. Com o apoio do seu Estado-Maior, o Comandante utiliza a ciência do Controlo para mitigar as limitações físicas e de procedimentos, com que as unidades se deparam quando são empregues” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.4-1). Por sua vez, o Comando é uma função pessoal e como tal, reside na autoridade investida para liderar, bem como na criatividade e competência, inerente e diferenciada, de cada Comandante.

c. Tarefas da Função de Combate Comando-Missão

As tarefas da função de combate Comando-Missão definem o que fazem o Comandante e o seu EM a fim de integrarem as restantes funções de combate. Conforme ilustrado na Figura 3, verifica-se a existência de uma interação permanente e indissociável, cabendo ao Comandante liderar o EM na execução das suas tarefas. Por sua vez, o papel do EM é apoiar o comandante no cumprimento das suas tarefas primárias.

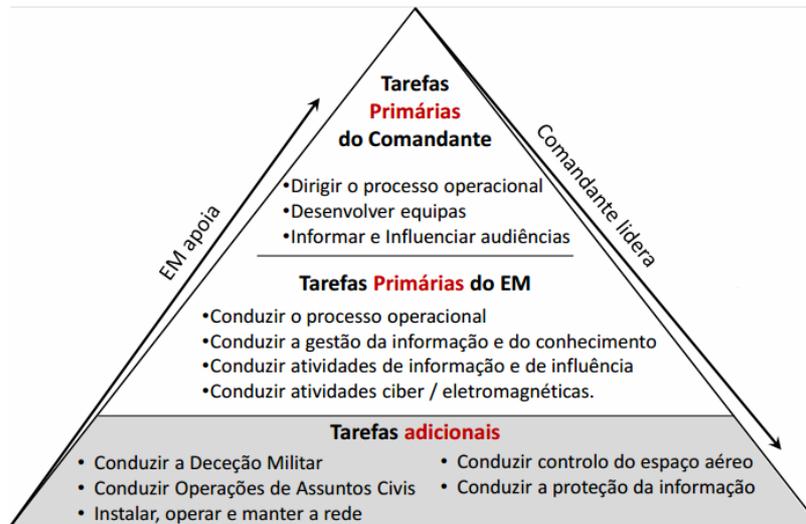


Figura 3 - Tarefas da função de combate Comando-Missão

Fonte: Dos autores (baseado na PDE 3-0, pp. 2-26).

Sendo o Comandante o principal elemento do Comando-Missão, no decorrer das operações este deve balancear o seu tempo disponível entre liderar o EM e orientar os subordinados, através da definição da “finalidade”, espelhada na sua “intenção” para a condução das operações a fim de alcançar os objetivos delimitados. O EM auxilia-o e aos comandantes subordinados, na compreensão situacional, na tomada de decisão e na sua implementação durante a conduta das operações.

Com relevância para a investigação das tarefas primárias e adicionais do Comandante e do EM, iremos considerar e analisar as seguintes:

- Dirigir e conduzir o processo operacional que, conforme a PDE 3-00 (2012, p.4-2), “...é o processo pelo qual o Comandante e Estado-Maior traduzem a visualização do Comandante numa modalidade de ação específica para preparar e executar, a fim de atingir os resultados esperados com a operação”. Este trabalho de direção e condução do planeamento operacional é visível através da “...intenção do comandante, que é a expressão clara do que uma força tem de executar e das condições a alcançar, relativamente ao inimigo ou adversário, terreno e considerações de âmbito civil, que representam o estado final desejado. A intenção do comandante descreve, de forma sucinta, o que o comandante considera como sucesso da operação, estabelecendo a finalidade da operação, as condições a alcançar no seu final e as tarefas chave, as

quais estabelecem a ligação entre a finalidade e o estado final desejado...” (Estado-Maior do Exército, 2012, p. 4–8);

- Conduzir atividades de informação e influência que, de acordo com a PDE 3-00 (2012, p. 4–13), consistem na *“...integração de capacidades relacionadas com a Informação de forma a sincronizar temas, mensagens e ações com as operações para informar a audiência nacional e global e influenciar audiências estrangeiras bem como afetar o processo de decisão adversário. Estas atividades incorporam e potenciam formas de ampliar a capacidade dos Comandantes para utilizar outras fontes para informar e influenciar. As atividades de informação e influência têm duas linhas de esforço: a linha de esforço da informação e a linha de esforço da influência.”*. Na linha de esforço da influência, encontram-se as operações psicológicas, que enviam a informação selecionada para audiências alvo, de modo a influenciar as suas emoções, motivações, pensamentos e, em último caso, os comportamentos de governos, organizações, grupos e indivíduos estrangeiros (*Department of the Army*, 2012).
- Conduzir atividades ciber/eletromagnéticas, de acordo com a PDE 3-00 (2012, p. 4–15), define-se como *“...uma abordagem de armas combinadas para as operações num domínio do ciberespaço e num espectro eletromagnético congestionado. As atividades ciber/eletromagnéticas destinam-se a conquistar, reter e explorar as vantagens no ciberespaço e no espectro eletromagnético. O resultado permite às forças militares manter a liberdade de ação e negar a liberdade de ação a um adversário ou inimigo, contribuindo globalmente para a operação. As atividades ciber/eletromagnéticas são divididas em duas linhas de esforço: a do ciberespaço e a da guerra eletrónica (GE) ...”*;
- Conduzir operações de assuntos civis que, de acordo com a PDE 3-00 (2012, p. 8–7), *“...assumem neste caso um papel essencial no estabelecimento de uma relação de confiança entre a força e as organizações civis, a qual é fundamental para que possa existir cooperação efetiva entre ambas...”*.

d. Sistema do Comando-Missão

Para a condução eficaz e eficiente de operações militares, o Comandante necessita da aplicação coordenada de pessoas, redes, procedimentos, equipamentos, gestão do conhecimento e de sistemas de informação, bem como de infraestruturas (Estado-Maior do Exército, 2012).



Figura 4 – Componentes do Sistema de Comando-Missão

Fonte: (Department of the Army, ADRP 6-0 – Mission Comand. 2012).

A adaptabilidade operacional daqui resultante é reflexo da permanente aplicação do Comando-Missão que, operacionalizada em equipas, é geradora da compreensão dos problemas operacionais que continuamente são apresentados. Riscos transformados em oportunidades, influência sobre atores, transições antecipadas e adaptadas, bem como a compreensão adequada e simplificada do ambiente operacional, são alguns dos resultados a alcançar pela aplicação sistemática de Comando-Missão.

Os Comandantes organizam o sistema de Comando-Missão para apoiar o processo de tomada de decisão; preparar e disseminar ordens ou diretivas; recolher, gerar e manter informação e preparar produtos no âmbito do conhecimento, de modo a apoiar os Comandantes e líderes a terem um melhor entendimento e visualização do ambiente operacional bem como estabelecer meios que permitam aos Comandantes e líderes comunicar, colaborar e facilitar o funcionamento da equipa (*Department of the Army, 2012*).

O Sistema do Comando-Missão inicia-se com o pessoal em que o Comandante, através da sua intenção, proporciona a iniciativa disciplinada aos subordinados para conduzirem as operações, conferindo-lhes uma liberdade de ação adequada para a execução, de forma a estes lidarem com as situações imprevistas (*Estado-Maior do Exército, 2012*). Por sua vez as redes são genericamente um grupo de objetos que são interconectados visando atingirem uma finalidade, permitindo aos Comandantes transmitir a informação, bem como controlar as Forças (*Department of the Army, 2012*). Já os sistemas de informação recolhem, processam, guardam e disseminam informação, permitindo um planeamento colaborativo entre os escalões. Os processos e procedimentos permitem ao Comandante organizar a atividade do seu EM e da Força, com vista a alcançar o “estado final desejado”, assim como minimizar confusões, mal-entendidos e evitar hesitações. Quanto às instalações e equipamentos, móveis ou fixos (centro de operações), permitem a operacionalização, servindo de base de apoio para a condução do sistema Comando-Missão.

2. O Comando-Missão na Campanha de Angola

a. Identificar e analisar o Processo Operacional

D1 – Direção do Processo Operacional pelos Comandantes

No planeamento de operações, incontornavelmente a Operação Viriato³ se apresenta icónica mas igualmente precursora das grandes operações em Angola e, de facto, em todo o Ultramar. Na sequência dos massacres⁴ praticados pela UPA (União das Populações de Angola) na região dos Dembos no distrito de Cuanza Norte, da incapacidade em manter pacificada essa região e após reforço de efetivos oriundos da metrópole, inicia-se uma grande operação de modo a retomar a povoação de Nambuangongo e ocupar permanentemente a região (Afonso e Gomes, 2010, p.86). Este objectivo de controlo territorial seria em 1962⁵ ampliado a quatro zonas de intervenção⁶ com a implementação dos Plano “Centaurus Grande” e em junho de 1963 do Plano “Marfim Negro”, refletindo o conceito estratégico terrestre de modo a implementar um modelo organizativo das Forças Armadas na Região Militar de Angola (RMA). Concretizava-se deste modo o primeiro sistema de quadrícula, refletindo o ensejo do comando militar de Angola em assegurar “...a ocupação do território e o controlo das populações” (Afonso e Gomes, 2010, p.124) e aparentemente “...na ausência de qualquer decisão nacional, fosse a nível do Ministério da Defesa, ou dos Estados-maiores” (Afonso e Gomes, 2010, p.125). Este modelo seria replicado igualmente em Moçambique e na Guiné, com o decorrer da Guerra.

Ao nível prático, por exemplo, no Plano de Operações “Gama” de 03 de junho de 1961 do comando da 3ª Região Militar, na “situação das forças amigas” e na “missão” está vertido o “estado final da operação”, bem como as “tarefas chave” a realizar pela manobra na execução, refletindo diretamente como o comandante planeava e dirigia as operações.

Um exemplo de problema complexo a que, desde o início dos combates, as autoridades militares e civis ultramarinas foram confrontadas prendeu-se com a necessidade de otimização das deficientes ou simplesmente inexistentes coordenações entre autoridades, visando o controlo de terreno e população⁷ como relembra Waals (2011, p.133), fulcrais também no tocante ao planeamento e condução de operações abrangentes de âmbito militar e

³ Decorrendo entre 10 de julho e 09 de agosto de 1961.

⁴ A partir de 15 de março de 1961.

⁵ Implementado a 23 de maio de 1962.

⁶ Cujos limites se mantiveram em Angola até 1970.

⁷ Elementos centrais na doutrina Marxista-Leninista de Guerra Revolucionária e no próprio conceito de Guerra Subversiva patente em “O Exército na Guerra Subversiva”.

civil e para o desfecho de conflitos de caráter subversivo. Diretamente associada a esta incontornável necessidade, que raramente havia sido adequadamente tratada pela administração Portuguesa dos territórios ultramarinos, em junho de 1961 assume-se a necessidade de conjugar as capacidades de comando militar (com a missão principal de levar o combate até aos elementos subversivos e assim retirar-lhes a iniciativa inicial) com as de administração e governação desejavelmente efetiva em todo o território, tal como referido por Afonso e Gomes (2010, p.75). Tal dimensão ganha forma pela primeira vez com a nomeação do General da Força Aérea Venâncio Deslandes⁸ como Governador-Geral e Comandante-Chefe, sendo que com o tempo as genericamente designadas ações psicossociais vieram a ser desempenhadas maioritariamente pelos militares, desviando-os de ações de combate.

Associado a esta problemática do controlo de população e território, as Forças Armadas, confrontadas com o vazio administrativo largamente reinante em toda Angola e particularmente no Norte, (onde por vezes as próprias fazendas se substituíam ao papel dos reduzidos e subdimensionados postos administrativos), expeditamente e por necessidade absoluta desenvolveram e aplicaram a divisão territorial em zonas de ação: as quadrículas militares. Numa primeira fase, às unidades militares cabia a responsabilidade de controlo do território, por mais exígua que fosse a força e por mais extensa ou povoada que fosse a zona. A segunda fase compreendia a governação dessas mesmas áreas, assegurando os serviços básicos⁹ às populações e transformando os postos de Comando das unidades também em centros administrativos (Afonso e Gomes, 2010, p.76). Uma terceira fase é ainda distinguida por Walls (2011, p.138), a da ação psicossocial, em que de acordo com uma diretiva emanada logo em 1961 pela RMA continha instruções para que *“...a patrulha em marcha, com a sua demonstração de força calculada para inspirar confiança, pode também ser portadora de abastecimentos sanitários para os doentes e pode também, por exemplo, através duma conversa agradável, destruir alguns dos rumores espalhados pela propaganda adversa ... Por outro lado, as tropas (de quadrícula) podem também...construir escolas para crianças e adultos, estabelecer contactos com a população local...construir uma comunidade alargada de interesses com os jovens nativos através de desportos...”*¹⁰.

⁸ Tendo sido nomeado a 04jun61 e tomado posse vinte dias depois, na sequência das exonerações do General Libório Monteiro do cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola e do Governador-Geral Silva Tavares.

⁹ Abrangendo desde a saúde, salubridade, trabalho e até à educação.

¹⁰ Tradução livre do inglês.



Figura 5 - Confiança entre as populações

Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p. 61).

Em termos práticos, nessa quadrícula, atribuída a uma unidade militar e apoiável por unidades com capacidade de mobilidade tática (conferida pelo uso de helicópteros, por exemplo) visando a busca e destruição de elementos subversivos, pretendia-se não só dar combate a guerrilheiros como transmitir uma imagem positiva de um Portugal uno e indivisível também em África. Esta imagem seria construída a partir dos contactos entre as populações locais e os militares e estruturas civis aos mais baixos escalões, garantindo proteção e apoio, para além de permitir a recolha de informação sobre o adversário (Waals, 2011, p.133).

Deste modo, o Processo Operacional¹¹, que devendo ser articulado entre entidades civis e militares, na sua larga maioria revestiu-se de um processo misto de combate e governo civil. O processo de planeamento era assim articulado aos mais altos escalões, mas adaptado (em muitas ocasiões) ou mesmo gizado aos mais baixos escalões¹² (Afonso e Gomes, 2010, p.207). E de uma forma geral "...a ação militar direta ...passou a ser uma atividade secundária...Era sempre fácil desculpar a fraca atividade operacional com as urgentes e importantes tarefas de apoio psicossocial" tal como afirmam Afonso e Gomes (2010, p.76).

¹¹ Integração dos processos e atividades nos EM e Unidades, durante o exercício do Comando-Missão. Engloba as principais atividades de planeamento, preparação, execução e avaliação.

¹² A 08Nov62 é declarado que as UEC são a força de excelência para as quadrículas.

D2 – Condução do Processo Operacional pelo Estado-Maior

No manual do Oficial Miliciano (Ministério do Exército, 1967a, p.3), que reúne “...*assuntos que se acham dispersos por variadíssimos regulamentos e publicações militares...*”, está sintetizada a organização militar do Exército nos diferentes escalões. Assim, no que concerne ao EM e desde os mais altos escalões, existia, no Ministério do Exército, o Estado-Maior do Exército (EME). Subordinado ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), entre outros, encontrava-se o Ajudante-General com responsabilidade pela 1ª repartição (Pessoal), o Vice-Chefe com responsabilidade pelas 2ª (Informações), 3ª (Operações e Organização) e 5ª (Instrução) repartições bem como o Quartel-Mestre General (QMG), com responsabilidade pela 4ª repartição (Logística). Estas repartições tratavam “...*os problemas na sua generalidade, deixando às direções e chefias dos serviços o conveniente desenvolvimento de pormenor e a sua execução*”(Ministério do Exército, 1967a, p. 16).

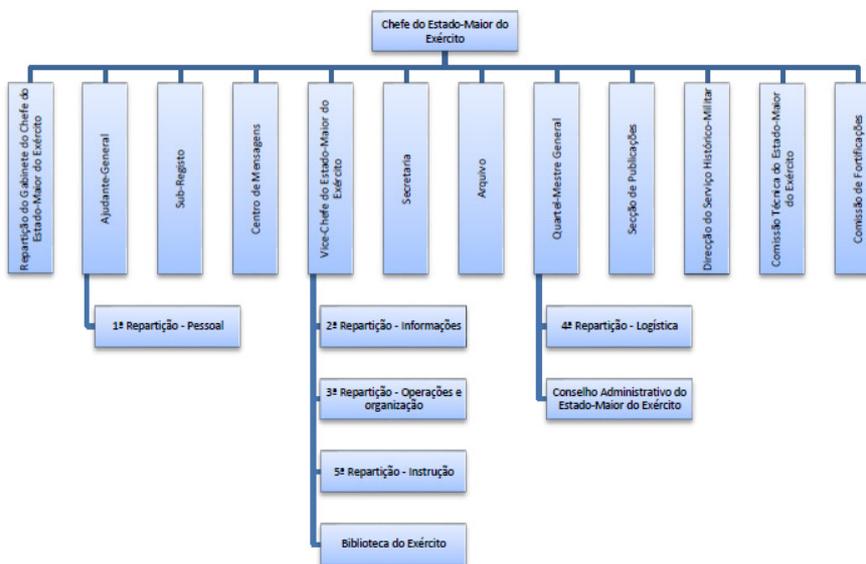


Figura 6 - Organização do Estado-Maior do Exército

Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a).

Quanto ao território nacional, dividia-se em 6 regiões militares (RM) e 8 comandos territoriais independentes (CTI), sendo órgão de comando das RM o Quartel General (QG) e o dos CTI e demais comandos territoriais o respetivo Comando Militar (CM). A RMA dividida em 5 comandos territoriais¹³, estruturava-se em QG da região, bem como 5 CM. Cada um destes órgãos possuía um

¹³ Cabinda, Norte, Centro, Sul e Leste.

EM, dividido em quatro repartições: 1ª (Pessoal e Secretaria), 2ª (Informação e contrainformação), 3ª (Instrução, organização e operações) e 4ª (Logística¹⁴). Já quanto às grandes unidades (GU) e pequenas unidades (PU), até escalão Batalhão (Bat) ou Grupo (Gr), organicamente possuíam uma unidade de Comando e Companhia de Comando, com o Comando constituído por um EM e um Estado-Menor. O EM era composto pelo EM pessoal (ajudantes do comandante), EM geral (chefe do EM, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª repartições) e EM especial (comandantes das armas¹⁵ e chefes dos serviços¹⁶). O Estado-Menor integrava “...*peçoal auxiliar, tais como contínuos, correios e tipógrafos.*” (Exército Português, 2010).

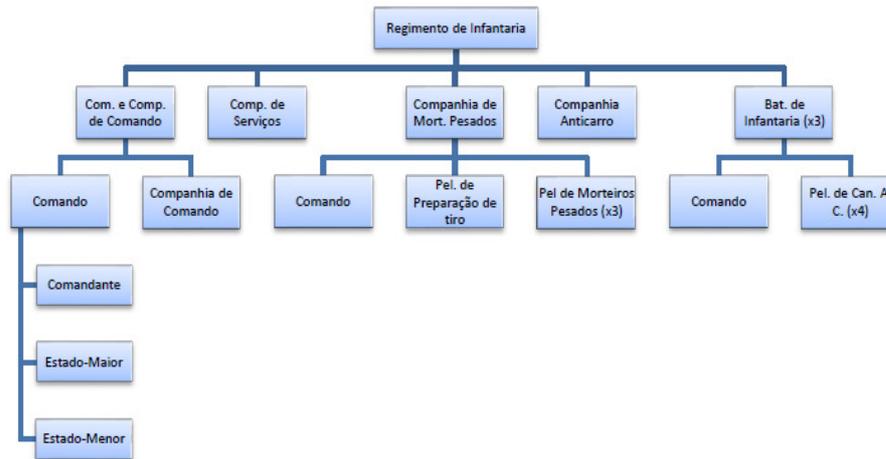


Figura 7 - Organização de um Regimento de Infantaria

Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a).

¹⁴ Com as valências de reabastecimento, manutenção, hospitalização, transportes.

¹⁵ Nomeadamente Artilharia, Engenharia e Transmissões.

¹⁶ Detalhadamente, saúde, material, intendência, químico, assistência religiosa, contabilidade e pagadoria, justiça, polícia militar, aviação de observação e ligação, pessoal, secretaria, atividades recreativas e postal.

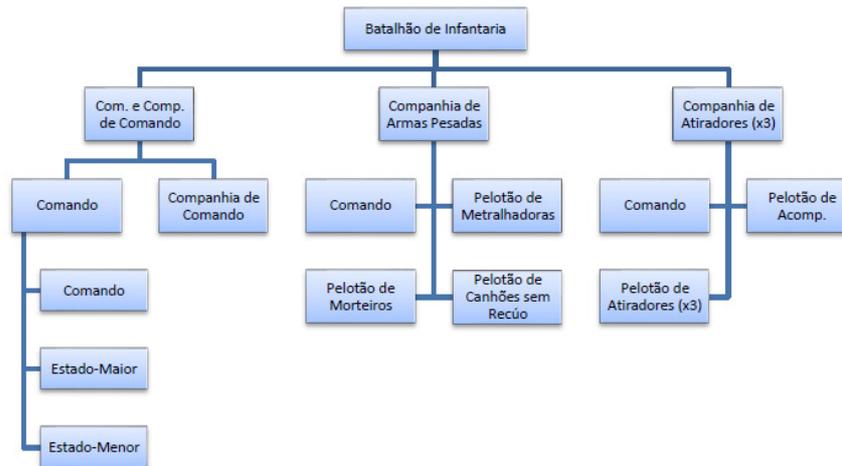


Figura 8 - Organização de um Batalhão de Infantaria

Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a).

Naturalmente, em guerra subversiva, era complexo definir as “possibilidades do inimigo” pois havia que encarar meios e motivações diferentes, objetivos não coincidentes, táticas diversas e muito especialmente, a influência decisiva de fatores psicológicos, humanos e da personalidade dos chefes locais. Havia pois que ter sempre em atenção as “intenções” do inimigo para além das suas “possibilidades”. Nunca esquecendo que o inimigo poderia seguir procedimentos que, embora militarmente deficientes, acabassem por assegurar resultados psicológicos mais valiosos. Isto exigia o conhecimento perfeito do meio humano, das tradições e hábitos locais e do passado ou maneira de ser dos chefes regionais. Nestes termos organizou-se na 2ª Repartição uma Secção de Ordem de Batalha que muito ajudou na previsão do que iria suceder. A 2ª Repartição, sempre em colaboração com as restantes, desenvolvia atividades que por vezes a ultrapassavam, sobretudo no campo da Ação Psicológica, responsabilidade da 3ª Repartição.

A nível prático, do Plano de Operações “Gama” de 03 de junho de 1961 do comando da 3ª Região Militar, retira-se a intervenção direta e detalhada do EM na condução do processo operacional, pois em anexo ao plano detalha-se o estudo do inimigo, que conduzido pela 2ª repartição, foca igualmente as necessidades de informação para alimentar a condução das operações.

Da Ordem de Operações “Dois sem trunfo” nº8 de 25 de setembro de 1965 do Batalhão de Caçadores nº505, constata-se que era perfeitamente definido o “conceito de operação” assim como a sincronização da operação, ainda que previstas hipóteses na própria missão às subunidades.

b. Caracterizar as atividades de informação e influência

D3 – Meios e processos de criação de efeitos em Audiências Alvo

As áreas de território a pacificar foram guarnecidas por unidades em quadrículas tendo como primordial preocupação “...manter ou restabelecer a ordem e montar uma defesa adequada das maiores povoações...” (Estado-Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 12) para assim as isolar dos rebeldes. Deviam então “...manter o contacto com a população” e sendo “todo o território...dividido em setores de Companhia (ou Esquadrão) integradas em Batalhões e estes em Agrupamentos” (Estado-Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 13).

Para além destas forças eminentemente militares, se superiormente autorizado, podiam ser recrutados elementos da população civil. Estes eram designados por elementos auxiliares e tal como discriminado no segundo volume de “O Exército na Guerra Subversiva” (Estado-Maior do Exército, 1966a, cap.III, p. 31), podiam ser empregues como:

- Agentes de informação, ou informadores;
- Intérpretes e tradutores;
- Guias;
- Trabalhadores;
- Carregadores;
- Agentes de propaganda;
- Funcionários do governo militar estabelecido;
- Mão de obra e outros serviços;
- Autossegurança e autodefesa de povoações e empresas;
- Combate aos bandos armados e guerrilhas.

Todos estes elementos, militares e civis, na medida e capacidade possível, deveriam então exercer ação psicossocial sobre as populações à sua responsabilidade, sendo inclusivamente missão das unidades de quadrícula (de entre outras) a manutenção de “...contacto constante com a população...” (Estado-Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 21). Visava-se então uma ação social ou de assistência para melhorar “...as condições de vida da população e, elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar a confiança dessa população ...e conquistar-lhe os corações” (Estado-Maior do Exército, 1966b, cap.II, p. 3). Esta mesma ação social era concretizada através da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica, sendo os seus principais agentes os “...médicos, capelães e certos oficiais, sargentos e praças, mas todos os elementos... podem e devem cooperar nesta ação...” (Estado-Maior do Exército, 1966b, cap.VII, p. 5).

Particularmente quanto à ação psicológica, doutrinariamente, era executada de três formas (Estado-Maior do Exército, 1966b, cap.II, p. 4):

- Propaganda – *“...comunicação de notícias, factos comentários, explicações, apelos, etc., com a intenção de exercer uma influência sobre as opiniões, emoções, atitudes e comportamento dos indivíduos ou dos grupos humanos, em benefício de quem os difunde.”*
- Contrapropaganda – com a *“...finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa.”*
- Informação – não deverá ser confundida com uma notícia estudada e interpretada, sendo a *“...comunicação de notícias, factos, comentários e explicações (não de apelos), mas a sua finalidade é esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objetivamente a sua opinião, e não impor ideias e doutrinas”*.

D4 – Ligação com entidades locais

Beneficiando da síntese de experiências de índole revolucionária na Malásia britânica (1948-60) e nas francesas Indochina (1946-54) e Argélia (1954-62), as forças portuguesas em Angola adaptaram-se de modo a desenvolver uma guerra de contrainsurreição que se previa prolongada e se pretendia de impacto sociopolítico, escala e custo reduzido. Para tal, ainda antes do eclodir do conflito que se adivinhava, e depois tomando corpo na forma do doutrinário “O Exército na Guerra Subversiva”, destacam-se as fases de pré-insurreição e de insurreição que se deviam observar para contrariar as ações e intenções de insurretos. A primeira pretendia-se meramente preventiva, enquanto que a segunda vertia-se no controlo de população e terreno e subtraindo capacidades ao adversário, através de ações militares, psicológicas, sociais e políticas (Cann, 2005, p. 80).

Criando-se assim este modo português de fazer a guerra, vários aspetos foram desenvolvidos, realçando-se a adaptação de Forças Armadas “contra insurreccionais”, com ênfase no papel a desempenhar por pequenas unidades, para a africanização do conflito, para as ações psicossociais visando a melhoria das condições de vida dos nativos e assim apartá-los de contacto e apoio a insurretos e igualmente pela aplicação de operações psicológicas que afirmavam as pretensões lusas (Cann, 2005, pp. 32-33).

No terreno, observando a lógica de consecução de ações psicossociais *“...destinadas a garantir a lealdade de populações indígenas e isolá-las dos revolucionários.”* (Waals, 2011, pp. 131-132), o soldado português era encorajado a mostrar a sua presença. Para tal também contribuía de modo marcado a concentração de populações em aldeamentos dentro das quadrículas a que se

encontravam adstritas as unidades portuguesas, onde o esforço de controlo era assim associado às melhorias de qualidade de vida¹⁷ (Waals, 2011, pp. 137–138). Pretendia-se assim não só ter capacidade de prevenção militar contra os insurretos (observando-se o princípio da violência mínima) mas também atuar nas populações através de ações sociais e psicossociais (Cann, 2005, pp. 85–86).



Figura 9 – Aldeamento

Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p. 56).

As unidades de quadrícula, mediante ordem superior, tinham também a responsabilidade de criar e apoiar estes aldeamentos, ligando-se diretamente com as entidades locais e milícias. De referir também que, dado ser fundamental o influenciar das populações para o sucesso da contrassubversão, as quadrículas e o escalão das unidades que as iriam ocupar eram definidas com base nas povoações existentes. De igual modo, a responsabilidade de ligação e de recolha de notícias sobre inimigo e população era do comandante da respetiva quadrícula (Estado-Maior do Exército, 1966a, cap.V, p. 4) através das suas forças e não de alguma estrutura específica. Esta implementação de um programa de aldeamentos, tal como referido por Cann (2005, p.175), Waals (2011, pp. 137–138) e Nunes (2005, pp. 56–57), pretendia resolver três

¹⁷ Por exemplo, entre 1961 e 1964 foram criados 130 aldeamentos no norte de Angola, cada com capacidade para 2000 pessoas, onde se pretendia desenvolver a capacidade agropecuária, a assistência higiénica ou a autodefesa.

funções no controlo da população rural e apartá-la dos guerrilheiros e das suas exigências de informações, alimentos e abrigo, sendo objetivadas em:

- Administração dos programas económicos e sociais alargados;
- Proteção da população relativamente à intimidação rebelde;
- Realização de operações psicológicas.

Quanto ao controlo dos aldeamentos, o mesmo era executado “...por milícias, que asseguravam a autodefesa, existindo, por vezes, nos grandes aldeamentos... polícias europeus, guardas rurais ou membros da Organização de Voluntários, que os enquadravam. Também as autoridades gentílicas – os régulos – , eram incentivadas a participar no controlo das populações” (Afonso e Gomes, 2000, p. 242), constituindo-se como fator unificador de esforços e intenções.

A africanização do conflito suavizava a atuação, por exemplo chegando a ser de 13000 africanos num total de 50000 militares em Angola no ano de 1967 (Waals, 2011, p. 141). Não só legitimava a atuação colonial, pois até os próprios nativos a ela aderiam, como permitia uma aproximação mais concreta e palpável às populações, beneficiando-se também do facto do domínio de costumes, idiomas e dialetos, conhecimento de religiões e do próprio terreno, fauna e flora ser passado ou usufruído pelas tropas europeias.

Fruto da africanização do conflito, havia também ligação com tropas locais que “...foram levantadas não só pelas Forças Armadas, como também pelas autoridades civis, e utilizadas como “unidades de segunda linha” com as funções de guias, milícia civil, forças auxiliares, grupos de autodefesa para aldeias e outras funções especializadas” (Cann, 2005, p. 114). Em Angola, estas forças abrangiam desde as milícias tradicionais, as regedorias às forças de contraguerrilha¹⁸, como Cann (2005, p. 115) e Nunes (2005, pp. 63–69) elencam. Além destas forças maioritariamente vocacionadas para defesa, também havia ligação e operações com forças locais vocacionadas para o reconhecimento, nomeadamente os Flechas: “forças paramilitares ... recrutados e organizados ... pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), inicialmente com funções de informação e depois, de combate” (Cann, 2005, pp. 120–121).

c. Caracterizar e identificar as atividades ciber/eletromagnéticas

D5 – Guerra eletrónica

No ano de 1965, o, na altura, Capitão de Transmissões Garcia dos Santos, frequentou o curso NATO de Orientação de Guerra Eletrónica (GE), em Anzio, Itália, e, mais tarde, estagiou na Companhia de GE do Exército Belga.

¹⁸ Desde as Tropas Irregulares, Tropas Especiais, Grupos Especiais, Grupo Sonda da Zona Militar Leste, Fiéis catanguenses, Leais, Pseudo-Terroristas em Nambuanguongo e Milícias Armadas em Malanje.

Estas formações iniciaram a GE no Exército Português, com a criação do Centro de Instrução de Guerra Eletrónica, para o qual foram adquiridos: radiogoniómetros, para radiolocalização; recetores de qualidade, para interceção; e geradores de ruído, para empastelamento (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008). É pela atribuição da responsabilidade da GE às Transmissões que, em 1969, se “criou” esta nova arma (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008, p.115), surgindo, formalmente, a GE no Exército. Quer a nível de meios, quer de procedimentos, havia então condições para a prática da atividade, ainda que em estado embrionário.

Em Angola, a organização das Transmissões previa “...uma unidade, agrupamento ou batalhão, para ... a guerra eletrónica” (Afonso e Gomes, 2000, p.401), que realizava atividades de pesquisa, interceção e identificação, como constatado por Afonso e Gomes: “...em cada um dos teatros faziam-se escutas ... às comunicações de rádio nas redes operacionais” (2000, p.237).

Embora exista a presença destes indicadores, reveladores de atividade de GE, “...durante esta guerra, as ações ... foram limitadas, e nunca foram uma prioridade.” (Comissão da História das Transmissões Militares, 2015). Deduz-se que estas ações não se tornaram relevantes, em Angola, principalmente devido à grande limitação dos meios de transmissões utilizados pelo inimigo (In), “...pois utilizavam a radiodifusão dos noticiários da Rádio Brazzaville, que os seus apoiantes recebiam nos seus transístores.” (Comissão da História das Transmissões Militares, 2015, p.135).

Feita a identificação de Medidas de Apoio Eletrónicas (MAE) e Contra Medidas Eletrónicas (CME), refere-se, de seguida, a presença de alguns aspetos que podem ser considerados como relacionados com as Medidas de Proteção Eletrónicas (MPE). O Manual do Oficial Miliciano tem, coligido a informação essencial de que cada Oficial Miliciano deveria ser conhecedor, reservando uma parte, sintetizada, para a segurança das Transmissões. Nele é referido que são componentes da segurança das transmissões a segurança criptográfica, dos meios, processos de transmissão e física (Ministério do Exército, 1967b).

A segurança criptográfica consistia na correta utilização de sistemas criptográficos apropriados, definidos e autorizados pela Chefia do Serviço de Reconhecimento das Transmissões. Era principalmente desempenhada pelos elementos do serviço das Transmissões.

A segurança dos meios e processos de transmissões era obtida por uma rigorosa e disciplinada exploração de transmissões. Algumas destas regras, enumeradas no referido manual, eram:

- evitar comunicações rádio se houver outros meios ao dispor;
- existência, em cada rede, de uma central ou estação de controlo, para garantia da disciplina e fiscalização da rede;

- tempo de duração das transmissões reduzido;
- utilização de mensagens cifradas;
- utilização rigorosa das frequências autorizadas;
- alteração frequente dos indicativos de chamada;
- recurso à radiolocalização, ou no mínimo azimutagem, para despistagem de mistificação.

A segurança física consistia nas *"...medidas necessárias para evitar que pessoas ou entidades não autorizadas tenham acesso a instalações, equipamento, documentos e material de transmissões classificado"* (Ministério do Exército, 1967b, p.335), para que o manuseamento do material classificado seja efetuado apenas por pessoal autorizado, em arrecadações apropriadas e com procedimentos para a destruição do referido material.

Embora a literatura consultada seja pouco detalhada, no que concerne à GE, foi possível identificar a existência de meios, bem como de doutrina, para a execução destas atividades em todo o seu âmbito (MAE, CME e MPE). As MPE ou, mais propriamente a Segurança das Transmissões, eram as que estavam num estado de desenvolvimento mais "avançado". Por outro lado, as ações da GE, nomeadamente MAE e CME, foram limitadas, nunca tendo sido uma prioridade, devido ao seu estado embrionário, não se ter a real noção das potencialidades e à reduzida utilização do espectro eletromagnético por parte do In. Assim, considerando a conjuntura, é razoável deduzir-se que o Exército tinha capacidade para praticar este tipo de guerra, explorando o espaço eletromagnético e negando-o ao In, tendo evoluído com o desenrolar do conflito.

d. Identificar Operações de Assuntos Cíveis

D6 – Condução de Assuntos Cíveis

Particularmente no referente aos assuntos cíveis na sua área de responsabilidade, como reporta Cann (2005, p.88), foram empregues três métodos de integração de entidades cíveis e militares. Estes variaram ao longo do tempo entre estruturas cíveis e militares paralelas, uma estrutura militar única e estrutura mista; combinando organizações cíveis e militares. O mais proveitoso, como aponta Cann (2005, p.91) foi o último método e no terreno, a partir de 1967, a Estrutura de Contrassubversão encontrava-se organizada da seguinte forma:

- Conselho Provincial;
- Conselhos especiais (Zona Militar Leste e Norte);
- Conselhos Distritais;
- Conselhos Locais.

Definitivamente articuladas em 1968, as Comissões Locais atuavam aos mais baixos escalões, ainda que superiormente enquadradas pelo Conselho

Geral da Contrassubversão e Conselho Executivo liderados pelo Governador-geral, pelo Comandante da RMA e pelos respetivos Conselhos Distritais para a Contrassubversão.

Assim, a estrutura militar (por vezes confundindo-se com a estrutura civil), ligava-se diretamente às populações numa lógica de apoio civil continuado. Deste modo, as comissões locais ao nível de quadrícula, desempenhavam papéis de relevância pois encontravam-se junto ao povo e como tal “...em melhor posição para compreender, captar e transmitir os verdadeiros interesses e aspirações...” como afirma o Coronel Gomes Bessa (1972, cit. por Cann, 2001, p. 85). Nesta estrutura, o comando militar na sua área de responsabilidade e nos diversos patamares organizativos desde Distrito até municípios e postos administrativos, ligava-se então com as autoridades de governação, forças policiais, PIDE, líderes locais e Igreja católica.

Como aponta Cann (2005, p. 91), estes órgãos congregavam “... civis e militares e tratavam vários problemas aos seus respetivos níveis. Muitas vezes, a Igreja Católica, as autoridades locais tradicionais, chefes de milícia, ou diretores dos serviços de educação ou saúde, eram representados nas suas reuniões para encontrar soluções e informar sobre os seus problemas”. Estes problemas de nível local eram assim resolúveis, aos mais baixos escalões, mormente pelas companhias de quadrícula.

Uma outra estrutura, o Conselho para a Condução da Ação Psicológica operava a nível distrital e requeria uma estreita coordenação, visando uma ação eficaz e contínua (Waals, 2011, pp. 207–209).

e. Identificar a operacionalização do sistema de Comando-Missão

D7 – Redes de Comando e Controlo

Até ao ano de 1961 as Transmissões, em Angola pouco tinham evoluído, ao ponto das unidades que partiam em missão para aquele destino, não tendo qualquer ligação rádio com os seus escalões superiores, terem como única alternativa a comunicação, de forma insegura, através das redes dos diversos postos administrativos por onde passavam. Em oposição, na Capital, existiam duas unidades de Transmissões de elite: o Batalhão de Telegrafistas, nas transmissões permanentes e o Batalhão de Transmissões nº3, nas transmissões de campanha. Foi da primeira unidade que, nesse mesmo ano, foi enviado o primeiro destacamento do Serviço de Telecomunicações Militares (STM) para Angola, com a missão de incluir aquela colónia no sistema de transmissões permanentes. Pela sua ação, passou-se a ter ligação entre o TO e a Capital, através de um sistema de transmissões em HF e também ligação entre os comandantes das regiões militares com as suas unidades, através de redes radiotelegráficas. A situação continuava preocupante, “...com as redes rádios fixas constituídas à

base de postos Ingleses, P-19 e ZC-1” (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008, p. 98), de fraca potência e manutenção complexa e morosa, o que conduzia a que as ligações só se pudessem verificar a certas horas do dia. Este sistema revelou-se insuficiente, dado o fluxo operacional e logístico originado pela situação de guerra (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

O problema das transmissões de campanha era sobejamente conhecido e, mesmo antes do início da campanha, foram propostas soluções à Inspeção das Tropas de Transmissões (ITT) para permitir ligar os diversos escalões (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008). As comunicações necessárias tinham como bitola alcances de 10km para Companhia-Pelotão e 100km para as ligações Batalhão-Companhia (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Pouco tempo mais tarde procedeu-se à aquisição de 160 emissores-receptores AN/GRC-9¹⁹, para substituir parte dos P-19, P-21 e ZC-1, que já permitiam manter comunicações a longas distâncias e, inclusivamente, escolher as frequências e indicativos para cada tipo de chamada (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Os postos de comunicações eram guarnecidos e equipados por pessoal das companhias de Transmissões, existentes na unidade de Engenharia de cada uma das regiões.



Figura 10 - E/R de HF, AN/GRC-9, pronto a operar

Fonte: (<http://www.royalsignals.org.uk/photos/grc-9.htm>).

¹⁹ Compra por Angola de 160 E/R AN/GRC-9 resultantes de contrapartidas da Alemanha à venda do café.

No decorrer da guerra, em 1968, as Transmissões deram um grande passo, com a substituição dos AN/GRC-9, quase na sua totalidade, pelo Racal TR-28, mais leve e com maior autonomia.

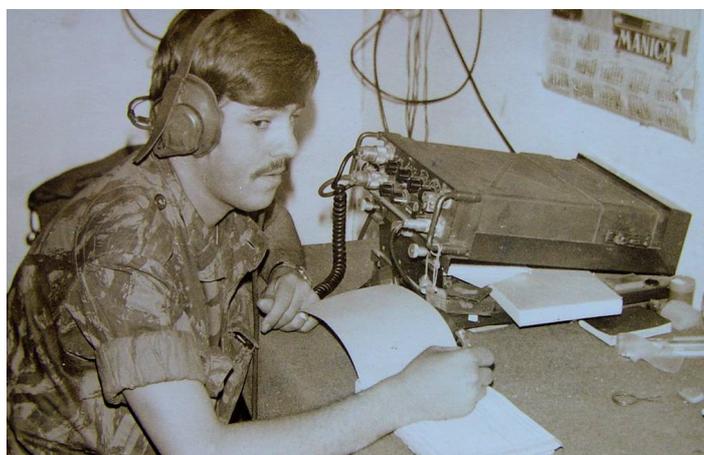


Figura 11 - E/R de HF, Racal TR-28

Fonte: Comissão da História das Transmissões Militares, 2008.

Já nesta fase, foram definidas duas redes permanentes com frequências de escuta obrigatória, uma de chamada e outra de serviço, para atender a pedidos de socorro.

No final da Guerra, as ligações existentes eram mais evoluídas, relativamente dispersas por todo o território, com possibilidade de ligação rádio, conforme esquematizado na Figura , mas também ligação telefónica e telegráfica, ligações por cabo hertziano, redes rádio de grafia e fonia, rede de telegrafia por Teleimpressor e redes telefónicas enterradas nos troços principais de acesso às principais províncias (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Com o evoluir do conflito, as redes adaptaram-se adequadamente, para permitir aos Comandantes transmitir informação e controlar forças, tal como é possível observar na Figura , onde as regiões mais críticas de Angola estavam mais irrigadas com linhas de comunicações.

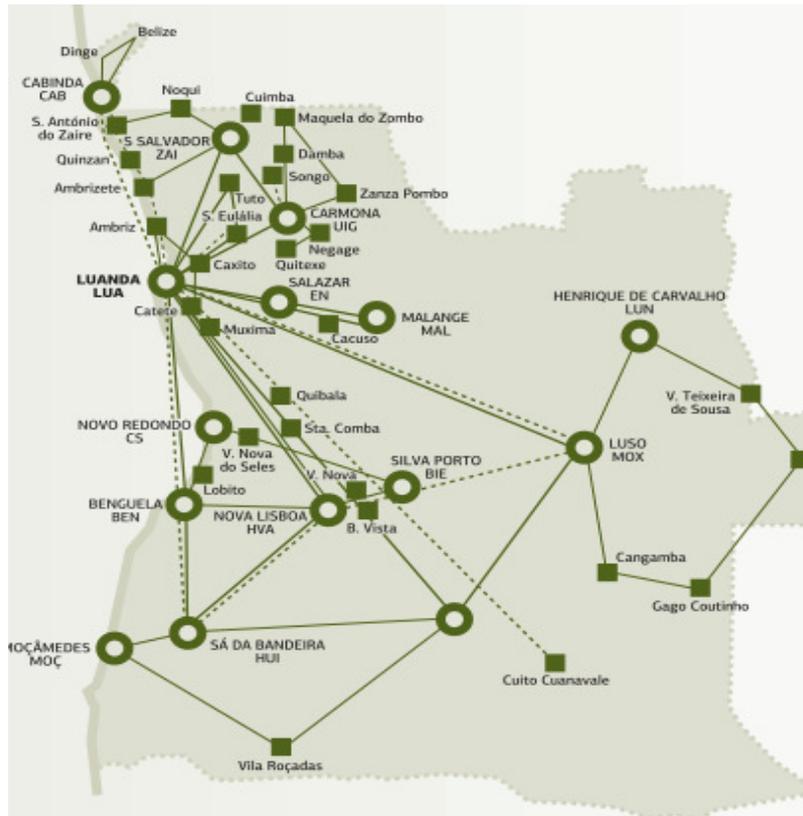


Figura 12- Rede rádio das transmissões permanentes, em Angola, no final do conflito
 Fonte: Comissão da História das Transmissões Militares, 2008.

D8 – Estrutura procedimental e documental do sistema de informação

Durante a guerra de África, no que concerne às Informações, o ciclo da sua produção estava faseado de forma semelhante ao atual (orientação do esforço de pesquisa, pesquisa, processamento e disseminação), ainda que com designações diferentes.

As “...notícias, só depois de bem mastigadas” e depois de passar por “...aquilo a que chamávamos a confirmação, que consistia em comparar elementos que já tínhamos com as declarações do pessoal capturado e das populações da zona, quando as havia, e ver se as coisas «batiam certo» ... é que passavam a ser informações” (Pinto, 1995, pp. 473–474). Finalizado este processo, estas eram difundidas verbalmente, ou através de diversos relatórios. Estes relatórios tinham uma distribuição que abrangia não só os escalões militares superiores, inferiores e laterais, como também os restantes

serviços de informações (PIDE, SCCI e Autoridades Administrativas). Por sua vez, estes serviços civis elaboravam também relatórios especiais de informações e relatórios periódicos, partilhados com os Comandos Militares. Esta *“...troca ... processava-se, com regularidade, através de reuniões semanais, que eram levadas a efeito, não só a nível superior, como também a nível Setor/Distrito”* (Estado-Maior do Exército, 1988, pp. 367–368).

Os relatórios eram difundidos de diferentes formas: mediante o escalão, equivalia um determinado relatório. No escalão Batalhão de Caçadores e equivalente, através de sumários de informações ou relatórios imediatos, sempre que a urgência o exigia, mas sobretudo através dos relatórios de situação (SITREP). No escalão Setor, era de forma idêntica ao procedimento seguido a nível batalhão. No escalão Comando da RM ou CTI e mais tarde no Comando-Chefe, quando este último assumiu em pleno o encargo da conduta operacional, através dos SITREP diários, Relatórios Periódicos de Informações (PERINTREP), Relatórios Suplementares de Informações (SUPINTREP), Relatórios Especiais de Informações e Relatórios Imediatos. Os PERINTREP fluíam por todos os escalões, sendo *“...distribuídos em mais de uma centena de exemplares e iam até o escalão companhia. Iam do quartel-general para os comandos de setor, para os comandos de batalhão e para os comandos de companhia. Evidentemente que também iam para o comando-chefe e vinham para Portugal. É verdade que, quando o PERINTREP chegava ao comandante de companhia, algumas das informações nele contidas já estavam ultrapassadas. Mas mesmo ultrapassadas, essas continham informações de interesse. Chamávamos-lhes informações de base...”* (Pinto, 1995, p. 474).

Especificando a responsabilidade da 2ª repartição nesta área e sendo o Regulamento de Informações (Ministério do Exército, 1966) a referência doutrinária para as informações, nele vem definido a panóplia de documentos de informações da sua responsabilidade. Descritos nesse manual, em capítulos específicos, existem o plano de pesquisa, documentos de registo (diário da 2ª repartição, carta da situação do inimigo, pasta de trabalho do oficial de informações e arquivo de informações), estudo tático da área de operações, estudo da situação de informações, anexo de informações, relatório periódico de informações, documentos de ordem de batalha, modelos e exemplos de outros documentos de informações. Mais detalhadamente, este último capítulo está dividido em seis secções, especificando o sumário de informações (INTSUM), relatórios de bombardeamento (SHELREP, MORTREP ou BOMBREP), relatórios de explosões nucleares e de ataques com agentes biológicos e químicos (BQ), documentos de contrainformação, normas de execução permanente (NEP) e relatório de situação (SITREP).

Conclusões

A função de combate Comando-Missão tem como objetivo sobrelevar a primazia da liderança, realçar a responsabilidade do Comandante em compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar, facultando a si mesmo e ao seu EM o conhecimento para operar num ambiente incerto, por oposição à tentativa de criar um ambiente de certeza (Estado-Maior do Exército, 2012).

A preparação, direção e execução de planeamentos e ordens de operações dão corpo à forma como as estruturas de Comando (sucessivamente em variados escalões) se organizaram para atingir o “estado final desejado”, tal como definido na PDE 3-00 (2012, pp. 4-8). Por exemplo, o planeamento organizativo vertido nos Planos “Centaurus Grande” e “Marfim Negro”, constituiu-se como base para o detalhe de “estado final desejado”, definição de “tarefas chave”, orientação para “conceito de operação” e organização de EM.

Por seu lado, a imperiosa adequação das estruturas civis e militares levou a uma coordenação de esforços mais efetiva, tendo chegado a ser uma quanto à sua direção e comando. Visando sempre o mais eficaz controlo de populações e terreno (e conseqüente negação de apoio a elementos subversivos), a definição de quadrículas foi central para a condução do conflito em Angola, tendo com o decorrer das operações ganho preponderância as ações psicossociais em detrimento das operações de combate. Estas condições materializaram a ligação entre a “finalidade” e o “estado final desejado”, pelo que se deduz a aplicação do conceito doutrinário de processo operacional vertido na PDE 3-00 (2012, pp. 4-8).

A estruturação, dos mais elevados aos mais baixos escalões, estava tipificada e articulada de modo a ser funcional, chegando pontualmente a abranger áreas contíguas, tais como as da 2ª repartição em relação à 3ª repartição. Tal facto porventura ter-se-á devido à necessidade de adaptação destas estruturas orgânicas às necessidades decorrentes das operações em Angola. Certo é que esta estruturação respondia às necessidades de condução de planeamento operacional e replicava-se a todos os escalões, de forma mais ou menos abrangente e sempre tendo em vista uma simbiose que resultasse numa esclarecida aplicabilidade no terreno e sucesso das operações. Deste modo, deduz-se que a condução do processo operacional se enquadra no atualmente previsto na PDE 3-00 (2012, pp. 4-8) porquanto vertendo a *“...intenção do comandante...expressão clara do que uma força tem de executar e das condições a alcançar, relativamente ao inimigo ... terreno e considerações de âmbito civil, que representam o estado final desejado.”*

A ligação com entidades locais foi uma tarefa e objetivo indissociável às operações militares, muitas vezes substituindo-as e sem a qual se deduz que não fosse possível adequar os objetivos de controlo populacional e territorial que permitissem influenciar o decorrer das operações, como previsto na PDE 3-00 (2012, pp. 4-8). Para tal, o desenvolvimento de ações psicossociais, a quadrícula e inclusivamente a africanização do conflito foram instrumentais para a consecução dos objetivos.

A condução de assuntos civis encontrava-se assim estruturada de modo a reforçar relações e cooperação entre populações e entidades civis e militares, tal como previsto na PDE 3-00 (2012, p. 8-7), permitindo a criação e manutenção de confiança que visava a cooperação efetiva entre ambas.

Durante a guerra de África já existia um ciclo de produção de informações semelhante ao que é hoje assumido doutrinariamente (recolhendo, processando, guardando e disseminando informação), cujos produtos eram vertidos essencialmente numa grande panóplia de diferentes relatórios, cada um com as suas características e destinados a diferentes escalões. Isto permitiu não só a colaboração entre os diversos escalões, como também a organização da atividade dos EM. Havia também cooperação entre entidades civis e militares, com a partilha destes relatórios de informações, constatando-se que, com o evoluir do conflito, o Exército soube adaptar-se às suas exigências singulares. As adaptações do Exército ao novo paradigma da Guerra Subversiva (Cann, 2005, p. 32) permitiram vencer a guerra militarmente, em Angola (Cann, 2005, p. 255), tendo para tal contribuído, de sobremaneira, o sistema de informação.

Foram efetivamente conduzidas operações de informação e influência. Uma vez mais, indissociável ao controlo exercido nas quadrículas estava a ação psicossocial orientada para a população, visando potenciar a capacidade de informar e influenciar de forma integrada. Informando pretendia-se ganhar apoios e influenciando visava-se afetar o inimigo, tal como explanado na PDE 3-00 (2012, p. 4-13).

A ação psicológica assumia a linha de esforço da influência, hoje em dia conhecida por operações psicológicas, destinada a influenciar audiências-alvo e assim moldar as suas “...emoções, motivações e pensamentos...” (Department of the Army, 2012, p. 3-4).

O sistema do Comando-Missão é constituído, entre outras componentes, por uma combinação de pessoal, redes e equipamentos, para permitir aos comandantes conduzir operações. Identificaram-se uma série de aspetos da operacionalização de redes de C2, nomeadamente os equipamentos utilizados (que evoluíram com o conflito), os elementos que os operavam (que eram, essencialmente, “especialistas” do Serviço de Transmissões), em que

tipos de redes (não só rádio mas, também, por exemplo, por cabo, e não só de fonia mas, também, de grafia), e de que forma eram ligados (com prioridades para a ligação entre Angola e a Metrópole, entre os Comandos das Regiões e as suas subunidades, e, já numa fase avançada do conflito, também entre as principais províncias da colónia).

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. e Gomes, C. de M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C. de M., 2010. *Os anos da Guerra Colonial 1961-1975*. 1ª ed. s.l.: QuidNovi.
- BCaç 505, 1965. *Ordem de Operações nº8/DM*.
- Cann, J.P., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*. Prefácio.
- Comando da 3ª RM (Q.G./3ª Rep.), 1961. *Plano de Operações 'GAMA'*.
- Comissão da História das Transmissões Militares, 2008. *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 Abril*. Lisboa.
- Comissão da História das Transmissões Militares, 2015. *História das Transmissões Militares, um blogue da Comissão da História das Transmissões*. [Em linha] Disponível em: <<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/publicacoes/palestras/palestra-na-ualg/>> [Consult. 22 Apr. 2015].
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0 - Mission Command*. Washington DC.
- Estado-Maior do Exército, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva - II - Operações contra bandos armados e guerrilhas*.
- Estado-Maior do Exército, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva - III - Acção psicológica*.
- Estado-Maior do Exército, 1988. *CECA, Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército, 2012. *PDE 3-00 - Operações*. s.l.
- Exército Português, 2010. *Evolução do EME - Resenha histórica*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.exercito.pt/sites/EME/Historial/Paginas/default.aspx>> [Consult. 15 Mar. 2015].
- Ministério do Exército, 1966. *Regulamento de Campanha de Informações, volume II*. s.l.

Ministério do Exército, 1967a. *Manual do Oficial Miliciano, parte geral, 1º volume*. s.l.

Ministério do Exército, 1967b. *Manual do Oficial Miliciano, parte geral, 2º volume*. s.l.

Nunes, A.P., 2005. *Angola 1966-74: Vitória Militar no Leste*. Tribuna.

Pinto, M., 1995. *As Informações*. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.

Waals, W.S. van der, 2011. *Portugal's war in Angola 1961-1974*. Protea Book House.

A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS

Autores

Cap Inf Rui Miguel Braz Eusébio
Cap Tm Pedro Miguel Martins Grifo
Cap Art Ricardo Filipe Almendra Lopes
Cap AdMil Raquel Sofia Moreira Tomé

Orientadores:

Maj Inf Telmo Lau Hing
Maj Cav José Pedro Rebola Mataloto

A Ação Psicológica e os Assuntos Cívicos no âmbito da função de combate Comando-Missão na campanha militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974), reveste-se de relevante importância, pelo facto de permitir estabelecer um paralelismo no modo como as Forças Terrestres (FT) empregaram a Ação Psicológica (APsic) e os Assuntos Cívicos (AssCiv) naquela época, comparando com a condução dos conflitos na atualidade.

Como forma de contextualizar o tema, importa perceber a razão pela qual a província ultramarina de Angola esteve mergulhada numa guerra subversiva no período entre 1961 e 1974, provocada por movimentos independentistas que seguiam ideologias leninistas-marxistas. Estes ideais surgiram com a Revolução Russa (1917) e foram potenciados com a criação da Sociedade das Nações (1919), após a Grande Guerra Mundial, visando essencialmente a necessidade de emancipação dos povos e a vontade de libertação dos continentes africano e asiático da presença colonial.

Perante este cenário, grande parte dos territórios colonizados, em África e na Ásia, através da ação dos movimentos independentistas e com o apoio da Sociedade das Nações, conseguiram obter a independência. Contudo, no início da década de 60, somente as províncias ultramarinas portuguesas e o Congo Belga, território vizinho de Angola, eram os únicos territórios no continente africano ainda não independentes. Nessa altura, Portugal como membro da Organização das Nações Unidas, sofria pressões externas, especialmente dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por ainda manter debaixo da sua jurisdição as províncias ultramarinas.

Em 1961, o movimento independentista União dos Povos de Angola¹ (UPA), iniciou a guerra subversiva em Angola e Portugal teve que assumir o compromisso de defender as suas províncias. Em 1974, Portugal cedeu a essas pressões e concedeu a independência às suas províncias ultramarinas.

Posto isto, pretende-se com este estudo destacar a forma como as FT, inicialmente preparadas para poderem atuar em conflitos segundo uma doutrina convencional, viram-se obrigadas a desenvolver doutrina e técnicas de combate para atuar em ambiente subversivo. Aqui o emprego da APsic e dos AssCiv assume um papel determinante no cumprimento da missão.

Para além dos conceitos de APsic e AssCiv, colocou-se inevitavelmente a questão da importância do papel do Comandante na compreensão, visualização, descrição, direção, liderança e avaliação do Teatro de Operações (TO) tendo em conta a possibilidade de ter de operar num ambiente operacional onde existisse incerteza.

1. Base conceptual

O ambiente operacional continua a arrogar importância de cariz vital na prossecução das ações armadas durante um cenário de conflito. As capacidades bélicas, a eficiência na decisão e a vontade humana, configuram-se também como elementos ditadores na vitória militar. Contudo, de acordo com Santo (2009) e Coelho (2013), paralelamente aos aspetos enunciados, revê-se perante o cenário exposto, a importância dos conceitos de APsic e AssCiv como parte integrante nos conflitos. Cada vez mais, a interação entre a componente civil e o elemento militar (seja no âmbito do apoio civil ou através da APsic) permanece até hoje como uma possível solução para a resolução de contendas militares com particularidades específicas (Santo, 2014, p. 1).

Desta forma, é oportuno apresentar, ainda que de uma forma sucinta, os conceitos vigentes naquela época de guerra subversiva, APsic, Ação Psicossocial, AssCiv e Comando-Missão com vista a possibilitar uma melhor compreensão sobre o tema em análise.

Segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, elaborado pelo Estado-Maior do Exército (EME) na década de 60, entende-se por guerra subversiva “uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou de, pelo menos, paralisar a sua ação” (EME, 1966a, pp. I-1). Porém não se tratou de uma conceção única da doutrina

¹ Existem referências de autores onde o acrónimo UPA diz respeito a União dos Povos de Angola (Afonso & Gomes, 2010, p. 862) ou União das Populações de Angola (Afonso & Gomes, 2010, p. 52), representando ambas o mesmo movimento subversivo.

militar portuguesa. Segundo o estudo elaborado por Alves (1992, p. 70), já Mao Tsé-Tung caracterizava a subversão como sendo um fenómeno progressivo, que se inicia do nada e se alastra com o objetivo de atingir o poder pela eliminação das autoridades vigentes. Este novo tipo de guerra gerou a necessidade de criar infraestruturas, doutrina e formação de quadros para o desenvolvimento de métodos inovadores para o combate². De acordo com Nunes (2002, p. 54) a “manobra de contra subversão implicava um processo de sistematização e de um esforço enorme e simultâneo nas ações de obtenção de informações, nas manobras de APsic, sobre a população, sobre o terreno e obviamente, na manobra militar”. Muitas das ações referidas visavam contrariar a APsic desenvolvida pelos movimentos subversivos, impedindo a propagação de uma guerra psicológica.

De acordo com o mesmo manual, a guerra psicológica “está ligada aos meios e processos utilizados. É uma luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que têm por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e Forças Armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tem, pois, um carácter restrito, idêntico ao da guerra de gases ou da guerra económica, por exemplo. Além disso, é comum a todos os tipos de guerra, convencional, nuclear ou subversiva” (EME, 1966a, pp. I-3).

Importa salientar que no TO em estudo, as populações foram as principais visadas neste tipo de conflito. Segundo Garcia (2003, p. 40) os habitantes eram “fortemente pressionados pelas ações militares e psicológicas, quer de propaganda quer de contrapropaganda, de ambas as partes em confronto, vivendo um clima de insegurança permanente e passando grandes privações, entrando num estado de desequilíbrio psicológico, suscetível de conduzir ao dissociar do binómio população-guerrilha”. Foi com base nesta assunção que se desenvolveu o conceito de APsic. No volume III – “Ação Psicológica”, publicado em 1963, define-se APsic como a “ação que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia ativa dos meios neutros; esclarecer a opinião de um e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a atividade

² Daqui resultou a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais a 16 de abril de 1960, como a entidade responsável pela “formação através de cursos e estágios de caçadores especiais e estágios de contra-insurreição, foi ministrada instrução de contra-subversão, contra-guerrilha, operações de emboscada, golpe de mão, cerco e limpeza, ação psicológica e assuntos civis” (Exército Português, 2015).

dos meios adversos num sentido favorável aos objetivos a alcançar. Podendo ser exercida, como se disse, sobre meios amigos, neutros e adversos, a ação psicológica pode ter como alvos: a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário; o inimigo; as nossas próprias tropas” (EME, 1963, pp. I-1). A aplicação deste conceito tinha como função estudar e circunscrever os métodos e sistemas de propaganda e contrapropaganda, para “acionamento de informação e formação da opinião pública no sector contrassubversivo” (Garcia, 2003, p. 51).

De acordo com a doutrina vigente a partir de 1963, a APsic pode ser efetuada através de três formas: propaganda, contrapropaganda e informação. A propaganda é o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, pretendendo impor as suas ideias e doutrinas nos indivíduos ou nos grupos. A contrapropaganda é a propaganda efetuada com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa. A informação é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, com o intuito de esclarecer os indivíduos e fazê-los compreender o meio onde estão inseridos, quais os problemas reais para se poderem defender da propaganda do adversário (EME, 1963, pp. II-4).

Quando a APsic é exercida sobre o adversário, pretende-se fundamentalmente desmoralizá-lo, levando-o a capitular através da demonstração da sua impotência, insegurança e descrença no seu êxito, tanto na sua ação como na liderança e se possível levar a uma posterior colaboração ativa com as autoridades legais. Esta ação é conduzida essencialmente, sob a forma de propaganda e de contrapropaganda (EME, 1966a, pp. II-13).

Por último, a APsic sobre as FT visa “formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos”, preparando-o “para colaborar na APsic a exercer junto das populações e sobre o adversário” (EME, 1966a, pp. 15-16).

Simultaneamente, não podemos deixar de realçar a importância do conceito de Ação Psicossocial. Esta foi também, uma das mais importantes atividades levadas a cabo pelas FT no TO de Angola como forma de combater os movimentos subversivos, atuando psicologicamente sobre a população de forma a conquistar o seu afeto e a sua confiança, através da Ação Social. Por Ação Psicossocial entende-se “a ação a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – ação psicológica e ação social – a segunda com a finalidade de apoiar a primeira (EME, 1966b, pp. I-2). A Ação Social é entendida como “a ação que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar

confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais receptiva à ação psicológica” (EME, 1963, pp. I-2).

Segundo a doutrina existente no início da década de 60, o “papel do Exército na ação psicológica engloba três campos:” a população, o adversário e as próprias tropas (EME, 1963, pp. II-1). Contudo, o emprego da APsic sobre a população e o adversário é determinado pelo escalão superior, enquanto a ação sobre as próprias forças é da sua exclusiva responsabilidade, encontrando-se devidamente integrada na orientação geral que foi definida. Segundo Oliveira (1962, p. 151), a APsic exercida sobre a população é de relevante importância para a sua conquista ou reconquista e consequentemente evitar o combate ao lado do adversário.

A APsic “a exercer pelas forças militares sobre a população podem distinguir-se três aspectos diferentes, embora na prática, todos eles se encontrem intimamente relacionados: a ação psicológica, a ação social e a ação de presença” (EME, 1963, pp. II-3). A ação de presença consiste na “existência de forças militares numa determinada região”, limitando “a liberdade de ação do adversário” e protegendo “a população contra o aliciamento, a coação ou a represália por parte daquele” criando desta forma um ambiente seguro, tornando a população mais receptiva à APsic (EME, 1963, pp. II-7,8).



Figura 1 - Enquadramento conceitual da APsic

Fonte: (EME, 1966a, pp. II-13).

Relativamente a outro dos conceitos em análise à nossa investigação, os AssCiv desempenharam identicamente um importante papel no desenvolvimento das ações no TO de Angola. Segundo o manual da “5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas”, de 1976, do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), os AssCiv são definidos como “um conjunto de atividades de comando que abrangem relações entre forças militares, as Autoridades Cíveis e a população do próprio país (ou área), país amigo ou aliado e num país (ou área) ocupado, onde estejam presentes forças militares” (IAEM, 1976, p. 3). Estas atividades podem ser empregues praticamente em todo o espetro da guerra e em território nacional perante uma situação normal, nomeadamente o apoio às Autoridades Cíveis e a ação cívica e em tempo de guerra através do apoio de comando, apoio governamental e apoio interno (IAEM, 1982). Segundo Alves (1992, p. 40), a subversão assenta numa ideologia política que se corporaliza à medida que se alcançam objetivos específicos com vista ao patamar principal, a mudança do poder. O tempo neste conceito não é um elemento essencial, até porque a vitória baseia-se fundamentalmente através do esgotamento das forças adversárias.

Foi com base na ligação entre as forças militares com as Autoridades Cíveis conjuntamente com a população, que autores como o Espírito Santo (2009) e Rodrigues Coelho (2013) entre outros, advogaram a importância que este tipo de matérias teve no decurso das operações nos TO das províncias ultramarinas.

Para melhor compreender a relação da APsic e dos AssCiv com a função de combate Comando-Missão teremos de explicar a sua origem e significado deste último conceito. Durante a Segunda Guerra Mundial, face ao avanço da tecnologia e da capacidade dos meios disponíveis aos mais baixos escalões, o exército alemão sentiu a necessidade de conferir maior capacidade de decisão aos Comandantes táticos, de forma a obter flexibilidade na condução das suas campanhas. Os alemães, inspirados nos prussianos (Citino, 2009, p. 170), utilizaram ordens tipo-missão, ou seja, ordens focadas na intenção do Comandante e na finalidade das operações, exigindo aos Comandantes das Unidades subordinadas maior iniciativa, concedendo-lhes maior liberdade e, conseqüentemente, maior responsabilidade (Wittman, 2012, p. 33).

Um outro conceito relacionado com o Comando-Missão é o Comando e Controlo (C2), que é essencial para concentrar o potencial de combate necessário, no momento e no local certos, a fim de cumprir a missão, através da execução correta das ordens do Comandante. Face à necessidade de compreender o ambiente operacional, que se torna cada vez mais complexo, houve a necessidade de centralizar o papel do Comandante. Contudo, tendo em conta a necessidade da contribuição dos escalões subordinados, para a

continuidade das operações, tornou-se imperioso conceder-lhes maior liberdade de ação. Surgiu assim o Comando-Missão como “o exercício da autoridade e direção do Comandante através de ordens para proporcionar a iniciativa, de acordo com a sua intenção para preparar líderes ágeis e adaptáveis na condução de operações em todo o espectro” (Exército Português, 2012, pp. 3-3).

Em 2012, com a elaboração da “Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações”, o Comando-Missão, constituído como função de combate, substitui o C2. Esta nova publicação veio ajustar as lições aprendidas definindo a função de combate Comando-Missão da seguinte forma: “desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo” (Exército Português, 2012, pp. 2-25).

Segundo a PDE 03-00, “para garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante: dirige o processo operacional; compreende, visualiza, descreve, dirige, lidera e avalia as operações; desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar; conduz as atividades de informação e influência” (AII) (Exército Português, 2012, pp. 3-3). É no âmbito da condução das AII que hoje se considera fundamental ao Comandante possuir certas capacidades, nomeadamente Operações Psicológicas e a Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

No capítulo seguinte do trabalho propomo-nos analisar a APsic no TO de Angola, entre 1961 e 1974 sob o ponto de vista das FT no âmbito da função de combate Comando-Missão.

2. A Ação Psicológica

De acordo com a pesquisa efetuada, verificámos que a publicação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), *Allied Joint Publication (AJP) – 3.10.1 – Psychological Operations*, de 2014, caracteriza estruturalmente a dimensão psicológica e a dimensão física num conflito de forma equivalente em termos de importância. Porém, não se trata de um facto novo, visto que é comum tomarmos qualquer conflito como o resultado de uma oposição de vontades, existindo em primeira instância na mente das pessoas e posteriormente no espaço de batalha. Desta forma, o domínio da dimensão psicológica sobre a população, as nossas forças e o inimigo assume-se como peça fundamental para o desfecho de qualquer conflito, sendo necessário compreender a motivação dos públicos-alvo (NATO, 2014, pp. 1-2).

Também o manual “Exército na Guerra Subversiva”, no seu volume III “Ação Psicológica”, de 1963, refere a importância da dimensão psicológica

tendo em conta a existência de “questões psicológicas em qualquer tipo de guerra” (EME, 1963, p. VI).

É com base nestes princípios que nos propomos a uma análise fundamentada do emprego da APsic no TO de Angola pelas FT, num dos momentos mais marcantes da História Contemporânea portuguesa.

a. Orientação estratégica

Tal como vimos anteriormente, a APsic foi desenvolvida com o intuito de influenciar as atitudes e o comportamento dos indivíduos. No entanto, não se tratou de um processo instantâneo. De acordo com a investigação realizada, verificou-se inicialmente, que as ideias e as práticas vigentes sobre APsic alicerçavam-se sobre uma base empírica consoante a maior ou menor experiência dos Comandantes³ em lidar com este tipo de matérias (CECA, 2006a, p. 231).

Contudo, e fruto das especificidades do conflito em análise, o EME procurou preencher as lacunas verificadas nesta área. Foi com base na Diretiva Nº 2/1965, de APsic que se iniciou todo o processo de estudo, coordenação, direção e impulsão de uma atividade que irá alterar grande parte do processo doutrinário vigente (CECA, 2006a, p. 231). No que respeita à aplicação prática a realidade acabou por ser muito diferente. Segundo o TGen Sousa Lucena, no início do conflito, em 1961, a APsic era conduzida por iniciativa do seu Batalhão, não tendo conhecimento de diretivas superiores que orientassem o planeamento e emprego da Unidade. Também o Cor Raúl Folques referiu que não teve qualquer conhecimento das diretivas de APsic durante as três comissões de serviço que cumpriu em Angola.

Porém, fruto dos ensinamentos adquiridos no campo da APsic, quer pela frequência de estágios realizados na Argélia, quer pela própria experiência adquirida nas províncias ultramarinas, foi difundida em 1964 pelo EME, a Diretiva Inicial de APsic⁴. Este documento orientador determinava às Regiões Militares (RM) das províncias ultramarinas a elaboração de relatórios de APsic periódicos e o seu envio para a 2ªRep/EME. Estes relatórios tinham como objetivos:

- 1) Expor o estado de espírito das nossas tropas (reações, ideias, anseios e opiniões);
- 2) Obter informações relevantes sobre o adversário;
- 3) Reforçar e coordenar toda a ação que já tinha sido executada nesta área.

³ De acordo com o TGen Sousa Lucena, em 1961, o planeamento e a execução das atividades de APsic eram realizados de forma empírica, ficando ao livre arbítrio, experiência e conhecimentos de cada Comandante de Companhia.

⁴ Na entrevista realizada ao TGen Sousa Lucena foi facultada uma cópia da Diretiva Inicial de APsic da 2ªRep/EME de 6 de maio de 1964.

Contudo, em 1965, foi difundida a Diretiva N° 2 pela 2ªRep/EME com a intenção de esclarecer conceitos da Diretiva inicial, acrescentando essencialmente duas ideias chave:

- A APsic em Angola deveria recair nas responsabilidades dos governos provinciais;
- As Autoridades Civas deveriam de forma similar exercer APsic, não sendo esta exclusiva das FFAA.

A Diretiva N° 2 atribuía também a responsabilidade para conceber, dirigir, impulsionar e coordenar as atividades de APsic nas províncias ultramarinas ao respetivo Comandante-Chefe. Na ausência desse, seria centralizada na 2ªRep/EME (CECA, 1998, p. 505).

Relativamente ao plano político e de acordo com os dados obtidos, a orientação da APsic a este nível, derivava de diretivas nacionais emanadas pela Metrópole, nomeadamente pelo Gabinete da Presidência do Conselho⁵ ou de despachos conjuntos.

b. Doutrina, formação e treino

No que respeita à doutrina relativamente ao emprego de forças, esta era desenvolvida de forma independente por cada Estado-Maior e pelos Quartéis-Generais (QG) das províncias ultramarinas. Todavia, a adesão de Portugal à OTAN obrigou à adoção das normas pré-estabelecidas pela Aliança.

Perante o cenário apresentado, facilmente se concluiu que se estava diante de um processo doutrinário que não era adequado⁶ à forma de emprego das FFAA no combate à subversão (Afonso & Gomes, 2010, p. 176).

Segundo o TGen Sousa Lucena, no final da década de 50, o Exército Português destacou para a Argélia uma comitiva constituída por seis oficiais, com o intuito de recolher lições acerca da experiência obtida pelas tropas francesas na guerra subversiva travada nesse país.

Com vista a ampliar os conhecimentos na área, foram também convidados diversos palestrantes para discursar no IAEM acerca da temática da guerra subversiva, nomeadamente, o Tenente-Coronel Montgomery, do Exército inglês, com a finalidade de partilhar experiências e desta forma contribuir para o enriquecimento do conhecimento no Exército Português (Montgomery, 1959, p. 4). Deste conjunto de iniciativas resultou a elaboração do manual escolar “Apontamentos para o emprego das forças militares em Guerra Subversiva”,

⁵ A 15 de novembro de 1972 foi publicada a Diretiva Nacional N°3/73, com o objetivo de prover não só aos ministérios como também aos restantes ramos das FFAA instruções no âmbito da APsic.

⁶ Visto que, a maioria das forças encontravam-se desenhadas especificamente para operações convencionais na Europa (Afonso & Gomes, 2010, p. 176).

dando origem à publicação, em 1963, do manual de doutrina⁷ “O Exército na Guerra Subversiva” (Afonso & Gomes, 2010, pp. 176-177).

No campo da formação e treino, criou-se o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego, tendo como missão preparar forças “para a luta contraguerrilha, ação psicológica e operações especiais”. No IAEM atualizou-se o Curso de Estado-Maior através da inclusão no currículo de uma disciplina de guerra subversiva (Afonso & Gomes, 2010, p. 20). A 2ªRep/EME, em 1968, publicou o caderno “Instrução de Ação Psicológica na Escola de Recrutas” que constitui uma coleção completa de fichas de instrução acerca da APsic, de forma a facilitar a compreensão dos recrutas sobre a temática (EME, 1968).

Foi com base nos vários processos enunciados que se tornou possível atuar psicologicamente sobre as populações, anulando pelos factos a propaganda inimiga junto das mesmas. Com a manobra psicológica referida foi possível obter maior cooperação no desenvolvimento socioeconómico no TO, redundando no aumento das apresentações de elementos pertencentes aos movimentos subversivos e da população que tinha fugido para as matas (Garcia, 2003, p. 77).

c. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional de APsic no TO de Angola foi evoluindo durante a guerra. Segundo o TGen Sousa Lucena, a Diretiva Inicial de APsic do EME atribuía à 2ªRep/EME a responsabilidade de estudar, dirigir, impulsionar e coordenar a APsic relativa às FT e determinava ainda que o oficial responsável pela APsic fosse o conselheiro técnico dos Comandantes para as operações psicológicas. A nomeação dos oficiais de APsic para os QG das RM devia recair, de preferência, num oficial superior que prestasse serviço nessa Repartição ou então no chefe da 2ªRep. Quanto às Unidades e estabelecimentos militares, o oficial de APsic deveria ser sempre do Quadro Permanente, oficial superior ou Capitão, e na falta de oficiais nessa unidade poderia acumular funções. A 2ªRep/EME tinha como objetivo fornecer o máximo de contributos necessários aos esclarecimentos de questões solicitadas pelas RM e ao mesmo tempo adotar as medidas no domínio da APsic definidas superiormente. Ao Comandante-Chefe das províncias ultramarinas foi dada a responsabilidade do cumprimento das diretivas relativas à APsic. Uma dessas medidas visava a elaboração de relatórios periódicos mensais por parte dos QG das RM.

⁷ Da referida publicação fazem parte cinco volumes, de onde se destaca o volume III – “Acção Psicológica” que constitui uma obra completa para a preparação e condução da APsic pelo Exército na guerra subversiva.

Por sua vez, as Unidades ou estabelecimentos militares subordinados enviavam os seus relatórios conforme a data fixada pelas RM (EME, 1964).

Em novembro de 1965, o EME difundiu a Diretiva N° 2 de APsic, onde previa a criação de Secções de APsic nas 2ªRep dos QG das RM. Era intenção do EME desenvolver a APsic através da informação, atuando essencialmente no campo das ideias através das palavras e das imagens, considerando que é possível moldar opiniões, atitudes e contribuir para uma força moral mais robusta. Além da informação, o EME “preconizava que a APsic deveria ainda levar a efeito atividades de contrapropaganda, educação moral, educação cívica e educação militar no sentido de desenvolver o seu espírito de corpo, a disciplina, conceito de unidade, espírito combativo, culto de honra militar e, ainda, instrução sobre a própria APsic” (CECA, 2006a, p. 233). Perante a necessidade latente da criação de uma Secção de APsic autónoma e o facto de não terem sido aprovados os Quadros Orgânicos (QO) propostos pela 2ªRep, foi criado no QG da Região Militar de Angola (RMA) o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), aprovado por despacho do Ministro do Exército, de junho de 1966 (CECA, 2006a, pp. 235,236). Posteriormente, em 1969, foi efetuado pela 2ªRep/EME um estudo propondo a criação de um Órgão de APsic composto por quatro Secções, que assentava em cinco condições:

- 1) Aprovação do QO dos órgãos da APsic dos QG e posterior elaboração e publicação por parte da 3ªRep/EME;
- 2) Aprovação do QO proposto até ao escalão Batalhão;
- 3) Aprovação das funções gerais dos referidos órgãos;
- 4) Aprovação da 5ªRep de APsic;
- 5) Preenchimento do QO por fases.

Foram aprovadas somente as primeiras quatro condições, pelo Ministro do Exército, o que mais uma vez se constata que a APsic em Angola fez-se com grandes dificuldades devido a falta de efetivos, dificultando o cumprimento da sua missão específica (CECA, 2006a, pp. 240-241).

Em 1972, foi solicitado pelo QG/RMA ao chefe da 2ª Rep/EME o preenchimento efetivo dos QO já previstos das Secções de APsic dos Batalhões e das Companhias, para o desempenho exclusivo das suas missões, visto que as funções relacionadas com APsic nos Batalhões e nas Companhias vinham até então sendo desempenhadas em acumulação. No QO de pessoal do Batalhão estava prevista uma Secção de APsic, constituída por um Chefe (Subalterno), um Sargento de APsic, um auxiliar do serviço religioso (Praça) e um Intérprete (Praça). Quanto ao QO da Companhia, esta previa uma Equipa de APsic, composta por um Comandante (Sargento), um Auxiliar (Praça) e um Intérprete (Praça). Em termos de quantitativos, eram necessários 68 Subalternos e 68 Sargentos nos QO dos Batalhões, mas a 3ªRep/EME entendeu que se deveria

manter o procedimento, isto é, a acumulação de funções dos Subalternos e dos Sargentos (QG/RMA, 1972). Segundo os entrevistados, estes QO eram inspirados nas Unidades escalão Companhia francesas que atuaram na Argélia.

A partir de 1970, com o estabelecimento da “Estrutura de Contra-Subversão” na RMA, criou-se a designada 5ª Rep (APsic e AssCiv) ao nível do Comando-Chefe das FFAA em Angola⁸, com o intuito da elaboração de um plano geral da atividade de APsic em todo o TO de Angola (CECA, 2006a, p. 250).

d. Atividades de Ação Psicológica

Relativamente às atividades desenvolvidas, estas podiam ser conduzidas sobre a população, as nossas tropas ou o adversário na forma de propaganda, contrapropaganda ou informação e podiam ser materializadas através de processos auditivos, visuais ou mistos (EME, 1963, pp. I 1-17). Eram ainda desenvolvidas atividades no âmbito da Ação Psicossocial.

A propaganda visual foi utilizada recorrendo a variados meios, nomeadamente, cartazes expostos nas aldeias, panfletos distribuídos ou largados de avião, quer sobre a população, quer sobre as possíveis localizações inimigas⁹. Ao nível dos processos auditivos, utilizaram-se aviões e viaturas com altifalantes, rádios que também serviam este propósito e eram ainda complementados por disseminação de músicas e cantos. Contudo, as conversas¹⁰ eram a técnica mais simples e generalizada do processo auditivo. A conjugação destes dois meios, na mesma ação, materializava o processo misto da propaganda (CECA, 2006a, p. 238).

Relativamente à contrapropaganda, as técnicas são idênticas e os processos utilizados são os mesmos da propaganda, pois rege-se pelos mesmos princípios apesar da finalidade ser diferente. Estas atividades de contrapropaganda utilizadas pelas FT destinavam-se a neutralizar a propaganda adversária (CECA, 2006a, pp. 259-261).

No âmbito da informação, ao nível provincial, foi criado em agosto de 1966 o “Jornal da RMA”, “contendo notícias e artigos de informação e formação para cimentar um traço de união entre todos os militares em Angola” (CECA, 2006a, p. 236), obtendo excelentes resultados¹¹. Foi também difundido o programa radiofónico “A Hora do Soldado”, emitido pela Rádio Clube de

⁸ Aos níveis inferiores, também foram criadas Repartições de APsic e AssCiv, nomeadamente nas Zona Militar Leste.

⁹ Foi criada uma secção de publicações que produziu cerca de 37000 cartazes e 45000 panfletos, só em 1967.

¹⁰ Que podiam tomar a forma de palestras, discussões ou simplesmente boatos orientados.

¹¹ Logo o primeiro número teve uma excelente aceitação, com uma tiragem de 7500 exemplares.

Angola, com uma aceitação enorme. Localmente, nasceram dezenas de “Jornais de Unidade” alimentados pelas Unidades táticas. Neste período ainda se incluía na informação os Serviços de Informação e Relações Públicas Militares para ligação à Imprensa e Rádio Cívica (CECA, 2006a, p. 252).

Embora haja registos de atividades realizadas em diferentes campos e formas de A Psic, os relatórios revelam sobretudo atividades no âmbito da Ação Psicossocial sobre a população. Esta forma de atuação implicava a realização de ações dinâmicas, dado que a “luta em África não podia ganhar-se sem a confiança das populações e que isso passaria também pela resolução das suas mais prementes necessidades e desejos” (CECA, 2006a, p. 242).

Segundo a informação presente nos relatórios de Ação Psicossocial, elaborados pelo QG/RMA, constatou-se por parte de algumas Unidades militares uma nítida necessidade de interação com as populações e as Autoridades Administrativas das zonas atribuídas. Para tal, foram elaboradas medidas com o objetivo de responder a tais carências, nomeadamente projetos e planos de Ação Psicossocial nas seguintes áreas: apoio médico-sanitário, moral e religioso, social e cultural, recreativo e educacional e económico (QG/RMA, 1963, p. 1).

No que diz respeito às ações de apoio médico-sanitário, as FT conduziram campanhas de vacinação, tratamentos clínicos e evacuação de doentes graves¹² utilizando meios militares. Constatou-se também que mesmo com a falta de médicos e enfermeiros em algumas áreas, a assistência sanitária prestada à população revelou-se o método mais eficaz para conquistar a confiança dos nativos (QG/RMA, 1963, pp. 6-7).

No âmbito moral e religioso foram realizados questionários e inquéritos, permitindo às FT recolher informações acerca da influência exercida por parte de determinadas seitas religiosas nas populações. Através desta atividade conseguiu-se desenvolver ações por forma a contrariar eficazmente a expansão de um clima de fanatismo cada vez mais difícil de controlar (QG/RMA, 1963, p. 1).

No que se refere à elevação do nível social e cultural da população, foram editados jornais de parede ou apenas publicações, destinados simultaneamente aos nossos militares e à população¹³. Produziram-se também programas musicais, reportagens fotográficas e filmes que foram enviados para as Unidades para exibição local ao público geral (CECA, 2006a, p. 237).

¹² A evacuação era efetuada para postos sanitários e estabelecimentos hospitalares.

¹³ Onde se focavam os seguintes temas: recreativos (anedotas, palavras cruzadas, desporto); informativos (festas, paradas); *slogans*; artigos curtos historiando uma ação ou um aspeto da vida militar; factos relacionados com as autoridades metropolitanas, com forças destacadas na província e outros elementos de qualquer índole que visassem essencialmente levantarem o moral das tropas (QG/RMA, 1962b, p. 3).

Ao nível da assistência educacional e recreativa, várias foram as Unidades que contribuíram ativamente para colmatar carências que se faziam sentir no seio das comunidades. Foi através da criação de escolas, fornecimento de material e até mesmo o apoio ao ensino com monitores militares, que muitos dos locais aprenderam a ler e escrever, assim como a trabalhar em áreas da serralharia e carpintaria (QG/RMA, 1963, pp. 11-12). A realização de competições desportivas e de espetáculos (cinema e o teatro) permitiu também uma maior aproximação entre os militares e as populações nativas (QG/RMA, 1962a, p. 3).

Em relação à assistência económica, as FT por intermédio de estímulos ao cultivo de plantações, alertando os nativos para os resultados financeiros que daí poderiam advir, contribuíram para a melhoria do seu nível de vida. Também ao nível das infraestruturas, as FT construíram pontes, estradas e habitações para o desenvolvimento da província ultramarina (QG/RMA, 1963, pp. 13-14).

e. O papel do Comandante na condução da Ação Psicológica

No âmbito do Comando-Missão, a APsic é uma capacidade tributária quer para a informação quer para a influência do Comandante.

O Comandante desenvolve APsic na sua zona de ação, influenciando a população e recolhendo informações junto da mesma. O produto desta ação desencadeada pelo próprio Comandante resultava na possibilidade de manobrar as suas companhias de forma mais segura. Segundo o Cor Grilo, é exemplo disso a Companhia de Engenharia 2580, que fruto da natureza da sua missão¹⁴, muito ligada à APsic, sentia junto da população um carinho especial e por parte dos guerrilheiros, um estatuto diferente¹⁵, gozando de uma liberdade de ação ímpar.

O contributo do Comandante revelou-se fundamental para o sucesso desta atividade. A sua iniciativa, criatividade e bom senso, dado que a doutrina era escassa, principalmente no início do conflito, seriam características essenciais ao seu perfil (Montgomery, 1959, p. 21). Até 1963, a doutrina nacional era quase nula e a condução destas ações encontravam-se orientadas segundo as ideias do Comandante tático. Contudo, não era só o Comandante que teria uma tarefa importante, o contacto com a população existia desde o Soldado. A população via cada Soldado como um representante das FT, pelo

¹⁴ A missão da Companhia de Engenharia 2580, comandada pelo então Capitão Mourato Grilo, tinha como missão abrir picadas (estradas) no seio das florestas tropicais no Norte de Angola.

¹⁵ Na entrevista, o Cor Mourato Grilo conta que por vezes sentia que havia alguém nas matas mas no entanto a sua Companhia nunca sofreu uma emboscada ou encontrou minas no seu caminho (incidentes que eram frequentemente sofridos por outras Unidades), mesmo operando nas zonas mais perigosas de Angola.

que todos os militares deveriam saber exatamente a tarefa e finalidade de cada operação. Para isso, o Comandante teria de difundir ordens tipo-missão, aos escalões subordinados.

Outro aspeto deveras importante para o Comandante diz respeito ao controlo dos seus militares. Segundo o TGen Sousa Lucena, quando o inimigo está entre a população, torna-se muito difícil identificá-lo. Por isso, a população era passível de ser vista pelos militares como inocentes ou como subversivos, sendo que o apoio que lhe prestávamos poderia ser mal interpretado por alguns militares portugueses, principalmente depois das primeiras baixas.

De acordo com o TGen Sousa Lucena, cabia ao Comandante manter um ascendente sobre os seus homens de forma que não houvesse represálias à população depois de ataques às nossas tropas, tendo a informação descendente um valor acrescido. Eram frequentes as reuniões entre o Comandante de Batalhão e os seus subordinados. Nos escalões superiores, os relatórios da APsic constituíam-se como uma ferramenta essencial ao controlo desta atividade.

3. Os Assuntos Cíveis

A importância do papel da população, tem vindo a ser legitimada nos múltiplos cenários de conflito. Porém, este reconhecimento não configura um facto novo na cultura militar portuguesa. O período de insurreição vivido no final da década de sessenta nas províncias ultramarinas, permitiram às FT a obtenção de conhecimentos e de práticas no relacionamento com a população autóctone (Santo, 2009, p. 2).

No caso específico de Portugal, o cenário inicialmente deparado pelas nossas forças nas províncias ultramarinas, revelou a falta de experiência na colaboração com as Autoridades Cíveis e população, algo que já havia acontecido noutros exércitos¹⁶ em conflitos anteriores.

Para tal, foi desenvolvido um conjunto de atividades de apoio às populações, com o objetivo de subtrair a influência dos movimentos subversivos. A essas atividades denominou-se de AssCiv, cuja apresentação iniciaremos de seguida.

a. Orientação estratégica

Tal como vimos anteriormente, com a evolução do conflito nas províncias ultramarinas, houve a necessidade de se aprofundar o conhecimento em torno da subversão. O objetivo do conhecimento previamente referido, passaria pela conceção de estratégias e táticas que permitissem contrariar as capacidades das forças opositoras, bem como a influência sobre população local. De acordo com Hing (2010, p. 5) “embora estivesse em causa a defesa e manutenção das

¹⁶ Nomeadamente, os EUA no Vietname e a França na Argélia.

províncias ultramarinas, a manobra militar só por si não conduziria ao sucesso”, existindo a necessidade da criação de um modelo que habilitasse a interação angular entre as FT, Autoridades Cívicas e a população.

No entanto, o processo foi moroso¹⁷ no que se refere à implementação nos primeiros anos do conflito no TO de Angola¹⁸, possivelmente até inexistente segundo os entrevistados. Para suprimir lacunas identificadas foram desenvolvidas formas de atuação, nomeadamente o Apoio às Autoridades Cívicas. Um dos processos aplicados foram os AssCiv.

De forma geral, segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, volume IV – “Apoio às Autoridades Cívicas”, os AssCiv tinham como finalidade garantir o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda das pessoas e bens.

Grande parte das finalidades expostas, deveriam estar presentes não só na consciência dos comandos de todos os escalões, como também efetivar-se no seio dos espaços populacionais (EME, 1966c, p. 1). Relembre-se que “as Campanhas no Ultramar de 1961-1974, desde o início, revelaram-se como uma luta que exigia uma relação muito próxima e coordenada, entre as FFAA, as Autoridades Administrativas e as populações, para que os movimentos subversivos não tivessem margem de manobra para desenvolver as suas actividades” (Hing, 2010, p. 5).

De acordo com Cann (1998, p. 125), os aldeamentos indígenas materializavam verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência, fruto do aglomerado de população em fuga à guerra. Este facto acabou por afetar gravemente as relações familiares cuja lógica assentara sempre no território, criando problemas de acessos a recursos¹⁹.

Foi com base em problemas desta natureza que se procurou desenvolver uma moldura conceptual de forma a permitir às FT enquadrar as várias missões atribuídas. No que se refere aos AssCiv e dada a sua extensa abrangência, houve a necessidade de compartimentar os mesmos num quadro metodológico de exposição, designadamente: os AssCiv num TO, os AssCiv em Território Nacional (em tempo de paz mas em situações de emergência) e os AssCiv em Território Nacional (em situação normal) (IAEM, 1976, pp. 3-9).

Segundo os pontos apresentados importa referir que cada um detém particularidades próprias, no entanto e tendo em conta a especificidade da nossa investigação, observaremos unicamente os AssCiv num TO (IAEM, 1976, p. 3).

¹⁷ “Em toda a área se procuram mais contatos e melhor colaboração com as Autoridades Administrativas...As últimas jornadas de apoio dos domingos já tiveram a assistência e a colaboração das Autoridades Cívicas e esperamos que de futuro o espírito de colaboração se vá fortalecendo.” (QG/RMA, 1963, p. 4).

¹⁸ Como veremos mais à frente.

¹⁹ Sobretudo à saúde e à água.

No campo dos AssCiv no que concerne ao TO de Angola, estes decorriam da relação entre a população civil, as Autoridades Civas e as forças militares resultando no desempenho de certas funções onde até então era exclusivamente da responsabilidade do governo local. As suas ações encontravam-se divididas em três planos: apoio às operações militares, apoio às Autoridades Civas e a população e ao Governo Militar (IAEM, 1976, pp. 4-5).

Em cada plano considerava-se estabelecido um conjunto de diretivas no qual se traduziria posteriormente a circunstâncias específicas onde as atividades de AssCiv lograriam com a sua aplicação.

Para melhor compreensão apresenta-se seguidamente a tabela 1, respeitante ao Plano de Relações.

Tabela 1 – Plano de Relações nos três tipos de apoio prestados pelos AssCiv

Apoio às Operações Militares	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar ou diminuir ao mínimo a interferência da população nas operações militares (deslocados, refugiados, evacuados, etc.) - Aproveitamento dos recursos locais para as operações militares, tais como a salvaguarda, a mobilização e utilização de meios locais, mão-de-obra, abastecimento, etc. 	<p>Necessidades (As atividades de AssCiv podem ser tornar-se necessárias):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em caso de operações militares em áreas altamente desenvolvidas com complexas estruturas políticas, económicas e sociológicas, ou em áreas subdesenvolvidas; - Em territórios devastados em caso de uso ilimitado de armas BQR ou convencionais ou por catástrofes. - Em ambiente de guerra de guerrilhas. - Em caso de “estado de sítio” determinado por invasão do território nacional ou de necessidade de assistência militar em situação de emergência interna.
Apoio às Autoridades Civas	<ul style="list-style-type: none"> - Execução, pelas forças militares, de certas funções ou o exercício de certa autoridade normalmente da responsabilidade do Governo Civil. - Apoio às autoridades civis, a seu pedido, com vista a assegurar: o livre exercício pelas autoridades civis; o funcionamento das instituições e dos serviços; a salvaguarda das pessoas e dos bens. - Assistência e apoio às Autoridades Civas e à população no âmbito do fomento de bem-estar e proteção civil. 	
Apoio ao Governo Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Território ocupado, tomando uma forma de administração através da qual o poder ocupante executivo, legislativo e judicial nesse território. - Território nacional, com declaração de estado de sítio, quando as autoridades militares ficarem investidas na plenitude das funções das Autoridades Civas. 	

Fonte: (IAEM, 1976, p. 4).

Com a implementação do Plano de Relações tornar-se-ia viável “conquistar mentes e corações, promover o desenvolvimento e melhorar as condições de vida das populações, fortalecendo o tecido social e instituições democráticas” (Santo, 2009, p. 2). De acordo com Menezes (2012, p. 23) a conjugação das operações militares com esta tipologia de atividades permitia “uma ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as Autoridades Administrativas e as populações, uma atenta vigilância na retaguarda e uma interação perfeita das ações diplomáticas, económicas, psicológicas, informações e militar”.

b. Doutrina, formação e treino

No que concerne à doutrina, os AssCiv foram adaptados às missões das FT, permitindo a sustentação e desenvolvimento de ações para o cumprimento dos objetivos definidos. Como exemplo apresentamos o esquema pré-definido no manual “5ª Repartição - Assuntos Cívicos/Relações Públicas e Operações Psicológicas”, no qual se identifica claramente as áreas em questão onde as atividades cívicas se enquadram (IAEM, 1976, p. 10). Referimo-nos à colaboração do regular funcionamento das instituições e do desenvolvimento nacional.

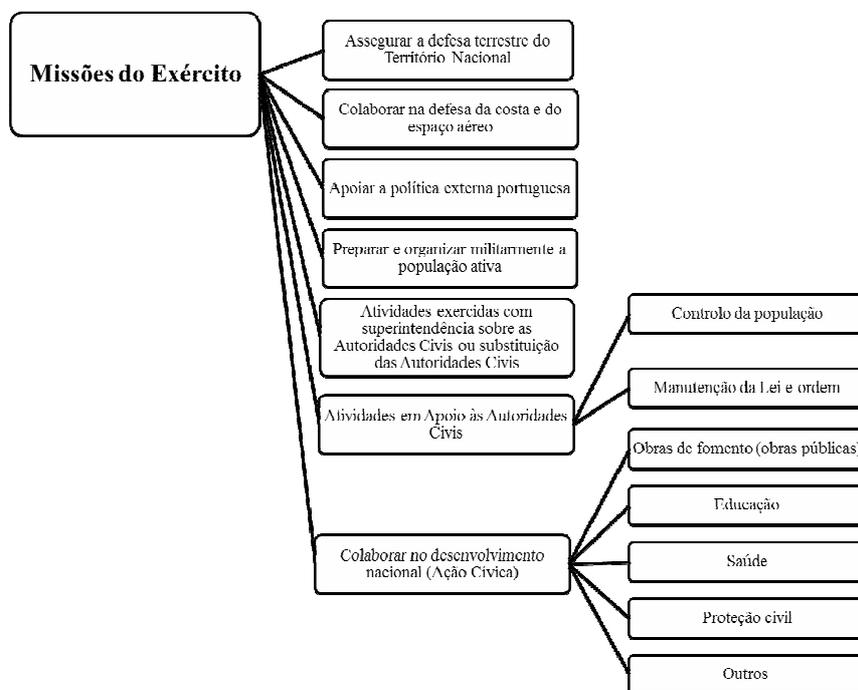


Figura 2 - Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército

Fonte: (IAEM, 1976, p. 22).

Foi com base nos parâmetros apresentados que praticamente todo o plano doutrinário assentou. Porém teremos de nos centrar numa análise a escalões mais baixos (Pelotão), dado que não nos foi possível encontrar elementos suficientes ao longo da investigação que permitissem uma análise mais abrangente.

Em termos doutrinários, o Pelotão de AssCiv foi a unidade de mais baixo escalão a desempenhar a função de autoridade de AssCiv. Todavia, raramente o Pelotão atuava independentemente da Companhia e a sua atividade poderia ser desenvolvida aquando destacados para uma área de uma Brigada ou para a retaguarda de uma Divisão. O Pelotão tinha a capacidade de poder atuar num concelho (IAEM, 1976, p. 17).

As suas principais tarefas encontram-se identificadas na figura 3.

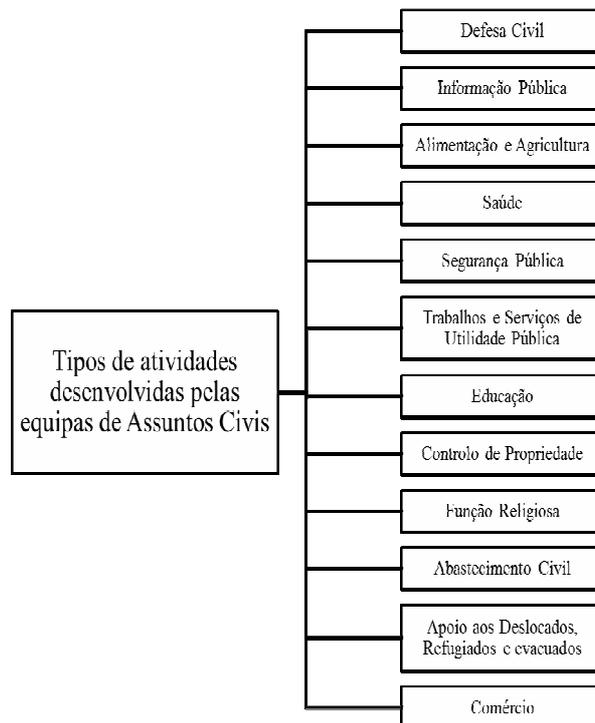


Figura 3- Tipos de atividades de AssCiv

Fonte: (IAEM, 1976, p. 33).

Relativamente ao treino, e de acordo com os dados recolhidos, seria fruto da experiência profissional ou pessoal de cada um dos elementos pertencentes à Força. Referimo-nos nomeadamente, aos Soldados que detinham conhecimentos na área da agricultura, da mecânica, entre outros.

Em conformidade com as experiências dos mesmos, estas práticas acabariam por ser potenciadas com o desenvolvimento das áreas referidas em prol da população. Neste cenário, também o Capelão desempenhou um papel preponderante na área da educação e apoio religioso. Em vários períodos das missões, a figura do Capelão integrou um importante vetor na formação da população local e simultaneamente na obtenção de informações²⁰. Porém em todas as entrevistas realizadas, foi referido o desconhecimento de qualquer estrutura orgânica da componente militar com as funções de AssCiv.

Outro dado curioso a realçar, prende-se pela ligação das forças especiais aos AssCiv. De acordo com a investigação, foi possível verificar que tal como as forças de quadrícula, também as forças especiais²¹ desempenharam ações de apoio à população local, particularmente no transporte de populações, no apoio sanitário e no fator de confiança e segurança aos habitantes locais.

Importa ainda salientar que nos primeiros anos de conflito, houve uma ausência tanto na formação como na aplicabilidade deste tipo de matérias no TO, permanecendo assim, uma possível interrogação para a continuidade da investigação em causa.

Em termos futuros poderá ser desafiante identificar a forma concreta de como foi efetuada a passagem do plano doutrinário em torno dos AssCiv para missões das forças no TO de Angola. Uma vez que, pelas entrevistas realizadas, denotou-se o desconhecimento por tais matérias.

c. Estrutura organizacional

No que confere à estrutura organizacional, os AssCiv encontravam-se inseridos na 5ª Repartição/EM das FT. Por sua vez, a responsabilidade primária destes, residia no planeamento, na coordenação e supervisão das operações de AssCiv, incluindo as relações entre as forças militares, a população, o governo e a economia local. Relativamente à estrutura organizacional, esta encontrava-se dividida segundo a figura 4, onde é possível observar as responsabilidades associadas a cada escalão da força constituinte.

De forma geral, a conjugação das Unidades de AssCiv com as Unidades no terreno permitiria aos mais diversos escalões o apoio ao “cumprimento da missão tática das forças militares” (Hing, 2010, p. 11). Esta forma de apoio, era em muitos dos casos obtida não só pela diminuição da interferência da população como também através do aproveitamento dos recursos locais (IAEM, 1976, p. 6).

²⁰ De acordo com os entrevistados.

²¹ De acordo com a entrevista ao Coronel Folques.

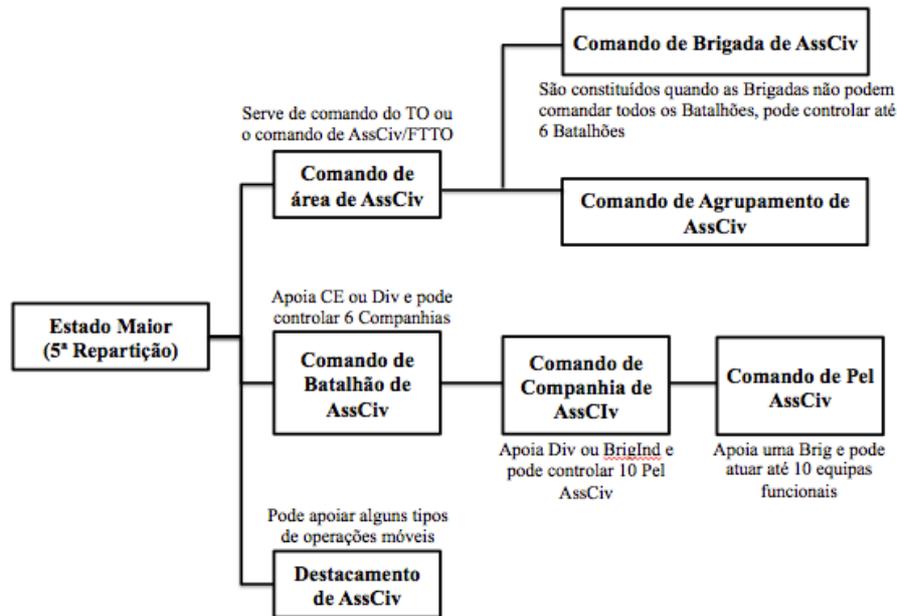


Figura 4 - Organização dos Comandos de Unidade de AssCiv

Fonte: (IAEM, 1976, p. 9).

d. Atividades de Assuntos Cíveis

Relativamente às atividades, foi possível verificar através das entrevistas realizadas e bibliografia analisada, um inúmero conjunto de ações com o objetivo de apoiar as populações no âmbito dos AssCiv. Desde a conquista da adesão dos habitantes nativos, passando pela construção de aldeamentos multiétnicos e finalizando no desenvolvimento de infraestruturas de apoio, o papel das FT revelou-se como um dos expoentes principais para a manobra de contrassubversão. Este tipo de ações implicou a sistematização e um esforço acentuado de múltiplos intervenientes, embora em determinados casos os resultados esperados ficaram aquém do previsto.

Uma das muitas operações desenvolvidas que englobou a participação dos atores (simultaneamente com a participação militar e civil) encontra-se explicitamente identificada na obra de Nunes (2002, p. 57), nomeadamente, a 31 de dezembro de 1972. Segundo Nunes, a construção de mais de 4000 km de estradas alcatroadas ao longo do território angolano, materializou a conjugação da componente militar (particularmente com a participação das Unidades de Engenharia Militar) com a componente civil, através da Junta Autónoma de Estradas de Angola, acabando por sobressair as potencialidades da unidade dos esforços conjugados, mas não só. De acordo com Santo

(2009, p. 12), os principais instrumentos da ação dos AssCiv, visaram sobretudo a melhoria das condições de vida da população, particularmente as condições de habitabilidade, alimentação, abastecimento de água, saúde, escolaridade e segurança. Da mesma forma, verificou-se a similaridade com as ações efetuadas pelos entrevistados. Segundo os testemunhos obtidos, durante as suas comissões efetivaram-se inúmeras atividades desenvolvidas ao longo do período da permanência no TO. Desde o apoio sanitário à melhoria das condições de vida da população local, várias foram as ações desenvolvidas pelas FT que operaram ao longo dos anos de guerra.

e. O papel do Comandante na condução dos Assuntos Cíveis

Tal como verificámos anteriormente no capítulo relativo à APsic, também nos AssCiv apura-se a importância da ação do Comandante neste tipo de matérias. Segundo Cann (1998, p.114), a organização da “contra-insurreição procurou e integrou alguns civis no processo de tomada de decisões, apesar de predominarem os militares, e esta solução é um indicativo da improvisação e do compromisso que os portugueses consideraram oportuno durante as campanhas, a fim de encontrarem meios económicos para alcançarem os fins desejados”. Esta citação é demonstrativa da importância dos AssCiv para o Comandante.

A conjugação dos meios civis e militares são por demais evidentes numa guerra de proporções elevadas para se ignorarem todos os recursos, sendo necessária a união de esforços. Na entrevista com o Cor Grilo, fez-se notar nas múltiplas frentes a ajuda das empresas civis, nomeadamente as empresas de construção, que se encarregavam da manutenção das estradas mais próximas de Luanda, permitindo o direcionamento dos meios para locais mais críticos e menos seguros. O apoio às Autoridades Cíveis previa o auxílio destas por parte das FT, no entanto ambas as partes beneficiavam com esta entreaajuda, com aproveitamento superior dos recursos disponíveis.

Se na APsic o papel do Comandante se revela importante ao nível do planeamento, nos AssCiv a sua função é altamente fulcral, tendo mais destaque que a do soldado. O Comandante constitui-se como o elo de ligação último (podendo nomear um oficial para esta função, dependendo do grau de importância da entidade) com a entidade civil apoiada ou apoiante, sendo que o grau de proveito desse apoio estará sempre diretamente relacionado com o grau de entendimento entre o Comandante e o equivalente na estrutura das Autoridades Cíveis. Quanto melhor for o relacionamento entre essas entidades, melhor será a qualidade e a quantidade do apoio.

Contudo, com o estreitamento dos laços entre os militares e os locais, começaram a surgir queixas provenientes da população contra os comerciantes,

que alegadamente exploravam e enganavam os seus trabalhadores, sem que houvesse intervenção das autoridades. Foi assim identificado um dilema que colocava em risco o sucesso da missão e que exigiu por parte do Comandante uma posição firme, íntegra e sobretudo de elevado bom senso, já que não havia inicialmente orientações superiores. Outro problema identificado consistia no *modus operandi* da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) quando efetuava operações conjuntamente com o Exército, que, por serem violentas e discriminatórias, colocavam em causa a imagem justa e correta do Exército Português. Este dilema confrontava a condução da ação psicológica, que visava garantir o apoio da população, e a coordenação com as autoridades civis. Se por um lado era essencial à missão obter a confiança da população, por outro, a ajuda das empresas e das autoridades locais tornava-se cada vez mais importante para suprir algumas capacidades da Força. Perante este dilema, a posição do Comandante de Companhia foi de encontro ao que considerou ser o mais justo e que se revelou, mais tarde, ser o mais acertado. Apesar das queixas das entidades comerciais, o Comandante não poderia perder novamente a confiança da população, protegendo-as das injustiças e dos maus tratos. Para integrar as vertentes dos AssCiv e da APsic foi, em 1967, foi criado o “Conselho Geral de Contrassubversão”, que integrava as mais altas Autoridades Civas e militares e que se reunia mensalmente de forma a desconflitar interesses, sintonizando as duas partes (Associação 25 de Abril, 2015).

Conclusões

Com a entrada de Portugal na OTAN e até ao início da década de 60, as FT estavam vocacionadas para combater num cenário de guerra convencional e não de guerra subversiva. Uma das razões desse facto derivou da necessidade de dotar a Aliança de capacidade bélica para fazer face a um possível ataque dos países do Bloco de Leste. Contudo, fruto dos acontecimentos provocados pelos movimentos subversivos nos territórios vizinhos das províncias ultramarinas, Portugal, a partir do final da década de 50, sentiu a necessidade de criar condições para dotar as FT de capacidades para combater em ambiente subversivo. Face a esta realidade, desenvolveu-se doutrina, criaram-se estruturas e implementaram-se técnicas, táticas e procedimentos, e geraram-se forças adaptadas a este tipo de ameaça onde a APsic e os AssCiv assumiram papel preponderante.

Assim, as FT empregaram a APsic e AssCiv no TO de Angola, entre 1961 e 1974, no âmbito da função de combate Comando-Missão da seguinte forma:

No que concerne à APsic, concluímos que o seu emprego, pelas FT, foi gradual ao longo do período estudado. Inicialmente, a APsic foi conduzida de forma incipiente e ao livre arbítrio de cada Comandante, apesar da doutrina existir e ser completa, havia no entanto, um certo desconhecimento da mesma.

Quanto à orientação estratégica da APsic, esta foi incrementada com o decorrer da guerra subversiva que se travava no TO de Angola. Verificou-se no entanto um melhor entendimento, principalmente pelo poder político, da importância da APsic na contrassubversão. Já numa fase avançada do conflito, percebeu-se que uma guerra subversiva vence-se através da unidade de esforços, entre as Autoridades Cívicas e Militares, e que a sua condução não pode ser exclusiva das FT.

Relativamente à estrutura organizacional de APsic, constatou-se também que esta foi evoluindo ao longo do período estudado. Foram criadas as 5ª Rep (APsic e AssCiv) a diversos níveis da chamada “Estrutura de Contrassubversão” implementada no TO, assim como a redefinição dos QO dos BCCa e CCa das FT. No entanto, o estabelecimento dessa estrutura foi difícil, principalmente ao escalão Batalhão e Companhia, devido à falta de efetivos e também porque as funções de APsic eram geralmente desempenhadas em acumulação.

Quanto às atividades de APsic, as FT privilegiaram, desde o início, as que se enquadravam no âmbito da Ação Psicossocial, com vista a conquistar a confiança das populações. Como se verificou mais tarde, a Ação Psicossocial foi fundamental na contrassubversão, através do controlo da população.

Na condução da APsic como atividade de informação e influência, constatou-se importância do papel do Comandante. Assim, se a APsic fosse devidamente dirigida, tornava-se num importante contributo para a segurança das FT e apoio à população, exigindo uma liderança adequada à situação.

Acerca do emprego dos AssCiv, concluímos que estes tinham como principal objetivo a aplicação de uma estratégia que visava a diminuição da capacidade de influência dos movimentos subversivos sobre as populações, através da melhoria das condições de vida.

Quanto ao processo de implementação dos AssCiv, constatou-se que este revelou-se moroso devido fundamentalmente à má coordenação entre as Autoridades Cívicas e Militares, e ao facto de haver localidades onde não existiam sequer Autoridades Cívicas, tendo neste caso as FT a árdua tarefa de assumir ambos os papéis. Desta situação, redundava a dificuldade na implementação da unidade de esforços para a prossecução da conquista das populações, derivando na ineficiência da estrutura civil e militar, assim como no ineficaz combate aos movimentos subversivos.

Relativamente à doutrina de AssCiv, verificou-se que as FT dispunham de manuais doutrinários que abordavam parte desta temática, nomeadamente o apoio às Autoridades Civas, que se enquadra nas atividades de AssCiv. O apoio às Autoridades Civas foi prestado desde o início da guerra principalmente pelas Unidades de quadrícula.

Contudo a criação da “Estrutura de Contrassubversão” na RMA a partir de 1967, cuja organização é composta por Repartições de APsic e AssCiv pode-nos levar a crer que houve uma evolução doutrinária, devido à existência de órgãos especializados nesta área que até então não existiam.

Tendo em conta a distância temporal a que este estudo se refere, denota-se cada vez mais dificuldade em entrevistar militares que cumpriram comissões de serviço no TO de Angola e desenvolveram atividade especificamente no campo da APsic e AssCiv. Como recomendação para investigação a desenvolver futuramente, propomos que haja um estudo mais aprofundado acerca desta temática no período entre 1970 e 1974 no TO de Angola no que aos AssCiv diz respeito. Isto porque existem fortes indicadores que aludem aos AssCiv a partir desse período.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2010. *Os Anos da Guerra Colonial-1961.1975*. 1ª ed. Matosinhos: QUIDNOVI.
- Alves, J. L., 1992. Os fenómenos Subversivos e Contra-Subversivos - Aspectos políticos e estratégicos nos primórdios de noventa e dois. *Revista Militar*, março, pp. 139-171.
- Associação 25 de Abril, 2015. *Guerra Colonial 1961-1974*. [Online] Available at: <http://www.guerracolonia.org/index.php?content=132> [Acedido em 10 março 2015].
- Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África*. 1ª ed. São Pedro do Estoril: Atena.
- CECA, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.
- CECA, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola, Livro 1*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

- CECA, 2006a. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola - Livro 2*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.
- CECA, 2006b. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974 - Aspectos da Actividade Operacional*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.
- Citino, R. M., 2009. *The German Way of War: From the Thirty Years' War to the Third Reich*. 1ª ed. s.l.:The Historical Association and Blackwell Publishing.
- Coelho, A. R., 2013. A Guerra do Ultramar - O Mérito do Veter Militar. *Revista Militar*, junho/julho, Volume 2537/2538, pp. 575-586.
- EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 1ª ed. Lisboa: SPEME.
- EME, 1964. *Diretiva Inicial de Acção Psicológica*. Lisboa: s.n..
- EME, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva, I Generalidades*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.
- EME, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.
- EME, 1966c. *O Exército na Guerra Subversiva, IV Apoio às Autoridades Cívís*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.
- EME, 1967. *Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades do Ultramar*. Lisboa: SPEME.
- EME, 1968. *Instrução de Acção Psicológica na Escola de Recrutas (IE)*. Lisboa: SPEME.
- EME, 1970. *Caderno 10 - Guerra Psicológica contra Portugal*. Lisboa: SPEME.
- EME, 1987. *RC 130-1 Operações*. Lisboa: CEGRAF.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2015. <http://www.exercito.pt>. [Online] Available at: <http://www.exercito.pt/sites/CTOE/Historial/Paginas/default.aspx> [Acedido em 02 março 2015].
- Folques, R., 2015. *A Acção Psicológica e Assuntos Cívís no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (13 05 2015).

- Garcia, F. P., 2003. *Análise Global de Uma Guerra - Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Grilo, M. A., 2015. *O papel do Comandante de Companhia de Engenharia na Ação Psicológica e nos Assuntos Cívicos em Angola* [Entrevista] (03 fevereiro 2015).
- Hing, T. L., 2010. *A Cooperação Civil - Militar e os Assuntos Cívicos na Doutrina Militar Nacional*, Lisboa: s.n..
- IAEM, 1976. *5ª Repartição - Assuntos Cívicos/Relações Públicas e Operações Psicológicas*. Lisboa: s.n..
- IAEM, 1982. *ME-520000: 1ª Parte - Assuntos Cívicos e 3ª Parte - Anexos*. Lisboa: s.n..
- IESM, 2014. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*, Pedrouços: s.n..
- Lucena, 2015. *A Ação Psicológica e Assuntos Cívicos no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (26 fevereiro 2015).
- Menezes, A. C. d., 2012. Lição Inaugural: Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O Saber Português. *Boletim Ensino*, maio, Issue 12, pp. 17-24.
- Montgomery, 1959. *Guerra Subversiva*. Lisboa: IAEM.
- NATO, 2014. *AJP-3.10.1(A) - Allied Joint Doctrine for Psychological Operations*. Bruxelas: NSA.
- Nunes, A. P., 2002. *Angola - 1966-74 - Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Prefácio.
- Oliveira, H., 1962. *A Batalha da Certeza (Ação Psicossocial)*. Lisboa: Tipografia Esmeralda.
- QG/RMA, 1962a. *Ação Psicossocial - Relatórios periódicos relativos ao mês de maio de 1962 do QG/RMA*, Luanda: s.n..
- QG/RMA, 1962b. *Circular nº 9929 de 08fev1962 da 3ªRep/QG/RMA*. Luanda: s.n..
- QG/RMA, 1963. *Extracto do relatório de Ação Psicossocial da RM de Angola de Setembro de 1963 da Secção de Estudos Gerais do QG/RMA*, Lisboa: s.n..
- QG/RMA, 1968. *Relatório trimestral de Ação Psicológica Nº2/68*, Luanda: s.n..
- QG/RMA, 1972. *Pessoal de Ação Psicológica nos Batalhões e Companhias*. Luanda: s.n..
- Santo, G. A. d. E., 2009. Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973. *Revista Militar*, 61(4).

- Santo, G. E., 2014. *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. 1ª ed. Lisboa: Pincípia Editora.
- Santos, J. L. d., 2015. *A Ação Psicológica e Assuntos Cívicos no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (06 fevereiro 2015).
- Santos, V., 1997. Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento. *Nação e Defesa*, Issue 82, pp. 81-135.
- Teixeira, J., 2012. *Os contributos da Cooperação Civil-Militar para a Política Externa Portuguesa. O caso de Engenharia Militar no Líbano*, s.l.: s.n..
- Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto.
- Wittman, J., 2012. *Auftragstaktik*. Norderstedt - Alemanha: Hartmann, Miles-Verl.

Secção III

FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE EMPREGO DAS FORÇAS - MOVIMENTOS TÁTICOS E MANOBRA

Autores

Cap Inf José Martins Borges
Cap Eng Ricardo João Neto Pereira
Cap Art Sónia Liliana Mancilha Valente Baldaia
Cap Inf Eduardo Jorge Mirandela da Costa Vieira

Orientadores

Maj Inf Alexandre Manuel Ribeiro Duarte Varino
Maj SMat Nuno Miguel Viegas Saúde

Entre 1961 e 1974, as Forças Armadas (FFAA) Portuguesas estiveram envolvidas em operações, de forma simultânea, em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Tal situação constitui-se como um interessante caso de estudo, atendendo à dimensão nacional *versus* a dimensão, localização dos TO e duração do conflito, sendo por isso importante analisar a capacidade de condução e sustentação da guerra em tais condições.

Assim, este Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) tem como objeto de estudo a função de combate movimento e manobra na campanha militar do TO de Angola entre 1961 e 1974, procurando obter uma perspetiva mais clara, concisa e precisa da doutrina utilizada, da forma como as forças foram empregues, de qual o seu dispositivo e também de algumas tarefas específicas realizadas no âmbito do movimento e manobra.

Para tal, o objeto de estudo foi delimitado em três domínios distintos, nomeadamente tempo, espaço e conteúdo. Assim, no que diz respeito às variáveis tempo e espaço, este estudo limitou-se à análise da campanha militar do TO de Angola entre 1961 e 1974. No que diz respeito ao conteúdo, o estudo incidiu nos fundamentos, conceitos e em algumas tarefas que se incluem na função de combate movimento e manobra, mais especificamente na manobra, movimentos táticos e mobilidade e contramobilidade.

O presente trabalho de investigação está estruturado em três secções, apresentando-se no final as conclusões. Na primeira secção, é abordado o enquadramento doutrinário, apresentando-se e delimitando-se os conceitos fundamentais a este estudo, bem como a doutrina envolvente e a sua evolução. Na segunda secção são caracterizadas as forças de manobra presentes na campanha, descrevendo-se os tipos de forças de manobra, bem como o

seu dispositivo ao longo do tempo. Na terceira secção, é elaborada uma análise do movimento e manobra no que diz respeito às tarefas movimentos táticos, manobra e mobilidade e contramobilidade.

1. Enquadramento doutrinário

Para a elaboração do presente trabalho, verificou-se que existem conceitos doutrinários que foram sofrendo alterações desde a guerra de África até ao presente, outros que se mantiveram, bem como a emergência de novos conceitos que na altura ainda não eram considerados.

Para que melhor se compreenda o conteúdo do trabalho, é necessário clarificar alguma terminologia utilizada na sua elaboração, pelo que se irá apresentar neste capítulo a base conceptual, onde serão apresentados os conceitos enquadrantes, e a doutrina existente na altura, bem como a respetiva evolução durante a campanha militar.

a. Base conceptual

Tendo sido a guerra de África uma guerra subversiva, importa necessariamente definir este conceito a fim de melhor enquadrar este trabalho. O capítulo sobre este tema, constante no volume I do guia *O Exército na Guerra Subversiva* descreve precisamente o referido conceito. A guerra subversiva, ou subversão, trata-se de uma luta travada, não pelas forças armadas de um determinado Estado, mas sim pela sua população, podendo esta ser reforçada e/ou ajudada por outros Estados. O adversário a atingir é constituído pelas autoridades legítimas desse Estado, sendo o objetivo primordial alterar o *status quo*, depondo as referidas autoridades ou paralisando a sua ação (EME, 1966, p. 1). Este conceito manteve-se até aos dias de hoje, como se pode constatar no capítulo sobre o espetro das operações militares da *PDE 3-00 Operações* (EP, 2012, pp. 9-10).

Assim sendo, e como se pode atestar no capítulo sobre as operações não convencionais em contrassubversão da *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*, a contrassubversão definir-se-á como a ação levada a cabo pelas autoridades legítimas de um Estado para contrariar a subversão, seja para não perder a aceitação da população, do regime ou do sistema político vigente, ou para reconquistar essa mesma aceitação (EP, 2010, p. 1). Engloba ações de diversas naturezas (militar, paramilitar, política, económica, psicológica ou cívica), conforme é referido no anexo de termos e definições à *PDE 3-67-00 Operações Especiais* (EP, 2014, p. 2).

Na sequência das definições apresentadas, é relevante para este trabalho clarificar também o conceito de guerrilha, o qual consta no terceiro capítulo da *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*, que trata as atividades

irregulares. De acordo com esta PDE guerrilha é uma das formas de luta armada passível de ser utilizada por um movimento subversivo, desencadeada contra as FFAA de um Estado, com a ressalva de que respeita os cidadãos em geral (EP, 2010, pp. 5-7). Complementando com o descrito no anexo ao volume I do guia *O Exército na Guerra Subversiva*, onde são listados os significados das mais importantes expressões empregues nesse guia, as guerrilhas fazem essencialmente uso de ações de emboscada, de golpes de mão e de flagelações. As ações de contra guerrilha são adequadamente similares, conduzidas desta feita contra as próprias forças de guerrilha (EME, 1966, pp. 9, 18).

Apresentados estes conceitos mais restritos ao conflito desenrolado em Angola, descrevem-se seguidamente termos mais abrangentes e comuns a qualquer tipo de conflito.

Como descrito na *PDE 3-00 Operações*, no capítulo que trata o espectro das operações militares, “uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas [...] unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino” e que podem ser “combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações”. A função de combate movimento e manobra define-se como o conjunto de “tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação à ameaça”. Inerentemente, esta função refere-se à forma como todos os deslocamentos são efetuados pelas Forças Terrestres tendo pela frente uma dada ameaça. Das várias tarefas, destacam-se a manobra, definida pelo “emprego de forças através da combinação do fogo e movimento para alcançar uma posição de vantagem em relação à ameaça de forma a cumprir uma missão”, e os movimentos táticos, que são os executados para “dispersar e deslocar a força, como um todo ou parcialmente, enquanto decorre a manobra” (EP, 2012, pp. 24, 28).

Da *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate – Volume I*, retira-se do capítulo sobre operações ofensivas a caracterização da função de combate movimento e manobra no que concerne a este tipo de operações e que é útil analisar, considerando que as ações levadas a cabo em Angola foram essencialmente de cariz ofensivo. Assim, a essência dessas ações foca-se em “evitar o forte do inimigo e criar oportunidades para potenciar os efeitos dos fogos”, ou seja, procurar constantemente a iniciativa, agir de forma a surpreender a ameaça, e concentrar potencial de combate onde essa ameaça é mais frágil, o que levará ultimamente à sua derrota (EP, 2015, pp. 41-42).

Importa ainda referir a caracterização das forças de manobra que é considerada atualmente. Como referido no anexo da caracterização das Forças Terrestres à *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate – Volume I*, dos elementos das Forças Terrestres destacam-se os de combate e os de

apoio de combate. Os primeiros são aqueles que se empenham diretamente contra uma ameaça combinando o fogo e o movimento, ou seja, é o emprego da infantaria, de carros de combate, de engenharia de combate e de aviação equipada com meios de ataque ou helicópteros armados. Os segundos caracterizam-se por aqueles que visam aumentar as capacidades dos primeiros, dos quais se destacam as forças de apoio de fogos, de reconhecimento e de engenharia. Quanto ao seu tipo, as forças subdividem-se em pesadas (com elevado poder de fogo, têm proteção e mobilidade, e mais indicadas para operações em terreno aberto), médias (viaturas de lagartas ou rodas, com alguma proteção e mobilidade) e ligeiras (com elevada mobilidade estratégica, que podem ser transportadas por aeronaves, indicadas para combater em ambientes especiais) (EP, 2014, pp. 1-9).

No que concerne aos conceitos de mobilidade e de contramobilidade, segundo o *ME 20-63-12 Operações de Engenharia*, poderemos definir o apoio à mobilidade como tarefas que visam melhorar ou aumentar a capacidade de manobra das unidades táticas, das quais se destacam o “aterro de valas e crateras, remoção de obstáculos em itinerários, execução desvios para contornamento de obstáculos, abertura de brechas através de campos de minas, transposição de vãos, e abertura expedita de itinerários táticos ou trilhos de combate”. Quanto ao apoio de contramobilidade, entendem-se como tarefas que “visam desorganizar, limitar ou impedir a manobra inimiga e impedir-lhe o uso de áreas do terreno. Podem reduzir o efeito da superioridade em potencial do inimigo e a sua canalização e detenção em áreas onde pode ser destruído” (IAEM, 2003, pp. 7-8).

b. Doutrina e sua evolução

Antes do início da guerra em África e, naturalmente, no decorrer da mesma, desenvolveu-se a doutrina necessária para ir de encontro às suas características, considerando que a doutrina existente era manifestamente inadequada a este tipo de conflito. Seguidamente será abordada a adoção dessa doutrina e como esta evoluiu durante a guerra.

Na obra *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*, é simplificada a evolução da doutrina, de forma esclarecedora e abrangente, em quatro períodos. Num primeiro período, entre 1958 e 1960, Portugal estudou a doutrina aplicada por outros países em conflitos similares, procurando adaptá-la à sua realidade particular, de modo a fazer face aos conflitos que se avizinhavam nos seus territórios em África, incluindo em Angola. Com o início da guerra, entre 1961 e 1963, foi aplicada a doutrina aprendida ainda de modo experimental, começando assim a ser adquirida experiência, a qual levou naturalmente à sua evolução. O terceiro período

decorreu sensivelmente entre 1964 e 1966, no qual já existia doutrina trabalhada com a experiência adquirida. De 1967 até ao final da guerra em 1974 (quarto período), a doutrina é consolidada em várias publicações e estudos (EME: CECA, 1990, pp. 138-140).

(1) Primeiro período – 1958 a 1960

Antes do conflito, vários oficiais das FFAA formaram-se e estudaram em países como a Bélgica, a França e a Argélia, de forma a adequar a doutrina portuguesa para a guerra que se avizinhava (Barata e Teixeira, 2004, p. 79; Cann, 1998, pp. 68, 71). Fruto dessas formações, o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) passaram a ser as unidades onde era desenvolvida a doutrina portuguesa, sendo em 1960 publicada e disponibilizada nas bibliotecas militares a obra da autoria do Tenente-Coronel do Corpo do Estado-Maior Hermes de Araújo Oliveira, intitulada de *Guerra Revolucionária* (EME: CECA, 1990, p. 138).

Na sua obra, Oliveira abordou o modo como as forças portuguesas teriam de se adaptar à guerra subversiva, não sendo adequado abordar este tipo de conflito da mesma forma como seria uma guerra de traços convencionais. Considerando que a ameaça utilizaria táticas de guerrilha, a ação militar a adotar para lhe fazer face seria a contraguerrilha, da qual se destacam as principais tarefas a executar, nomeadamente garantir a liberdade de movimentos das forças portuguesas, ocupar e defender pontos importantes, e perseguir constantemente a ameaça de modo a evitar que esta possa reagir adequadamente (Oliveira, 1960, pp. 234-236).

(2) Segundo período – 1961 a 1963

No decorrer deste período, surgiu em 1961 o guia doutrinário *O Exército na Guerra Subversiva*, cujo segundo capítulo da primeira parte aborda as ações militares de contraguerrilha, sendo as mais relevantes destacadas nos parágrafos seguintes.

No que concerne a ações com cariz predominantemente defensivo, destacam-se desse capítulo as de segurança, que se subdividem em ações de segurança em estação (que se poderá interpretar como sendo estática) e de segurança em movimento.

As ações de segurança em estação poderiam ser várias, destacando-se o estabelecimento de postos militares (que tinham como finalidade proteger pontos essenciais, vigiar e proteger itinerários, ou garantir a segurança de uma área, e a partir dos quais se poderiam desencadear outras ações ofensivas) e a defesa de pontos essenciais (pontos sensíveis, locais de particular importância). No que concerne a esta, a força articular-se-ia em dois elementos, cada um

destinado às seguintes finalidades: segurança imediata (visava retardar a progressão da ameaça e dar o alerta oportuno da sua aproximação) e segurança próxima (constituída por uma rede de patrulhas, postos de vigilância e de emboscadas planeadas). Uma outra força ficaria responsável pela segurança afastada (EME, 1961, pp. 52-60).

As ações de segurança em movimento eram consideradas em qualquer deslocamento, considerando que a força em movimento estaria em particular desvantagem face a um ataque. Compreendia a segurança afastada, que era executada em permanência pelo dispositivo de forças implementado no terreno, a segurança próxima, que era organizada de acordo com a ameaça prevista, e a segurança imediata, que implicaria diversas medidas diferenciadas consoante o terreno. Caso se previsse contacto com a ameaça, seria constituída e lançada antes da força principal uma patrulha de abertura, destinada a inspecionar e libertar de armadilhas o itinerário, bem como a detetar e neutralizar elementos da ameaça. Com a força principal, deslocar-se-ia uma força de escolta, com a finalidade de a proteger de ataques. O efetivo variava, sendo a ordem de grandeza considerada um pelotão de caçadores para cada 20 viaturas a escoltar, reforçado quando possível com blindados e elementos de engenharia (EME, 1961, pp. 60-93).

No que diz respeito às formas de ação ofensiva, destacam-se o cerco, o ataque e a perseguição, assim como patrulhamentos, emboscadas, golpes de mão e batidas.

Um cerco, ação ofensiva preferencialmente adotada, visava assegurar a destruição completa de uma dada ameaça (figura nº 1). Não sendo possível a execução de um cerco, a ação a tomar seria um ataque, onde a surpresa era o princípio fundamental. As forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. Parte da ameaça conseguiria retirar, o que levava as forças portuguesas a iniciarem uma perseguição. Eram mantidos grupos de combate devidamente preparados para esta ação, os quais seriam apoiados, sempre que possível, por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1961, pp. 96-106).

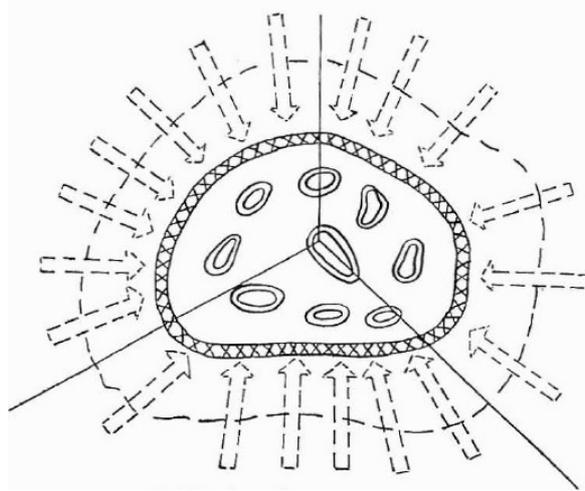


Figura n° 1 – Destruição de guerrilhas por estreitamento do cerco

Fonte: (EME, 1961).

O patrulhamento era uma das ações mais comuns. Os efetivos destas patrulhas eram normalmente reduzidos, pois o terreno era de difícil progressão e particularmente denso. Estas patrulhas poderiam ter de realizar perseguições, reconhecimentos ou emboscadas, dispendo para tal de armamento e equipamento variado e do apoio de guias e pisteiros (EME, 1961, pp. 107-125).

No que concerne às emboscadas (figura n° 2), estas seriam executadas para criar insegurança à ameaça, dificultar os seus movimentos ou para a forçar a dispersar os seus meios. Era uma ação particularmente complexa, sendo que a força que a executava se subdividia em vários grupos com diferentes tarefas, nomeadamente: comando, atiradores especiais, grupos de vigilância, de detenção, de assalto, de proteção, de recolha e de reserva. Após a articulação da força, seguir-se-iam reconhecimentos, treinos, ocupação de posições, a execução da ação de combate propriamente dita e a retirada da posição (EME, 1961, pp. 125-141).



Figura nº 2 – Emboscada

Fonte: (EME, 1961).

Os golpes de mão (figura nº 3) eram executados com a finalidade de recolher informações, efetuar destruições ou flagelações, ou para capturar ou eliminar elementos-chave da ameaça. Tal como uma emboscada, era uma ação complexa. A articulação da força implicava, normalmente, os seguintes grupos: comando, grupo de eliminação de sentinelas, de assalto, de destruição, de busca, de proteção, de recolha e de reserva. Seguir-se-iam reconhecimentos, treinos, a aproximação ao objetivo, a execução do golpe de mão e a retirada do local (EME, 1961, pp. 141-156).

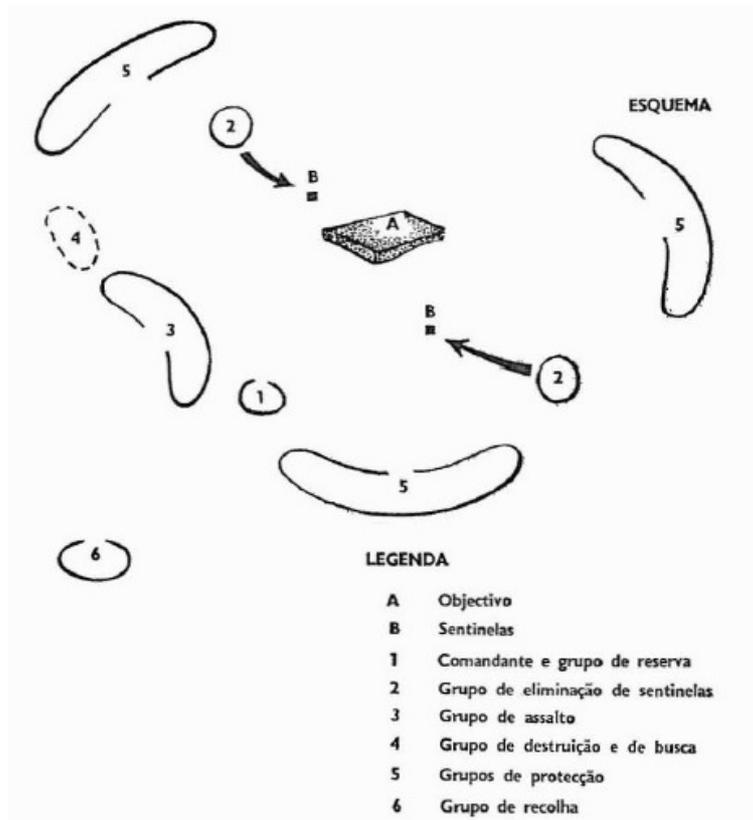


Figura nº 3 – Golpe de mão

Fonte: (EME, 1961).

O cerco e limpeza de uma povoação implicava maior efetivo que as ações anteriormente referidas, podendo estar integrado em outras operações de maior envergadura (figura nº 4). Esta ação destinava-se a capturar pessoal e/ou material ou a controlar a população. A força articulava-se em comando, grupos de anel exterior, de anel interior, de limpeza e de reserva. O anel exterior visava isolar o objetivo, enquanto o anel interior impedia que elementos saíssem do mesmo. Seria então executada a ação principal pelos grupos de limpeza, tantos quantos os necessários, após a qual a força retirava (EME, 1961, pp. 156-165).

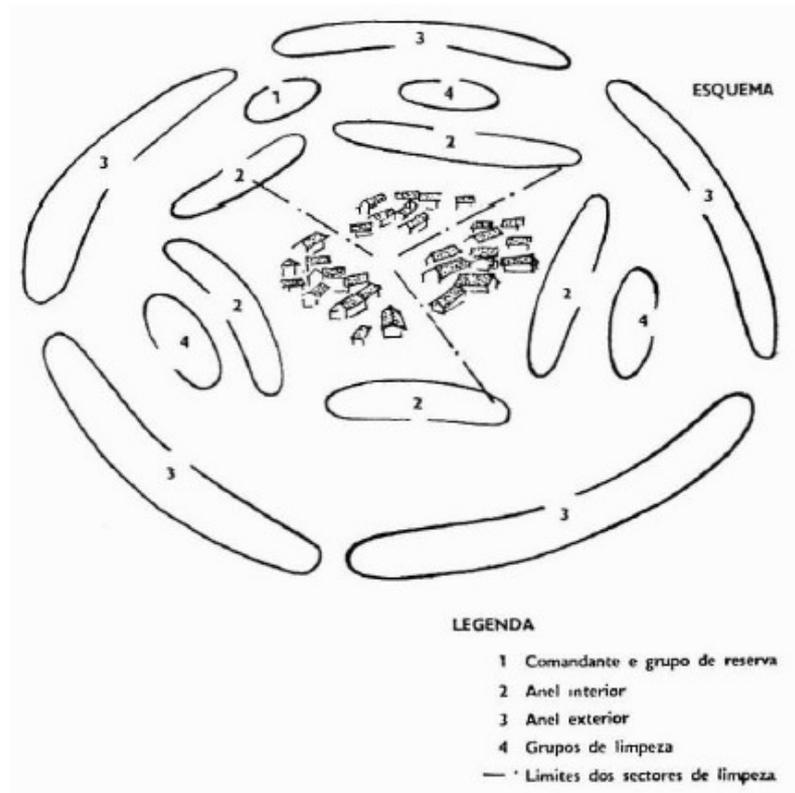


Figura nº 4 – Cerco e limpeza de povoações

Fonte: (EME, 1961).

A batida era uma ação executada numa área delimitada, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material ou de flagelar elementos da ameaça (figura nº 5). A força era articulada em comando, grupos de cerco, de batida e reservas. Com uma execução similar às ações de cerco e limpeza de povoações, após a execução de reconhecimento, o grupo de cerco isolava a área a bater, impedindo que alguma ameaça do exterior interviesse na ação de batida. Seriam constituídos normalmente dois grupos de batida, que seguiriam um à retaguarda do outro. Desencadear-se-ia a ação principal e, após a conclusão da mesma, as forças retiravam do local (EME, 1961, pp. 165-173).

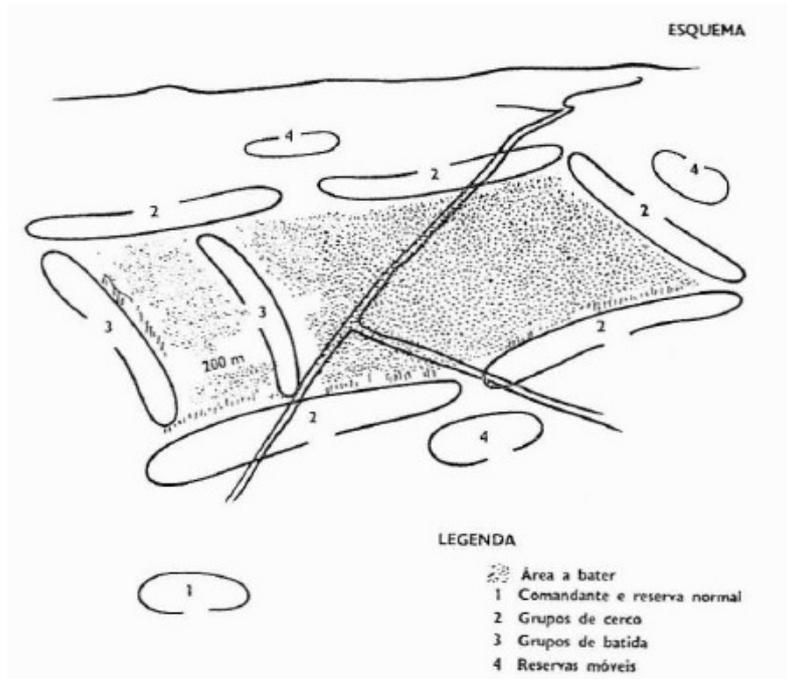


Figura nº 5 – Batida

Fonte: (EME, 1961).

(3) Terceiro período – 1964 a 1966

Fruto da experiência adquirida, em 1963 foi terminada a ampla revisão do guia doutrinário de 1961, mantendo o mesmo nome, mas sendo considerado uma primeira edição. Apresentam-se de seguida as inovações plasmadas neste guia, bem como as diferenças principais em relação ao guia de 1961.

No quarto capítulo da primeira parte do referido guia, são introduzidos novos conceitos de atuação, nomeadamente a função de quadrícula, a função de intervenção e a interdição de fronteiras.

Uma unidade com a função de quadrícula (figura nº 6) ocupava um setor atribuído, no qual iria dispor as suas unidades subordinadas de modo a defender pontos sensíveis, garantir a utilização de itinerários, obter informação acerca da ameaça, do terreno e da população, manter contacto com e controlar a população e, dentro das suas possibilidades, atuar contra a ameaça, sendo a natureza das suas ações maioritariamente defensiva (EME, 1963, pp. 20-27).

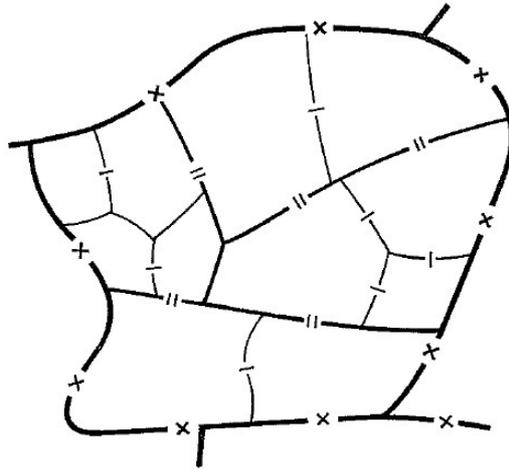


Figura nº 6 – Quadrícula
Fonte: (EME, 1963).

As unidades com a função de intervenção (figura nº 7) cumpriam missões de cariz essencialmente ofensivo, nomeadamente atuar contra uma ameaça que atacasse unidades amigas, povoações ou instalações importantes, detetar e atuar contra a ameaça, com prioridade para as áreas onde as unidades com a função de quadrícula sejam reduzidas ou onde não existam tais unidades, e atacar elementos e instalações da ameaça (EME, 1963, pp. 27-38).

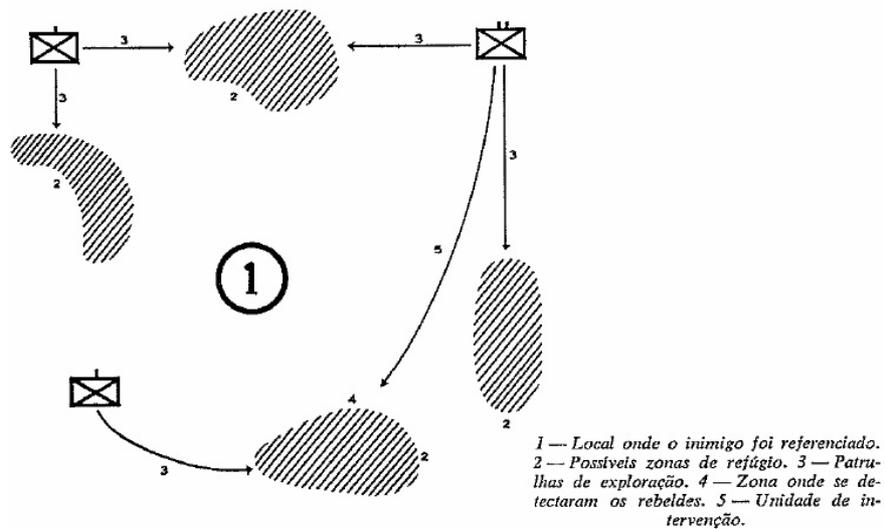
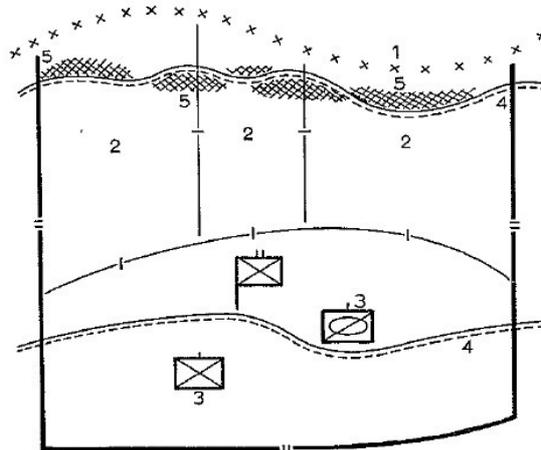


Figura nº 7 – Intervenção
Fonte: (EME, 1963).

Já as unidades destinadas à interdição de fronteiras tinham por finalidade impedir o apoio externo aos elementos da ameaça. Estabelecia-se uma faixa de terreno onde era interdita a circulação de civis, permitindo assim um melhor controlo por parte das forças portuguesas (figura n° 8). Eram unidades similares às de função de quadrícula, com a particularidade de que os seus setores seriam menores. Montavam postos militares e patrulhavam intensamente o setor atribuído, mantendo em reserva unidades com maior mobilidade, quer por via terrestre, quer por via aérea (EME, 1963, pp. 38-43).



BATALHÃO COM MISSÃO DE INTERDIÇÃO DE FRONTEIRA

1 — Fronteira. 2 — Companhias de fronteira. 3 — Reservas do Batalhão. 4 — Itinerários transversais. 5 — Sistema de barragens.

Figura n° 8 – Interdição de fronteira

Fonte: (EME, 1963).

No que concerne às ações de patrulhamento, abordadas no terceiro capítulo da segunda parte, foi nesta altura introduzido o conceito de patrulhas de nomadização (figura n° 9). Na sua essência, eram patrulhas articuladas e equipadas para ações ofensivas, com capacidade para operarem longe dos locais normais de estacionamento das forças por vários dias, cuja finalidade era detetar e neutralizar ameaças. Poderiam ter efetivo variável (desde secção a companhia), sendo que um pelotão ou uma companhia podiam estabelecer bases de patrulha temporárias a partir das quais lançavam patrulhas de efetivo mais reduzido. Não sendo operações decisivas, requeriam outras unidades com elevada mobilidade, prontas a desencadear ações ofensivas que permitissem complementar a sua ação e cumprir a finalidade das patrulhas. Embora a

duração das patrulhas pudesse chegar aos cinco dias, o aconselhável seria não ultrapassar os três dias de atuação (EME, 1963, pp. 44-64).

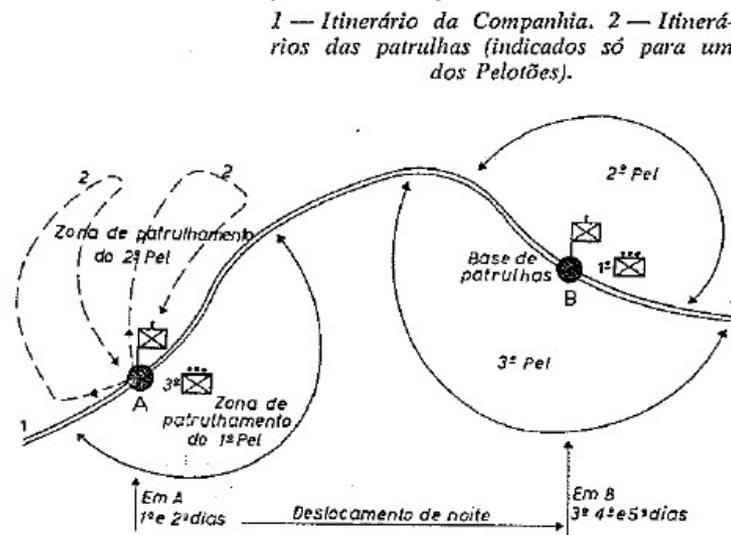


Figura nº 9 – Nomadização

Fonte: (EME, 1963)

O quarto capítulo engloba os conceitos de batida e operação de cerco. Ambas envolvem uma limpeza de uma zona, passando a ser esta a designação deste tipo de ações. A diferença essencial é que a batida não implicava o estabelecimento de um cerco à zona a limpar. Sendo assim, uma operação de cerco necessitaria, naturalmente, de um maior número de unidades, incluindo apoio aéreo, tanto para apoiar pelo fogo as restantes unidades de manobra como para evacuar feridos. A vantagem principal é que permitia a destruição da ameaça, ao passo que a batida se limitava a libertar uma zona de ameaças (EME, 1963, pp. 1-5).

(4) Quarto período – 1967 a 1974

Com o decorrer do conflito, é concluída em 1966 a segunda edição do guia *O Exército na Guerra Subversiva*. Esta nova edição, apesar de ser de facto uma atualização com base na experiência, não continha alterações profundas como aquelas que se verificaram entre as publicações de 1961 e de 1963. Quem já tinha na sua posse a primeira edição, facilmente se atualizava com a segunda edição, conforme é referido na introdução da mesma (EME, 1966, p. XV). Assim sendo, esta segunda edição do guia representava a consolidação da doutrina desenvolvida até então, a qual continuou a ser aplicada

até ao fim da guerra, a par de outras publicações desenvolvidas no IAEM, no CIOE e na Academia Militar (EME: CECA, 1990, pp. 139-140).

(5) Grandes operações

Durante todo o conflito, as tarefas descritas anteriormente eram as executadas com maior frequência. Porém, esporadicamente era necessário pôr em prática grandes operações, levadas a cabo por um número elevado de unidades e durante um longo período de tempo, chegando mesmo a durar cerca de um mês. Considerando todas as desvantagens que uma operação desta envergadura acarretava, desde o elevado apoio logístico necessário, ao forte impacto na população, à necessidade de desguarnecer determinadas áreas para concentrar potencial de combate, entre outros fatores, só seriam desencadeadas pelos comandos dos escalões mais elevados, os quais teriam as informações necessárias acerca da situação que justificassem tais operações (EME: CECA, 1990, pp. 152-153).

2. Caracterização das forças de manobra

Neste capítulo, procurou-se caracterizar as forças de manobra e o seu dispositivo. Para tal, serão apresentados os tipos de forças e a sua articulação, salientando-se algumas das suas potencialidades, bem como o seu dispositivo ao longo do período da campanha.

a. Forças de manobra

As forças de manobra assentavam essencialmente na tradicional divisão por armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia), apesar da tipologia de missões impostas pela guerra subversiva ser bem diferente da convencional.

Todas as unidades projetadas para o TO eram organizadas com base na infantaria ligeira. Apesar das unidades manterem a sua designação de origem (por exemplo, uma força aprontada na Escola Prática de Artilharia ficava com a designação de bateria de artilharia), na realidade o seu emprego era semelhante ao de uma companhia de caçadores com as suas missões inerentes à infantaria. Poucas foram as que mantiveram algumas características que as distinguiu e que realizaram operações típicas da sua vocação original (Afonso e Gomes, 2001, p. 392). As unidades mais caras, tais como as de engenharia, devido ao facto de serem em menor número no TO, eram usadas consoante as necessidades e não de acordo com a doutrina (Afonso e Gomes, 2001, p. 85).

Em termos de unidades de manobra, a tipologia de unidades manteve-se relativamente constante. Assim, assentava nos regimentos de infantaria (que

foram três desde 1961 até 1974, diferindo apenas no seu número de unidades), nos batalhões de caçadores com as respectivas companhias de caçadores, cujo número aumentou de ano para ano, num grupo de reconhecimento e num batalhão de engenharia, que após 1963 se constituiu em agrupamentos de engenharia (EME: CECA, 1997, pp. 169-170).

As características próprias do conflito levaram à decisão da adoção da companhia de caçadores como a unidade base de contrassubversão, devido ao seu pequeno efetivo e autonomia logística (Afonso e Gomes, 2009, p. 290).

A companhia de caçadores era constituída por cerca de 170 homens, com organização quaternária, tendo esta sido herdada dos caçadores especiais provenientes do CIOE. A companhia estava organizada em quatro grupos de combate, constituídos por três pelotões de caçadores e um pelotão de acompanhamento munido de armas pesadas (Cann, 1998, p. 93).

Apesar das diversas situações vividas, onde por vezes se verificou a constituição de agrupamentos de forças sem composição fixa, o batalhão foi desde o início a unidade típica de comando operacional e administrativo das companhias (Afonso e Gomes, 2001, p. 85). Os batalhões de caçadores (figura nº 10), comparados com os de infantaria, eram mais aligeirados quer organicamente, com apenas quatro companhias (uma de comando e serviços e três de caçadores), quer em termos de armamento e efetivos (Afonso e Gomes, 2001, p. 97).

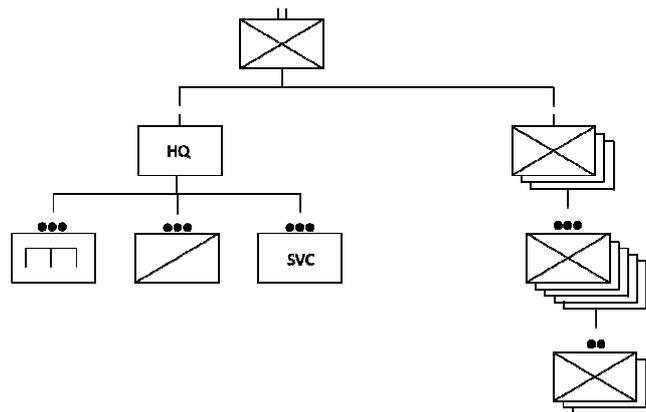


Figura nº 10 – Organização de um Batalhão de Caçadores

Fonte: Adaptado de (CDEF, 2010).

Desde o início da campanha, verificou-se o aparecimento de forças especiais que tinham a sua representação e ação próprias. Dos registos verificados, constata-se a existência de unidades regulares especiais do tipo comandos, paraquedistas e fuzileiros, bem como unidades não regulares,

fruto da africanização. Como os paraquedistas e os fuzileiros pertenciam, respetivamente, à Força Aérea e à Marinha, a sua organização não é objeto de estudo neste trabalho.

Estas forças especiais surgiram porque os efetivos das unidades eram insuficientes para garantir a segurança dos aquartelamentos, os reabastecimentos, transportes e manutenção e ainda realizar ações de combate às bases da guerrilha a grandes distâncias. Assim, surgiram como forças de intervenção, libertas desse tipo de missões e colocadas à disposição do comandante (Afonso e Gomes, 2001, p. 149). Esta alteração foi vertida na doutrina, tal como referido no capítulo anterior.

Os comandos surgiram em 1962, em Zemba, no Norte de Angola, tendo sido constituídos seis grupos no Centro de Instrução Especial de Contra-guerrilha. Eram grupos independentes, constituídos normalmente a partir de voluntários dos batalhões de caçadores, assumindo-se como unidades de intervenção à ordem dos comandantes-chefes. Foram sofrendo alterações na sua organização, mas a célula-base, a equipa de cinco elementos, manteve-se durante toda a guerra (Afonso e Gomes, 2001, p. 200).

O evoluir da guerra revelou a necessidade de maiores efetivos e unidades com maior autonomia para operar num maior período de tempo e de forma autossustentada, tendo surgido uma companhia de comandos em 1964, aumentando gradualmente o efetivo e perfazendo em 1974 um total de cinco companhias (Cann, 1998, p. 94).

Em meados de 1966, surgiram as designadas forças auxiliares africanas, que foram criadas para se compensar a escassez de efetivos nas unidades, bem como procurar o envolvimento físico das populações na guerra, de modo a criar clivagem e dificultar o alastramento dos movimentos de libertação (Cann, 1998, pp. 105-106).

Estas forças auxiliares constituíram-se como unidades especiais em que se tirava partido do seu conhecimento do terreno, adaptação ao meio, expondo-os a maiores perigos e utilizando-os como fonte de informação bem como agentes de contrainformação (Afonso e Gomes, 2001, p. 339).

Inicialmente eram constituídas por diversas forças, que iam desde forças especiais de contrassubversão, passando por grupos criados por iniciativas diversas, tais como:

- Milícias, unidades paramilitares usadas na proteção de aldeias (Cann, 1998, p. 117);
- Grupos Especiais (GE), pequenas formações de 16 homens que eram voluntários, incluindo capturados em operações (Cann, 1998, p. 116);
- Tropas Especiais (TE), antigos guerrilheiros da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA);

- Flechas, organização dependente da Direção-Geral de Segurança (DGS), com origem étnica nos bosquímanos (Afonso e Gomes, 2009, p. 452);
- Fiéis e Leais, antigos guerrilheiros provenientes da província de Catanga (antigo Congo Belga) e alguns refugiados da Zâmbia (Afonso e Gomes, 2001, p. 341).

b. Dispositivo

Em termos de articulação das forças, foi iniciado o Plano “Centaurus Grande”, que refletia o conceito estratégico operacional terrestre a ser adotado em Angola, concretizando o primeiro dispositivo como um conceito geral de quadrícula. Em 1963, foi implementado o Plano “Marfim Negro”, que tinha como objetivo a remodelação do dispositivo das forças portuguesas, dando prioridade à zona dos Dembos, no Norte de Angola (Afonso e Gomes, 2009, p. 124).

No início da campanha, a prioridade na implementação do dispositivo era dificultar ou impedir a ligação dos guerrilheiros ao Congo, cortando-lhes as linhas de reabastecimentos através da fronteira (Afonso e Gomes, 2001, p. 40). Assim, o objetivo era combater os grupos de resistência ao longo da fronteira e ao mesmo tempo iniciar a ocupação intensiva, dispersando forças por todo o território.

Para tal, adotou-se a técnica de *quadrillage* que os franceses tinham utilizado na Argélia, procedendo-se à divisão do território numa quadrícula, em que eram atribuídas zonas de ação (ZA) ou áreas de responsabilidade a uma dada unidade, cujo número de batalhões variava consoante a ameaça (Afonso e Gomes, 2009, p. 124).

Nesta base, era atribuído a cada Região Militar um comando local, que podia ser Comando Territorial ou Comando Militar, que por sua vez se subdividia em Zonas Militares e estas em Setores, consoante a extensão do território e a atividade da guerrilha (Cann, 1998, p. 90). Existiam assim as seguintes áreas:

- Província = Região Militar;
- Distrito = Comando Territorial ou Comando Militar;
- Concelho ou Circunscrição = Zonas Militares;
- Postos, Freguesias ou Aldeias = Setores.

A análise do dispositivo desta campanha foi efetuada consoante se constatarem alterações significativas, não se verificando regularidade no espaçamento temporal (EME: CECA, 1997, p. 12).

Na realidade, as primeiras unidades que chegaram a Angola não integraram uma quadrícula nem receberam uma ZA, foram-lhes definidas áreas com objetivos e missões específicas (Afonso e Gomes, 2009, p. 125).

No início de 1961, tinham sido criadas cinco regiões militares, em que a 3ª Região Militar correspondia ao território de Angola e S. Tomé e Príncipe e que se subdividia em:

- Comando Territorial do Norte;
- Comando Territorial do Centro;
- Comando Territorial do Sul;
- Comando Territorial do Leste;
- Circunscrição Militar de Cabinda;
- Comando Territorial de S. Tomé e Príncipe.

Todos estes Comandos Territoriais tinham regimentos e batalhões em determinadas regiões que constituíam um primeiro dispositivo militar que enfrentava o início da sublevação ativa (EME: CECA, 1997, p. 63).

Em fevereiro de 1961, o dispositivo militar em Angola limitava-se a três regimentos e dois batalhões de caçadores: o Regimento de Infantaria de Luanda (RIL), o Regimento de Infantaria de Nova Lisboa (RINL), o Regimento de Infantaria Sá da Bandeira (RISB), o Batalhão de Caçadores nº 1 em Cabinda e o Batalhão de Caçadores nº 3 em Carmona (figura nº 11). Outras regiões da Província eram ocupadas por companhias e pelotões de caçadores espacialmente distantes uns dos outros, não tendo correspondência direta à divisão administrativa de Angola (EME: CECA, 1997, pp. 71, 72).

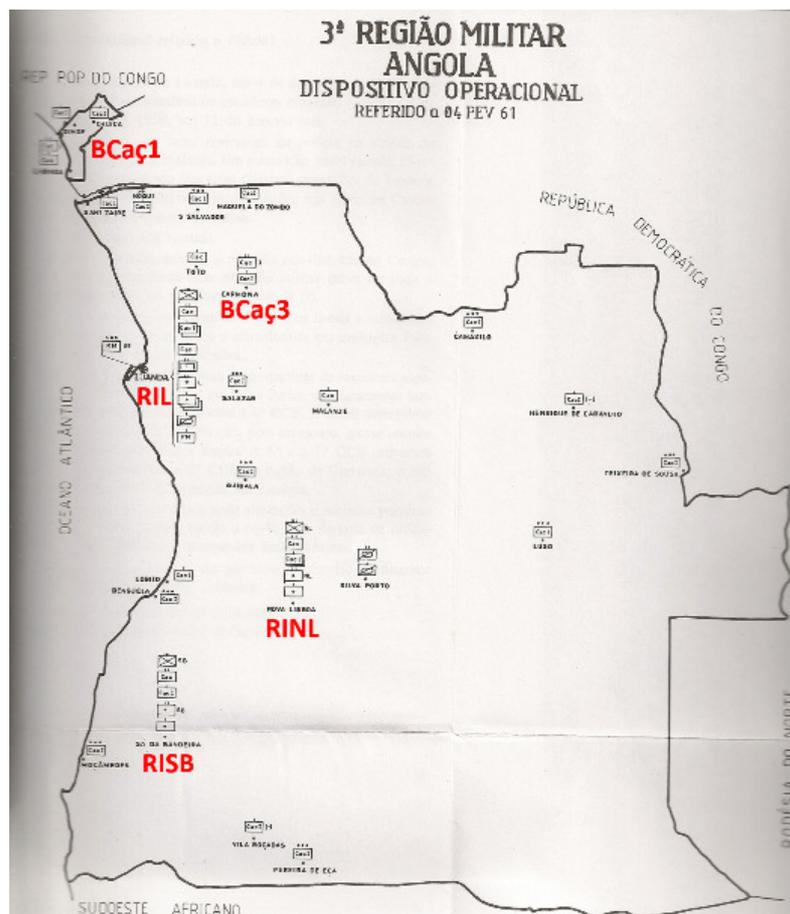


Figura nº 11 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1961

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

Esta organização entendeu-se como necessária para a criação de um dispositivo de proteção e garantia de segurança às populações, com especial incidência para o Norte, denominada de Zona Sublevada Norte (ZSN), devido ao elevado número de ações por parte dos guerrilheiros nesta área.

Através da diretiva de 16 de junho de 1961 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, foram criados seis setores operacionais (SO) dentro da ZSN, numerados de um a seis e atribuídos aos comandos operacionais respetivos (EME: CECA, 1997, p. 64).

Em novembro de 1961 (figura nº 12), com o aumento de unidades a serem mobilizadas, conseguiu-se dar execução às diretivas do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SDGN) e foram definidas quatro zonas de intervenção (EME: CECA, 1997, pp. 65, 85, 87). Estas zonas foram criadas devido à

necessidade de ter unidades de intervenção em permanência nas regiões. Assim, a ZSN passou a designar-se Zona de Intervenção Norte (ZIN), constituída pelos mesmos seis setores e acrescentado um setor denominado L – Luanda. Foram criadas a Zona de Intervenção Leste (ZIL), a Zona de Intervenção Centro (ZIC) e a Zona de Intervenção Sul (ZIS) (EME: CECA, 1997, p. 88).

Em termos de dispositivo, a ZIN era constituída por 25 batalhões, divididos de acordo com as necessidades de intervenção face à guerrilha pelos sete SO, enquanto as outras zonas de intervenção (ZIL, ZIC e ZIS) apenas tinham um batalhão cada (EME: CECA, 1997, p. 90).

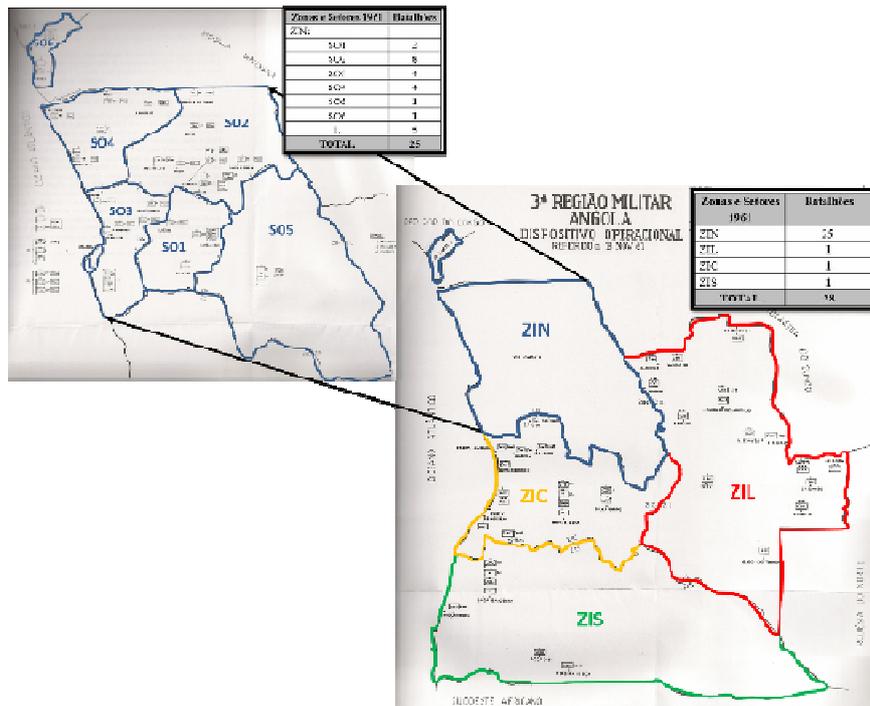


Figura nº 12 – Dispositivo Operacional em novembro de 1961

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

Até 1966 (figura nº 13), verificou-se um aumento progressivo na quantidade dos efetivos, tendo-se constatado no final desse ano uma estabilização quer em termos de organização territorial quer no número de batalhões (EME: CECA, 1997, p. 127). No entanto, em meados de 1966, a ZIL foi reforçada devido ao progressivo aumento de ações subversivas no Leste (Afonso Gomes, 2001, p. 150).

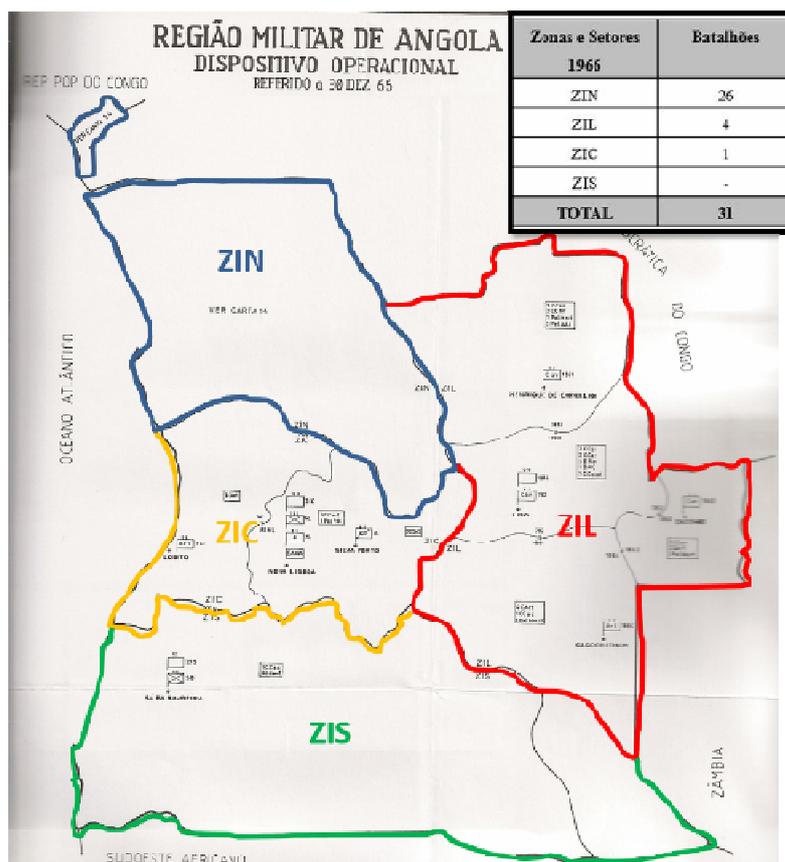


Figura nº 13 – Dispositivo Operacional em dezembro de 1966

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

Em julho de 1968 (figura nº 14), foi dada uma nova designação às zonas de intervenção e setores, passando a ser a seguinte:

- Zona Militar Norte (ZMN) constituída por cinco distritos: Zaire, Luan-da, Uíge, Cuanza Norte e Malanje;
- Zona Militar Leste (ZML) constituída por dois distritos: Lunda e Moxico;
- Zona Militar Centro (ZMC) constituída por três distritos: Cuanza Sul, Benguela e Bié;
- Zona Militar Sul (ZMS) constituída por dois distritos: Moçâmedes e Huíla.

Estas Zonas Militares foram criadas com o objetivo de adaptar o dispositivo à divisão administrativa, de modo a que os setores correspondessem tanto quanto possível a Distritos (Afonso e Gomes, 2009, p. 441).

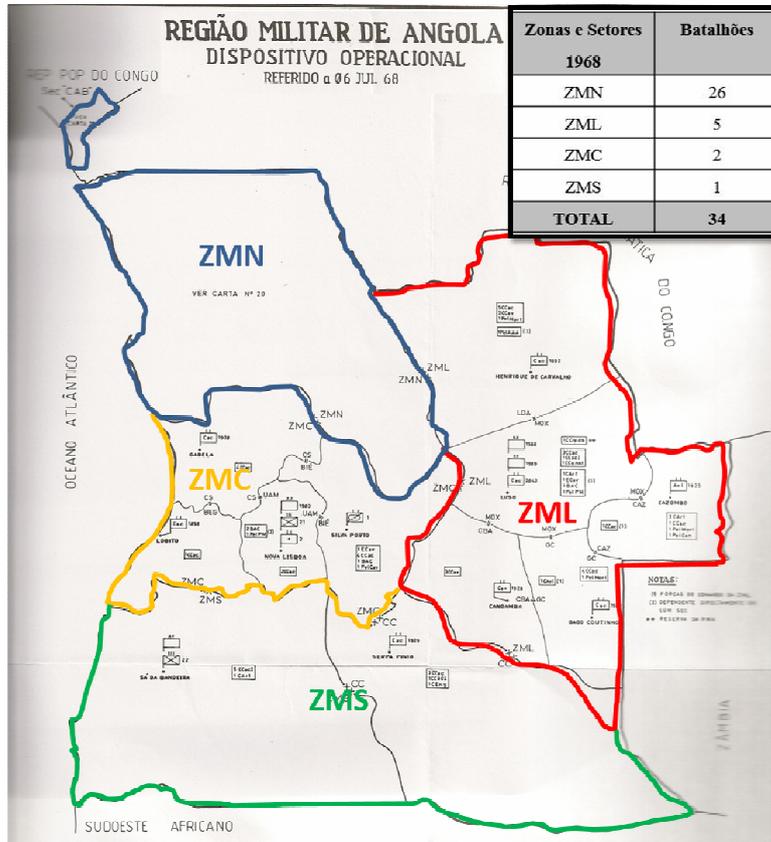


Figura nº 14 – Dispositivo Operacional em julho de 1968

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

Em fevereiro de 1971, verificaram-se alterações profundas nos limites das zonas militares anteriormente estabelecidas, bem como na área dos seus setores (figura nº 15). No entanto, as designações mantiveram-se e, dada a atuação das milícias, houve um novo reajustamento do número de Batalhões presentes (EME: CECA, 1997, p. 153).

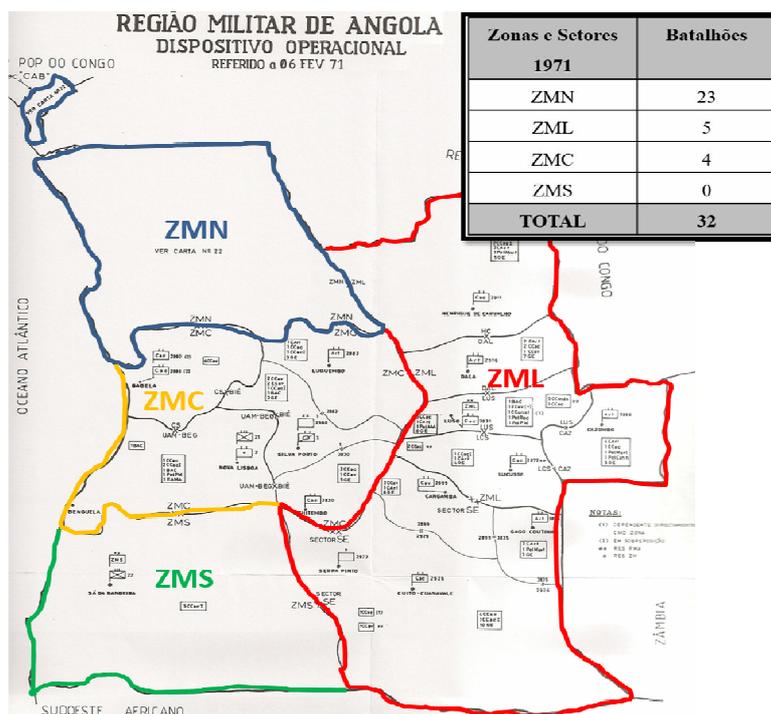


Figura nº 15 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1971

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

Em 1974 (figura nº 16), segundo os registos, as zonas militares existentes até ao momento são mantidas, mas os setores Cabinda, Malanje e Luanda passam a ser considerados como zonas militares (EME: CECA, 1997, p. 167).

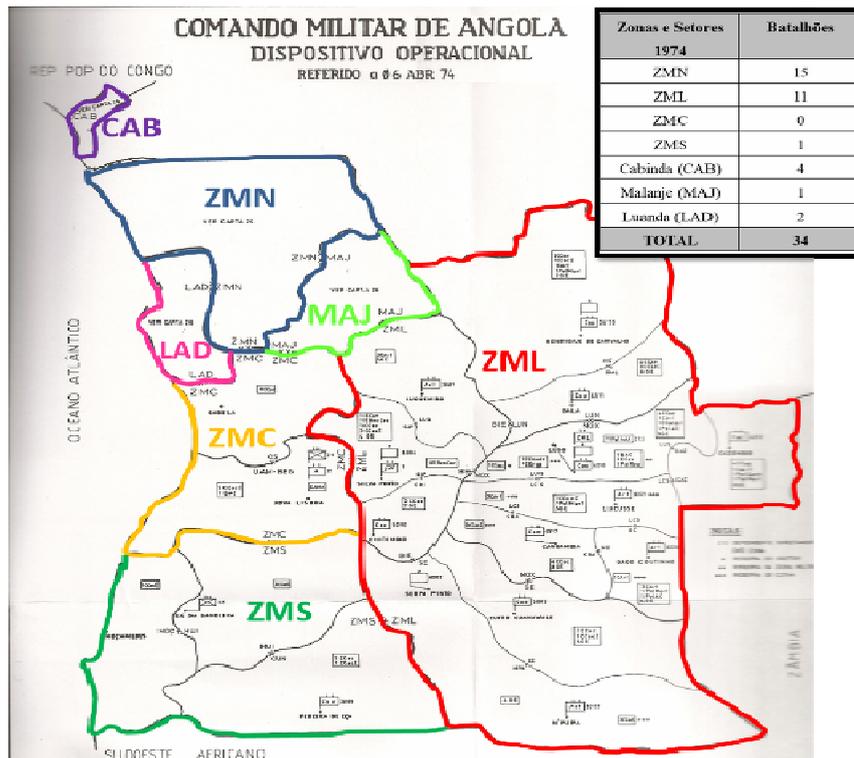


Figura nº 16 – Dispositivo Operacional em abril de 1974

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997).

3. Movimento e manobra

Neste capítulo, pretendeu-se analisar a manobra tática empregue no período da Guerra, para compreender qual o impacto da aplicação da função de combate movimento e manobra no decorrer da campanha, pelo que se subdivide o seu estudo na análise das tarefas principais que a constituem, nomeadamente movimentos táticos e manobra, e mobilidade e contramobilidade.

a. Movimentos táticos e manobra

Segundo Rodrigues (2000, p. 104), a Guerra em Angola, após o início da violência em 1961, é definida por três fases: a da contenção e ocupação militar do território à redução sistemática da violência no Norte, a reiteração do esforço igualmente no Norte e a mudança do esforço estratégico para o Leste.

Assim, será feita em cada uma destas fases o destaque da aplicação dos movimentos táticos e da manobra, com recurso à análise de algumas operações executadas, bem como a apresentação da tipologia de ações desenvolvidas.

(1) Primeira Fase¹ – Da contenção e ocupação militar do território à redução sistemática da violência no Norte

No decorrer desta primeira fase, analisam-se as Operações Viriato (figura nº 17) e Três Mosqueteiros (figura nº 18), de onde será possível destacar a aplicação dos conceitos de movimentos táticos, golpe de mão, emboscada e patrulhamentos.

A Operação Viriato² desenrolou-se através da progressão de três unidades, apoiadas por meios de artilharia, engenharia e pela Força Aérea (Afonso e Gomes, 2001, p. 50). O conceito de operação assentava na ocupação e limpeza de área, fazendo convergir as três unidades, por diferentes eixos de progressão até ao objetivo, em Nambuanguo (Afonso e Gomes, 2001, p. 48).

A operação decisiva assentou no itinerário Caxito-Quixacale-Nambuanguo. Este constituiu-se como eixo de progressão do Batalhão de Caçadores nº 114, reforçado com uma secção de canhão sem recuo e com elementos de engenharia. Esta unidade efetuou ações de limpeza de área até à região de Quicabo, onde foram efetuadas várias batidas e operações de limpeza, não tendo no entanto alcançado a região de Nambuanguo (EME: CECA, 1998, pp. 282-286).

A operação de moldagem assentou em outros dois itinerários. O itinerário Ponte do Dange-Mucondo-Muxaluando-Nambuanguo constituiu-se como eixo de progressão para o Batalhão de Caçadores nº 96, reforçado com um pelotão de engenharia. Esta unidade alcançou a região de Nambuanguo sem resistência, após o que iniciou operações de patrulhamento, segurança e limpeza (EME: CECA, 1998, pp. 289-293). O itinerário Ambriz-Quimbunbe-Zala-Nambuanguo constituiu-se como eixo de progressão para o Esquadrão de Cavalaria nº 149, que alcançou Nambuanguo depois do Batalhão de Caçadores nº 96, tendo sido reforçado com dois pelotões do Batalhão de Caçadores nº 158 (EME: CECA, 1998, pp. 293-297).

¹ Entre 1961 e 1966.

² A operação teve início a 10 de julho de 1961.

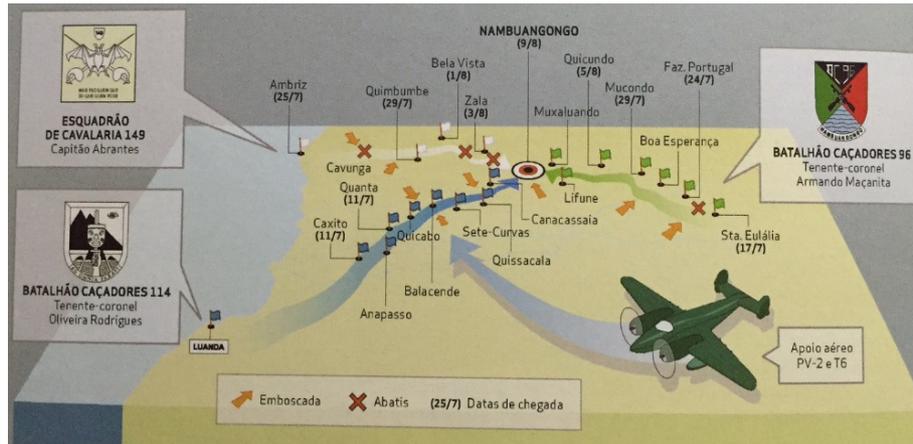


Figura nº 17 – Esquema geral da Operação Viriato

Fonte: (Afonso e Gomes, 2009).

A Operação Três Mosqueteiros³ tinha como objetivo atacar um quartel da guerrilha em Caluca⁴ para limpar a região da presença da ameaça. Nesta operação, foram utilizados pela primeira vez meios aéreos⁵, tendo-se iniciado com um bombardeamento executado por três aviões PV-2, após o que 16 paraquedistas foram projetados de helicóptero para executar um golpe de mão. A ação tinha por finalidade capturar guerrilheiros, documentos e armamento, tendo sido barradas as principais estradas e trilhos através da montagem de emboscadas. Posteriormente, passou-se a executar ações de nomadização na região e, com um esquadrão de cavalaria, realizou-se o reconhecimento e interdição do itinerário para São Salvador (Catarino, 2010a, pp. 4-12).

³ 18 de outubro de 1962, região Norte de Angola.

⁴ Sul de São Salvador do Congo.

⁵ *Alouette II*, os primeiros helicópteros a voar na Guerra Colonial. Serviam essencialmente para evacuação sanitária, tendo sido também utilizados em heliassaltos.

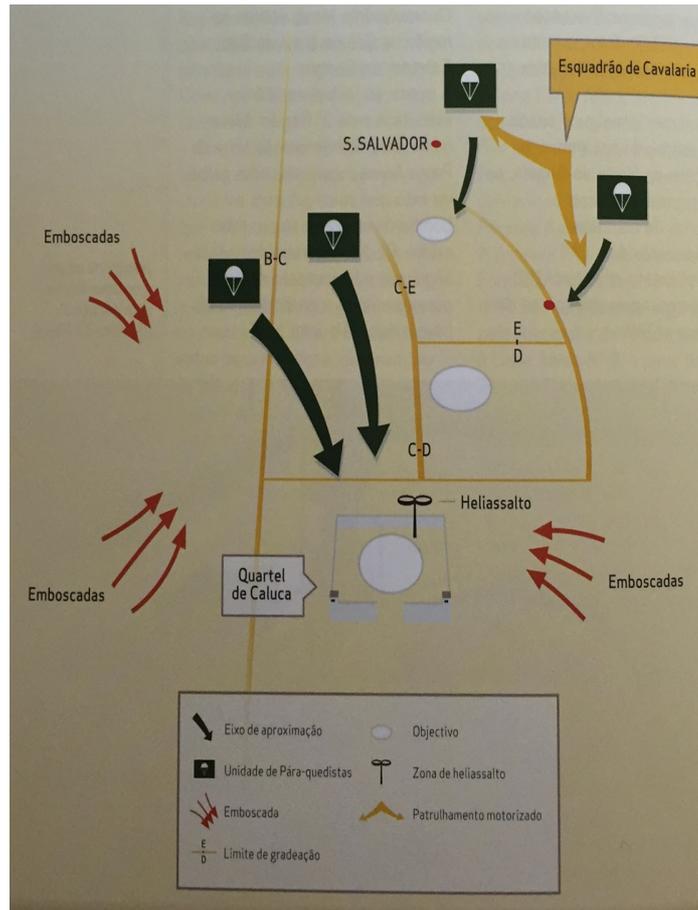


Figura nº 18 – Esquema geral da Operação Três Mosqueteiros

Fonte: (Afonso e Gomes, 2009).

As várias batidas e limpezas realizadas nestas operações tinham por finalidade expulsar, aprisionar, eliminar a ameaça e destruir as suas instalações, o seu modo de vida e a forma de combate. Nesse âmbito, parte da força percorria uma zona à procura do contacto, enquanto outra montava o cerco, impedindo a ameaça de retirar ou de reforçar. Uma batida podia ser conjugada com assaltos a objetivos definidos, sempre que possível com recurso a helicópteros. Por outro lado, um cerco, conjugado com emboscadas e com patrulhamentos apeados ou motorizados, poderia ser apoiado pela artilharia e aviação (Afonso e Gomes, 2001, p. 294).

Os patrulhamentos foram usados para obter notícias e criar instabilidade, obrigando a ameaça a deslocar-se permanentemente (Afonso e Gomes, 2001, p. 293).

No caso da Operação Três Mosqueteiros, o golpe de mão teve sucesso devido ao emprego de forças helitransportadas até às proximidades do objetivo. Era frequente, quando o efetivo o permitia, recorrer a um cerco que assegurava a detenção e a cobertura, apoiando a recolha e servindo de reserva (Afonso e Gomes, 2001, p. 296).

(2) Segunda Fase⁶ – Reiteração do esforço a Norte

Nesta fase, designada de recuperação da população, interceção e destruição de grupos armados, analisa-se a Operação Broca, da qual se destaca a aplicação das tarefas ofensivas relacionadas com as emboscadas.

A Operação Broca⁷ teve por objetivo destruir o Comando Operacional de Angola que a FNLA tinha instalado na região de Zala-Vila Pimpa-Bico de Pato (figuras nº 19 e nº 20). Esta foi levada a cabo por uma força de duas companhias de paraquedistas, duas de comandos, apoiadas por duas de caçadores. A missão era assaltar os objetivos referenciados, destruí-los ou, no mínimo, desarticular a ameaça. Para tal, através de ações de batida e emboscada, pretendia-se aniquilar ou aprisionar elementos da ameaça, bem como o material e equipamento. A execução da operação foi precedida de ações de decação afastadas da zona de ação, bem como de trabalhos de abertura de picadas conducentes ao objetivo como forma de apoio à mobilidade das forças. Após isto, e a partir de Zala, assaltaram os objetivos, e durante os cinco dias seguintes mantiveram-se na zona a efetuar ações de batida e emboscada sobre forças da ameaça. Foi mantida uma força de reserva a dois grupos de combate, com um alerta de dez minutos e com capacidade de helitransporte para reforçar ou assaltar objetivos periféricos (Catarino, 2010b, pp. 4-17).

⁶ Entre 1966 e 1970.

⁷ 23 de maio de 1970.

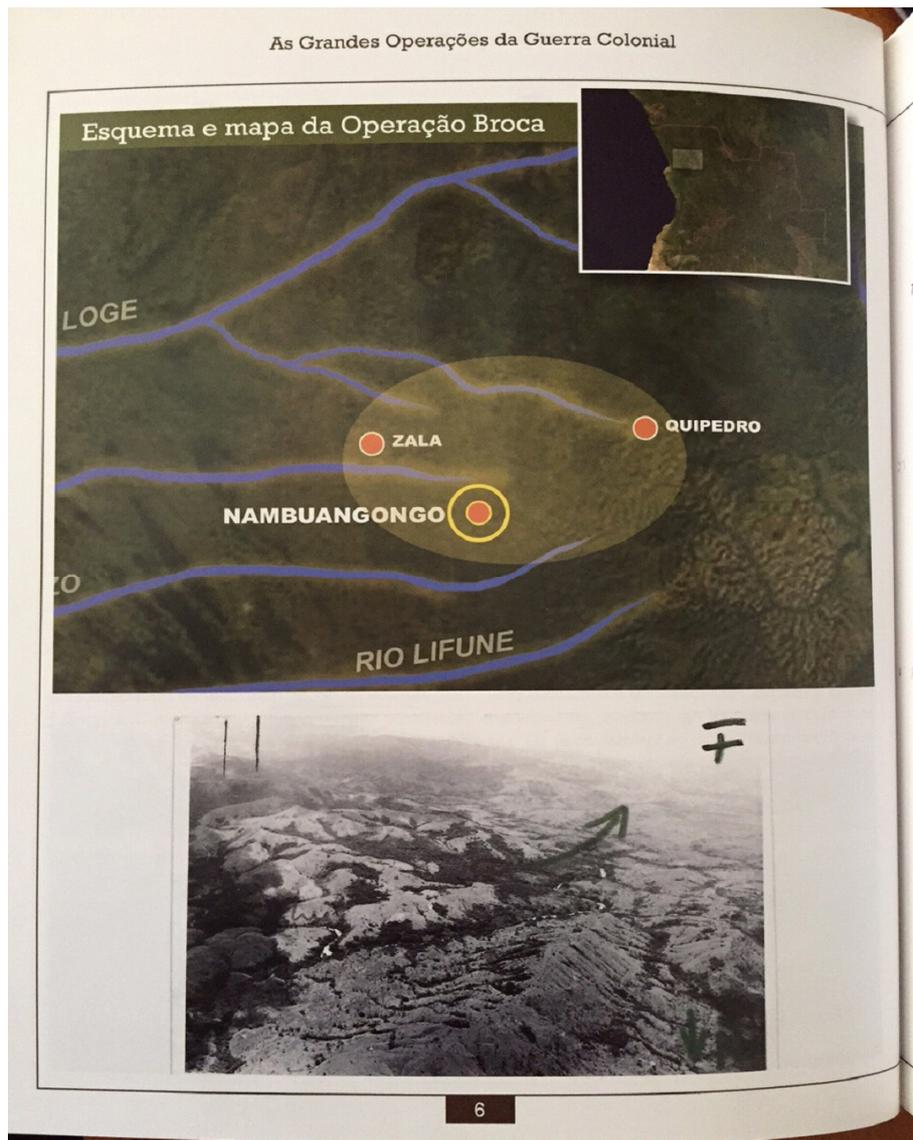


Figura nº 19 – Esquema geral da Operação Broca
Fonte: (Catarino, 2010b).

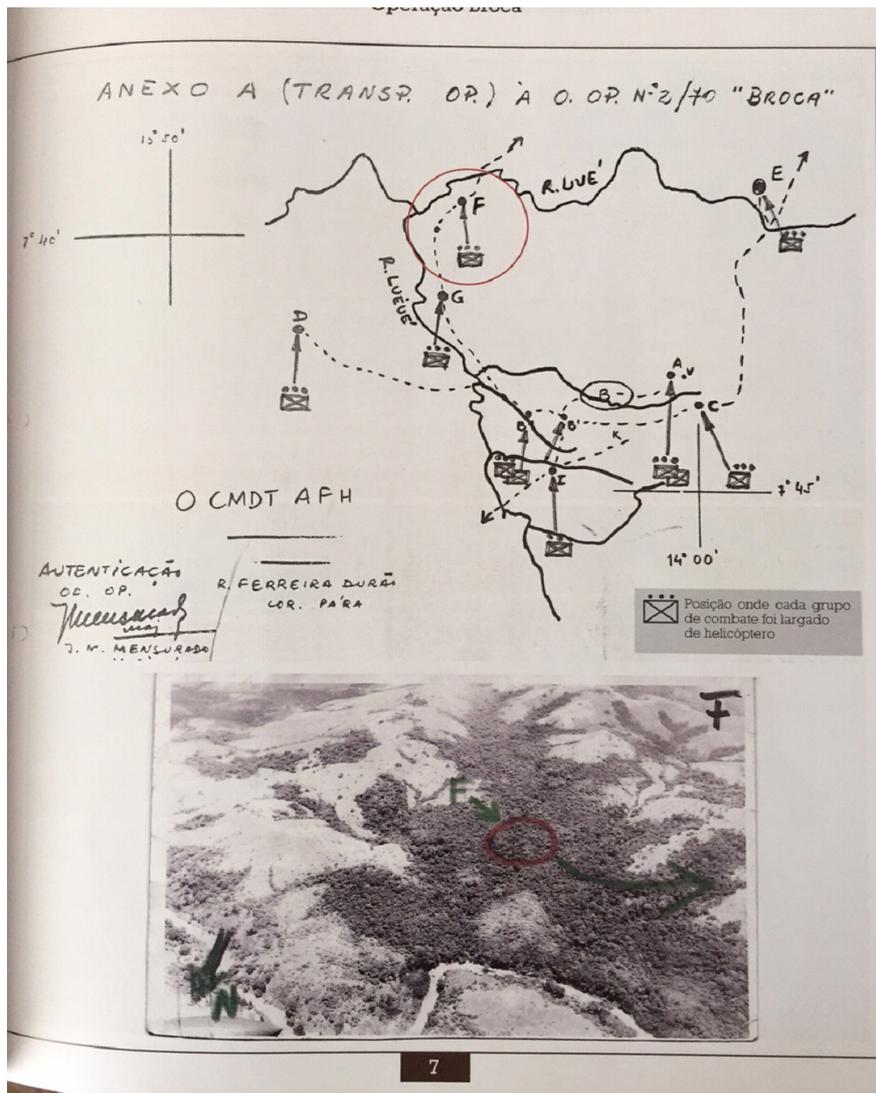


Figura nº 20 – Transparente de Operações da Operação Broca

Fonte: (Catarino, 2010b).

Nesta operação, a emboscada foi usada contra elementos em movimento baseando-se numa instalação dissimulada. A articulação do grupo de combate consistiu numa equipa de vigilância de dois homens, numa de

detenção com uma metralhadora ou lança granadas e num grupo de assalto (Afonso e Gomes, 2001, p. 297).

(3) Terceira Fase – Da mudança do esforço estratégico para o Leste⁸

Esta fase foi também designada de contenção, interceção e destruição das forças subversivas no Leste. Para tal, com recurso aos meios aéreos, projetaram-se forças de intervenção helitransportadas para as áreas vizinhas, nomeadamente forças de comandos que efetuavam a designada “caça”, reforçadas por elementos especializados em interrogatórios e por uma reserva. Este tipo de operação consistia no empenhamento contínuo de três companhias, encontrando-se uma unidade em operações, outra em alerta apoiada por helicópteros, pronta a atuar sobre a ameaça em fuga ou assaltar objetivos, e uma terceira, em recuperação, que era utilizada como reserva. Para o efeito, foram criados os designados Agrupamentos, a exemplo o Sirocco e o Raio (Nunes, 2002, pp. 45-47).

No decorrer da campanha, fruto das condições do terreno, nomeadamente devido à orografia e vegetação existente, bem como da falta de vias de comunicação que permitissem bons acessos aos locais das operações, os deslocamentos feitos pelas tropas ligeiras enfrentaram limitações à sua mobilidade e a forma de contornar esta adversidade foi encontrada no recurso ao helicóptero e ao cavalo, como alternativa às viaturas (Cann, 1998, p. 173). A Força Aérea, fortemente influenciada na experiência francesa na Argélia, adaptou o uso do helicóptero, tendo sido um meio fundamental nas operações devido à sua versatilidade de emprego. Consequentemente, passou a ser cada vez mais utilizado em apoio às operações, o que permitiu antecipar as ações da ameaça, interceptar, cercar e destruí-la de forma mais célere (Cann, 1998, pp. 176-178).

Com recurso ao cavalo, uma patrulha conseguia deslocar-se durante uma a três semanas, com uma organização com base no pelotão⁹, em que a forma usual de emprego foi a progressão em cunha. As tropas montadas conseguiam ver para além da vegetação e podiam assim identificar de imediato a ameaça. Com a vantagem da velocidade aliada à posição elevada, evitavam com alguma facilidade as ações de flagelação, muito devido à forte resposta que conseguiam dar (CDEF, 2010, p. 38). O impacto psicológico, a mobilidade e a rapidez de reação era atemorizante e fez destas forças um caso de sucesso. Comparativamente com os helicópteros, os cavalos moviam-se

⁸ Entre 1970 e 1974.

⁹ Três secções de dez militares cada, mais uma secção de suporte para uma metralhadora, três lança granadas, uma ordenança, um corneteiro e um ferrador.

silenciosamente através das planícies e das savanas, garantindo melhores resultados através do fator surpresa (Cann, 1998, p. 189).

Da análise destas fases e respetivas operações, destaca-se que a flexibilidade foi essencial para a contrassubversão, tendo-se relevado neste tipo de conflito a tática de pequenas unidades. Pequenas patrulhas de homens retiravam a iniciativa às forças da ameaça, podendo penetrar em terrenos acidentados para reunir informações, destruir elementos da ameaça, minimizar o tráfego de correio, solicitar apoio aéreo e de artilharia e acima de tudo estabelecer contacto com a população (Cann, 1998, p. 117).

b. Mobilidade e contramobilidade

No que diz respeito às tarefas de mobilidade e contramobilidade, inseridas na função de combate movimento e manobra, poder-se-á encontrar a sua correspondência na campanha militar, no terceiro capítulo da primeira parte do manual de operações contra bandos armados e guerrilhas (EME, 1963, pp. 20-21), que se refere à “desobstrução, capinação, reparação, melhoramento e construção de vias de comunicação e das suas obras de arte” e à “execução de obstáculos para deter o inimigo”.

(1) Apoio à mobilidade

A desobstrução era realizada para anular a contramobilidade das forças subversivas que, para dificultar a aproximação aos seus acampamentos ou para conduzir ações de emboscada, executavam vários tipos de obstáculos, como minagem de itinerários, armadilhas, árvores abatidas ou valas.



Figura nº 21 – Desobstrução com recurso a explosivos

Fonte: (EME, 1963).

As ações de desobstrução (figura nº 21) passavam pelo emprego de tratores de lagartas para reduzir os fossos ou valas, construídas pela ameaça nos itinerários, com a finalidade de impedir a circulação de viaturas, mas também para remover os obstáculos visíveis na estrada, tais como árvores abatidas ou pedras, podendo-se em alguns casos recorrer ao uso de explosivos para fragmentar o obstáculo e facilitar a sua remoção (caso de árvores de grande porte).

Por outro lado, em Angola, a minagem do sistema rodoviário acabou por ser a maneira mais fácil dos elementos da ameaça perturbarem a manobra e o sistema logístico terrestre dos portugueses (Cann, 1998, p. 232). Assim, sempre que os deslocamentos atravessavam áreas suspeitas ou perigosas, era comum a criação de um grupo de desobstrução que, seguindo na frente sobre o itinerário, se destinava a detetar, levantar minas e armadilhas e remover obstruções (EME, 1966, Anx., p. 1).

Este trabalho, muito minucioso, servia para garantir a segurança da coluna que seguia na retaguarda. Destaca-se que, com a experiência adquirida nestas circunstâncias, a viatura que seguia imediatamente atrás dos sapadores, normalmente uma *Berliet*, era adaptada, sendo-lhe retirada a cobertura e os bancos, permitindo cobrir todo o chassis com sacos de terra, de modo a minimizar o efeito de um eventual rebentamento de uma mina. A viatura seguia engrenada em primeira velocidade, circulando muito lentamente, ao mesmo ritmo dos sapadores que iam “picando” o itinerário. O respetivo condutor conduzia a viatura com os pés, sobre os sacos de terra, pois de uma posição elevada conseguia de alguma maneira proteger as pernas em caso de detonação de uma mina anticarro (Grilo, 2015).

Paralelamente, a capinação (figura nº 22) era fundamental não só para permitir a circulação em segurança de viaturas e pessoal apeado, mas também, especialmente nas bermas, para eliminar a vegetação que poderia dissimular elementos rebeldes. Poderia ser feita através do corte, aplicação de produtos químicos lançados por viaturas ou aeronaves (EME, 1963, 1ª parte, Cap. II, pp. 11-13). Normalmente, recorria-se também ao emprego de equipamentos de engenharia, tipo tratores de lagartas ou motoniveladoras, para realizar estas tarefas, sendo estes os meios mais eficientes, mas sempre com as devidas precauções de segurança.



Figura nº 22 – Uso de equipamentos pesados de engenharia para capinação

Fonte: (Grilo, 1970).

No que diz respeito à construção, reparação e melhoramento de vias de comunicação em Angola, destaca-se que a mobilidade era francamente reduzida pela falta de vias de comunicação, especialmente nos terrenos mais arborizados ou nos locais com vegetação extremamente densa, como era o caso do capim.

Assim, foi importante a construção de um conjunto de vias de comunicação que permitisse uma maior mobilidade (figura nº 23), facilitando o deslocamento das forças, mas também de forma a garantir que toda a orla anterior da zona de guerrilha fosse acompanhada por estradas, com vantagens óbvias para a manobra militar (Nunes, 2002, p. 57).

Foi então elaborado um documento sobre esta matéria que envolveu, para além da engenharia militar portuguesa, a Junta Autónoma das Estradas de Angola e os Governos de Distrito, onde se encontravam previstas as principais vias, numa extensão de aproximadamente 4.000 km, tendo inclusive algumas delas sido alcatroadas para minimizar o perigo de minas. Fruto da dimensão desta obra, foi necessário recorrer também ao mercado local, através da utilização de empreiteiros civis, sendo planeado anualmente o emprego das companhias de engenharia, a quem normalmente incumbia a abertura e reparação das picadas táticas com elevado interesse operacional (Nunes, 2002, p. 57).

Tome-se, por exemplo, as Operações Via Ápia, Grande Salto, Golpe Direto e Mundo Novo, nas quais a Companhia de Engenharia nº 2580, no Noroeste de Angola, foi chamada a executar inúmeros troços de picada em locais onde se encontravam as forças da ameaça, de modo a permitir a

manobra das forças portuguesas com maior ímpeto e segurança, bem como proceder ao alargamento e melhoramento de outras (Grilo, 2015).



Figura nº 23 – Construção de uma estrada

Fonte: (Afonso e Gomes, 2001).

No seguimento da construção das vias de comunicação, foi necessário também construir ou reconstruir uma série de obras de arte, destacando-se pontões, pontes e aquedutos.

A primeira grande prova das capacidades de engenharia neste âmbito verificou-se na Operação Viriato, quando a Companhia de Sapadores nº 123 apoiou o movimento das unidades que se deslocavam para Nambuangongo, recuperando pontes destruídas e adaptando passagens a vau nos cursos de água (Afonso e Gomes, 2001, p. 400).

Normalmente, essas construções ou reparações eram limitadas ou suspensas durante a época das chuvas e, tal como para as vias de comunicação, as companhias de engenharia assumiam as obras pontuais com elevado valor tático, sendo as obras de maior porte coordenadas ao nível do Agrupamento de Engenharia de Angola (Grilo, 2015).

(2) Apoio à contramobilidade

O emprego de tarefas de contramobilidade no âmbito das emboscadas a realizar contra a ameaça passava essencialmente pela execução de obstáculos, de modo a tirar o máximo proveito do fogo, detendo-os e impedindo-os de se dispersarem para fora da zona de morte. Esses obstáculos poderiam ser improvisados, tais como valas, abatizes, viaturas ou outros mais elaborados como redes de arame farpado, minas e armadilhas, e eram normalmente

colocados no itinerário de progressão, mas também no flanco oposto àquele onde se instalava o grupo de assalto, reforçando o terreno para impedir a sua fuga após serem alvejados (EME, 1963, 2ª parte, Cap. VII, p. 11).

No que diz respeito à defesa de pontos sensíveis e postos militares, era preconizado um sistema de obstáculos para aumentar a eficiência do sistema de alarme e impedir uma rápida progressão das forças subversivas, retardando-as sob fogo. Esse sistema era constituído essencialmente por redes de arame (rede normal, sebes, concertinas e cavalos de frisa) colocadas nos acessos mais fáceis, podendo também consistir em valas, paliçadas de árvores ou armadilhas (EME, 1963, 2ª parte, Cap. I, p. 9).

Por outro lado, na interdição de fronteiras, o esforço foi concentrado nas áreas onde o terreno facilitava a infiltração, sendo instalados postos militares para as manter sob vigilância, conjugando-se esta atividade com um sistema de barragens, constituído por minas, armadilhas, redes de arame e outros obstáculos que permitissem restringir a liberdade de movimentos das forças da ameaça (EME, 1963, 1ª parte, Cap. IV, p. 41).

Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a função de combate movimento e manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola no período de 1961 a 1974.

No primeiro capítulo, foram estudados quais os fundamentos, conceitos doutrinários e sua evolução no período em análise, aplicados à função de combate movimento e manobra. Foi possível verificar que, com o aproximar da guerra de África, Portugal viu-se na necessidade de adotar novos conceitos doutrinários para fazer face a uma guerra subversiva, visto que os existentes estavam apenas orientados para uma guerra de tipologia mais convencional. Os elementos subversivos existentes no seio da população visavam alterar o *status quo* no território, através de ações de guerrilha contra as forças militares portuguesas. Assim sendo, a solução passou por formar oficiais em países que já se deparavam com esse tipo de guerra. Após isso, houve a preocupação necessária em adaptar os novos conceitos à realidade portuguesa e à situação nos seus territórios em África. A forma de contrariar a subversão seria necessariamente o seu corolário, a contrassubversão, desencadeada contra o movimento subversivo através de ações de contra guerrilha, taticamente similares às de guerrilha.

Posteriormente, com o início da guerra, a nova doutrina foi posta à prova, ainda que de modo embrionário, mas já com conceitos base adequados à conduta das operações, como pode ser visto no guia de 1961 *O Exército na*

Guerra Subversiva. Com a experiência que foi sendo adquirida no decorrer do conflito, a doutrina foi-se consolidando. A forma como as forças se movimentavam para fazer face à ameaça foi sendo adaptada com a experiência, procurando a otimização da articulação das várias tarefas e respetivos sistemas para um mais eficiente cumprimento das missões. Essencialmente, procurou-se manter constantemente a iniciativa através de diversificadas ações ofensivas de pequenas unidades, evitando-se tanto quanto possível o desencadear de grandes operações, concentrando potencial de combate em locais e momentos oportunos de modo a obter vantagem sobre a ameaça, neutralizando-a.

No segundo capítulo, foi feita a caracterização das forças de manobra e o seu dispositivo ao longo da campanha, sendo esta caracterização apresentada em diversos períodos. Foi possível reter que as forças portuguesas mantiveram sempre a sua divisão por armas (infantaria, artilharia, etc.), apesar de serem treinadas e empregues essencialmente como forças de infantaria ligeira. Verificou-se ainda que o batalhão foi empregue como unidade operacional e administrativa, sendo a companhia de caçadores a unidade base da guerra subversiva, devido à sua autonomia e reduzido efetivo.

Além destas forças regulares, com o evoluir da guerra surgiram forças especiais, tais como os comandos, paraquedistas e fuzileiros, cujo objetivo era dotar um comandante com uma força de intervenção, imediatamente disponível e capaz de realizar outro tipo de missões. Também surgiram as forças auxiliares africanas, tais como as milícias, Tropas Especiais, Grupos Especiais, Flechas e os Fiéis e Leais, cuja finalidade era integrar a população local na luta armada, afastando-os dos guerrilheiros e explorando o seu vasto conhecimento do território, bem como a possibilidade de gerarem informação e contrainformação proveitosas para as forças militares.

Em termos de dispositivo, este assentava no conceito de quadrícula, em que o número de unidades empregues variava consoante a atividade subversiva. O objetivo deste dispositivo passava pela ocupação do território pelas forças militares e pelo isolamento da guerrilha face a apoios externos, nomeadamente do Congo.

Numa primeira fase (1961), o esforço foi orientado para o Norte, especificamente na Zona Sublevada Norte, onde se registavam um elevado número de ações por parte da guerrilha. Numa segunda fase (1966), houve necessidade de reforçar o dispositivo no Leste, devido ao aumento de ações nessa região.

No início da campanha, apenas existiam três regimentos, dois batalhões e algumas companhias e pelotões dispersos pelo território. Em junho de 1961, devido ao aumento de unidades, dividiu-se a Zona Sublevada Norte em seis setores operacionais. Posteriormente, em novembro, foram criadas

zonas de intervenção, pela necessidade da permanência de unidades de intervenção nos setores.

Em 1968, foram criadas as zonas militares, cujo objetivo era aproximação à divisão administrativa de Angola. Já no ano de 1974, houve necessidade de acrescentar mais três zonas militares, nomeadamente Luanda, Cabinda e Malanje.

No terceiro capítulo, estudou-se qual o impacto da aplicação da manobra, dos movimentos táticos e do apoio à mobilidade e contramobilidade no decorrer da campanha. Assim, foi possível verificar que, de uma forma geral, as forças portuguesas foram capazes de perceber e até alterar o seu conceito de emprego, baseado em operações convencionais, para aquilo que viria a ser a realidade no Ultramar – a contrassubversão. A luta que começou com as operações de grande envergadura, que materializavam o emprego de muitos homens, meios e recursos, passou numa fase posterior a ser conduzida preferencialmente por patrulhas de infantaria e posteriormente por grupos de combate melhor preparados, baixando o nível de intensidade do conflito e tornando-o menos dispendioso.

As forças portuguesas depararam-se com acentuadas limitações à sua mobilidade. Para mitigar essas limitações na execução de movimentos táticos, fizeram uso de helicópteros e de cavalos, meios que se revelaram ser alternativas de elevado valor às viaturas militares. Destacam-se como vantagens principais a flexibilidade e a versatilidade no emprego de forças em operações, conseguindo assegurar a necessária mobilidade.

Quanto às ações militares, estas foram empregues consoante a necessidade, a intensidade ou o efeito pretendido, de forma flexível, e foram confirmadas pelo seu sucesso, nomeadamente depois da alteração do esforço para a região no Leste de Angola. Ficou também perceptível que as forças portuguesas, ao longo do conflito, na tentativa de o manter num nível de baixa intensidade e com um menor custo, começaram inicialmente por atuar no Norte (região mais afetada pela ameaça) com operações de grande envergadura e, no decorrer do conflito, fizeram surgir o conceito de "tática de pequenas unidades" (grupos de combate), em que a manobra militar recorreu a ações de combate taticamente similares às da ameaça para lhe fazer face.

Finalmente, no que diz respeito à mobilidade e contramobilidade, destacou-se que no TO de Angola o principal esforço foi exercido ao nível da mobilidade, através da construção de vias de comunicação e suas obras de arte, bem como na desobstrução de itinerários, quer através de equipamentos pesados de engenharia, quer através de sapadores que procediam à marcação e levantamento de minas. O apoio à mobilidade constituiu-se então como uma mais-valia para a manobra, permitindo o acesso a redutos das

forças subversivas outrora isoladas, bem como a circulação de colunas logísticas com alguma segurança e rapidez, ao passo que a contramobilidade serviu essencialmente os propósitos de isolar as fronteiras ou as forças subversivas nos itinerários mais conhecidos, não assumindo uma grande expressão.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2009. *Os anos da Guerra Colonial - 1961-1975*. 1ª ed. Matosinhos: QuidNovi.
- Alves, J. L., 2010. *Subversão e Contra-subversão - As Forças Armadas Portuguesas em 1961*. s.l.:Revista Militar nº12.
- Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova história militar de Portugal - Volume 4*. 1ª ed. Casais de Mem Martins: Circulo de Leitores.
- Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974: O modo português de fazer a guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Catarino, M., 2010a. *As grandes operações da guerra colonial 1961-1974 - Volume 1*. s.l.:Cofina-Media Books.
- Catarino, M., 2010b. *As grandes operações da guerra colonial 1961-1974 - Volume 4*. s.l.:Cofina-Media Books.
- Centre de Doctrine d'Emploi des Forces, 2010. *Par le fer et par le sang*. Paris: Armee de Terre.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Volume I - Enquadramento Geral*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1997. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 2ª ed. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Volume VI - Aspectos da Actividade Operacional*. Lisboa: Pentaedro.

- Estado-Maior do Exército, 1961. *O Exército na Guerra Subversiva - 1ª parte*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1ª ed. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume I*. 2ª ed. Lisboa: EME.
- Exército Português, 2010. *Publicação Doutrinária do Exército 3-09-00: Operações Não Convencionais*. Lisboa: s.n..
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*. Lisboa: s.n..
- Exército Português, 2014. *Publicação Doutrinária do Exército 3-67-00: Operações Especiais*. Lisboa: s.n..
- Exército Português, 2015. *Publicação Doutrinária do Exército 3-01-00: Tática das Operações de Combate - Volume I*. Lisboa: s.n..
- Grilo, A. M., 2015. *A CEng 2580 em Angola* [Entrevista] (3 fevereiro 2015).
- Instituto de Altos Estudos Militares, 2003. *Manual Escolar 20-63-12: Operações de Engenharia*. Lisboa: s.n..
- Nunes, A. P., 2002. *Angola 1966-74: Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.
- Oliveira, H. A., 1960. *Guerra Revolucionária*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, J. C., 2000. Conceção e desenvolvimento da estratégia operacional face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas. A mudança de um esforço estratégico em Angola. Em: I. d. A. E. Militares, ed. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Sintra: Edições Atenas, lda., pp. 99-139.
- Teixeira, R., 2010. *A guerra de Angola 1961-1974*. Matosinhos: QuidNovi.

Secção IV

**FUNÇÃO DE COMBATE
INFORMAÇÕES**

ESTRUTURA E ARTICULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Autores

Cap AdMil António José Rodrigues Monteiro
Cap Eng Milton Jacinto Pais
Cap Inf João Carlos Lopes Polho
Cap Inf Jorge Emanuel Ferreira Louro

Orientadores

Maj Inf João Vasco da Gama de Barros
Maj Cav Paulo Jorge da Silva Gonçalves Serrano

As Informações assumem um papel essencial em todos os conflitos, contribuindo para o conhecimento do Ambiente Operacional, com ênfase para o inimigo (In) e terreno, possibilitando uma vantagem considerável sobre o adversário. Todo o Comandante necessita de informações para decidir oportunamente de forma a cumprir a sua missão.

Entre 1961 e 1974, Portugal esteve envolvido numa guerra subversiva, sendo as necessidades de informações diferentes das de uma guerra convencional. Como refere Pinto¹ “Conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações ou atacá-los de surpresa era fundamental na guerra de contrassubversão.” (Pinto, 1995, p. 471).

A investigação em causa foca-se na forma como as Forças Terrestres usaram as informações para atingir os seus objetivos militares. Estabeleceram-se como objetivos específicos a análise de como estavam plasmados na doutrina da época as atuais atividades e sistemas da função de combate Informações, a análise da organização e fluxos do sistema de informações e os ajustamentos que foram sendo introduzidos com o decorrer da guerra, a articulação entre as Informações Estratégicas e Táticas, bem como a contribuição que a Africanização proporcionou ao sistema de informações. Nesta área do conhecimento, já outros autores investigaram e escreveram, existindo um considerável número de relatos, pretendendo-se condensá-los neste trabalho, e se possível alargar o contributo já existente.

¹ Marques Pinto, chefiou 2ª Repartição do QG da Região Militar de Angola (RMA) entre 1963 e 1965. Entre 1965 e 1968 chefiou os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA).

1. Enquadramento teórico

Com a experiência adquirida nos diversos conflitos mundiais os conceitos evoluem refletindo-se em termos de doutrina e os conceitos relacionados com a atual função de combate Informações não são exceção. Neste capítulo serão abordados conceitos da atual doutrina, bem como conceitos da doutrina que vigorou durante o período da Guerra, de forma a realizarmos uma comparação entre a doutrina que vigora hoje, e a vigente na época, facilitando a compreensão de conceitos que irão ser utilizados ao longo do trabalho.

Desde logo surge a necessidade de comparar a definição da atual função de combate Informações, com as definições de Informações que vigoraram na época, de forma a entendermos globalmente este trabalho. Atualmente a definição da função de combate Informações está plasmada na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) – 3.00 “Operações”, definindo-a como sendo o conjunto de “sistemas e tarefas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, In e considerações do âmbito civil”, sendo um processo contínuo e orientado para as necessidades de informação do Comandante (EME, 2012, p. 2-29).

Com a adesão de Portugal à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) em 1949, verificaram-se transformações consideráveis nas Forças Armadas, ao nível da sua organização, doutrina, equipamento e técnicas de Estado-Maior (Cardoso, 2004, p. 111)². Decorrente destas alterações, em 27 de abril de 1954 foi aprovado o Regulamento de Campanha Informações, que orientava o “serviço de informações nos escalões Divisão, Regimento e Batalhão” (EME, 1954, p. 1). A Informação Militar era definida como o “conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todos os elementos do In atual ou provável, bem como da zona de operações que incluem o terreno e as condições atmosféricas” (EME, 1954, p. 2). Em 1966 foi publicado um novo Regulamento de Campanha Informações, que procedeu a algumas alterações, nomeadamente na definição de Informação Militar, como sendo o “conjunto de atividades que tem por finalidade o conhecimento do In provável e atual e da área de operações obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966, p. I-1). Desta forma verificamos que o que está incluído na atual função de combate, também já o era à época, sendo o objetivo e produto equivalente ao atual.

A base para a produção de informações são as notícias, sendo este conceito transversalmente abordado nos capítulos seguintes. Atualmente são definidas como “o dado não processado de qualquer natureza (facto, documento

² General Pedro Cardoso.

ou material) que pode ser usado na produção de informações (EME, 2009, p. 1-4)". O Regulamento de 1954 definia notícias como "todos os documentos, factos, materiais, fotografias, diagramas, cartas relatórios e observações de qualquer espécie que possam servir para lançar luz sobre o In provável ou atual ou sobre uma determinada zona de operações." (EME, 1954, p. 2). Por sua vez, o Regulamento de 1966 definia-as como sendo "qualquer facto, documento ou material cujo conhecimento se revele suscetível de ter interesse para as finalidades de atuação de um serviço de informações" (EME, 1966, p. I-2). Verifica-se que a atual definição se aproxima significativamente da definição de 1966, sendo esta mais abrangente do que a de 1954.

O Ciclo da Produção da Informação (CPI), abordado mais profundamente no segundo capítulo, é estruturado na doutrina atual (PDE-2.00 - Informações, Contrainformação e Segurança), em 4 fases: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa, Processamento e Disseminação. O CPI é um processo que deverá estar diretamente ligado às diferentes fases do processo de decisão militar, de forma a poder fornecer as informações oportunamente, possibilitando a decisão mais adequada, melhorando os resultados das operações (EME, 2009, p. 3-1).

O Regulamento de Campanha Informações de 1954 estruturava o CPI também em 4 etapas: Pesquisa de notícias; Estudo e interpretação das notícias; Exploração ou emprego das informações resultantes e Orientação do esforço de pesquisa (EME, 1954, p. 15). Por sua vez o Regulamento de 1966 altera a sequência destas 4 etapas, definindo: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa de notícias, Processamento de notícias e exploração das informações resultantes (EME, 1966, p. III-1). Verificamos que este ciclo se foi mantendo idêntico ao longo dos tempos, sendo a partir dele que se gera a informação. O CPI deverá ser desenvolvido o mais rápido possível, para que a informação seja produzida de forma atempada e possibilite ao Comandante, a melhor decisão em determinado momento, mantendo-se também esta ideia inalterada no período em análise.

O conhecimento dos níveis das Informações servirá para tornarmos mais explícito o terceiro capítulo deste trabalho. Atualmente a PDE-2.00 estabelece que as Informações estão estratificadas em 3 níveis distintos: As Informações Estratégicas (que estão na gênese de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional); as Operacionais (fundamentais para o planeamento e conduta de campanhas ao nível operacional) e as táticas (necessárias para o planeamento e conduta de operações táticas) (EME, 2009, p. 1-6).

Por sua vez o Regulamento de 1954 distinguia apenas entre Informação Estratégica (dizia respeito às possibilidades, vulnerabilidades e prováveis linha de ação das nações estrangeiras, destinando-se a ser explorada pelos

altos comandos a quem compete o levantamento das medidas de segurança nacional em tempo de paz e a conduta das operações militares em tempo de guerra) e Informação Tática (referia-se especificamente a determinada situação de combate e considera-a como elemento básico em qualquer decisão, reduzindo ao mínimo as incertezas face ao In, condições atmosféricas e terreno, bem como auxiliar na aplicação de medidas de segurança e contrainformação que visam negar ao In informações das nossas intenções, e neutralizar as suas atividades de informações). Apesar desta divisão, salienta que embora se encontrem em níveis perfeitamente diferenciados, deverão estar intimamente relacionados, uma vez que informações obtidas a nível Tático poderão ter utilidade a nível Estratégico e vice-versa (EME, 1954, p. 4). No Regulamento de 1966, estas definições não foram substancialmente alteradas. Comparando os níveis das operações, verifica-se no período da Guerra de África que o nível Operacional não era considerado na doutrina portuguesa, uma vez que também não era considerado na doutrina OTAN e como tal esta ausência também se refletia nas Informações.

2. A estrutura das Informações militares no TO de Angola

a. Estrutura superior de comando

Por forma a compreender a estrutura das Informações militares em Angola, é necessário analisar a estrutura superior de Comando implementada nesse TO e as principais alterações que ocorreram na mesma.

Assim, no advento da Guerra de Angola, esta província encontrava-se dividida em Comandos Territoriais, com funções essencialmente administrativas, na dependência do Comandante daquela 3ª Região Militar (Comando Terrestre), desempenhando este também a função de Comandante-Chefe (Comando Conjunto).

Após o início dos primeiros incidentes, dá-se a separação daqueles dois cargos, passando o Comandante-Chefe a desempenhar em acumulação a função de Governador-Geral da Província. Desta forma “o Comandante-Chefe é, em princípio, o coordenador dos três ramos das Forças Armadas, mas ao Comandante da Região Militar contínua a competir a função da conduta das operações terrestres” (CECA, 1988, p. 202).

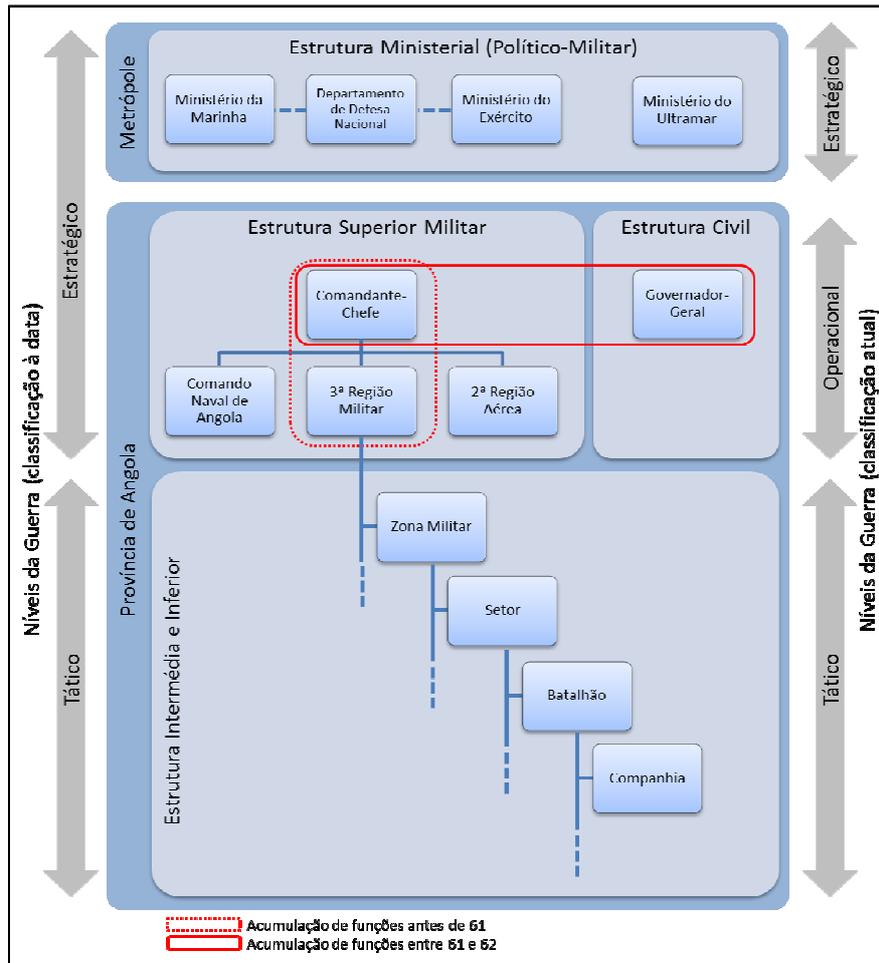


Figura nº 1 – Estrutura Militar e Civil na Guerra de Angola

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Procede-se igualmente à alteração da designação de Comando Territorial para Zona de Intervenção e posteriormente para Zona Militar, sendo que “os primeiros tinham predominantemente funções de administração territorial, os segundos tinham quase exclusivamente funções de natureza operacional” (CECA, 1988, p. 203).

Em setembro de 1962 dá-se a separação das funções de Governador-Geral das de Comandante-Chefe, verificando-se “uma maior intromissão do Comandante-Chefe nos assuntos operacionais, até que por último, ao Comandante da Região Militar são retiradas praticamente as prerrogativas naquele campo”, sendo que, em junho de 1969, “a conduta de operações é centralizada no Comando-Chefe e envolve, necessariamente, as matérias

relativas às Informações e ao planeamento de operações de quaisquer forças” (CECA, 1988, pp. 203-204).

Desta forma, poder-se-á dizer que durante os dois primeiros terços da Guerra de África, o topo da estrutura militar que trabalhava as informações era o Comando da Região Militar, sendo que no terço final essa competência transitou para o escalão superior, o Comando-Chefe. De salientar ainda que o Comando da 3ª Região Militar era um Comando Terrestre e o Comando-Chefe um Comando Conjunto.

b. As Informações no nível Operacional³

(1) 3ª Região Militar

A 2ª Repartição do QG, de acordo com Pinto, (1995, p. 471) “era o órgão do Estado-Maior coordenador do sistema de informações do Exército” naquele TO.

Tinha como principais atividades “orientar a pesquisa dos Comandos subordinados, analisar a grande massa de notícias recebidas, manter atualizado o Estudo de Informações, difundir notícias e informações em relatórios periódicos e imediatos e, quando necessário, orientar operações especiais” (Pinto, 2004, p. 478).

Era constituída, (aproximadamente) por um Oficial Superior, seis capitães e oito Sargentos (Pinto, 2015)⁴, “que conheciam bem o terreno (...). Todos os Oficiais que iam para a 2ª Repartição tinham que ter estado no «mato» pelo menos dois anos” (Pinto, 1995, p. 473). Cada Capitão trabalhava uma área específica (informações sobre ações In, informações exteriores, ordem de batalha, segurança/contrainformação, ação psicológica) (Pinto, 2015), relevando-se a existência de “um especialista apenas para ordem de batalha (que conhecia os nomes dos chefes todos, dos grupos, etc.)” (Pinto, 1995, p. 473).

Em termos de funcionamento, em 1961, “a repartição encontrava-se mal organizada, com o pessoal a comunicar de qualquer maneira sem ser avaliada e processada a informação. As lacunas estavam ao nível da complexidade dos relatórios e pedidos” (Braga, 2015)^{5,6}.

Segundo Braga (2015), houve necessidade de ajustar para a guerra subversiva, implementar e normalizar os relatórios e procedimentos que vinham no novo Regulamento de 1954, sendo que, após ministrar formação nestas áreas, em 1963, “já falavam a mesma linguagem e os relatórios estavam implementados” (Braga, 2015).

³ Doutrinariamente apenas existiam, à data, o nível Tático e Estratégico.

⁴ Entrevista em Anexo B – Entrevista ao Major-General Marques Pinto.

⁵ Entrevista em Anexo A – Entrevista ao General Salazar Braga.

⁶ Major Salazar Braga, chefiou entre 1961 e 1963 a 2ª Repartição QG/RMA.

Desta forma poder-se-á concluir que uma das primeiras grandes alterações no sistema de informações militares, decorre da adaptação e implementação da doutrina de Informações existente para a realidade da guerra subversiva, e da respetiva normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações.

(2) 2ª Região Aérea e Comando Naval de Angola

“Na Marinha e Força Aérea havia um Oficial de Informações e eram apoiados por mais dois ou três adjuntos. Dados os recursos limitados a Marinha e a Força Aérea bebiam algum do nosso trabalho.” (Pinto, 2015).

Este aspeto terá estado relacionado com o facto de, inicialmente, “quem fazia a guerra era o Comando da 3ª Região Militar, sendo que os outros Comandos apoiavam as operações desenvolvidas por este” (Cardoso, 2015)⁷, não necessitando para tal de tantos recursos no âmbito das Informações.

(3) Comando-Chefe

No início da guerra, “no Comando-Chefe havia apenas um Oficial de Informações e um delegado dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) (este após 1968)” (Pinto, 2004, p. 480), sendo que “em Fevereiro de 1971, o Comandante-Chefe, General Costa Gomes, emitiu uma diretiva segundo o qual tomava o comando direto das Zonas e Setores da RMA e integrava no seu QG as 2ª, 3ª e 5ª Repartições do QG da RMA” (Pinto, 2004, p. 480).

Segundo Pinto (2015) “foi uma falha muito grande em Angola, não ter havido mais cedo uma transferência das Informações e das Operações para o Comandante-Chefe. Quem comandava nas Operações era o Comandante-Chefe, mas quem tinha as forças atribuídas era o Comandante da 3ª Região Militar. Isto levava a uma permanente tensão entre os Comandantes, bem como entre os elementos dos respetivos Estados-Maiores. Esta situação foi resolvida em 1971, pelo General Costa Gomes quando assumiu funções de Comandante-Chefe em Angola, em que juntou no QG na Fortaleza S. Miguel em Luanda, as repartições de Informações, Operações e Ação Psicológica dos três ramos das Forças Armadas”.

Assim sendo, poder-se-á concluir que esta mudança da Repartição de Informações para a dependência do Comando-Chefe, (deixando de existir Repartições de Informações junto dos comandos de componentes, por estes passarem a ser fundamentalmente comandos administrativos das unidades dos Ramos) constituiu-se com uma alteração significativa no sistema de

⁷ Entrevista em Anexo D – Entrevista ao General Vizela Cardoso.

informações, com grande impacto na condução da guerra naquele TO, visto só a partir daquele momento o Comando-Chefe, que tinha como função “conduzir a guerra”, passou a dispor de um órgão de informações próprio que o permitia tomar decisões.

A junção das Repartições de Informações junto do Comando-Chefe permitiu ainda atingir o controlo centralizado das informações militares de todo o TO de Angola e assegurar o desejável reforço da unidade de comando.

c. As Informações no nível Tático

Inicialmente subordinadas à Região Militar, e posteriormente a nível operacional subordinadas ao Comando-Chefe, encontravam-se as Zonas Militares/Zonas de Intervenção, com uma equivalência em termos de área aos Distritos de Angola, que se subdividiam em Setores, e estes por sua vez em áreas de operações de Batalhão e Companhia.

De acordo com Cardoso (2015)⁸ “para haver um serviço de informações, tem de haver órgãos de pesquisa e os órgãos do sistema de informações têm de ter capacidade para acionar os órgãos de pesquisa.”

Iremos de seguida efetuar uma análise a cada escalão por forma a identificar os órgãos de informações existentes.

(1) Pelotão de Reconhecimento

O Pelotão de Reconhecimento era um “órgão de pesquisa específico das Informações” orgânico de cada Batalhão, constituído por aproximadamente 20 militares, que “dependia diretamente do Comandante de Batalhão, e atuava sob a coordenação do Oficial de Operações e Informações” (Cardoso, 2015)⁹.

“As missões atribuídas a este pelotão eram fundamentalmente missões de segurança e escoltas, recolhendo também notícias através do contacto com a população” (Cardoso, 2015)¹⁰, pelo que poder-se-á dizer que apesar de ser uma unidade de reconhecimento, contribuíam para o sistema de informações militares de forma indiferenciada.

(2) Companhia

A Companhia era o mais baixo escalão ao qual poderia ser atribuído uma área de responsabilidade, e tinha como missão genérica “destruir o Infiltrado, de passagem ou existente na sua área” (CECA, 1988, p. 363).

Por forma a cumprir a sua missão necessitava de informações, obtendo-as fundamentalmente através do contacto com as populações, autoridades

⁸ Tenente-General Vizela Cardoso.

⁹ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹⁰ Tenente-General Vizela Cardoso.

administrativas e policiais locais, reconhecimentos, interrogatórios e documentos capturados (CECA, 1988, p. 363). Adicionalmente as Companhias podiam pagar a informadores, que se constituíam como uma das melhores origens de notícias (Cardoso, 2015)¹¹.

Em termos de orgânica, as Companhias não possuíam qualquer estrutura específica de Informações, sendo trabalhadas “em regime de acumulação, o que trazia algumas dificuldades” (CECA, 1990, pp. 158-159).

Poderá então dizer-se, que as Companhias eram fundamentalmente um órgão de pesquisa que, decorrente da sua atividade operacional, recolhiam notícias sobre o In, a população e o terreno (CECA, 1990, pp. 158-159).

(3) Grupo de Reconhecimento/Cavalaria

Existindo apenas um Grupo no TO de Angola, era também designado de “Grupo de Dragões de Angola”, e tinha na sua constituição três Esquadrões de Reconhecimento equipados com meios blindados, Panhard EBR, ETT e posteriormente Panhard AML (Afonso e Gomes, 2000, pp. 393-394). O Grupo desempenhava fundamentalmente missões de escoltas a colunas logísticas (Cardoso, 2015)¹², sendo que em 1971 dois esquadrões empregues na Zona Militar Leste, passaram a deslocar-se a cavalo, “para alcançarem mais rapidamente a área designada (...) depois, a patrulha apeava e continuava a pé com destino ao ataque ou reconhecimento” (Cann, 2005, p. 157).

Desta forma, poder-se-á dizer que, enquanto unidades de cavalaria, não eram empregues especificamente como órgãos de pesquisa, sendo que a introdução do cavalo, possibilitou a esta tipologia de unidades passar a desempenhar um papel mais importante na pesquisa e exploração de informações, decorrente da maior mobilidade tática (fora dos itinerários) conferida pelos cavalos.

(4) Batalhão

Os Batalhões tinham missões semelhantes à das Companhias, “destruir o In na sua zona de ação”, acrescentando-lhes “missões de segurança e controlo de movimentos e transportes dentro da sua área”, procedendo ainda a operações de “batida” quando existiam indícios evidentes da presença do In, mas não existiam dados pormenorizados sobre a localização das suas bases ou zonas de infiltração (CECA, 1988, p. 364).

Por forma a cumprirem as suas missões, necessitavam de efetuar “recolha e análise de uma grande massa de notícias e informações, que não

¹¹ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹² Tenente-General Vizela Cardoso.

eram necessariamente do mesmo tipo e amplitude que as carecidas pelas Companhias” (CECA, 1988, p. 364).

Para tal os Batalhões empenhavam as suas subunidades (Companhias e Pelotão de Reconhecimento) como órgãos de pesquisa, sendo então as notícias recolhidas, trabalhadas na Secção de Operações e Informações do Estado-Maior do Batalhão, pelo Oficial de Operações e Informações, coadjuvado, em acumulação de funções, pelo subalterno Comandante do Pelotão de Reconhecimento, e coadjuvado pelo Sargento de Operações e Informações (Cardoso, 2015)¹³. Apesar do efetivo apresentado, considera-se que este órgão de informações dispunha de “pouco pessoal preparado para um correto e intensivo tratamento das notícias” (CECA, 1990, pp. 158-159).

Contudo o facto de o Batalhão possuir um “órgão próprio para o trabalho das informações” permitia-lhe “melhores ligações com os restantes escalões militares e outros serviços de informações civis, ficando-lhe aberto, assim, um melhor acesso a outras fontes” (CECA, 1988, p. 364).

Assim sendo, podemos dizer que o Batalhão, dispondo de um Estado-Maior reduzido, é o primeiro escalão tático com capacidade para realizar o processamento das informações.

(5) Setor

O Setor era um “escalão de comando terrestre essencialmente executivo e dispunha de meios para conduzir a contra-guerrilha, controlar e proteger as populações, ocupar e defender pontos sensíveis e obter informações” (CECA, 1988, p. 205).

Cumulativamente às missões dos Batalhões, crescem, tarefas de “reordenamento e de apoio às populações, assim como no âmbito da ação psicológica” e “nos Setores de fronteira assumia grande importância o conhecimento das infiltrações provenientes dos países limítrofes” obrigando a acrescidas necessidades de informações sobre a população e sobre a atividade transfronteiriça do In (CECA, 1988, pp. 364-365).

Para cumprir estas missões o Setor disponha, para além das forças de quadrícula, de forças de intervenção, de meios de apoio de fogos, apoio de combate, e logístico, bem como de apoio aéreo (CECA, 1988, p. 365), salientando-se, a existência junto de alguns comandos do Setor, de destacamentos da Forças Aérea constituídos por dois aviões, que permitiam ao Setor efetuar reconhecimento visual de informação sistemática (RVIS) (Pinto, 1995, p. 473).

Desta forma, face ao alargado e diferenciado leque de meios à sua disposição, “o Setor trabalhava e centralizava, pois, uma maior quantidade e

¹³ Tenente-General Vizela Cardoso.

variedade de informações, já que nele afluíam todas as notícias e informações provenientes das unidades subordinadas” (CECA, 1988, p. 365).

No Comando do Setor o órgão que trabalhava as informações era a Secção de Operações e Informações, “chefiada por um TCOR/MAJ, que acumulava com as funções de Chefe de Estado-Maior (CEM), e possuía um Capitão adjunto para as Operações, e um Capitão adjunto para as Informações coadjuvado por um Sargento” (Cardoso, 2015)¹⁴, trabalhando estes dois últimos exclusivamente na área das Informações (CECA, 1990, pp. 158-159).

Conclui-se que o Setor, decorrente da sua missão e tarefas atribuídas, necessitava de produzir mais informações, para fazer face à necessidade de emprego do alargado conjunto de meios que possuía. Contudo este escalão de comando tinha ainda reduzidos recursos específicos de Informações, à exceção dos Setores que possuíam aviões dos destacamentos da Força Aérea e que se constituíam como importantes órgãos de pesquisa ao seu dispor.

(6) Zona de Intervenção/Zona Militar

Eram os principais comandos subordinados, inicialmente da Região Militar como comandos terrestres e posteriormente do Comando-Chefe, como comandos conjuntos.

A sua missão genérica visava a luta contrassubversiva, estando cometido a este escalão a missão implícita de “conter as infiltrações providas dos estados vizinhos, e tal obrigava a orientar o seu serviço de informações para um maior esforço de pesquisa no respeitante à penetração de elementos subversivos pela fronteira e ao dispositivo e atividades político-militares do In nesses territórios” (CECA, 1988, p. 365).

Neste escalão “existia já uma «manobra das populações» que tinha de ser coordenada com a manobra militar, surgiam agora necessidades de informações muito variadas e profundas sobre as populações da área” (CECA, 1988, p. 365).

Para o cumprimento destas missões dispunha de uma maior diversidade de meios que no Setor, dispondo de forças de intervenção e reservas mais robustas que, associadas a uma maior liberdade de ação no seu emprego, lhe conferiam maior flexibilidade. Este facto conjugado com uma “maior competência para promover alterações ao seu dispositivo, avolumavam a importância de informações, comparativamente ao verificado nos escalões inferiores” (CECA, 1988, p. 366).

No comando das Zonas, “apareciam verdadeiras estruturas de Informações” que orientavam a pesquisa, obtinham, interpretavam e difundiam informações, estabelecendo ligações às unidades subordinadas e ao escalão superior,

¹⁴ Tenente-General Vizela Cardoso.

bem como ligação às estruturas civis de informação, como eram exemplo as secções distritais dos SCCIA (CECA, 1990, pp. 158-159).

Assim, poder-se-á dizer que a Zona de Intervenção/Zona Militar estava dotada de melhores recursos de Informações, fundamentais para o planeamento de operações, emprego de reservas/forças de intervenção, alteração de dispositivos, e apoio à “manobra das populações”, funcionando claramente através de ciclos de produção de informação.

d. Ciclo de Produção de Informação

(1) Orientação do esforço de pesquisa

A orientação do esforço de pesquisa compreende fundamentalmente a determinação das necessidades de informação, elaboração do plano de pesquisa e a expedição de ordens de pesquisa e pedidos de notícias (EME, 1954, p. 80; EME, 1966, p. IV-2).

Na Guerra de Angola, “pelas características muito especiais do tipo de guerra que se trata, não havia utilidade prática na elaboração, em cada território, de um plano geral de pesquisa” (CECA, 1988, p. 367). Contudo em determinadas Zonas ou Setores chegou a ser feito.

Como forma de orientar o esforço de pesquisa, desde o escalão Comando-Chefe ao Setor, a metodologia usada mais frequentemente, consistia em expedir ordens de pesquisa para os escalões subordinados, ou pedidos de pesquisa, no caso de destinarem-se a unidades laterais ou ao escalão superior (CECA, 1988, p. 367).

Assim sendo, poder-se-á dizer-se que desde o Comando-Chefe até ao Setor a orientação do esforço de pesquisa era feita principalmente através de ordens e pedidos de pesquisa, sendo que por vezes, ao nível da Zona de Intervenção/Zona Militar e Setores, poderiam também ser efetuada através de Planos de Pesquisa.

(2) Pesquisa de notícias

A pesquisa consiste na “exploração sistemática das origens de notícias pelos órgãos de pesquisa” (EME, 1954, p. 15), tendo sido exploradas em Angola as seguintes origens de notícias:

(a) População

A população constituiu-se como a principal origem de notícias, na Guerra de África. “A maior parte das informações provinha da passagem das patrulhas pelas aldeias” (Braga, 2015), recolhendo informações “no seio das populações, [e através de] contactos diretos com os chefes tradicionais” (Pinto, 2004, p. 481).

Provavelmente este facto está na origem da alteração do Regulamento de Campanha de Informações de 1966, passando este a incluir a população como origem de notícias, retirando-a da classificação de “diversos”, na qual se incluía em 1954.

Segundo Cardoso (2015)¹⁵ existia ainda população que era paga para fornecer notícias, designados de informadores, e que “eram a melhor fonte de informação, pelo menos em Cabinda”.

Esta origem de notícias era explorada fundamentalmente pelos mais baixos escalões, Companhia e Batalhão, fruto da sua atividade operacional diária.

(b) Atividade do In

O Regulamento de Campanha Informações (EME, 1966, p. V-4), considera que esta “é a origem de notícias de maior valor”.

Incluem-se nesta categoria o RVIS terrestre, aéreo e fluvial. A capacidade de RVIS, através de meios aéreos, estava já presente ao nível de alguns Setores, que possuíam um destacamento da Força Aérea com dois aviões (Pinto, 1995, p. 473).

De relevar que segundo Pinto (1995, p. 474), “as informações provenientes dos contactos entre as nossas tropas e o In, permitiam determinar zonas de atuação”.

À semelhança da origem de notícias “população”, a atividade do In como origem de notícias, era fundamentalmente explorada pelos mais baixos escalões, Companhia e Batalhão, pelos mesmos motivos apresentados, com exceção do RVIS aéreo que era efetuado pelo Setor e escalões superiores.



Figura nº 2 – Aeronave da Força Aérea modelo T-6 em operações de RVIS, em 1965

Fonte: (Pinto, 2015).

¹⁵ Tenente-General Vizela Cardoso.

(c) Pessoal militar In

Considerada pelo Regulamento de Campanha de Informações (EME, 1954, p. 20) como “uma das melhores origens de notícias”, que no início da guerra, fruto da inexperiência e de uma formação destinada para a guerra convencional, não era explorada eficazmente. Após a realização de estágios de interrogatório, verificou-se uma melhoria na “qualidade das informações obtidas através dos interrogatórios e os relatórios de interrogatórios de pessoal capturado passaram a ter uma importância muito grande” (Pinto, 1995, pp. 474-475).

Pinto (1995, p. 475), refere ainda que devido à alteração de mentalidades de não aplicação de métodos coercivos violentos nos interrogatórios, “o sistema deu resultado, porque muitos transformaram-se depois em guias, intérpretes e em tropas especiais”.

Quanto aos fluxos e exploração das informações do pessoal In capturado, estes eram interrogados pela própria unidade captora, de forma a explorar imediatamente as notícias recolhidas, sendo posteriormente, se necessário, enviados para o escalão superior (Setor, Zona, Comando da Região ou Comando-Chefe) com exceção dos “mais importantes, aqueles que eram chefes, [que iam diretamente] para o QG” (Pinto, 1995, p. 475).

(d) Documentos In

Segundo Pinto (1995, p. 475) “Os documentos capturados, diretivas, relatórios, guias de marcha e até cartas pessoais foram também uma boa fonte de origem de notícias”.

Os documentos In eram explorados pelos mais baixos escalões após a sua captura e seguidamente enviados para os escalões superiores, constituindo-se uma boa fonte para o Comando da Região e Comando-Chefe para deduzirem a ordem de batalha In (Pinto, 1995, p. 475).

(e) Material In

A captura de material In, armas, munições, minas, rádios e fardamento, conduziu à produção de informações que “permitiam que as unidades no terreno soubessem os tipos de armamento que podiam vir a defrontar-se” (Pinto, 2004, p. 481), bem como permitiu confirmar as informações estratégicas, referentes à identificação dos países estrangeiros que apoiavam o In através de fornecimento de material (Pinto, 1995, pp. 475-476).

O material In capturado era enviado para um depósito em Luanda, sendo que os primeiros modelos iam para a 2ª Repartição do QG, onde era analisado, sendo posteriormente a informação difundida para todos os escalões,

através de Relatórios Periódicos de Informações (PERINTREP), Relatórios Especiais de Informações, ou Manuais (Pinto, 2004, p. 481).

(f) Fotografia aérea

A capacidade de fotografia aérea residia na Força Aérea, sendo que os aviões que se encontravam junto aos comandos dos Setores não estavam preparados para esta missão. Desta forma, sempre que era necessário obter informação por esta origem, era solicitado ao Comando da Região Militar, e por vezes ao Comando-Chefe que acionaria os meios da Força Aérea (Pinto, 1995, p. 473).

Por forma a permitir a exploração mais célere das informações das fotografias aéreas, assim que a Força Aérea fotografava um local, “dava estas informações às unidades que estavam na frente, sempre que possível”, antes de as fornecer ao comando que as tinha solicitado (Pinto, 1995, p. 472).

(g) Transmissões In

Apesar de inicialmente o In ter poucos meios rádios táticos, quando estes “começaram a aparecer nas forças adversas passaram a ser uma origem de notícias de interesse operacional; quando cifradas ou em língua indígena eram decifradas e traduzidas o que, levando tempo tirava a possibilidade de exploração imediata.” (Pinto, 2004, p. 481)

Os órgãos de pesquisa responsáveis por esta capacidade eram os Destacamentos de Ligação do Serviço de Reconhecimento das Transmissões (SRT), que operavam junto dos escalões inferiores, na dependência da 2ª Repartição do QG (Cardoso, 2015)¹⁶.

Desta forma o escalão que trabalha esta origem de notícias era exclusivamente o Comando da Região Militar.

(h) Diversos (Emissões de Rádio)

Esta origem de notícias era explorada através da escuta de emissões de rádio (rádio Argel, e rádio Leopoldville) permitindo “conhecer a orientação da sua propaganda e, por vezes, um ou outro elemento de interesse operacional” (Pinto, 1995, p. 473).

As escutas eram executadas também pelos Destacamentos de Ligação do SRT, que “elaboravam Boletins Periódicos de Escutas Rádio (PERBOLRAD), que consistiam na transcrição para papel das comunicações rádio” sendo posteriormente enviados para a 2ª Repartição do QG (Cardoso, 2015)¹⁷.

¹⁶ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹⁷ Tenente-General Vizela Cardoso.

A semelhança da escuta das transmissões In, quem trabalha esta origem de notícias era exclusivamente o Comando da Região Militar.

(2) Estudo e interpretação/Processamento das notícias

Doutrinariamente, “consiste num conjunto de operações (registro, estudo e interpretação) pelas quais as notícias são transformadas em informações” (EME, 1954, p. 33), tendo sido aplicado na Guerra de África, na qual Pinto (1995, p. 473) refere que “aquilo que chamávamos notícias só depois de bem mastigadas é que passavam a ser informações”.

Verificamos que era feito o estudo das notícias, tendo em conta a determinação da sua verosimilhança, na qual era aplicada a técnica de “confirmação, que consistia em comparar elementos que já tínhamos com as declarações do pessoal capturado e das populações da zona, quando as havia, e ver se as coisas «batiam certo»” (Pinto, 1995, p. 474).

Segundo Cardoso¹⁸ (2015) “os militares tinham uma vantagem na análise da informação”, decorrente de disporem de acesso a muita informação e de várias origens, permitindo assim “cruzar os dados e autenticar a veracidade das mesmas”.

Assim sendo, verifica-se que, para se poderem processar notícias é necessário a existência de uma estrutura com recursos humanos dedicados às Informações, alimentada regularmente de notícias. Desta forma desde o Batalhão, e progressivamente até ao Comando-Chefe, esta capacidade existia e face ao incremento de recursos humanos dedicados às Informações, bem como ao aumento de órgãos de pesquisa e diversidade de meios, a capacidade de estudo e interpretação também aumenta proporcionalmente.

(3) Exploração das informações

Esta fase tem como objetivo “tirar o máximo rendimento das notícias pesquisadas e processadas nas fases anteriores” (EME, 1966, p. VII-1).

Para cumprir com esse objetivo é fundamental que todos os escalões de comando tenham acesso às informações trabalhadas e que partilhem uma visão comum, sendo fundamental a difusão das informações.

Na Guerra de África, a difusão das informações, era feita através de mensagens e documentos de informações (CECA, 1988, pp. 367-368):

- “No escalão Companhia de Caçadores e equivalente, através de Sumários de Informações (INTSUM) ou Relatórios Imediatos (RELIM);

¹⁸ Ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Aníbal Piçarra de Castro Cardoso, desempenhou funções em Angola de 1966 a 1971.

- No escalão Batalhão de Caçadores e equivalente, através de INTSUM ou RELIM, sempre que a urgência o exigia, mas sobretudo através dos Relatórios de Situação (SITREP);
- No escalão Setor, de forma idêntica ao procedimento seguido a nível Batalhão;
- No escalão Comando da Região Militar e mais tarde no Comando-Chefe, através dos SITREP diários, PERINTREP, Relatórios Suplementares de Informações (SUPINTREP), Relatórios Especiais de Informações e RELIM”.

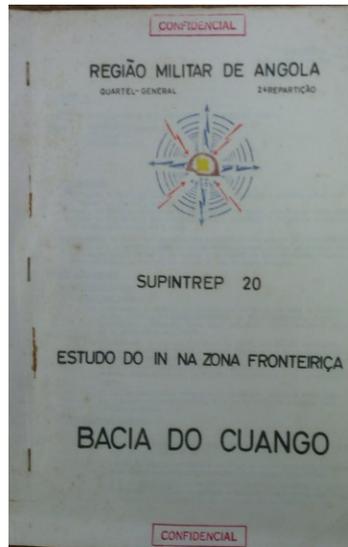


Figura nº3 – Capa de SUPINTREP

Fonte: (Pinto,2015).

Em termos do fluxo descendente de difusão das informações, visava todos os escalões, e incluía os serviços de informações civis. O PERINTREP, era elaborado duas vezes por semana, e “era distribuído em mais de uma centena de exemplares e ia até ao escalão Companhia” (Pinto, 1995, p. 474).

À medida que vamos subindo no escalão de comando, o processo de difusão de informações vai sofrendo alterações (de mensagem para documentos de informação), variando igualmente a frequência com que são elaborados (imediate, diário, duas vezes por semana), bem como o grau de detalhe.

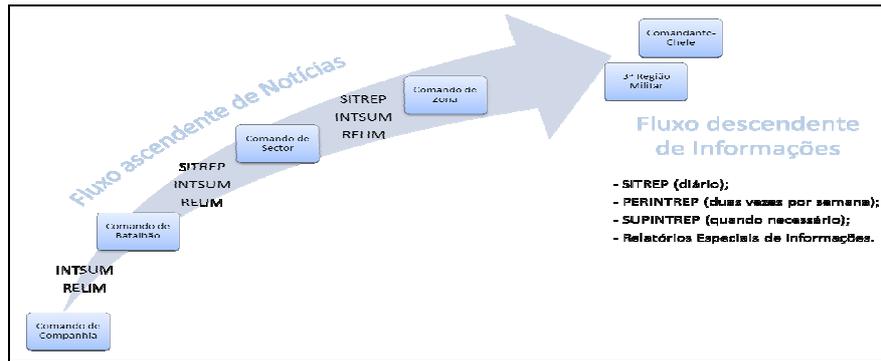


Figura nº 4 – Fluxo de Notícias e Informação militares no TO de Angola

Fonte: (autores, 2015).

Poder-se-á então concluir que o CPI era efetuado a todos os escalões, desde o Batalhão até o QG do Comando-Chefe, de forma contínua e integrada, através da orientação do esforço de pesquisa para os escalões subordinados, empregando os órgãos de pesquisa à sua disposição, analisando a cada nível, de acordo com os recursos afetos às seções e repartições de informações, e através da difusão de informações.

3. Articulação entre as Informações Estratégicas e as Informações estritamente militares

a. Relação entre os diferentes órgãos de informação

A coordenação das Informações tática nos escalões mais baixos (Comandos de Setor, Governos de Distrito, Comandos de Batalhão e Administração Local) era assegurada através de contactos diretos entre as entidades interessadas (militares, administradores, polícias, agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS)) ou pela formação de comissões da contrassubversão.

Quanto à informação estratégica, as entidades que as tratavam eram a 2ª Divisão do Departamento Geral da Defesa Nacional (que centralizava e coordenava a atividade do Serviço de Informações Militar (SIM)), o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar (que centralizava e coordenava as informações realizadas pelos SCCIA, a Direção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (que centralizava e coordenava as informações obtidas por via diplomática e consular) e a PIDE/DGS (que centralizava e coordenava a informação que interessava à segurança interna e externa do Estado). No entanto “o nó central da teia das informações estratégicas, a sua composição central, era, de facto, a PIDE/DGS, que

assegurava a centralização das informações ao nível do governo, embora tal missão não lhe tivesse sido legalmente atribuída” (Mateus, 2011, p. 227).

Quanto aos órgãos de menor relevância, que podiam fornecer informações Estratégicas e Táticas de algum valor, o foco encontrava-se no serviço de informações do Comando-Chefe, da Marinha e Aeronáutica¹⁹ e no SRT (Braga, 2011).

Analisando a situação, denota-se uma quantidade significativa de órgãos na recolha, tratamento e disseminação de informações, nas quais as suas tarefas estavam por vezes repetidas, podendo dar origem a conflitos de controlo e protagonismo, devido a confusões ao nível das competências.

Centremo-nos nos dois órgãos preponderantes no manuseamento de informações estratégicas na sua forma de relacionamento.

(1) SCCIA

Após o 15 de março de 1961 (vaga de ataques coordenados a fazendas, postos administrativos e povoações no Norte de Angola), surgiu a ideia de criar um serviço capaz de coordenar as informações recolhidas pelas Forças Militares, pelas Polícias e Autoridades Administrativas. A 29 de junho de 1961 foram criados os SCCIA, bem como os mesmos serviços nas restantes províncias. Ficavam na dependência dos Governadores e destinavam-se a “reunir as informações que interessassem à política, à administração e à defesa” (Pinto, 2004, p. 477). No entanto este órgão embora mantendo a “dependência hierárquica e administrativa dos Governadores das Províncias, funcionavam em relação aos Comandantes-Chefes das Forças Armadas como serviços de informações dos Comandantes-Chefes” (Pinto, 2004, p. 477).

Desta forma criava-se um órgão centralizador, que coordenava todo o fluxo de informações desde a pesquisa, tratamento e disseminação, a todos os níveis, albergando a área civil, policial e militar, bem como o fluxo de informação interna e externa. Colmatava-se teoricamente a falta de organização e atribuição de tarefas de cada órgão, com informação a ser tratada em todas as variáveis operacionais.

Começa a operar em junho de 1962, tendo sido convidado o Major Salazar Braga para os chefiar, que declinou (Braga, 2015), acabando por ficar sobre a direção do Major Silva e Sousa. Em novembro de 1965 o Major Marques Pinto tomou posse do serviço em substituição do seu antecessor (Pinto, 2015), ficando os serviços instalados numa das alas do Palácio do Governador-Geral, sendo constituído apenas por civis, com exceção do Diretor e o Chefe do Gabinete Militar, que eram Oficiais do Exército. A pesquisa efetuada

¹⁹ No início das operações o Comando Marinha era também responsável pela Aeronáutica.

ao nível interno cingia-se ao setor da administração, através das Secções Distritais. Todas as notícias provinham das forças policiais, das autoridades administrativas, dos Comandantes militares, dos QG da Força Aérea²⁰ e da Marinha, da PIDE/DGS, do Ministério do Ultramar e das ligações com os serviços de informações da Rodésia e da África do Sul. A pesquisa ao nível externo tornou-se um verdadeiro quebra-cabeças, devido ao conflito com uma das áreas de responsabilidade da PIDE/DGS (Mateus, 2011, p. 393).

Desta forma, o papel principal do serviço era a análise e processamento das notícias para produzir informações, sendo transmitidas por INTSUM, semanais, mensais, anuais, bem como estudos sobre aspetos étnicos e demográficos. Os PERINTREP eram distribuídos a entidades do Governo-Geral, Direções de Serviços e Governadores de Distritos. Os SCCIA estavam “melhor neste campo, pois tinham licenciados, habituados a trabalhar na análise, provenientes do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em comparação com a PIDE/DGS” (Pinto, 1995, p. 478). Na fase de análise e processamento, os SCCIA encontrava-se bem provido e capacitado, elaborando relatórios de qualidade e de extrema importância, enquanto a PIDE/DGS se evidenciava na pesquisa de notícias.

Os SCCIA tinham um representante em cada distrito, com um pequeno grupo que o auxiliava, e estavam normalmente no próprio palácio do governador do distrito. Na altura o adversário encontrava-se centrado a Norte (Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União das Populações de Angola (UPA)). No entanto começaram a atuar no Leste de Angola (União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e MPLA). Criou-se então uma estrutura dedicada à subversão, com um Conselho Executivo, três Grupos de Coordenação, Comissões Distritais, Comissões Locais e Grupos de Orientação e Fiscalização. Competia-lhes o estudo da situação nas suas zonas, a dinamização do reagrupamento das populações, que desta forma tinham acesso aos serviços essenciais (Pinto, 1995, p. 478). Com o aumento da intensidade de reabastecimentos e ações subversivas, aliados a uma utilização de rotas que cobriam uma vasta área de Angola, a solução de colocar um representante com o seu *staff*, por cada distrito, permitiu aos SCCIA um conhecimento de cada zona, que se centralizava na Sede em Luanda.

(2) PIDE/DGS

A PIDE/DGS fundada a 22 de outubro de 1945, era considerada um organismo judiciário autónomo entre 1945 e 1974, sendo o período mais

²⁰ A partir de 1965, com o reforço de meios aéreos é criada uma estrutura independente, passando a área da aeronáutica a ser controlada por um Estado-Maior da Força Aérea.

relevante consignado ao início das ações subversivas em Angola, sendo reestruturada a 4 de abril de 1961 com a criação de subdelegações e postos de fronteira e de vigilância em Angola e Moçambique (Pimentel, 2011, p. 39).

Apesar das várias reestruturações que foi sendo alvo, há a salientar a criação da 2ª Divisão de Informações da Direção dos Serviços de Informação, que tratava das informações externas e internas dos territórios ultramarinos (Pimentel, 2011, p. 310).

Em Angola, os seus métodos de recolha de informações baseavam-se na vigilância de suspeitos, violação de correspondência, escutas, buscas e revistas a pessoas, uso de calúnias, aproveitamento de vulnerabilidades, provocações, rusgas, interrogatórios e no uso de uma rede de informadores no Congo, Quênia e Zâmbia.

As notícias no plano interno provinham dos relatórios das patrulhas militares, dos reconhecimento aéreos, dos contatos com o In, do interrogatório do pessoal capturado civil e militar e de notícias transmitidas por informadores e agentes pagos. No plano externo, além das escutas rádio, as principais informações provinham da sua rede de informadores.

No processamento de documentos, a PIDE/DGS utilizava um conhecido sistema de avaliação de notícias (ainda utilizado pelas Forças Armadas), que considerava dois fatores: a credibilidade da fonte classificada por letras do alfabeto (sendo A o informador mais credível e terminando em F) e a verosimilhança da notícia (sendo 1 a notícia mais verosímil, porque confirmada por outras fontes e terminando em 6)²¹. Na disseminação de informações, os relatórios elaborados eram idênticos aos militares: Relatórios Extraordinários, Relatórios Imediatos, Relatórios Mensais, Relatórios de Situação e Relatórios de Interpretação de Documentos. Elaborava o Relatório Periódico de Informações quinzenal, que era um documento técnico de notícias e informações pesquisadas apenas pela PIDE/DGS destinado à Direção Geral e subdelegações na província (Mateus, 2011, p. 222).

Apesar de utilização do mesmo método na análise e processamento de notícias, a PIDE/DGS não garantia a mesma proficiência que os serviços de informações militares. Em contrapartida os métodos utilizados na pesquisa de notícias era eficiente, com uma rede de meios eficazes.

De salientar a criação dos Flechas em 1966 na tentativa de tornar mais eficazes as missões de reconhecimento no Leste de Angola. Esta iniciativa, com resultados práticos, inicialmente no Leste e mais tarde no Norte, reforça o

²¹ Como curiosidade os documentos apreendidos eram classificados de B2, as declarações prestadas por guerrilheiros que se entregavam com armas eram classificadas de F2 ou F3 e as notícias dadas pelas brigadas móveis ou militares eram classificadas de F6 (Mateus, 2011, p. 223).

processo de Africanização, abordado no capítulo seguinte, sendo fundamental para a recolha de informações num ambiente característico como o de Angola.

b) Relacionamento entre os SCCIA e a PIDE/DGS

Para melhor compreensão dos relacionamentos entre os órgãos de informações, recolha e processamento bem como as entidades decisoras, foi elaborado o seguinte diagrama:

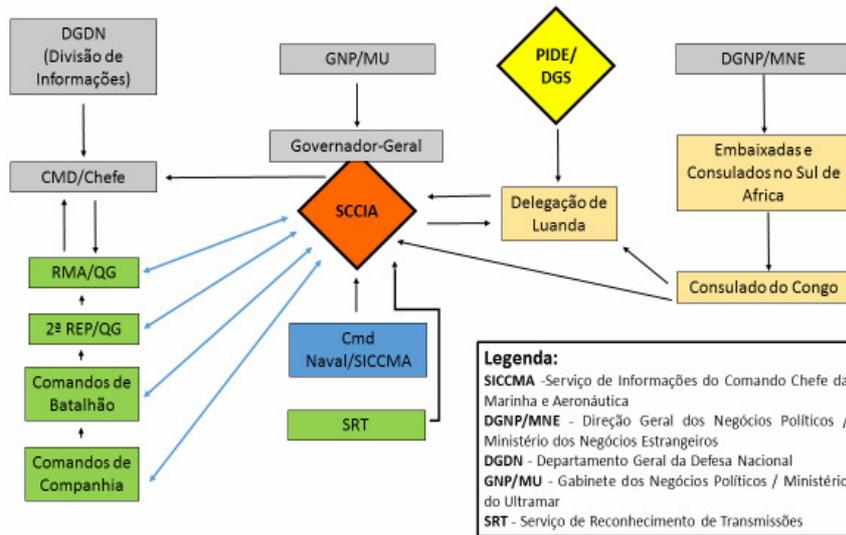


Figura nº 5 – Relação dos órgãos de informações em Angola de 1961 a 1974

Fonte: (autores, 2015).

A 29 de junho de 1961 quando foram criados os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) (nível nacional e ultramarino, com sede em Lisboa), foi proferido um despacho pelo Ministro da Defesa em que na sua estrutura definida a PIDE/DGS, não era tida em consideração. Na opinião de Cardoso²² “a exclusão da PIDE/DGS neste despacho foi o golpe fatal na estruturação dos SCCI e deu início a uma campanha informal e encoberta contra os SCCI em Angola, Moçambique e até Guine” (Cardoso, 2004, p. 122).

As informações eram pesquisadas fora das fronteiras pela PIDE/DGS, que tinha a sua rede de informadores já estabelecida.

²² General Pedro Cardoso.



Figura nº 6 – Major Marques Pinto, 1963, chefe da 2ª Repartição do QG e do SCCIA

Fonte: (Pinto, 2015).

Durante algum tempo os SCCIA também desenvolveram a sua rede de informadores, verificando-se uma sobreposição dos meios de pesquisa entre a PIDE/DGS e os SCCIA. A rivalidade era bem visível quando o Major Marques Pinto assumiu a chefia dos SCCIA: “Não era só uma questão de animosidade entre serviços, era também uma questão de interpretação da lei. O homem da PIDE/DGS dizia: eu sou o responsável pela segurança externa e interna. Ao mesmo tempo a lei dos SCCIA era um pouco ambígua em relação a isso porque também era responsável pela defesa (e a segurança era uma parte da defesa)” (Pinto, 1995, p. 477). Perante este clima conflituoso, a PIDE/DGS não disponibilizava as informações de que dispunha aos SCCIA pois ambos trabalhavam para o Governador-Geral e para o Comandante-Chefe, tomando conhecimento das informações por estes intervenientes, quando essa era a sua função. A título de exemplo, numa reunião conjunta, foi comunicado que um agente dos SCCIA tinha sido preso pela PIDE/DGS quando entrava em Angola, vindo de um país vizinho (Pinto, 2015). Após várias diligências e reuniões em 1965, o Ministro do Ultramar determinou aos SCCIA que não fizessem pesquisa exterior, ficando esta a cargo da PIDE/DGS e das unidades do Exército colocadas nas zonas de fronteira (Pinto, 2004, p. 478).

Desta forma em Angola, ao contrário do sucedido nas outras províncias, as divergências foram sanadas, ficando a PIDE/DGS com a pesquisa de notícias, em que na realidade era proficiente, enquanto os SCCIA efetuava a análise, processamento e disseminação, área para a qual tinha os meios humanos capacitados.

A coordenação entre os dois principais órgãos de Informações em Angola, apesar de ser por vezes frágil e com várias divergências, traduziu-se num excelente apoio para as unidades no terreno, em que a informação chegava “confirmada e credível”, devido a uma centralização das notícias nos SCCIA e a disseminação atempada das informações, com a redundância

fornecidas pela PIDE/DGS. Salienta-se que os escalões inferiores estavam autorizados a efetuar contatos diretos com as seções do SCCIA. Os SCCIA também poderiam contatar diretamente os baixos escalões com informação pertinente conforme a Figura nº 5. Esta flexibilização permitia um conhecimento oportuno das subunidades, garantindo uma atempada reação.

4. A Africanização e as Informações

a. Conceito e organização territorial da Africanização

A Africanização, ou mobilização de efetivos locais, que como referiu o Coronel Matos Gomes, no seminário sobre a Guerra Colonial²³, era hábito comum dos países europeus com colónias. A Africanização da guerra por parte das Forças Armadas nas principais colónias, à semelhança de outras grandes potências coloniais, regia-se pelos princípios da economia e da adaptabilidade das tropas recrutadas localmente em razão dos seus interesses políticos e militares.

A Africanização da guerra proporcionou unidades mais baratas e mais eficazes. Procurou-se a implementação no terreno das tropas locais, com intuito de identificação da ameaça, bem como dificultar ou degradar a capacidade de sustentação dos movimentos de libertação. Para tal foram proporcionadas melhores condições de vida aos locais, como forma de aumentar os efetivos e potencializar o instrumento militar com a adaptabilidade ao meio ambiente e a capacidade de combate de guerrilha. No caso particular de Angola o objetivo era fundamentalmente aumentar a capacidade operacional das Forças Armadas de forma a criar condições políticas e militares para aliciar a UNITA e Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), movimentos com maior impacto no conflito.

No início da guerra, o Exército Português dispunha na província ultramarina de Angola, unidades locais de estrutura semelhante às das unidades da metrópole. A componente armada existente na província, provia-se de efetivos originados de contingentes expedicionários enviados de Lisboa, designados por tropas de primeira linha. Para além destas existiam ainda tropas de segunda linha, fruto do recrutamento local, onde as milícias, refugiados estrangeiros e antigos guerrilheiros se enquadravam.

“Num ambiente de guerrilhas como em Angola, a Africanização das tropas e daqueles que colaboravam com os “brancos” era essencial para a pesquisa de informações e não só. Durante a guerra houve até a iniciativa de instruir os soldados de segunda linha, para contribuírem para a recolha e até

²³ Seminário “Guerra Colonial seus segredos”, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

interpretação das notícias recolhidas quer no terreno, quer no seio das populações” (Cardoso, 2015)²⁴.

A Africanização da guerra atingiria proporções únicas em conflitos ultramarinos semelhantes (Tabela 1). “Único na história militar das potências Europeias em guerras coloniais, em que europeus comandaram unidades em combate onde todos os efetivos eram africanos, em ações de perigo e em situações extremas de isolamento” (Gomes, 2012, p. 2).

Tabela nº 1 – Relação de Efetivos Metropolitanos e de Recrutamento Local

ANGOLA	
Exército (Metrópole) + Exército (Recrutamento Local) + Grupos Especiais (GE) + Tropas Especiais (TE) + Fiéis + Leais + Flechas	75600
Tropas Locais	37900
Recrutamento Local ²⁵	57%
Guerrilheiros	11000

Fonte: (Gomes, 2012, p. 2).

As “Forças Especiais Africanas”, considerando-as como sendo de capital importância para o sucesso das operações em Angola, eram orgânicas das Forças Armadas Portuguesas ou de outras organizações que não as Forças Armadas. No fim do conflito em Angola, as unidades especiais iriam representar mais de 25% dos efetivos recrutados localmente.

As Forças Armadas Portuguesas, para além destas tropas especiais africanas dispunham no Exército, de unidades de Comandos, que recebiam instrução localmente, com uma elevada percentagem de elementos recrutados no território, onde se incluíam também Oficiais e Sargentos.

Nas forças especiais, ou de ações especiais²⁶ recrutadas localmente destacam-se os Flechas, não por terem sido os “pioneiros” no teatro, mas porque na génese da sua formação (para além do seu processo de formação e treino), ser a pesquisa de informações. Criados pela PIDE/DGS, como força não convencional dotada de uma extraordinária capacidade de sobrevivência e conhecimento profundo do terreno, destinavam-se a executar ações prolongadas de combate de guerrilha. Apesar da sua dependência da

²⁴ Entrevista ao Ex-Subinspetor Óscar Cardoso.

²⁵ Inclui efetivos das Forças Armadas recrutados localmente e forças auxiliares locais.

²⁶ No período em análise era utilizada a designação de ações especiais, atualmente designadas por operações especiais, definidas como ações executadas por forças militares ou paramilitares, devidamente treinadas e equipadas, em operações não convencionais geralmente de elevado risco. Estas ações podem ser independentes, integradas, em coordenação com forças convencionais ou em complemento de outras agências de Informações (EME, 2014, p. 16).

PIDE/DGS, trabalharam sempre em prol das Forças Armadas, considerados distintos guerrilheiros, que no final da guerra viriam a ultrapassar os 2.500 homens. Se em 1966 o objetivo primário era servirem como guias e pisteiros dos agentes da PIDE/DGS, passaram rapidamente a cumprir missões como forças de assalto ou anti-guerrilha em ações especiais. “Enquanto estivemos em Angola, tivemos diversas fontes de informações, informadores locais e dos países limítrofes, mas o elemento chave foi sem dúvidas termos tido ao nosso lado os Bosquímanos, os Flechas “ (Cardoso, 2015)²⁷.

Tabela nº 2- Unidades de recrutamento local

ANGOLA	
Regimento de Infantaria 20 Luanda	
Regimento de Infantaria 21 Nova Lisboa/Huambo	
Regimento de Infantaria 22 Sá da Bandeira/Lubango	
Escola da Aplicação Militar de Angola – Nova Lisboa/Huambo	
Batalhão de Caçadores 11 – Cabinda	
Batalhão de Caçadores 12 – Carmona/Uíge	
Batalhão de Caçadores 13 – Salazar/Dalatando	
Grupo de Artilharia de Campanha 1 – Luanda	
Grupo de Artilharia de Campanha 2 – Nova Lisboa/Huambo	
Grupo de Cavalaria nº1 (Dragões) – Silva Porto/Kuito	
2 Esquadrões a cavalo	
3 Esquadrões de blindados (Reconhecimento)	
Efetivos Locais: 27900 – 42% dos efetivos do Exército	
Tropas auxiliares	
GE.....	3000
TE.....	1200
Fiéis.....	2600
Flechas.....	2500
Leais.....	800
	10000

Fonte: (Gomes, 2012, p. 2).

As outras forças como os GE, TE, os Fiéis e os Leais, desenvolveram ações de combate de guerrilha, um pouco por toda a província à semelhança dos Flechas no Norte, mas menos orientados para o reconhecimento e vigilância, pois não era esse o seu treino.

b. Africanização como “sensor” apropriado do conflito

De acordo com o referido anteriormente, sobre as capacidades exímias na recolha de informações por parte das tropas recrutadas localmente,

²⁷ Ex-subinspector da PIDE/DGS Óscar Cardoso.

analisaremos agora um conjunto de ações desenvolvidas e efeitos alcançados por estas forças em operações táticas.

De acordo com a doutrina atual, a função de combate Informações, evidencia os conceitos relacionados com as atividades, princípios e capacidades das operações de Reconhecimento e Vigilância. Como atividades principais, temos as Informações, operações de vigilância, aquisição de objetivos e operações de reconhecimento.

Em Angola, e na maioria das províncias da época, a modalidade de pesquisa de informações usada pelas tropas locais, com maior sucesso, foi sem dúvida a informação proveniente da *Human Intelligence* (HUMINT), possibilitando o contacto direto com as populações e respetivos líderes, com os guerrilheiros e atores externos às províncias.

Vigiar ou executar operações de vigilância, “observação sistemática do espaço aéreo, superfície terrestre ou marítima, lugares, pessoas ou coisas, recorrendo a meios visuais, acústicos, eletrónicos, fotográficos ou outros” (AAP-6, 2012, p. 47), foi ao longo do conflito, uma tarefa frequentemente atribuída às forças de recrutamento local, mais especificamente às unidades *especiais* africanas, que de forma ativa as executavam sobre áreas de pequenas dimensões das próprias subdelegações, onde atividades In estariam a decorrer ou fosse expectável que viessem ali a decorrer.

Associada às atividades anteriores, surge a aquisição de objetivos, como sendo a “detecção, identificação e *localização* de um objetivo, de forma suficientemente detalhada, que permita o emprego efetivo de armamento; providencia dados que permitem atacar os objetivos com armas de tiro direto ou indireto ou com meios não-letais” (AAP-6, 2012, p. 198), e que no período em análise “começamos a ter resultados com isso, tanto assim que, normalmente, nós é que dizíamos onde é que havia um objetivo. Dizíamos como é que era o dispositivo do acampamento, onde é que era a casa do chefe, quantos eram, os hábitos deles, nós é que dávamos às operações aos militares” (Pinto, 1995, p. 405), fica evidenciado a simbiose perfeita entre as técnicas militares adquiridas e as capacidades intrínsecas dos guerrilheiros locais.

Por fim, as operações de reconhecimento, missões empreendidas “para obter notícias, por métodos visuais ou outros métodos de deteção, acerca das atividades e recursos de um In real ou potencial, ou para obter dados relativos às características meteorológicas, hidrográficas ou geográficas de uma determinada área” (AAP-6, 2012, p. 384). Estas operações foram a base do sucesso das unidades especiais africanas, aquando do seu empenhamento como pisteiros da PIDE/DGS e guias para as unidades militares no terreno. “Eram pisteiros extraordinários, olhavam para o terreno e sabiam ler tudo; se tinha sido uma mulher grávida que tinha passado, se tinha sido um preto, se ia carregado

ou não. Nós aproveitamos essa capacidade singular deles” (Pinto, 1995, p. 404). Estas operações foram as primeiras especialmente vocacionadas para as Informações e dariam origem, após formação especializada e própria experiência adquirida, às outras atividades anteriormente abordadas.

Consideramos relevante analisar os quatro pilares fundamentais para o sucesso das atividades relacionadas com o Reconhecimento e Vigilância: resposta rápida, a cobertura contínua, a robustez e a flexibilidade.

A resposta rápida e eficiente aos pedidos do Comandante ou de outros órgãos no TO, quer fossem para pesquisa de uma notícia, quer para a sua simples confirmação, era fundamental para o planeamento e condução das operações. Conhecedores do terreno e indivíduos habituados a deslocarem-se com rapidez no meio do capim, na maioria dos casos conseguiam responder em tempo apropriado, permitindo às unidades alcançar as ações ou efeitos desejados. Para além da produção de informações em tempo oportuno, tinham competência suficiente para realizar ações contra objetivos específicos, no caso de uma ameaça iminente às forças no terreno. Da entrevista com o ex-subinspector Óscar Aníbal Cardoso, fica bem patente a necessidade em garantir essa capacidade: “Esse era o processo normal, mas se houvesse necessidade de reagir imediatamente, passávamos a informação logo aos militares no terreno. Se fosse necessário atuávamos nós, para não perder a oportunidade e porque sabemos que a “máquina” militar por vezes demora na execução das ações” (Cardoso, 2015).

A cobertura contínua das informações, muitas delas relacionadas com as atividades da ameaça, exigia às tropas locais, uma permanência física constante nas áreas designadas de interesse para os Comandantes, quaisquer que fossem as condições meteorológicas. “Tínhamos sobretudo uma grande vantagem: não era necessário apoio logístico. Esses indivíduos, habituados desde crianças a esgravatar, a viver do nada, tinham uma capacidade nata para se alimentarem, para descobrirem água” (Pinto, 1995, p. 406). Nos dias de hoje, associaríamos essa capacidade de sobrevivência a algo só possível de adquirir através da formação e treino específico.

Associado à capacidade de sobrevivência e de mobilidade, surge o conceito de robustez. Embora não existindo extensa panóplia tecnológica para a pesquisa da informação, existia o “meio” humano, que pela sua prospeção na província e fusão com o ambiente operacional, garantiam robustez no sistema de informações. “Havia determinadas operações em que só iam os Flechas, nomeadamente os Bosquímanos, porque eram operações de quinze dias em que se faziam reconhecimentos, nomadizações” (Pinto, 1995, p. 407).

Por fim, mas não menos relevante, o princípio da flexibilidade da força em função da missão atribuída. Embora não tendo taxativamente uma

composição dita “modular”, as tropas locais e especificamente as unidades especiais africanas, organizavam-se de acordo com as ações a desenvolver, podendo ser de forma independente, ou integradas com forças convencionais, Companhias ou Batalhões existentes nos distritos. “Fiz várias operações com os Flechas e muitas operações dos Flechas eram feitas com europeus”, “houve uma operação conjunta de militares, de polícias, de Flechas, de toda a gente” (Pinto, 1995, p. 411).

Quando se iniciou a guerra em África, a Africanização era um processo estratégico e físico há já algum tempo usado nas províncias, de forma a alcançar os mais variados objetivos políticos e militares. No caso específico de Angola, procurou-se contrabalançar as crescentes dificuldades financeiras em alimentar o instrumento militar no Ultramar, bem como diminuir o impacto político provocado pelas mortes em combate, por parte da opinião pública na metrópole.

As tropas de recrutamento local, bem como as unidades especiais, para além de financeiramente serem mais sustentáveis, adaptavam-se melhor ao meio ambiente, do que o soldado europeu, para além de se inserirem melhor nas comunidades e estruturas locais e possibilitarem uma mais proveitosa pesquisa e confirmação das informações. Numa época em que os meios de reconhecimento e vigilância do campo de batalha eram escassos e poucos precisos, o profundo conhecimento da savana, da floresta e das técnicas do combate de guerrilha das forças africanas, foi decisivo para alcançar os objetivos militares. Deste aumento de eficiência na recolha da informação, resultou um maior número de operações e um maior grau de sucesso, a redução das ações subversivas por parte dos movimentos de libertação em Angola e sobretudo uma redução significativa dos números de mortos associados à Guerra.

Conclusões

No período da Guerra de África, doze anos após a entrada do nosso país na OTAN, sentiu-se a necessidade de ajustar a doutrina à realidade e à experiência adquirida naqueles TO. Nas Informações essas modificações foram vertidas no Regulamento de Campanha Informações e nos Manuais do Exército na Guerra Subversiva. As alterações mais significativas decorreram na adaptação e implementação da doutrina de Informações existente para a realidade da guerra subversiva, materializada pela normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações, e em paralelo, da alteração de procedimentos de interrogatório de pessoal In capturado, criando condições à sua utilização como guias, intérpretes e em tropas especiais, africanizando as nossas tropas.

A estrutura de Informações militares estava presente em todos os escalões, podendo diferenciar-se em termos de funções e capacidades, nomeadamente nos escalões inferiores, intermédios e superiores.

Ao nível dos escalões inferiores, constituídos pelos Batalhões e Companhias, que atuavam fundamentalmente como órgãos de pesquisa, obtendo notícias fruto da sua atividade operacional, através de processos HUMINT, contacto com a população, contacto e reconhecimento de atividades In, e captura e interrogatório de pessoal In. A difusão de informações era baseada em RELIM e SITREP.

No que respeita a unidades de reconhecimento no TO de Angola, nomeadamente os Pelotões de Reconhecimento orgânicos dos Batalhões e três Esquadrões de Reconhecimento do Grupo de Reconhecimento, estas unidades não desempenhavam missões especificamente ligadas às Informações, contribuindo para o sistema de informações militar de igual forma que os seus escalões congéneres.

Ao nível dos escalões intermédios, constituídos pelos Comandos das Zonas e Setores, face a possuírem uma grande diversidade de meios (de manobra, apoio de combate, apoio de serviço e aéreos), necessitavam e coordenavam a pesquisa de uma maior quantidade de informações, como tal, o seu órgão de Informações encontrava-se reforçado.

Estes escalões, face a possuírem áreas de responsabilidade de menor dimensão que os escalões superiores, conseguiam elaborar pontualmente Planos de Pesquisa, orientando o esforço de pesquisa de uma forma prática.

Este patamar, em virtude de dispor de meios aéreos, conseguia efetuar RVIS, complementando a capacidade HUMINT existente nos escalões subordinados.

Ao nível dos escalões superiores, constituídos pelo Comando-Chefe e Comando da Região Militar, estes eram responsáveis pelas informações ao nível operacional²⁸ da guerra, possuíam ligação com as diversas entidades de Informações presentes no TO de Angola, e recebiam e enviavam informações para a Metrópole onde eram trabalhadas as informações estratégicas.

Neste patamar, a estrutura de Informações era robusta e eram trabalhadas as capacidades *Imagery Intelligence* (IMINT), através da Força Aérea, e *Signals Intelligence* (SIGINT) através do Destacamento de Ligação do SRT.

Nos primeiros dois terços da Guerra de África, as informações ao nível operacional da guerra eram trabalhadas pelo Comando da Região Militar, sendo que no terço final passaram a ser trabalhadas pelo Comando-Chefe.

²⁸ Doutrinariamente apenas existiam, à data, o nível Tático e Estratégico.

Este facto proporcionou uma melhoria na condução das operações, como consequência da migração da 2ª Repartição da Região Militar para o Comando-Chefe, permitindo a esta entidade, que tinha a responsabilidade de planear e conduzir a guerra, dispor de um órgão de Informações robusto, bem como acionar toda a tipologia de órgãos de pesquisa militares disponíveis no TO de Angola, dispondo assim das informações necessárias à condução das Operações.

Nestes escalões mais elevados, a orientação do esforço de pesquisa era efetuada através de ordens de pesquisa, e a difusão de informações é feita através de SITREP diários e PERINTREP, normalmente, duas vezes por semana.

Numa Angola em “guerra subversiva” o mais complicado era definir as possibilidades do In, pois tinha de se encarar meios diferentes, objetivos não coincidentes, táticas diversas e influências decisivas nos fatores psicológicos, humanos e personalidade dos chefes tribais ou movimentos. O foco das Informações centrava-se na intenção do In e seus apoiantes internos e externo, bem como nas suas possibilidades. Apesar do apoio, de países externos, à UNITA, MPLA e UPA, a recolha da informação e utilização dos meios de pesquisa por parte da PIDE/DGS (externos) e das unidades militares (internos), garantiu às forças militares e SCCIA, uma superioridade informacional e conhecimento dos movimentos, rotas, ações e armamento das forças In ao nível estratégico e tático, pese embora tenham existido “lutas” entre as diferentes estruturas de Informações.

Para tal era empregue o CPI, no qual o Comandante-Chefe orientava o esforço de pesquisa do SIM, através das unidades de baixos escalões eram recolhidas notícias fundamentalmente destinadas às informações táticas, e através da SCCIA, PIDE/DGS, embaixadas e consulados, eram recolhidas notícias com relevância ao nível das informações estratégicas.

No que respeita ao processamento de informações, era efetuado pelo SIM desde o escalão Batalhão ao Comando-Chefe, e por toda a estrutura dos SCCIA, não tendo a PIDE/DGS tanta capacidade de processamento com as anteriores estruturas.

Relativamente à disseminação das informações, a mesma era realizada verticalmente dentro de cada estrutura (SIM, SCCIA e PIDE/DGS), e horizontalmente entre elas, através da partilha de informações entre as diferentes estruturas nos diversos patamares ao seu nível, através de mensagens, relatórios e reuniões.

Em termos de Africanização, face à relativa inoperância das Forças Armadas, muito devido às características do ambiente físico e às especificidades da guerra, iniciou-se uma reforma do conceito de Africanização, assente no seu reforço. O recrutamento local e formação especializada das tropas,

surge como necessidade absoluta na resolução do conflito, em que o combate de guerrilha, a obtenção de informação e o uso da contrainformação seriam capacidades decisivas para o sucesso.

As tropas de recrutamento local eram de facto mais rentáveis em termos financeiros para as operações no teatro, sendo que numa época em que os meios de reconhecimento e vigilância do campo de batalha eram escassos e poucos precisos, o profundo conhecimento do terreno e adaptação à savana e floresta, bem como a facilidade com que essas tropas se inseriam nas comunidades locais, permitiu incrementar a qualidade das informações muito acima do que se registava à época.

Este facto teve um impacto decisivo nas operações, facilitando o alcançar dos objetivos militares no TO de Angola. Muito desse êxito derivou de uma recolha oportuna das informações e consistência das mesmas.

O elevado valor tático e estratégico, que estas tropas representaram, conduziu a um incremento desta tipologia de forças, bem como a implementação noutras províncias ultramarinas.

Todos os factos apresentados, levaram-nos a concluir que as Informações assumiram uma importância fundamental no planeamento e condução da Guerra em Angola, tendo em consideração, que sendo uma guerra contrassubversiva, a população se constituiu como centro de gravidade e as informações assumiram ainda uma maior relevância.

Durante este trabalho deparamo-nos com algumas limitações, sendo desde logo uma delas, a reduzida dimensão do mesmo, face à riqueza do conteúdo dos testemunhos recolhidos e à profundidade necessária a dar a um trabalho que pretendeu analisar um período de 13 anos, aos vários níveis (tático e estratégico), em que existiram diversas estruturas de informações (militares e civis), não possibilitando explicar com maior detalhe todo o sistema de informações. Para além das limitações já referidas, por vezes os relatos colhidos não eram totalmente coerentes com os documentos consultados.

Este trabalho poderá futuramente ser complementado pela análise das tarefas de apoio à compreensão da situação, apoio ao processo de *targeting* e às atividades de informação e influência, e de que forma estes poderiam ser relacionados à luz da doutrina do período em análise.

Referências Bibliográficas

AAP-6, 2012. *NATO Glossary of terms and definitions*. EDITION 2012 Version 2 ed. USA: s.n..

Braga, J. S., 2011. Da Logística às Informações. *Revista Militar N° 2515/2516*.

- Braga, S., 2015. *Entrevista*, (31 Jan 2015).
- Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Cardoso, O., 2015. *Entrevista* (21 Fev 2015).
- Cardoso, P., 2004. *As Informações em Portugal*. 1ª Edição ed. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, V., 2015. *Entrevista* (05 Mai 2015).
- CECA, 1988. *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1954. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1966. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 2009. *PDE - 2.00 - Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- EME, 2012. *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- EME, 2014. *PDE - 3.67.00 - Operações Especiais*. Lisboa: Exército Português.
- Exército, M. d., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Estado-Maior do Exército - 3ª Repartição.
- Gomes, C. d. M., 2012. *Seminário "Guerra colonial seus segredos"*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, s.n..
- Mateus, D. C., 2011. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. 2ª ed. Lisboa: Terramar.
- Pimentel, I. F., 2011. *A história da PIDE*. 1ª ed. Maia: Circulo de Leitores.
- Pinto, M., 1995. Marques Pinto, As Informações. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.:Círculo de Leitores.
- Pinto, M., 1995. Marques Pinto, As Informações. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.:Círculo de Leitores.
- Pinto, M., 2015. *Entrevista*, (05 Fev 2015).
- Pinto, R. F. M., 2004. In: *Informações e Segurança, estudos em honra do general Pedro Cardoso*. s.l.:Prefácio Edição.

Secção V

FUNÇÃO DE COMBATE FOGOS

ORGANIZAÇÃO E EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

Autores

Cap Tm Nuno Manuel Gonçalves Casteleiro de Goes
Cap AdMil Carlos Alberto Pires Ferreira de Souto e Castro
Cap Inf Paulo Alexandre Martins Cardoso Soares
Cap Inf Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva

Orientadores

Maj Art Paulo Manuel Encarnação Rosendo
Maj Art Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador

1. A Doutrina, Organização e Material da Artilharia de Campanha

Neste capítulo pretende-se identificar a DOM da Artilharia de Campanha no início do conflito e no período em análise. Para tal, iremos analisar, à luz da doutrina vigente, as missões que a AC pode desempenhar, as suas responsabilidades bem como os tipos de ações que pode desenvolver. De seguida, abordaremos a organização das unidades no TO, a sua distribuição geográfica e os meios disponíveis para o cumprimento da missão.

a. Doutrina

Começamos desde logo por constatar que, no período em análise, não existia doutrina para o emprego da AC na guerra subversiva, sendo que, a doutrina vigente da AC era a doutrina da guerra convencional. No entanto, importa referir que a missão e os princípios de emprego da AC eram os mesmos, quer se tratasse de guerra convencional ou subversiva, variando apenas a preponderância de uns princípios sobre outros, segundo o tipo de guerra.

Analisando a missão geral da AC na guerra subversiva temos obrigatoriamente de ter em consideração a missão geral da AC na guerra clássica: "... é o apoio de fogo, contínuo e oportuno, à força apoiada, destruindo ou neutralizando os objetivos que facultam o cumprimento da missão." (Machado, 1966, p. 208). Sendo que, na guerra subversiva, a Artilharia tinha por missão destruir ou neutralizar os bandos armados ou guerrilhas, dificultando-lhes o reabastecimento a partir de núcleos de população simpatizantes, baixando-lhes assim o moral (Machado, 1966, p. 209).

No seguimento da missão geral da AC resultam as suas responsabilidades clássicas, que segundo Machado (1966, p. 209) se sintetizam por:

- “Apoiar os elementos de manobra com fogos oportunos, próximos e precisos, a desencadear contra os elementos de manobra do inimigo;
- Executar fogos de contrabateria (incluindo nesta designação os fogos para bater a artilharia e os morteiros inimigos);
- Dar profundidade de combate, batendo instalações logísticas, reservas, Posto de Comando, Companhia de Transmissões, executando fogos de ação longínqua e de interdição e flagelação.”

Na guerra subversiva estas responsabilidades mantêm-se de uma forma geral, embora algumas assumam maior preponderância. Com o decorrer dos tempos começou-se a constatar que os fogos de contrabateria não se efetivavam, salvo raras exceções como o caso dos fogos sobre as posições de morteiros Inimigo (In) e o apoio imediato às unidades de manobra era pouco frequente. Em contrapartida, os fogos de interdição e flagelação assumiam especial relevo, dado que eram destinados a desarticular os sistemas logísticos e as organizações de apoio às guerrilhas, por forma a reduzir o seu moral, perturbando-lhes o seu repouso e interferindo nos seus movimentos.

Um dos maiores problemas na guerra subversiva é saber onde se encontra o inimigo, pelo que, é fundamental uma coordenação estreita com as unidades de reconhecimento e segurança. No caso do Ultramar, as unidades normais de Infantaria foram transformadas em unidades de Infantaria ligeira, por forma a satisfazer as necessidades de localização das forças inimigas.

A problemática anteriormente referida teve repercussões no emprego da Artilharia, dado que, a rápida evolução e alteração da situação tática, impunha às unidades de Artilharia a incumbência de estarem permanentemente preparadas para apoiar qualquer força empenhada, mesmo que esta se encontrasse distante do centro de gravidade da operação.

Uma das formas que foi equacionada para resolver este problema foi “desmembrar” em Secções, as unidades de Artilharia. No entanto, rapidamente se concluiu que era sinónimo de aumento de consumo de munições, sem o respetivo reflexo no número de baixas ou danos, para além de consistir numa alteração das principais características da Artilharia: a potência, a largura e a profundidade dos seus fogos.

Segundo os regulamentos e manuais dos Exércitos de diferentes países, que também tiveram de lidar com esta forma de guerra, era consensual o emprego em massa dos fogos de Artilharia (Silva, 1963, p. 563). No entanto, na guerra subversiva, e tendo em consideração que a maioria das vezes os objetivos são temporários, era dada uma maior primazia ao tiro preciso e rápido do que às grandes ações de massa.

Segundo Silva (1963, p. 563) a unidade mínima do fogo era a Bateria, e defendia também que na guerra subversiva, a organização das unidades de

Artilharia que melhor se adaptava era a Bateria dos quadros orgânicos convencionais. No entanto, atendendo às difíceis condições de emprego, surgiu a necessidade de reforçar essas Baterias com elementos de topografia e mais uma equipa de observação avançada. Essa organização permitiria:

- “Uma ação centralizada – Pela reunião de várias Baterias, consegue-se obter uma enorme massa de fogos de Artilharia sempre que a envergadura da operação a tornar necessária. Neste caso, uma Bateria poderá constituir em PCT de Agrupamento quando o seu órgão de centralização de tiro for reforçado por elementos de outras Baterias.
- Uma ação descentralizada conduzida ao nível Bateria. Poderá haver situações em que seja aconselhável a articulação da Bateria em 2 Pelotões a 3 bocas de fogo. Uma maior articulação da Bateria não é viável pela carência de meios de transmissão e de centralização de tiro” (Silva, 1963, p. 564).

Com o decorrer das operações começaram a surgir limitações no emprego das unidades de Artilharia, no seu verdadeiro papel de arma de apoio, dado que:

- “As características do terreno, onde as ações se desenvolvem, ocasionarem grandes dificuldades à observação, aos deslocamentos, à escolha de posições para as bocas de fogo e ao estabelecimento da ligação e das transmissões;
- Não existirem, normalmente, cartas da região em escala e com precisão suficiente para permitirem a sua utilização na preparação do tiro;
- Os processos de atuação das guerrilhas, com formações de efetivo reduzido e ações muito fluídas, não possibilitarem a criação de objetivos suficientemente estáveis, remuneradores e localizados com precisão que permita batê-los eficazmente com Artilharia;
- As formações de Artilharia necessitarem, por razões de segurança e dada a descentralização que caracteriza as operações na guerra subversiva, de serem incluídas nos agrupamentos das forças de combate próximo, que se destinam a apoiar, e não ser fácil esta inclusão, dado o reduzido volume de tais agrupamentos.” (Costa, 1963, p. 215).

Era entendimento do mesmo autor que as unidades de artilharia em ambiente de guerra subversiva estavam preparadas para atuar nas seguintes modalidades:

- Apoio de unidades em quadrícula, especialmente nas modalidades de interdição sobre pontos de passagem provável do inimigo, e de flagelação sobre zonas de reunião. A atuação da Artilharia nestes moldes era

bastante útil, devido ao efeito psicológico que exercia sobre as populações protegidas pelas unidades de quadrícula;

- Apoio de ações de reocupação de regiões abandonadas pelas populações em consequência de terrorismo, que visava mais do que causar baixas, afugentar o inimigo e facilitar a progressão das forças de reocupação. Nesta modalidade, as unidades de Artilharia eram integradas nos agrupamentos que efetuavam a reocupação, ocupando posteriormente posições que lhe permitissem bater as zonas em que se sabia ou presumia que o inimigo se encontrava;
- Ações de flagelação sobre zonas ocupadas pelos rebeldes e de refúgio, voluntário ou forçado pelos terroristas, de populações desavindas. Nesta modalidade procurava-se criar um clima de insegurança entre as populações e elementos inimigos, causando-lhes baixas e afetando-lhes o moral;
- Apoio do ataque a pontos fortes, em que as unidades de Artilharia eram integradas nos agrupamentos organizados para o ataque. Nesta modalidade, tratava-se de uma situação de aproximação não coberta, em que a Artilharia atuava como se estivesse a apoiar uma guarda avançada, em moldes semelhantes aos de guerra convencional;
- Atuação em moldes clássicos, caso o inimigo viesse a dispor de forças militares organizadas para a guerra convencional.

b. Organização

O emprego da Artilharia foi, desde cedo, praticado fora dos padrões tidos como convencionais para a altura. O terreno e a forma de operar do In foram ditadores na atuação das unidades e no emprego e missões dos meios enviados. Machado da Silva (1963, p. 555) refere que, por factos que lhe chegaram ao conhecimento e por troca de impressões com camaradas, a Artilharia se tinha mantido quase inativa, aguardando situações ideais de emprego que quase nunca se verificaram. Perante o estigma da guerra de guerrilha que se lhes apresentava era dada primazia aos fogos de intervenção aérea que executavam missões de apoio, típicas da Artilharia. Todos estes fatores condicionavam a atuação convencional das poucas unidades de Artilharia presentes no TO com missões atribuídas de forma atípica, com predominância nas tarefas de apoio de acompanhamento da infantaria. Assim, e em função dos meios disponíveis, tipos de unidade e do opositor, existiam um conjunto de possibilidades e limitações que se traduzem em vantagens e desvantagens da aplicação da AC. Segundo Silva (1963, p. 310) e Machado (1966, pp. 482-483), as possibilidades da AC seriam:

- 1) A Artilharia pode atuar sob quaisquer condições atmosféricas e de terreno;
- 2) Pode atuar de dia ou de noite, sob quaisquer condições de visibilidade;

- 3) Atua com continuidade, por tempo indeterminado;
- 4) Executa fogos precisos, com ou sem regulação;
- 5) Atua de surpresa;
- 6) Pode sinalizar e iluminar o campo de batalha;
- 7) Pode manobrar os seus fogos, por transporte de tiro, com rapidez, em extensas áreas, e executar ações em massa, onde e quando necessário;
- 8) Tem grande flexibilidade de apoio, garantido por transmissões fáceis e íntima ligação com a força apoiada. Assim, um pedido de tiro executa-se em alguns minutos e um levantamento de tiro é de execução quase instantânea;
- 9) Pode executar tiro direto, a pequenas distâncias contra o assalto de forças inimigas;
- 10) Têm grande relevância os efeitos psicológicos que se podem obter com o tiro de Artilharia;
- 11) O tiro de Artilharia é mais preciso que o bombardeamento de avião, pelo que o fogo de apoio pode ser efetuado mais próximo das nossas tropas.

No entanto, os mesmos autores constataam um conjunto de limitações que podem influenciar no apoio prestado às unidades apoiadas:

- 1) Limitada mobilidade, em virtude das dificuldades do terreno e da falta de itinerários;
- 2) Limitada observação, devido ao acidentado do terreno e à densidade da vegetação;
- 3) Em algumas regiões, a ausência de dados topográficos e a deficiência de cartas, em escalas convenientes para o tiro;
- 4) Dificuldade em referenciar as guerrilhas In, em virtude dos processos de atuação que utilizam, em formações reduzidas e fluidas, não criando objetivos suficientemente estáveis e localizados com precisão para serem atacados com eficiência pela Artilharia;
- 5) Limitada liberdade de colocação de fogos, quando atue em áreas onde haja população In, atividades ou deslocamentos das Nossas Tropas (NT), podendo provocar danos colaterais;
- 6) Necessidade de garantir às unidades de Artilharia eficazes medidas de segurança, quer em posição quer em marcha, o que leva a incorporar essas unidades com as forças que realizem as operações de contra-guerrilha. Como nem sempre é possível essa inclusão, dado o reduzido volume das forças em operações, haverá, necessidade de reforçar as unidades de Artilharia com elementos de segurança.

As forças militares previstas para Angola estão discriminadas na Tabela 1, sendo que a realidade neste TO em 1961 era de uma quase ausência de forças militares.

Tabela 1 - Forças Militares convencionais previstas para Angola antes do início da Guerra

Unidades	Angola
Comando	Quartel-general
AC	3 Grupos
AAA	1 Grupo
Artilharia de Costa	2 Baterias

Fonte: adaptado de (Silva, 2012, p. 13).

Em 1961, as unidades convencionais de AC existentes eram 16 como se apresenta na Tabela .

Tabela 2 - Número de unidades enviadas para Angola agrupadas por tipo

Tipo de Unidade	Angola
AC	3 Grupos
AAA	5 BtrAAA
Btr Art	8 Baterias

Fonte: adaptado de (Silva, 2012, p. 13).

Nesse mesmo ano foram enviadas como reforço o Grupo 0157, composto pelas Baterias 0145, 0146 e 0147, tendo estas seguido para os Grupos de Luanda a norte, Nova Lisboa ao centro e Sá da Bandeira, no litoral sul, cuja localização se pode verificar na Figura 1.

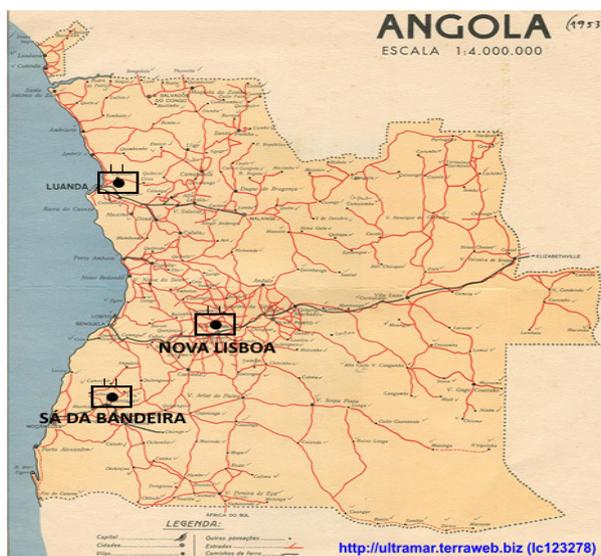


Figura 1 - Localização dos Grupos de Artilharia no TO de Angola (1961)

Fonte: adaptado de (Ultramar, s.d.).

Como chefias tinha oficiais oriundos da Academia Militar com um adjunto da mesma origem que, normalmente era responsável pela coordenação de tiro, sendo os outros oficiais oriundos de milicianos.

c. Material

Os meios de Artilharia eram compostos por materiais antigos e de menor calibre, datando da II Guerra Mundial (Afonso & Gomes, 2000). O material, caracterizado pela existência de peças de vários calibres, era vocacionado para desempenhar missões diversas, em função do seu calibre e mobilidade.

Na Tabela 3, podemos verificar uma listagem do material disponível e onde podemos constatar a variedade de calibre e dos próprios países de origem, o que originava problemas logísticos, nomeadamente no fornecimento de munições.

Tabela 3 - Tipos de meios de Artilharia disponíveis durante o conflito¹

Modelo	Origem	Tipo	Calibre
Obus M 7,5cm/18 m/94036	Itália	Obus	7,5 cm
Obus K 10,5cm/28 TR m/941	Alemanha	Obus	10,5 cm
Obus R 10,5cm/28 TR m/941	Alemanha	Obus	10,5 cm
Obus K 15cm/30 m/941	Alemanha	Obus	15 cm
Obus 8,8cm/18 m/943	Inglaterra	Obus	8,8 cm
Obus 14cm m/943	Inglaterra	Obus	14 cm
Peça 11,4cm m/943	Inglaterra	Peça	11,4 cm

Fonte: adaptado de (Silva, 2012).

O obus 7,5cm/18/m940 foi concebido para zonas montanhosas, sendo portanto leve, facilmente desmontável constituindo cargas de peso idêntico (100 a 120Kg) que se poderiam transportar no dorso de 12 muares, ou rebocável por uma viatura também muito ligeira, estreita e muito manobrável, adequada aos caminhos sinuosos e acidentados. Este obus foi apenas utilizado no teatro de Angola.

¹ Meios de AC empregues no TO de Angola entre 1961 e 1974.



Figura 2 - Obus M 7,5 cm/18 m/ 940

Fonte: (Artilharia, 2010, p.15).

Tabela 4 - Características do Obus M 7,5 cm/18 m/ 940

Origem	Itália
Ano de Fabrico	1934
Entrada ao serviço	1940
Calibre	75 mm
Peso	820 kg
Tubo	18 calibres
Granada	6 kg (HE)
Alcance	7990 m (+ 43°)
Campanhas	Timor e Angola
Unidades que equipou	Grupo de Artilharia de Montanha (Guarda)

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 15).

O obus R 10,5cm/28TRm/941 e o obus K 10,5cm/28TRm/941 foram ambos construídos na Alemanha e entraram para o Exército Português no ano de 1941, estando disponíveis na versão K – tração animal e na versão R – tração automóvel. Estes dois obuses eram utilizados nos três teatros Angola, Guiné e Moçambique com as munições originais e com munições adaptadas às dimensões OTAN.



Figura 3 - Obus K 10,5 cm/28 m/ 941

Fonte: (Artilharia, 2010, p.16).

Tabela 5 - Características do Obus K 10,5 cm/28 m/ 941

Origem	Alemanha
Ano de Fabrico	1933
Entrada ao serviço	1941
Calibre	105 mm
Peso	1930 kg
Granada	14,8 kg (HE)
Alcance	10810 m
Tração	Rebocado
Campanhas	África

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 16).

O obus 15cm/30 m/941 foi adquirido pelo Exército Português em 1941 e equipava, devido ao seu elevado calibre, as unidades de Artilharia Pesada.

**Figura 4 - Obus K 15 cm/ 30m/ 941**

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 17).

Tabela 6 - Obus K 15 cm / 30m/ 941

Origem	Alemanha
Ano de Fabrico	1933
Entrada ao serviço	1941
Calibre	149.1 mm
Peso	5530 kg
Tubo	4.5 m (30 calibres)
Granada	43,5 kg (HE)
Campo de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> • Vertical: -3° a + 45° • Horizontal: 64°
Cadência de Tiro	4 t.o.m.
Velocidade Inicial	495 m/s
Alcance	13250 m
Tração	Rebocado
Unidade que equipou	Regimento de Artilharia Pesada n.º2 e GAC de Luanda

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 17).

O obus 8,8cm/18 m/943 foi adquirido em 1943, estando ao serviço do Exército Português em vários teatros, tendo desempenhado um papel preponderante e considerado como o mais versátil.



Figura 5 - Obus 8,8cm m/46

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 19).

Tabela 7 – Características do Obus 8,8cm m/46

Origem	Reino Unido
Ano de Fabrico	1939
Entrada ao serviço	1946
Calibre	88 mm
Peso	1796 kg
Granada	11,3 kg (HE)
Alcance	12250 m
Tração	Rebocado
Campanhas	Campanhas de África
Unidades que equipou	Grupo de Artilharia de Montanha (Guarda)

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 19).

O obus 14cm/943, que substituiu o obus 15cm/30m/941, era referenciado como um obus resistente e preciso.



Figura 6 - Obus 14cmm/943

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 18).

Tabela 8 - Características do Obus 14 cm m/943

Origem	Reino Unido
Ano de Fabrico	1941
Entrada ao serviço	1943
Calibre	139.7 mm
Peso	6190 kg
Tubo	4.2 m (30 calibres)
Granada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 43,5 kg (HE) ▪ 37 kg (HE)
Campo de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vertical: -5° a + 45° ▪ Horizontal: 30°
Cadência de Tiro	2 t.o.m.
Velocidade Inicial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 45,5 kg (HE) – 510 m/s ▪ 37 kg (HE) – 594 m/s
Alcance	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 45,5 kg (HE) – 14800 m ▪ 37 kg (HE) – 16550 m
Guarnição	10 Militares
Tração	Rebocado
Unidades que equipou	Unidades de Artilharia Pesada

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 18).

A peça 11,4cm m/943 era o material, disponível no Exército Português, com maior alcance.



Figura 7 - Peça 11,4 cm m/46

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 20).

Tabela 9 – Características da Peça 11,4cm m/46

Nomenclatura de Origem	<i>Ord. Q.F. 4.5 Inch gun MKII (Grã-Bretanha – 1938/41)</i>
Origem	Grã-Bretanha
Ano de fabrico	1941
Entrada ao serviço	1946
Calibre	114 mm
Peso do tubo (com reparo)	6350 kg
Finalidade ou Emprego	Artilharia do Corpo de Exército
Peso da Munição (HE)	25 kg
Alcance	18740 m
Velocidade inicial	690 m/s
Cadência de Tiro	2 a 3 t.o.m.
Tipo de recuo	hidropneumático
Mecanismo de elevação	-5° a 45
Unidades que equipou	EPA

Fonte: (Artilharia, 2010, p. 20).

Não obstante o referido, conseguia-se utilizar munições reduzidas (com adaptações) fabricadas em território nacional mas com pouca eficácia (Borges, 2015).

Com a entrada na OTAN em 1949, e conseqüentemente a necessidade do cumprimento das suas especificações, optou-se por utilizar os meios existentes até esgotarem as munições, tendo sido abandonados após estas terminarem.

2. Missões desempenhadas pelas Unidades de Artilharia de Campanha durante o conflito

Pretende-se com este capítulo identificar as operações onde as unidades de Artilharia de Campanha participaram bem como as tarefas executadas pelas mesmas durante a campanha e no período em análise.

Para este fim foi analisado um conjunto de operações onde se registou a participação de unidades de AC e, complementarmente, foram conduzidas entrevistas e analisados artigos publicados nas revistas da Artilharia de modo a identificar as missões que foram atribuídas, o modo de emprego e as tarefas dadas às unidades de apoio de fogos.

Não se pretende, portanto, detalhar cada uma das operações, mas apenas determinar o contributo que foi dado pelas unidades de apoio de fogos para a sua realização.

A primeira vez que a Artilharia foi utilizada com bocas-de-fogo², foi em abril de 1961 onde, em conjunto com uma companhia de caçadores especiais, atuou sobre a ilha dos Jacarés (Afonso & Gomes, 2000, p. 396). Posteriormente ocorreram várias participações em operações de grande envergadura como:

a. Reocupação da área Sublevada

Após os incidentes que desencadearam a campanha em Angola, e após a chegada de forças ao território, o esforço inicial efetuado pelas forças militares foi a de reocupação de região sublevada.

A sua finalidade era a de reocupar o norte de Angola, área de grande instabilidade³, implantar forças territorialmente e reabrir um conjunto de itinerários nessa região. Esta operação foi materializada por um conjunto alargado de forças sendo de salientar a presença de uma Companhia de Artilharia (CArt 100).

O contributo desta CArt 100, integrada no Batalhão de Caçadores 92, foi o de apoiar na abertura do eixo NEGAGE – PURI – ALFANDEGA – SANZA POMBO – MACOCOLA – QUIMBELE. (EME, 1998).

² “Logo após os primeiros acontecimentos no Norte, foram destacadas para o Toto e Ambriz os pelotões de artilharia que atuavam como infantaria”(Afonso & Gomes, 2000, p. 396), bem como companhias de artilharia “idênticas às de caçadores, embora enquadradas por oficiais e sargentos de artilharia...”(Afonso & Gomes, 2000, p. 396).

³ Área denominada Zona de Intervenção Norte (ZIN).

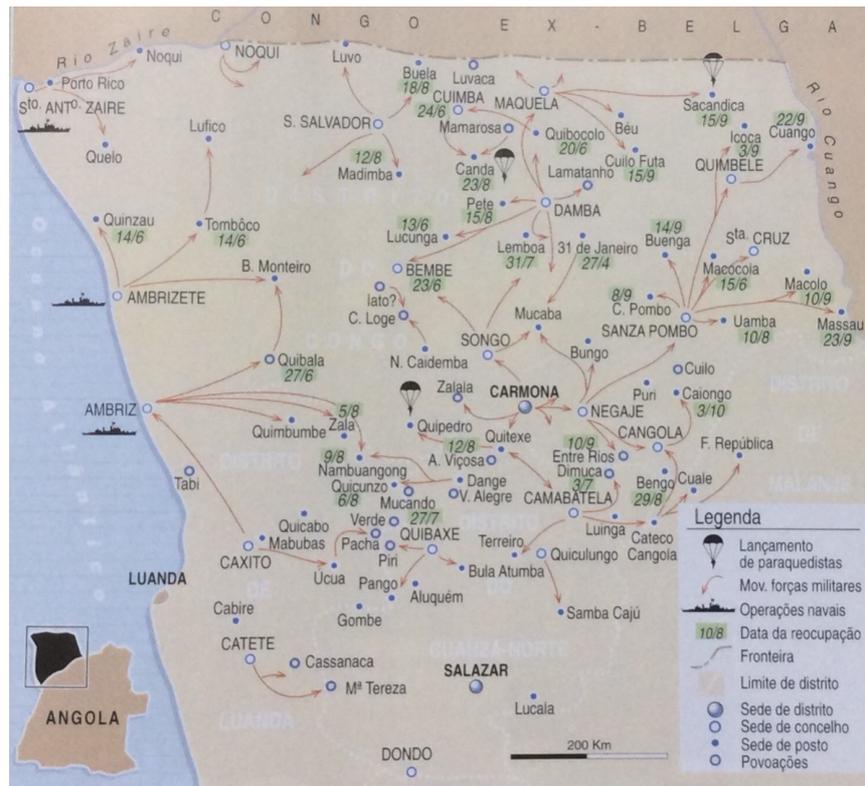


Figura 8 - Recuperação Militar do Norte de Angola

Fonte: (Afonso & Gomes, 2000, p. 43).

Durante a Operação as tarefas dadas à CArt 100 foram as de se constituir como vanguarda do BCaç 92 “que abria o itinerário e suportava o impacto das dificuldades e grande parte das emboscadas. Embora com escassa preparação em ações de Infantaria, esta Companhia cumpriu a sua missão de forma muito assinalável.” (EME, 1998, p. 233).

b. Operação Viriato

Nesta Operação, a finalidade da operação era libertar a região a Nordeste de LUANDA, estando a povoação de NAMBUANGONGO no centro da região (EME, 1998).

Nesta operação participaram inúmeras unidades de apoio de fogos, sendo de salientar a Bateria de Artilharia 146 (BtrArt 146), que acompanhou o Batalhão de Caçadores 114 (BCaç 114).

Importa salientar duas operações que se seguiram a esta, a Operação BB e a 2ª parte da mesma Operação, denominada Operação Vassoura. Nestas

operações, e estando já NAMBUANGONGO ocupada⁴, foi atribuída a missão ao BCaç 114 de retirar as forças inimigas da região para permitir a passagem de três comboios logísticos para NAMBUANGONGO estando ainda atribuída à BtrArt 146 o “apoio às operações que se desenvolverem e para criar ao adversário um estado de permanente insegurança na zona correspondente às possibilidades do material (6 km)” (EME, 1998, p. 287).

No âmbito da Operação Viriato, importa ainda salientar que, no deslocamento para NAMBUANGONGO segundo o eixo AMBRIZ – ZALA – NAMBUANGONGO, um pelotão de bocas-de-fogo, a duas armas do GAC 157, posteriormente reforçado com mais um pelotão do Grupo de Campanha de LUANDA, contribuiu em muito para o sucesso da operação, garantindo que a distância tivesse sido percorrida em 14 dias (Silva A. M., 1963).

c. Operação Esmeralda⁵

Esta operação teve como finalidade atingir o baluarte das forças que retiraram de NAMBUANGONGO, sendo esta uma região que dominava o itinerário mais direto para LUANDA, conhecida como estrada do café (EME, 1998).



Figura 9 - Obuses 88 mm QF 25 Pdr Mk 2 m/43/46

Fonte: (Mateus & Mateus, s.d.).

Para esta operação as forças de manobra tiveram o apoio da BtrArt 146 que “desempenhou importantíssimo papel em apoio às unidades de Infantaria mais empenhadas na ação, que encontraram inicialmente forte oposição, em determinadas áreas.

Estas puderam vencer todas as resistências, após uma apropriada concentração de fogos de Artilharia e alcançar, vigorosamente e com confiança, o seu objetivo.” (EME, 1998, p. 300).

⁴ Atingida pela BCaç 96, em 09 de agosto de 1961.

⁵ Também conhecida por Pedra Verde, fruto do maciço de mesmo nome.

d. Operação Gato Furioso

A operação teve como finalidade a destruição das instalações inimigas na área, criando condições para as forças de manobra avançarem pela área, desarticulando o apoio logístico e terminando com a inexpugnabilidade da região. Esta operação foi liderada pelo Batalhão de Artilharia 400⁶ (BArt 400), que contava com três companhias de Caçadores e uma Bateria de Artilharia.

Esta operação iniciou-se com fogos de Artilharia e da Força Aérea, fogos esses que “destruíram as instalações precárias do In na área, provocaram inúmeras baixas e, principalmente, causaram notória instabilidade” (EME, 1998, p. 432).

e. Operação Despedida dos Gatos

Esta operação, efetuada pelo BArt 400, seguiu a operação anteriormente referida, tendo sido realizada na região de MATA SANGA, com a “finalidade de destruir a Central da Sanga, algures na mata do mesmo nome” (EME, 1998, p. 560).

Para esta operação o BArt 400 contou com reforço de duas companhias de manobra e uma Bateria de 8,8/GACL.

Importa ainda referir, um conjunto variado de tarefas não diretamente relacionadas com operações mas com importância no emprego dos meios de fogos no TO de Angola no período em questão.

f. Tarefas atribuídas às Unidades de Artilharia

Neste conflito, fruto das suas características em particular da dispersão de forças pela extensão de território, houve a necessidade de rearticular a Artilharia em Pelotões de Artilharia, “inúmeras vezes PelArt eram atribuídos de reforço às unidades de quadrícula, permitindo que, com as bocas de fogo instaladas no interior da posição em espaldões que garantiam alguma proteção às guarnições” (Silva J. P., 2012, p. 18).

Nestas situações, estes Pelotões de Artilharia, tinham como tarefa principal a defesa dos aquartelamentos aquando de um ataque. “Esta era uma das missões mais rentáveis, consistindo em fazer fogo (a pedido), da posição permanente (Silva J. P., 2012, p. 18).

Ainda referente à proteção dos aquartelamentos, os pelotões de Artilharia eram usados para executar fogos de contrabateria. “Quando um aquartelamento era flagelado, procurava-se inferir a origem dos disparos

⁶ Denominadas de Batalhão quando as operavam como unidades de Infantaria.

através da observação das direções dos clarões ou da proveniência do som dos disparos”(Silva J. P., 2012, p. 18).



Figura 10 - Obus 8,8 cm na defesa próxima de uma unidade de quadrícula

Fonte: (Afonso & Gomes, 2000).

Efetuavam também do interior do aquartelamento apoio imediato às Forças em Operações, sendo que a área passível de ser apoiada estava limitada pelo alcance dos meios, bem como, pela limitação de não se movimentarem as bocas de fogo do interior dos aquartelamentos. “A falta de referências no terreno para efeitos de orientação e localização topográfica de força, aliada à falta de confiança na precisão do tiro, dificultava os pedidos de apoio”(Silva J. P., 2012, p. 18).

Uma das missões também atribuídas era a de flagelar zonas suspeitas, “A maioria das unidades usavam a sua Art de reforço para fins de flagelação sobre áreas suspeitas”(Silva J. P., 2012, p. 18).

“Em muitas outras ações a Artilharia fez sentir a sua presença, desde a Serra da CANDÁ até ao BENGÓ e, de tal forma que segundo declarações dos prisioneiros que sentiram os seus efeitos, é sem dúvida a Arma que mais os aterroriza sendo mais temida do que a própria Aviação. Segundo eles, o tiro da Artilharia chega sem que o vejam e sem que se possam abrigar...” (Silva, 1963, p.557), ficando patente a relevância dada à Artilharia e dos meios de apoio de fogos nesta campanha.

3. Alterações introduzidas à Doutrina, Organização e Material da Artilharia de Campanha

Pretende-se neste capítulo identificar as alterações efetuadas ao emprego da AC no período em análise.

Desta forma, e tendo em vista o alcance deste fim, analisamos as missões executadas pela AC, no TO de Angola, tendo por base o emprego convencional da mesma.

Neste capítulo não se pretende unicamente listar de forma isolada as alterações que foram sendo efetuadas ao longo do conflito, mas também tentar enquadrar as mesmas com os fatores que as provocaram.

A abordagem doutrinária será feita de acordo com a Doutrina da Guerra Convencional e com o guia “O Exército na Guerra Subversiva”, pois, como já foi referido noutra capítulo, não existe nenhuma Doutrina específica para a Guerra Subversiva.

a. Doutrina

Analisando a atuação das unidades de AC constata-se que, nas operações em que as mesmas tomaram parte, obtiveram bastante êxito. No entanto, salvo essas exceções em que efetuou ações típicas de apoio de fogos nas operações de grande envergadura, o emprego da mesma teve pouca expressão ao longo de todo o conflito em Angola.

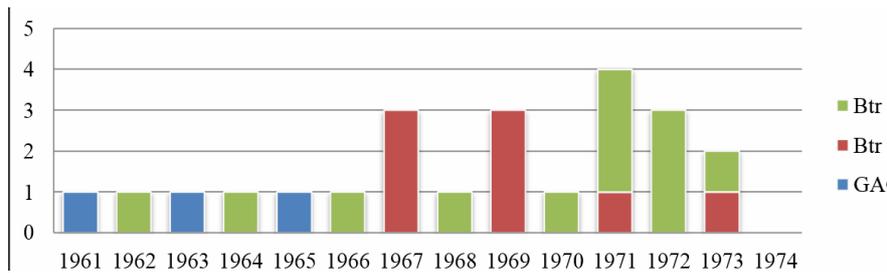
“Às unidades de Artilharia (...) foram atribuídas fundamentalmente missões de quadrícula, situação que implicava a responsabilidade direta por uma zona de ação, perfeitamente delimitada, e a ocupação permanente de aquartelamentos fixos (Afonso & Gomes, 2000, p. 97), conforme acontecia com a infantaria. Esta tarefa, de guarnecer a segurança dos aquartelamentos, revelou-se de grande importância, uma vez que com este género de força se conseguia responder aos constantes ataques sofridos por fogos indiretos nessas posições.

Este género de emprego, ao longo do conflito, dos Batalhões de Artilharia e das Companhias de Artilharia⁷ fora da conceção doutrinária da Artilharia, como arma de apoio de fogos, e da própria formação recebida pelos militares, acabou por a afetar, pois viu-se privada de Oficiais do QP, com conhecimentos técnico e táticos e com experiência de tiro, no comando das suas Baterias e Pelotões.

Assim, e tendo em conta as solicitações e a necessidade de unidades para desempenhar missões de atiradores, houve um incremento do envio de unidades de Artilharia para o TO, embora com missões distintas, com maior expressão nos anos 70 e 71, voltando a diminuir conforme se apresenta no Gráfico 1.

⁷ As designações de Companhia de Artilharia e Batalhão de Artilharia eram atribuídas às unidades que atuaram no TO como Infantaria, de forma a distingui-las das unidades com o mesmo escalão que executaram missões específicas de Artilharia.

Gráfico 1 - Unidades de Artilharia enviadas para o TO de Angola por escalão e tipo durante o conflito



Fonte: adaptado de Silva, J. (2012, p. 20).

Posteriormente, para colmatar a necessidade de Oficiais nas unidades de Artilharia para as missões de apoio de fogos, foram colocados no comando das mesmas Oficiais milicianos com deficientes conhecimentos técnicos e táticos e pouca experiência de tiro.

Conforme afirmado pelo Brigadeiro Rodrigues da Costa em 1979 na Revista de Artilharia: "...não era imaginável, por exemplo, um desses oficiais a orientar bocas de fogo do seu pelotão por um elementar processo astronómico, a utilizar um helicóptero na coordenação topográfica, a preparar uma prancheta balística..." (Pires, 2011, p. 34).

Com a aplicação da AC na luta de "contra guerrilha a existência de um plano de fogos" era tido como "fator fundamental". No entanto, as informações, vertidas no mesmo, eram baseadas em "elementos fornecidos" pela "Força Aérea através dos seus reconhecimentos visuais", pela "tropa de quadrícula" e pelos "prisioneiros ou apresentados". A inexistência de meios próprios no TO para efetuar esta recolha de informação fez com que a Artilharia ficasse dependente da qualidade e precisão das informações prestadas (Pinto, 1970, p. 123 a 124).

Estes planos de fogos eram constituídos por "transparente de objetivos, lista de objetivos e pelo quadro das missões de tiro a horário" contudo a sua elaboração ficava comprometida pela falta de cartas precisas, as existentes no TO eram apenas de 1/100.000 e não eram as mais adequadas quando se pretendia tirar as coordenadas de um determinado objetivo. Este facto teve grandes implicações na eficácia do tiro efetuado e consequentemente levou, por vezes, à falta de confiança na Artilharia (Pinto, 1970, p. 124).

Muitas das alterações efetuadas ao emprego da AC e das propostas de alterações que foram sendo avançadas no decorrer do conflito têm por base a não existência de uma Doutrina específica para o emprego da AC na Guerra Subversiva. No entanto, a criação da mesma nunca foi consensual, havia

quem a considerasse indispensável, havia quem a considerasse útil e ainda quem a considerasse apenas um estorvo (Silva, 1963, p. 555).

b. Organização

Outro facto constatado da análise efetuada às operações em que a Artilharia de Campanha foi empregue como elemento de apoio de fogos, das unidades de manobra, foi a fragmentação da sua unidade mínima Bateria para Pelotão. Esta nova organização deve-se essencialmente ao facto de existir escassez de meios e de se entender que a melhor forma de combater a contraguerrilha era através do emprego de forças ligeiras.

Dessa forma, segundo a doutrina convencional, perde-se a sua “característica principal: a potência, a largura e a profundidade dos seus fogos”, pois quando dispersos os pelotões originam “poucas ou nenhuma baixas e danos, além de obrigar a um elevado consumo de munições”. A Artilharia para aumentar “as áreas eficazmente batidas” e, conseqüentemente obter baixas e danos, “além do considerável efeito que tem sobre o moral das guerrilhas”, deve executar os seus fogos em massa (Silva, 1963, p. 563 a 564).

Contudo no guia “O Exército na Guerra Subversiva” (Exército, 1963, 1ªP-CapIII-p.15) vem preconizado o contrário, defendendo que devido às características deste tipo de conflito, a Artilharia deveria atuar em pequenas frações, tendo perfeita noção de que o seu efeito, desta forma, poderá ser menor em detrimento do seu emprego como no combate convencional.

Este género de organização em Pelotões de 2 a 3 bocas de fogo, em apoio dos Batalhões e Companhias, obrigava a que o mesmo tivesse o seu próprio PCT idêntico, na sua composição, ao de uma Bateria, em que neste caso o Oficial Subalterno (normalmente Alferes miliciano) que o comandava assumia também a tarefa de chefe do PCT (Silva, 2012, p. 17).

As características físicas do TO também não facilitavam a tarefa de regulação do tiro por parte do observador avançado terrestre e a falta de resultados obtidos por eles fez com que os mesmos acabassem por ser utilizados de forma bastante esporádica. Para isso contribuiu o facto de não existirem frentes de combate; o emprego dos fogos para eliminar emboscadas era demasiado inseguro para as forças no terreno devido à sua proximidade; e as matas cerradas para além de ocultar os objetivos não permitiam encontrar um posto de observação adequado (Pinto, 1970, p. 127 a 128).

Devido ao facto de as unidades serem constituídas à custa de elementos autóctones, identificou-se a necessidade “de um melhor enquadramento com pessoal europeu” e dentro da possibilidade a preferência recaía sobre os da metrópole (Pinto, 1970, p. 130).

Durante o conflito, existia quem defendesse que a dupla missão que estava a ser atribuída às Baterias de Artilharia no TO de Angola, implicava o executar de determinadas alterações no Q.O. em vigor na época. Tendo por base as operações já realizadas, “para a bateria de artilharia poder atuar como unidade de caçadores, deve poder articular-se em pelotões, devendo aos pelotões ser atribuído um reforço de pessoal, que lhes permita não só atuar como unidades de artilharia isolada, por períodos limitados, mas também como unidade de caçadores”, “se à bateria fosse atribuído mais um pelotão de bocas de fogo (2 obuses), ficaria a bateria (a 8 b. f.) com a possibilidade de se articular, tal como a companhia de caçadores, em quatro pelotões, e com um potencial de fogo (exceto bocas de fogo de artilharia) e de manobra equivalente ao da companhia de caçadores.” (Machado, 1966, p. 127).

Mesmo que de forma tardia, surge em 1972 do Comando da Artilharia de Angola com o intuito de coordenar a ação das suas unidades (Afonso & Gomes, 2000, p. 396).

c. Material

Os meios de Artilharia disponíveis em Angola, na fase inicial do conflito, eram bastante antiquados e de pequeno calibre, existindo dificuldades em obter munições para as mesmas. A solução encontrada foi a de esgotar as munições existentes e posteriormente efetuar-se a sua substituição. Dessa forma os obuses 10,5cm m/941/62 surgiram em Angola apenas em 1968 (Afonso & Gomes, 2000, p. 363).

Os militares na sua vida em campanha viam-se forçados a improvisar, por falta de meios simples como: “material de P.C.T., instrumentos utilizados em meteorologia e meios de observação aérea.” (Pinto, 1970, p. 129).

Para além das alterações efetuadas no decorrer do conflito e referidas anteriormente, existem outras alterações identificadas por diversos Oficiais de Artilharia que estiveram presentes no TO e que consideraram que seria relevante o equacionar das mesmas.

Uma dessas alterações prendia-se com as “Correções a introduzir nos elementos iniciais” e que para essa mesma tarefa não existiam “aparelhos de meteorologia suficientes para medir elementos relacionados com a determinação dos valores das correções”, sentiam ainda que se tornava necessário “que as tábuas de tiro do Material 10,5” fossem “adaptadas ao português, pois” existiam “dificuldades na sua interpretação”, assim como “a forma percentual dada para o cálculo das correções” obrigava “à existência de mais tabelas” (Pinto, 1970, p. 126).

Conclusões

Relativamente ao Teatro de Operações de Angola podemos concluir que não existia doutrina para o emprego da AC adequada à tipologia de conflito com que Portugal se deparava, em particular para a guerra subversiva. Na realidade, a doutrina existente era a da guerra convencional. Neste contexto, procurou-se identificar as diferenças entre uma e outra de forma a verificar a adequabilidade da doutrina de emprego de AC, numa ou noutra situação. Importa assim salientar que a missão e os princípios de emprego da AC eram os mesmos, quer se tratasse de guerra convencional ou subversiva, variando apenas a preponderância de alguns princípios sobre os outros.

Quanto à organização, fruto da grande dispersão geográfica, do reduzido número de unidades no terreno, da escassez de meios e do modo como as unidades de Artilharia estavam organizadas no início do conflito, era impossível responder às solicitações operacionais. Complementarmente, os meios de Artilharia disponíveis para o cumprimento da missão eram obsoletos, havia muita falta de munições o que claramente dificultava o cumprimento da missão, mesmo dentro das áreas de responsabilidade das unidades.

As unidades de Artilharia, para além de desempenharem as missões típicas de uma unidade de apoio de fogos, atuaram por diversas vezes como unidades de manobra, assumindo a designação de Companhias de Artilharia e Batalhões de Artilharia.

No desempenho de missões associadas ao apoio de fogos, o escalão empenhado, era a Bateria ou Pelotão, executando missões típicas de uma unidade de apoio de fogos em apoio a uma unidade de manobra.

Aquando da sua utilização em apoio a Operações, o escalão, por defeito, era a Bateria, tendo como missões, a execução de fogos de Destruição e Neutralização, Flagelação, Barragem de Itinerários, *Flushing*, Deceção e Iluminação.

Aquando da sua utilização como parte integrante das unidades de quadrícula, dividida em Pelotões de bocas-de-fogo e atribuídos aos Batalhões ou Companhias, estas unidades, eram utilizadas principalmente na execução de tarefas de apoio de fogos do interior do aquartelamento em apoio a ações dos Batalhões ou Companhias, num raio de ação definido em função do alcance dos seus meios. Para além destas tarefas, as unidades de Artilharia contribuía para tarefas associadas à defesa do aquartelamento.

Devido à tipologia do conflito, conjugada com a falta de meios no TO, a AC deixou de atuar exclusivamente com Baterias como unidade mínima de apoio de fogos, tendo em algumas situações passado a empregar unidades de escalão Pelotão. Esta medida implicou que os pelotões tivessem a necessi-

dade de dispor do seu próprio PCT idêntico, na sua composição, ao de uma Bateria, descentralizando desta forma o grau de comando e controlo. Dessa forma perdeu-se potência, largura e profundidade dos fogos, diminuindo substancialmente o número de baixas e danos causados, mas, por outro lado, foi a forma mais adequada de empregar a AC na luta contra-subversiva, garantindo o apoio de fogos contínuo e oportuno ao Comandante da Força.

Os planos de fogos, que eram fundamentais para a atuação da AC, dependiam de informações precisas. Nem sempre isso era possível, pois no TO não existiam meios adequados para a recolha de informações, nem as cartas tinham a escala mais adequada. A AC ficava dessa forma dependente da qualidade e precisão das informações prestadas pela FAP, da tropa de quadrícula e prisioneiros ou apresentados.

As circunstâncias anteriormente apresentadas, conjugadas com o facto de a observação avançada terrestre ter sido utilizada de forma bastante esporádica, fez com que os fogos da Artilharia fossem pouco precisos e consequentemente desvalorizados pelas outras forças.

Relativamente aos meios de AC presentes no TO no início do conflito, estes eram praticamente obsoletos. O seu reduzido calibre, já em desuso, dificultava a obtenção de munições, o que tornou inevitável a sua substituição, tendo esta sido materializada após o consumo das munições existentes.

Este processo iniciou-se em 1968 com a sua substituição pelos obuses 10,5 cm m/941/62 com novas capacidades. Em 1972, com o intuito de coordenar a ação das unidades de Artilharia de Campanha, dá-se a criação do Comando da Artilharia de Angola, o que permite inferir uma crescente preocupação com a utilização destes meios.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *A Guerra Colonial*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Artilharia, E. P. d., 2010. As armas e as munições na Artilharia de Campanha. *Boletim da Escola Prática de Artilharia*, dezembro, pp. 15 a 20.
- Borges, V., 2015. *A AC no TO de Angola* [Entrevista] (20 3 2015).
- C.I.O.E., 1961. *Apontamentos sobre o emprego tático das P. U. na Contra-Guerrilha*. s.l.:s. n..
- Costa, M. J. E. A. P. d., 1963. O que pode pedir-se à Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*, dezembro, pp. 213-219.

- EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Enquadramento Geral, 1ºVolume*. Lisboa: Pentaedro.
- EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Dispositivo das Nossas Forças - Angola, 2ºVolume*. Lisboa: Pentaedro.
- EME - Comissão para o Estudo das campanhas de África, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Aspectos da Actividade Operacional, 1ºVolume, Angola - Livro 1, Tomo I*. Lisboa: Pentaedro.
- EME, 1998. *Resenha historico-militar das campanhas de África 6º Volume Aspetos da Atividade Operacional*. Lisboa: EME CECA.
- EME, 2004. *MC 20-100, Manual de Tática de Artilharia de Campanha*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército, E. M. d., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*. s.l.:s. n..
- Exército, E. M. d., 2012. *PDE 3 - 00 Operações*. s.l.:s.n..
- Fernandes, L. T., 1970. A Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia N°541*, pp. 103-108.
- Machado, J., 1966. A Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia N°495*, pp. 205-218.
- Mateus, M. & Mateus, P., s.d. *4.ª Companhia de Caçadores Especiais - 4 CCE*. [Online] Available at: <http://www.4cce.org/4cce-pedraverde.html>_[Acedido em 28 05 2015].
- Ministério do Exército - EME, 1961. *O Exército na Guerra Subversiva - Guia para o emprego tático de pequenas unidades na contra guerrilha, 1ªParte*. s.l.:s.n.
- NUNES, A. L. P., 1998. *Resenha historico-militar das campanhas de África 6º Volume Aspetos da Atividade Operacional*. Lisboa: EME CECA.
- Pinto, M. F., 1970. A Nossa Artilharia de Campanha na Contra-Guerrilha. *Revista de Artilharia N°541*, pp. 109-132.
- Pires, I. P. T., 2011. *O emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África*. Lisboa: AM.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição ed. Lisboa: Gradiva.
- Silva, C. A. A. M. d., 1963. Notas sobre o emprego da Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia N°453-454*, maio, pp. 555-575.
- Silva, F. et al., 2008. *O papel da Artilharia de Campanha nas Operações de Contra-Insurreição*. Lisboa: IESM: s. n..
- Silva, J., 2012. *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): um estudo em torno da mobilização das Unidades de Artilharia*. Lisboa: Academia Militar.
- Sousa, E. C., 1971. Algumas Considerações sobre o emprego da Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia N°551*, pp. 527-533.
- Ultramar, V. d. G. d., s.d. [Online] Available at: http://ultramar.terraweb.biz/index_mapas_ultramar_angola.htm [Acedido em 28 05 2015].

Secção VI

FUNÇÃO DE COMBATE PROTEÇÃO

TAREFAS E FORÇAS ENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO

Autores

Cap Cav José Manuel Costa da Silva Barradas
Cap Inf Dinis Mendes Faustino
Cap Admil Pedro José da Silva Pereira Pinho
Cap Art Carlos Fernando da C. Bica Lopes de Almeida

Orientadores:

Maj Eng José Miguel Almeida Ramalho
Maj Eng João Manuel Pinto Correia

1. Evolução doutrinária e concetual no período em análise

A primeira publicação do Estado-Maior do Exército (EME), que definiu uma doutrina para a Campanha Militar em Angola, foi o “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades da Contraguerrilha”, de 1961. Elaborada com base nos ensinamentos dos países que apoiaram Portugal na adaptação da doutrina, definia a guerra subversiva como uma *“guerra conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, apoiada ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território ou, no mínimo, de paralisarem a sua ação”*.

Com base nos ensinamentos colhidos durante os dois primeiros anos na campanha no norte de Angola, em 1963, surge a publicação do EME “O Exército na Guerra Subversiva”¹, que substituiu o “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades da Contraguerrilha”, de 1961, sofrendo uma última atualização em 1966 (O Exército na Guerra Subversiva, Volume I, 1963, p. XIII).

Através da pesquisa realizada, foi verificado que no que respeita à Proteção, a mesma está presente na doutrina que acompanha o período da Campanha Militar em Angola, mas dispersa pelos vários volumes e capítulos das publicações existentes, não sendo abordada de forma conceptual, mas sim como um conjunto de medidas de segurança a tomar pouco abrangentes, como se poderá verificar no desenvolvimento deste trabalho.

A par da evolução doutrinária, desde 1961 e durante todo o conflito, o sistema de instrução adotado pelo Exército, previa um período de instrução

¹ O manual de doutrina “O Exército na Guerra Subversiva” foi produzido pelo Estado-Maior do Exército com o apoio do Instituto de Altos Estudos Militares. As informações reunidas para a elaboração do manual incluíam elementos essenciais das doutrinas britânica e francesa, bem como algum material americano (Cann, 1978, p. 71).

básica comum a todos os mancebos incorporados, após o que se seguia a respetiva especialidade, ficando o militar apto para cumprir o seu serviço efetivo normal. Para os Oficiais e Sargentos milicianos a instrução compreendia dois ciclos de 11 semanas. O primeiro frequentado na Escola Prática de Infantaria para os Oficiais e no Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha para os Sargentos e o segundo ciclo nas respetivas Escolas Práticas de cada Arma ou Serviço. Em Angola, o sistema de instrução adotado era semelhante ao da metrópole (Bacelar, 2000, pp. 128, 129).

A instrução específica referente à guerra subversiva, ficou a cargo do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), que ministrou desde 1961 o Estágio de Contra Insurreição e o Curso de Operações Especiais. Em 1968, estas ações foram substituídas pelo Estágio de atualização sobre o ultramar e o Estágio de Operações Especiais, respetivamente.

Segundo o Coronel Barão da Cunha, no início da guerra e até 1967, apenas alguns militares de Operações Especiais tinham conhecimentos, inicialmente teóricos, adquiridos nos Estados Unidos. Estes conhecimentos foram cimentados pela colocação de militares que já tinham efetuado comissões de serviço no TO de Angola, (incluindo o próprio) no CIOE, em Lamego.

De relevar ainda, o Estágio de Observação Aérea, ministrado no Campo Militar de Santa Margarida, o Curso de Minas e Armadilhas, ministrado na Escola Prática de Engenharia e ainda o Curso de Comandos, ministrado a partir de 1962 em Angola (Bacelar, 2000, pp. 129, 130).

Durante a Campanha foram publicados um elevado número de manuais, regulamentos e outras publicações de âmbito técnico. Destacamos o “Manual de Minas e Armadilhas”, que integra as instruções referentes a todo o tipo de minas convencionais e engenhos improvisados e o manual de “Fortificação de Campanha” de 1970, com dados referentes à construção de obstáculos, procedimentos defensivos e limpeza, ou reparação de itinerários e pontes (Bacelar, 2000, p. 131).

A realização de patrulhas foi a mais comum de todas as operações realizadas pelas forças portuguesas. Na adaptação a esta nova tipologia de conflito, que se traduzia na condução de ações militares de contra guerrilha, as forças portuguesas passaram a realizar patrulhas apeadas, que duravam vários dias e se realizavam afastadas dos estacionamentos normais e sem informações sobre a localização ou os movimentos do inimigo. Esta alteração da tipologia de operações, materializou uma alteração doutrinária que se passou a designar por “patrulhas de nomadização” (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. III - p. 7).

Concluimos que, ao adotar este tipo de conduta, havia uma preocupação em aproximar a forma de atuação à do inimigo, privilegiando a surpresa,

e obtendo maior eficácia, não só na recolha de informações como nas emboscadas. A adaptação ao ambiente próprio do inimigo, reduziu a probabilidade de ser alvo de emboscadas, bem como de armadilhas e engenhos explosivos, denotando uma preocupação com a segurança das operações. Também se reduzia a rotina, principalmente nos deslocamentos em itinerários, protegendo assim as informações.

Para além de alterar o modo de conduzir as operações, a evolução doutrinária também se refletiu no emprego de meios e tipologia de forças, tendo que se adequar os mesmos, ao ambiente e modo de atuação do inimigo, tal como veremos de seguida.

2. Forças envolvidas

a. Tipologia

De seguida faremos uma breve abordagem aos tipos de forças que desempenhavam tarefas mais ativas no que respeita à proteção das forças no terreno, incidindo o nosso estudo no manual do *Exército na Guerra Subversiva* de 1963, sendo que as publicações posteriores poucas alterações trouxeram à tipologia empregue durante o período da guerra. Assim sendo, faremos uma breve abordagem ao modo de funcionamento das unidades de apoio aéreo, Artilharia, Polícia Militar, Engenharia, Serviço de Saúde e Defesa Antiaérea.

No âmbito da proteção, as unidades de apoio aéreo, desempenhavam um papel fundamental através da vigilância sistemática por aviões ou helicópteros de observação, contribuindo essencialmente para a proteção de itinerários, que acompanhando os movimentos das colunas informavam a presença e atacavam elementos rebeldes referenciados. Também na recolha de feridos, a evacuação aérea revelava-se imprescindível, uma vez que o terreno, por vezes impossibilitava a evacuação terrestre (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - p. 27).

A Artilharia, apesar da ausência de terreno apropriado para montar bases de fogos adequadas para garantir apoio às unidades de manobra, também era usada para a proteção das forças nas operações de defesa de pontos vitais das vias de comunicação, preparando fogos sobre os itinerários até ao limite do alcance prático das bocas-de-fogo. O seu emprego permitia criar um efeito psicológico no inimigo e dar confiança às unidades apoiadas. A unidade básica era a Bateria, mas por vezes era empregue com unidades de escalão Pelotão ou Secção cedidos como reforço ou apoio direto (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - p. 13).

As unidades de Polícia Militar eram articuladas em Companhias ou Pelotões independentes, que para além dos serviços de policiamento, justiça, manutenção da disciplina, fiscalização da circulação, também se poderiam

constituir em unidades especialmente destinadas a escoltas, controlo de vias de comunicação, guarda de pontos sensíveis e proteção a altas entidades (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap. III - p. 5).

Às unidades de Engenharia incumbiam missões no âmbito da Proteção, principalmente trabalhos de construção, reparação e manutenção, desobstrução das vias de comunicação e instalações e luta contra incêndios. As unidades de Engenharia podiam ser independentes ou estar integradas em Comandos, Agrupamentos, Batalhões ou Companhias de Engenharia, podendo ser mistas ou organizadas para o desempenho de uma só das atividades (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap III - Secção G - p. 13). Como veremos nos capítulos seguintes, a Engenharia desenvolveu e teve um papel fundamental na desativação de engenhos explosivos, com as suas unidades de sapadores e especialistas em minas e armadilhas.

Em 1961, a Escola Prática de Engenharia mobilizou duas Companhias de Sapadores e duas Companhias de Construções para Angola. Entre 1961 e 1963 o Regimento de Engenharia n.º1 mobilizou mais seis Companhias de Sapadores, e entre 1964 e 1975, nove Companhias de Construções e 21 Companhias de Engenharia (1964 a 1975). O Batalhão de Sapadores de Caminho-de-ferro também mobilizou, entre 1962-64 e 1964-66, dois Destacamentos de Caminho-de-ferro e entre 1961-63 e 1963-65, duas Secções de Lança-Chamas (Mascarenhas, 2011, p. 23).

As unidades de Serviço de Saúde poderiam ser articuladas do mesmo modo que as unidades de Engenharia. Visavam conferir proteção sanitária às forças, implementando medidas de higiene e profilaxia, evacuação de feridos e doentes, tratamento e hospitalização de indisponíveis, saneamento do campo de batalha e tratamento da água (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap. III - Secção I - p. 17).

No que diz respeito à organização das forças, a rápida mobilidade inerente ao combate contra forças subversivas, implicava que as mesmas conduzissem as operações por pequenas unidades (escalão Companhia), de forma a terem grande independência. Este aspeto levava a que as unidades dispusessem de meios que garantissem a segurança das mesmas, sem necessidade de emprego de outras unidades de apoio (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - p.2).

b. Meios

Em 1961, o Exército Português não tinha equipamento suficiente para fazer face à Campanha Militar em Angola. A carência verificava-se sobretudo nas viaturas, armamento, munições e certos materiais específicos para as operações. Os primeiros contingentes foram armados e equipados com

equipamento existente nas unidades territoriais, ficando estas bastante desfalcadas (Estado Maior do Exército, 1988, p. 292).

O sistema de repetição da espingarda Mauser 7,9 mm, era ineficaz em ataques em massa e pouco eficiente na neutralização do inimigo. Também a pistola-metralhadora FBP 9 mm se revelava ineficaz (Estado Maior do Exército, 1988, p. 275).

A necessidade urgente em retificar estas deficiências e adequar o equipamento das forças, fez com que ainda em 1962, Portugal já contasse com 14.867 FN/7,62 mm cedidas pela Alemanha e Bélgica, a título de empréstimo, e em 1965 já havia cerca de 140.000 Espingardas Automáticas G3 7,62 mm de fabrico nacional (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 358, 359). Também a necessidade de uma metralhadora ligeira, levou à criação da HK-21, de produção nacional, com a vantagem de 48% das peças serem comuns à Espingarda Automática G3 7,62 mm, que começou a ser distribuída em 1967 (Estado Maior do Exército, 1988, p. 285).

No que à proteção individual diz respeito, o capacete revelava-se um incómodo e, pouco a pouco, acabou por deixar de ser usado. Segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, em 1963, a doutrina previa que, como resultado das necessidades de adaptação das forças militares ao clima e terreno, o armamento e equipamento fossem maioritariamente aligeirados. Consequentemente, em 1965 faz-se o estudo de aquisição de cantis de plástico, com uma proteção exterior de tecido, e a versão base do equipamento individual, não teria suspensórios, marmitta nem bolsa da marmitta (Estado Maior do Exército, 1988, p. 295).

Também de acordo com o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, as viaturas requeriam capacidades de proteção especiais, sendo que era necessária uma ligeira blindagem.

Já antes de 1961, em Angola, o Grupo de Dragões de Angola², estava equipado com viaturas Panhard EBR/ETT, mas só em 1962 é que foram mobilizadas para a Campanha Militar no TO para equipar outras forças. Estas viaturas já eram consideradas antiquadas antes do início da guerra, mas ainda assim só foram retiradas do TO no final da década de sessenta, bastante desgastadas. Foi substituída a partir de 1967, pela Panhard AML, armada com um morteiro de 60 mm e com uma blindagem de 10 a 40 mm (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 365).

A necessidade de garantir escolta às colunas e proteção a pontos críticos, associada à escassez e dificuldade na obtenção de sobressalentes, levou à

² Unidade de Reconhecimento que correspondia a um Batalhão e que desempenhou um papel de grande importância na reocupação do Norte da colónia (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 393).

aquisição de viaturas Daimler Dingo, de origem inglesa, também estas obsoletas, com blindagem lateral de 8 a 16 mm, abertas em cima e sem armamento, em que se adaptou uma torre que conferia proteção e permitia executar tiro através de escotilhas (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 365).

Assim sendo, foi apoiada a produção nacional de uma viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP), equipada com duas metralhadoras de 7,62 mm, a viatura blindada (VBL) – Chaimite. Esta viatura dispunha de uma blindagem de 10 a 40 mm e começou a ser usada em Angola em 1970. Relativamente aos carros de combate, pelas restrições NATO e pela sua inadequação, apenas três M5A1 foram mobilizados para Angola no final da década de sessenta, a título experimental (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 364).

Em 1963, o manual “O Exército na Guerra Subversiva” já previa que as unidades deveriam dispor de material que garantisse proteção em operações por longos períodos, em condições atmosféricas adversas e contra animais que colocassem a vida em perigo. Era então fundamental que as unidades fossem dotadas de material como tendas, sacos cama, ponchos, filtros de água, redes mosquiteiros, medicamentos e frigoríficos (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap. III - Secção I - p. 21). Como veremos posteriormente, as unidades de manobra, também se deviam fazer acompanhar de pás, picaretas e facas nas suas operações, de forma a acautelar a proteção, principalmente na deteção de engenhos explosivos. Só mais tarde foram distribuídos detetores eletromagnéticos e em número reduzido (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 115).

Podemos concluir que houve uma preocupação em adaptar os meios e equipamentos ao ambiente operacional, considerando as condições atmosféricas, o terreno, o modo de atuação do inimigo e o tempo de duração das operações. A redução do peso das armas era uma preocupação, fundamentalmente nas operações apeadas, bem como a proteção conferida pelas próprias viaturas nos deslocamentos. As dificuldades iniciais levaram a que, passados apenas dois anos do início da Campanha, se atualizassem os manuais de doutrina, referindo o tipo de equipamento a ser empregue com especial atenção à sobrevivência no campo de batalha em operações de longa duração. Também o apoio sanitário foi acautelado ao nível do combatente, com a distribuição de medicamentos de uso próprio contra as doenças tropicais e mordeduras de animais típicos deste tipo do ambiente selvagem.

De seguida, veremos com maior pormenor como eram executadas as tarefas principais inerentes à função de combate Proteção.

3. As operações em análise

a. A defesa antiaérea

No início da Campanha Militar, a ameaça aérea era inexistente. Este aspeto implicou que as Unidades de Artilharia Antiaérea (AAA) no continente se concentrassem na preparação de unidades para atuarem como manobra, em detrimento da atuação como Antiaérea. Situação que diminuiu a capacidade operacional das unidades AAA. Por outro lado, a partir da década de 70, começou a ser equacionado o surgimento de ameaça aérea, em especial junto à fronteira Nordeste (Borges, 2007, pp. 36-42).

Desta forma podemos constatar um paradoxo. À medida que o conflito foi decorrendo, a capacidade de AAA foi reduzindo, pelo que quando houve necessidade de projetar unidades AAA com essa missão específica, tal operação foi morosa e de difícil execução.

De facto, foi o que sucedeu em maio de 1973, após ordenado pelo General Spínola a projeção de uma Bateria AAA para a defesa de Diamangue (Mauricio, 2003, p. 112). Efetivamente a AAA de que dispúnhamos estava assente nos sistemas da década de 40, pelo que os mesmos não faziam face às velocidades das aeronaves a jato, nem ao seu armamento, que já na altura pressuponha-se, seria “standoff”³ (Borges, 2007, p. 32).

b. A recolha de pessoal

A instrução específica referente à guerra subversiva, que era ministrada no CIOE, habilitou as nossas tropas com conhecimentos nesta área, e instruiu os quadros que assumiram maiores responsabilidades de comando e de planeamento operacional, nos princípios doutrinários deste tipo de guerra (Bacelar, 2000, p. 129).

Pela análise realizada, as únicas ações que conseguimos associar a esta tipologia de tarefa eram referentes a evacuações sanitárias, resultantes de ações de combate e cuja gravidade dos ferimentos exigiam, por vezes, evacuação aérea.

Em virtude da dispersão territorial das unidades, da fraca rede de comunicações e da escassez de pessoal especializado, a evacuação de indisponíveis revelava-se complexa. Deste modo, recorria-se frequentemente ao meio aéreo na evacuação para os Postos de Socorros das unidades ou diretamente para as enfermarias de sector. Em casos de comprovada necessidade, os indisponíveis eram evacuados para o Hospital Militar de Luanda,

3 Termo militar corrente utilizado para descrever uma distância fora do alcance dos sistemas de fogos diretos e indiretos do inimigo (Exército Português, 2014, pp. 3-61).

podendo inclusivamente, nos casos de prolongada recuperação, serem evacuados para Lisboa (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988, p. 461).

Na entrevista realizada ao General Alípio Tomé Pinto, o mesmo confirmou este procedimento num impressionante relato pessoal: *“em novembro de 1961, fruto de uma emboscada na região do Quijoão, fui ferido por um projétil, que entrou pelo lado esquerdo da cara e alojou-se no outro lado, junto à carótida. Partiu-me o maxilar...o facto de não existir disponibilidade de helicóptero obrigou a uma viagem de cinco horas de “jipão” para Uíje. No dia seguinte fui transferido para Luanda e posteriormente evacuado para Portugal.”*

As dificuldades de evacuação por escassez de meios no início da Campanha, foi-se esbatendo à medida que o número de helicópteros aumentou. Contudo, as condições por vezes obrigavam a um grande esforço de coordenação, conforme sucedeu na “Operação Golpe de Flanco”, em 7 de janeiro de 1971, onde o Alferes José Esteves, fruto de uma emboscada, foi atingido a tiro no abdómen. A impossibilidade de transporte obrigou ao pedido de evacuação aérea, que só foi possível após a largada por um helicóptero de uma motosserra para abrir uma clareira (Catarino, 2010, p. 29).

Concluimos que a instrução ministrada e o planeamento pormenorizado das operações reduziram o risco de ações de isolamento das forças. Os feridos eram habitualmente evacuados de helicóptero ou de viatura para a unidade do serviço de saúde mais perto, um posto de socorros ou uma enfermaria de setor, onde recebiam os primeiros tratamentos.

c. A proteção de informação

As informações desempenharam um papel decisivo, permitindo conhecer o inimigo e o seu *“modus operandi”*, na medida em que este conseguia com alguma facilidade dissimular-se na população. Também para o inimigo, o acesso a informação sobre as nossas forças, permitia antecipar ações. Ou seja, para ambas as partes, as informações garantiram a surpresa, a qual possibilitava causar maiores danos ao adversário com menores custos (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 234).

As atividades de controlo da informação pública eram utilizadas para evitar a propaganda prejudicial e a fuga de informação importante. Os alvos principais de controlo por parte das forças portuguesas eram a televisão, a rádio, a imprensa e o cinema pois constituíam origens de notícias que o inimigo poderia usar em seu proveito. Era da responsabilidade das autoridades civis, de comum acordo com as autoridades militares ou por proposta destas, planear e executar o controlo da mesma, sendo para tal constituídas comissões de censura. Estas deviam comunicar às entidades competentes a existência de

notícias que implicassem investigação. Qualquer informação de caráter militar, fotografias e notícias deveriam ser submetidas à aprovação superior (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap. III - Secção D - p. 10).

O controlo dos meios de transmissões era aplicado tanto na vertente militar como na civil, sendo que todo o equipamento devia ser recenseado, incluindo os existentes nos fabricantes, lojas de especialidade ou em posse de particulares. Na iminência ou início de alterações da ordem, poderia mesmo haver necessidade de se apreender esse material, sendo feita a sua recolha, transporte e armazenagem (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1963, pp. Cap III - Secção D - p.13).

Já em 1973, se denota uma preocupação acrescida com a segurança das informações, tendo sido reorganizado o Quartel General da Região Militar de Angola, e criado uma Repartição Geral, com uma estrutura que fosse responsável pela segurança de materiais classificados, segurança de material e instalações militares, incluindo a segurança do pessoal e do Quartel General.⁴

A tarefa “Proteção de Informação” refere que se deve contrariar os efeitos dos incidentes na rede, elaborando um plano de proteção de informação. Contudo no período em análise, constatamos que as medidas de proteção de informação, tendo em conta os meios existentes, se limitavam ao controlo dos meios de transmissões civis e militares, por forma a garantir a superioridade de informação relativamente ao inimigo.

d. As medidas para evitar o fratricídio

Os registos de casos de fratricídio na Guerra do Ultramar em Angola são praticamente inexistentes. Contudo, encontramos alguns relatos respeitantes a operações aéreas, assim como a acidentes pessoais com armas de fogo.

Relativamente a acidentes com aeronaves, as causas apontadas, referenciam a falta de tecnologia dos equipamentos das aeronaves e a inexistência de doutrina aérea específica para este tipo de operações, (associada à inexperiência dos pilotos). Também numa fase inicial, a intensidade das operações, associada à existência de um reduzido número de aeródromos, terão sido a causa do cansaço dos pilotos, potenciando eventualmente acidentes. Um exemplo desta situação de cansaço é explanado pela Esquadra de PV-2⁵ (ESQ 91). Esta esquadra efetuou 56 missões operacionais em março e 88 em

⁴ Esta reorganização deveu-se ao facto de se terem unido as 2ª e 3ª repartições, conforme despacho de 04/01/72 de S. Exª o Ministro da Defesa Nacional, passando a trabalhar de forma conjunta.

⁵ O PV-2 Harpoon, era um bombardeiro médio bimotor que equipou a FAP entre os anos de 1954–1975. A sua finalidade era atacar submarinos, mas foi utilizado em África como caça-bombardeiro (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001).

abril de 1961, com uma média mensal de 60 horas de voo por piloto atribuído (Tenente General António de Jesus Bispo, 2011).

Para solucionar a situação acima descrita, tornou-se fundamental a criação de condições que permitissem as operações aéreas em condições satisfatórias de segurança, nomeadamente as ajudas à navegação e a aproximação aos aeródromos. Fruto das limitações tecnológicas disponíveis, em muitas circunstâncias era tão difícil a aquisição de alvos como a referenciação das forças amigas no terreno. Por estes motivos, rapidamente houve uma preocupação da Força Aérea em estabelecer um plano de comunicações. Praticamente todas as aeronaves foram equipadas com rádios VHF/FM, para contacto com as forças de terrestres. Na última quinzena de março de 1961, chegaram ao aeródromo do Negage, os primeiros quatro aviões T-6G⁶ armados, que dispunham desde o início, de equipamento rádio que permitia estabelecer contacto com as Forças Terrestres, em frequência modulada (Tenente General António de Jesus Bispo, 2011).

As escassas informações disponíveis condicionaram o nosso estudo. Apesar disso, concluímos que as limitações materiais e humanas poderão ter potenciado alguns casos de fratricídio entre os militares portugueses. A nosso ver, esta situação não se ficou a dever à doutrina existente, mas sobretudo foi originada pela utilização de equipamentos com algumas limitações técnicas. Apesar de tudo, as mesmas foram minimizadas, em parte, pela perícia e engenho dos militares portugueses.

e. A segurança de área

No que respeita à segurança de área, a Proteção incidia principalmente na defesa de pontos sensíveis. O reconhecimento prévio era fundamental para avaliar a sua importância e vulnerabilidades e decidir quais deveriam ser ou não protegidos. Os principais pontos sensíveis a ser defendidos consistiam em povoações, instalações de interesse político, económico e militar, serviços públicos (água, gás, eletricidade, etc...), as transmissões, pontos vitais das vias de comunicações (centrais telefónicas, pontes, etc...), repartições públicas mais importantes e alguns complexos industriais ou agrícolas (refinarias, depósitos de combustível, etc...). De igual importância, também a proteção de itinerários era uma tarefa fundamental e frequente (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 2^a P - Cap. I - p. 1).

No caso específico de defesa de uma pequena povoação, a missão de proteção dessa população não se limitava à sua defesa mas incluía também a

⁶ Avião integrado na Força Aérea Portuguesa desde 1952, utilizado para a instrução de pilotos, tendo sido alvo de alterações para ser usado na Guerra do Ultramar em missões de ataque ao solo, apoio a Forças Terrestres e reconhecimento armado.

tarefa de isolar os elementos insurgentes da população. Segundo o Cor Barão da Cunha, eram efetuadas buscas, reconhecimento e identificação nos Musseques⁷. Estas ações eram efetuadas em conjunto pela Polícia Militar, Polícia Civil e a Polícia Nacional de Defesa do Estado com vista a serem detetados indivíduos ou grupos insurgentes.

A defesa de instalações agrícolas, industriais ou outras afastadas de aglomerados populacionais, constituía um problema cuja dificuldade tinha origem nas deficientes vias de comunicação e impossibilidade de proteger todas estas instalações, associado ao reduzido efetivo disponível nas que fossem efetivamente protegidas (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Secção C – p. 18).

Quanto à defesa dos pontos vitais das vias de comunicação, a sua importância era crucial para garantir liberdade de movimentos. Deveria ser tida em conta a natureza diferenciada destas infraestruturas, pelo que a defesa das mesmas assentava na existência de uma força militar nas imediações, a qual assentaria a sua defesa fundamentalmente na criação de postos militares⁸ (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Secção C - p. 20).

Uma das missões, no âmbito da proteção, que visava garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação, era a proteção de itinerário. Este tipo de missão poderia ser executado através de uma defesa fixa dos pontos vitais das vias de comunicação, como povoações, cruzamentos importantes, pontes e desfiladeiros, ou vigilância móvel dos troços entres esses pontos, realizada por patrulhas.

A proteção era fisicamente materializada através de colocação de rolos de arame farpado que envolviam tanto quartéis como as habitações das populações na proximidade do quartel. Era ainda materializada pela criação de abrigos dentro dessa área e junto ao arame farpado. Estes abrigos eram simplesmente construídos por troncos de palmeiras e contentores vazios de combustível. Todos estes trabalhos foram efetuados pela mão-de-obra dos militares, dos respetivos quartéis, e pela própria população (Cunha, 2015).

⁷ Musseque, grafia aportuguesada, que indica as zonas de areias avermelhadas, situadas no planalto de Luanda.

⁸ Os postos militares eram instalações militares sumárias, montadas mais ou menos profundamente no interior de regiões de pequena densidade populacional e com uma pobre rede de comunicações, com caráter temporário ou de certa permanência, no qual as guarnições poderiam viver e defender-se de quaisquer ataques e donde poderiam irradiar pequenos destacamentos. De destacar que nestes postos deveria existir sempre uma guarnição de segurança e os mesmos deveriam permitir a obtenção de recursos, em especial de água (*O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Pag. 21).

Tendo em conta o tipo de pontos a proteger, entendemos que havia prioridade em proteger locais de vital importância, tanto para a população como para as próprias forças, contribuindo também para o desenvolvimento económico. No que diz respeito à proteção de itinerários, esta era de primordial importância, pois a mobilidade requerida no combate contra forças subversivas assim o exigia. Concluímos assim que a doutrina estava bem cimentada, no que à Segurança da Área diz respeito. Houve uma preocupação em cumprir o que doutrinariamente se encontrava nos manuais de referência em vigor. Contudo, a falta de meios e equipamentos levou à improvisação, demonstrando a mesma ser de vital importância para o cumprimento das medidas de segurança previstas.

f. A sobrevivência

A mobilidade, que era fundamental nas operações de contraguerrilha para se conseguir a surpresa e contrabalançar a mobilidade das guerrilhas, era conseguida por meio de iniciativa, improvisação e agressividade (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 94-97).

Num terreno desfavorável às NT, a mobilidade em tropas apeadas, era conferida pelo armamento e equipamento ligeiro, permitindo penetrar num território inimigo, em deslocamentos táticos e procurar tirar vantagem do fator surpresa. No que aos meios diz respeito, as viaturas permitiram um pouco mais de mobilidade às Companhias (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 356-362).

No que respeita à utilização de itinerários, o General Alípio Tomé Pinto, testemunhou que as NT inicialmente utilizavam os troncos das abatizes realizadas pelo inimigo, para reconstruir as pontes que os mesmos destruíam. Posteriormente, passaram a usar pranchas de madeira, previamente preparadas numa serração e transportadas numa viatura, durante os deslocamentos.

No domínio da compreensão da situação, o Batalhão era o mais baixo escalão com estruturas de informações, embora muito reduzidas e com pessoal pouco preparado. Na realidade, as Forças Armadas portuguesas não dispuseram de verdadeiro e estruturado serviço de informações, com unidades especificamente dedicadas a essa atividade. No terreno, as unidades operacionais procuravam obter o maior número de informações sobre uma realidade que à partida desconheciam, pois o sistema de mobilização e de rotações das unidades não permitia manter a continuidade de ligações e o estabelecimento de confiança indispensáveis à criação e manutenção de redes de informação. Aos vários comandantes era ainda solicitado que obtivessem determinadas informações específicas através do que se designava por plano ou ordem de pesquisa (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 237, 238).

Quanto ao melhoramento das posições de combate, o quartel-tipo de uma Companhia integrada no dispositivo de quadrícula, dispunha de postos de sentinela, abrigos, trincheiras e espaldões para o armamento pesado (metralhadoras, morteiros e peças de artilharia), quando estavam ali posicionados (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 418, 419).

Relativamente aos trabalhos de construção e abertura de itinerários, em 1961 existiam apenas duas estradas asfaltadas em Angola. A criação de infraestruturas horizontais veio criar um ambiente mais seguro e protegido para toda a região, mais propriamente nos deslocamentos (Cunha, 2015).

Entendemos que alguns aspetos relativos à sobrevivência estavam devidamente definidos, contudo outros exigiam a improvisação por parte das NT. Exemplos desta situação são a utilização de materiais e recursos disponíveis na área para a reconstrução de pontes, e os procedimentos efetuados sem o apoio de unidades especializadas, relativamente à compreensão situacional. Também de referir que apesar das dificuldades encontradas nas diversas áreas da sobrevivência, esta não era descurada, por forma a não comprometer a segurança das NT.

g. A proteção sanitária

No TO de Angola existiram essencialmente dois modos de evacuação de pessoal: via terrestre ou por via aérea.

Nos primeiros anos o apoio era efetuado essencialmente por via terrestre. Este meio de evacuação fazia com que o transporte fosse demasiado lento para alguns feridos. Quando começaram a ser empregues as primeiras ambulâncias, apesar de significar que o apoio sanitário podia ser prestado no local por equipas sanitárias, o tempo de chegada aumentou, devido à necessidade de escolta às mesmas equipas (Cunha, 2015).

A via aérea era a que mais probabilidades de sobrevivência conferia aos feridos. Contudo, nos primeiros anos, os meios aéreos eram escassos, só tendo sido efetivamente utilizados alguns anos após o início da guerra. Estas missões, inicialmente eram efetuadas através de aeronaves de asa fixa. Com a chegada dos primeiros helicópteros, face às capacidades de aterragem e descolagem, a capacidade de evacuação aérea foi substancialmente melhorada (Cunha, 2015).

O apoio sanitário foi vital para a redução de baixas, quer das forças portuguesas quer da população. Apesar disso, inicialmente não existiam meios de análise ao sangue, mosquiteiros, nem filtros de água, o que gerou muitas doenças e algumas mortes. Nos primeiros anos os militares recebiam tratamento em hospitais civis. Com a criação e construção de hospitais militares, que se distinguiram pela excelência, os doentes e feridos passaram a ser assistidos nos mesmos (Cunha, 2015).

Conclui-se assim que, no início da campanha, o tempo de evacuação encontrava-se limitado pelos meios disponíveis. Apesar de tudo, assim que os meios aéreos se encontraram disponíveis, os mesmos desde logo começaram a ser utilizados para missões de evacuação de feridos.

h. A prevenção de acidentes

No que diz respeito à prevenção de acidentes, os três tipos de acidentes que consideramos de maior relevância analisar são os acidentes de viação, acidentes com armas de fogo e incêndios florestais.

Muito devido às grandes dimensões do TO, as viaturas foram um meio privilegiado de deslocamento, principalmente no início do conflito quando o apoio aéreo era inexistente. De facto, ao analisarmos o quantitativo de baixas no TO (Tabela n.º 1), podemos constatar que foram a principal causa de perdas não devidas a combate, seguidas dos acidentes com armas de fogo.

Tabela 1 - Mortos em Angola

Ano	Em combate		Por acidente com armas de fogo		Por acidente de viação		Por outras causas		Soma		Obs.
	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	
1961	109	17	8	3	20	4	29	4	166	28	
1962	112	9	11	1	32	7	24	7	179	24	
1963	78	5	18	2	23	5	29	9	148	21	
1964	99	4	20	4	34	9	35	3	188	20	
1965	86	7	14	9	54	13	38	13	192	42	
1966	92	14	12	4	36	8	27	12	167	38	
1967	84	17	22	4	49	12	31	23	186	56	
1968	103	15	21	10	45	14	40	17	209	56	
1969	67	28	23	13	58	16	48	22	196	79	
1970	66	16	20	9	50	26	52	29	188	80	
1971	47	6	20	13	36	21	38	31	141	71	
1972	57	21	18	8	46	25	33	16	154	70	
1973	33	18	18	6	69	36	32	30	152	90	
1974	16	13	1	1	15	15	9	12	41	41	Até 25-4-74
	49	18	14	17	41	41	23	32	127	108	Após 25-4-74
SOMA	1 098	208	240	104	608	252	488	260	2 434	824	
TOTAIS	1 306		344		860		748		3 258		

Fonte: (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988, p. 264).

O elevado número de acidentes mortais com armas de fogo e o devastador efeito psicológico provocado nas forças, constituíam uma das principais preocupações dos Comandantes. Confirmamos esta preocupação pelo testemunho do nosso Coronel Barão da Cunha, que neste particular assumiu um especial cuidado preventivo na aplicação de medidas e regras de segurança, sendo que em caso de infração comprovada se mostrava implacável na aplicação da sua máxima competência disciplinar (Cunha, 2015).

Daquilo que foi a nossa análise, podemos constatar que embora existissem um conjunto de procedimentos que visavam reduzir o risco de aciden-

tes com armas de fogo, também o comandante tinha um papel fundamental no cumprimento das regras de segurança bem como no poder discricionário nas medidas de correção a aplicar. O cansaço, a rotina, o clima e, o inimigo, eram fatores influenciadores, com intensidades e formas variáveis consoante a situação, não se conseguindo apurar com objetividade a causa dos vários acidentes e incidentes no TO de Angola. Todavia, de acordo com a Tabela n.º 1 e em conjugação com as entrevistas realizadas podemos deduzir que, de uma forma geral, as perdas devidas a acidentes de viação, bem como devidas a acidentes com armas de fogo, têm um peso significativo nas perdas totais, sendo as duas causas no seu total superiores às perdas devidas a combate.

A prevenção de incêndios era fundamental, pois um dos principais obstáculos do campo de batalha era o capim. Várias vezes as tropas Portuguesas tiveram que atravessar terrenos cobertos de capim, que chegavam a atingir os três metros de altura. As trovoadas provocavam incêndios e originavam queimadas com frentes incontornáveis de quilómetros. Na Operação “ENERGA”⁹, em julho de 1970, as Tropas Portuguesas tiveram que atravessar a enorme planície da Cameia, em que tiveram que navegar com o auxílio da bússola, com uma coluna de 65 viaturas e transportar um enorme volume de combustíveis e víveres. Durante o trajeto foram-se deparando com várias queimadas em que o pessoal necessário apeava das viaturas e com o auxílio do fardamento (dólmén) apagavam a linha de queimada, permitindo a travessia da mesma. Como medida preventiva de proteção da força, era dada a indicação à viatura testa para proceder à inversão de marcha se o avanço da linha de queimada assim o exigisse. Também era tomada como medida preventiva, na época seca, a rotina da queima do capim, utilizando meios aéreos para o lançamento de granadas de fumo ou incendiárias. (Nunes, 2013, pp. 163, 195)

De acordo com as entrevistas realizadas, a par da revisão bibliográfica efetuada, estes procedimentos para prevenir os incêndios e controlar a vegetação, foram um fator de segurança acrescido para os nossos militares, pese embora a complexidade e os riscos associados a estas atividades.

Com esta análise concluímos que as possíveis causas que originaram um elevado número de acidentes de viação poderão estar relacionadas com o facto de as viaturas terem sido o meio privilegiado de deslocamento no TO, o estado de degradação das mesmas, e a inexistência de itinerários ou o seu mau estado.

⁹ Operação levada a cabo pelo Agrupamento SIROCO, com início em 27 de julho de 1970. Esta operação visava a conquista de objetivos em áreas separadas, pelo que foi decidido que, por motivos de tempo, pessoal, meios e logística, a Zona de Ação fosse alargada de modo a conceber uma manobra unitária. Isto levou a que a mesma fosse executada em três fases distintas (Nunes, 2013, pp. 292, 293).

No que diz respeito aos acidentes com armas de fogo, concluímos que os mesmos estariam ligados a uma supervisão insuficiente das operações de segurança, resultando em acidentes desnecessários.

Por fim, conforme a Tabela n.º 2, depreendemos que o elevado número de acidentes registados, principalmente no final da Campanha, poderão estar associados ao aumento do efetivo de forças nesse período.

Tabela 2 - Discriminação dos Efectivos - Of., Sarg. e Pr. em 1964 e 1973

TO	Data	Efectivos				
		Oficiais	Relação Of./Pr.	Sargentos	Relação Sar./Pr.	Praças
ANGOLA	31-12-64	2317	1/19,4	5252	1/8,6	44 924
	30-9-73	3128	1/17,0	9225	1/5,8	53 239
MOÇAMBIQUE	31-12-64	911	1/16,7	1953	1/7,8	15 185
	30-9-73	2504	1/17,3	5658	1/7,7	43 301
GUINÉ	31-12-64	705	1/18,3	1587	1/8,1	12 903
	30-9-73	1557	1/17,3	3575	1/7,5	26 903

Fonte: (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988, p. 263).

i. A segurança das operações

A doutrina de referência no início das operações era o Regulamento de Campanha – Informações, de junho de 1954, definia a contrainformação como: “...salvaguardar as notícias, o pessoal, material e instalações, contra a espionagem, sabotagem ou atividades subversivas de nações estrangeiras e de grupos ou indivíduos desafetos ou dissidentes que constituam uma ameaça para a segurança nacional” (Estado-Maior do Exército, 1954, p. 147). No Regulamento de Campanha – Informações (Informação e Contrainformação) – setembro 1966, a contrainformação tinha como finalidade: “...salvaguardar as nossas atividades, possibilidades e intenções, o pessoal, o material e as instalações, contra as atividades de informação, subversão e sabotagem desenvolvidas pelo inimigo” (Estado-Maior do Exército, 1966, p. 6).

Comparativamente com o Regulamento de 1954, no de 1966 constatamos as seguintes diferenças na segurança das informações:

1. Um aprofundamento da tipologia de medidas de contrainformação ao nível das medidas passivas e das medidas ativas;
2. Um alargamento doutrinário relativo ao espectro dos órgãos de pesquisa, onde o soldado constitui o órgão básico de contrainformação englobando ainda todas as unidades como órgãos de pesquisa;

3. A evolução tecnológica dos materiais e equipamentos possibilitou a implementação de medidas de segurança militar em termos de segurança das informações, das matérias classificadas, das transmissões, das operações, do pessoal e do material e instalações.

No que respeita à contrainformação, previa-se a destruição do sistema de informações do inimigo, para o impedir de obter informações sobre o valor, dispositivo e intenções das forças portuguesas e conseqüentemente, negar a realização de ataques surpresa permitindo a superioridade do poder de combate das nossas forças. Assim, o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, de 1963, determinava que a contrainformação era da responsabilidade dos comandantes de todas as unidades, recebendo apoio dos destacamentos dos serviços de contrainformação que atuavam na sua área. As atividades de pesquisa de informações deviam ser estritamente coordenadas com as medidas de contrainformação. Este pessoal especializado estabelecia medidas permanentes de verificação da identidade da população civil da área para impedir a presença de agentes inimigos no seu meio. Utilizando processos clandestinos, difundia falsos rumores e falsas informações sobre os efetivos, localização, operações, instrução e equipamento das forças regulares. Em determinadas ocasiões deturpar-se-iam os factos intencionalmente para menosprezar ou exagerar as possibilidades das forças regulares. A evolução tecnológica dos materiais e equipamentos possibilitou a implementação de medidas de segurança das informações, das matérias classificadas, das transmissões, das operações, do pessoal e do material e instalações.

Como tal tornou-se essencial adotar medidas ativas para entrar nas organizações de informação e contrainformação inimiga, com a finalidade de determinar as suas intenções, métodos de operação e identificação do pessoal de informações inimigo e dos habitantes locais que podiam ser empregues como agentes. Estas medidas incluíam a penetração nas organizações de informações inimigas por pessoal selecionado e civis de confiança, através do emprego de denunciante e utilização de agentes duplos (Estado Maior do Exército, 1961, p. 50).

Consciente destas dificuldades, materializamos o exemplo testemunhado pelo Coronel Barão da Cunha, que neste particular e com vista a minimizar o risco de fugas de informação, através de guias e informadores, dedicava especial atenção à difusão do planeamento das Operações a realizar, em que o objetivo e local apenas eram difundidos aos graduados (Cunha, 2015).

Conclui-se assim que, apesar de existir doutrina, os procedimentos da Segurança das Operações foram evoluindo com o desenrolar da guerra. O facto do inimigo se dissimular na população levou a adotar medidas de segurança junto das próprias populações.

j. A inativação de engenhos explosivos

As minas foram uma das armas mais temidas que as NT enfrentaram. Utilizadas de forma isolada, ou conjugadas com emboscadas, as minas limitaram fortemente a mobilidade das forças portuguesas em ações táticas e logísticas, quer estas se deslocassem em viatura ou a pé. Foram responsáveis por atrasos nos reabastecimentos, por destruições em viaturas e, acima de tudo, por uma elevada percentagem de baixas (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 312).

Como medida de proteção, as forças portuguesas utilizaram ao longo da guerra, todos os meios conhecidos de deteção de minas e engenhos explosivos, destacando-se: a picagem, cuja morosidade apenas permitia o seu emprego em área limitada; os pesquisadores, meio mais eficaz mas igualmente demorado; os rebenta-minas, abundantemente utilizados nas colunas motorizadas, permitindo velocidades de progressão consideradas razoáveis (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 313-315).

Os “rebenta minas”¹⁰ foram estudados com muito pormenor, especialmente em Angola, acabando quase sempre por se reduzir a uma viatura “Berliet”, que seguia na frente da coluna, com sacos de areia que conferiam proteção ao condutor, único ocupante (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 319).

Em 1968 eram colocadas não só nas matas e campos por onde as NT realizavam as suas operações, como também nos itinerários por onde se deslocavam as colunas táticas e administrativas. As minas eram estrategicamente colocadas, de forma a maximizar o seu efeito sem serem detetadas. Muitas vezes eram utilizados pneus para simular o rasto de uma viatura, dando a ilusão de que se tratava de um trilho seguro. Também eram frequentemente usadas bombas lançadas de aeronaves que não explodiam, sendo aproveitadas para utilizar como minas. Quando era detetado algum objeto suspeito, a coluna parava e era solicitado o especialista em minas e armadilhas que procedia à sua identificação e posterior remoção (Raúl, 2011).

Muitas vezes, antes de ser solicitado a presença de especialistas em minas e armadilhas, eram os próprios militares, que com as suas pás e picaretas faziam a deteção até onde os braços alcançassem (Cunha, 2015).

Concluimos desta forma que os procedimentos de segurança eram aplicados de acordo com as referências doutrinárias, sendo que na frente da coluna se deslocava uma viatura protegida com sacos de areia acamados no

¹⁰ Viatura testa carregada de sacos de areia de modo a absorver o efeito da eventual explosão.

leito da caixa e da cabine, por forma a absorver o rebentamento dos engenhos explosivos.

Conclusões

A Proteção não era definida como uma função de combate tal como hoje conhecemos, nem se encontrava isolada de outras áreas funcionais. O conceito de proteção foi-se desenvolvendo com o decorrer da guerra, adaptando os ensinamentos das lições aprendidas (no que se relacionava com os movimentos subversivos) de países europeus em conflito nas suas colónias, às operações e experiências no Teatro Operacional em análise. Acrescentamos que ao nível da Proteção a evolução doutrinária se refletiu na prevenção e adoção de medidas de segurança que prepararam as NT para um novo tipo de inimigo, terreno e condições meteorológicas, bem como na elaboração e atualização de manuais doutrinários.

Concluimos que inicialmente os meios projetados se revelaram insuficientes e em alguns casos obsoletos, levando à improvisação de ações no âmbito da Proteção. Verificámos que com o decorrer da Campanha, alguns meios foram adaptados e outros com características específicas foram adquiridos (apesar de em número insuficiente). Relativamente à tipologia de forças, concluimos que a necessidade de atuar em pequenas unidades, implicava que ao nível de todas as armas e serviços, as mesmas dispusessem de meios necessários e adotassem medidas permanentes de segurança, evitando desta forma o emprego de outras unidades de apoio.

Uma deficiente, ou inexistente, aplicação das medidas de proteção originou situações de perigo nas operações. Verificámos que a ausência de meios originou limitações ao nível da Proteção. Contudo, não nos foi possível concluir que a ausência de Proteção teve influência no cumprimento da missão.

Em 1961, não existia doutrinariamente a função de combate Proteção, sendo que pela análise realizada aos manuais doutrinários da época, consideramos que se limitava essencialmente a um conjunto de medidas de proteção dispersas pelos vários manuais existentes.

Na prática, verificámos que se traduziram essencialmente em ações de defesa de pontos sensíveis e proteção de itinerários. No que respeita à proteção sanitária, insidiam principalmente na profilaxia de doenças tropicais e coordenação dos meios aéreos com as Forças Terrestres para a evacuação dos feridos. Também se refletiu na inativação de engenhos explosivos uma vez que o inimigo recorria com bastante frequência ao emprego destes meios.

No que respeita à instrução, verificou-se que os militares com experiência na Campanha Militar em Angola, ministraram formação aos novos contingentes, tendo por base as suas experiências, atualizando as táticas, técnicas e procedimentos.

Na elaboração do nosso trabalho, pretendemos desenvolver o esforço da investigação na recolha e análise de informação que nos permitisse responder à QC “Que consequências teve a função de combate proteção na Campanha Militar no TO de Angola (1961–1974)?”.

Desta forma, identificámos que a função de combate Proteção desempenhou um papel fundamental na criação, desenvolvimento e evolução de meios e doutrina militar.

Contribuiu para a modernização de meios, através da produção de armamento e viaturas, criadas especificamente para conferir proteção às NT num ambiente atípico.

Também no que se refere à doutrina existente, a mesma foi sofrendo alterações, principalmente no início da Campanha, como resultado das novas situações com que as NT se confrontavam. Foram publicados diversos manuais, regulamentos e publicações de âmbito técnico, sendo de destacar o manual “O Exército na Guerra Subversiva” a partir de 1963, continuando a ser atualmente uma referência como elemento de estudo no Exército Português.

No âmbito da instrução, foram criados novos cursos, com o objetivo de habilitar os militares que integravam os novos contingentes, com procedimentos de medidas de proteção adaptadas ao TO de Angola. São exemplos, o curso de Minas e Armadilhas e o Curso de Comandos ministrado em Angola a partir de 1972. A instrução foi também complementada pela experiência de militares que regressavam das primeiras Comissões no TO e que foram encaminhados para Centros de Instrução, para auxílio na formação de novos contingentes.

Por fim, podemos concluir que os treze anos de conflito conferiram um conhecimento enriquecido pela experiência, que contribuíram para a evolução doutrinária da função de combate Proteção, cujas tarefas principais facilmente identificamos nas ações realizadas pelas NT no TO em Angola.

Referências Bibliográficas

- Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Bacelar, M. G. S. A. M. L., 2000. *A Guerra em África 1961-1974, Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Novalello.

- Borges, J. V., 2007. *Armamento do Exército Português*. s.l.:Prefácio.
- Cann, J. P., 1978. *Contra - Insurreição em África*. Estoril: Edições Atena, Lda.
- Catarino, M., 2010. *As Grandes Operações da Guerra Colonial (1961-1964) - Volume IV*. s.l.:Presselivre, Imprensa Livre SA.
- Catarino, M., 2010. *As Grandes Operações da Guerra Colonial 1961-1974*. s.l.:Presselivre, Imprensa Livre SA.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Cunha, B. d., 2015. *A função de combate proteção na Campanha Militar no Teatro de Operações em Angola entre* [Entrevista] (26 fevereiro 2015).
- Estado-Maior do Exército, 1961. *Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra-guerrilha, I Parte*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1975)*. 2ª edição ed. Lisboa: s.n..
- Estado-Maior do Exército, 1954. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa : EME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *Regulamento de Campanha - Informações (Informação e Contra-Informação)*. Lisboa: EME.
- Exército Português, 2012. *PDE 03 - 00*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2014. *PDE 3-01-00 - Tática das Operações de Combate - Vol I*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Mascarenhas, T.-G. A., 2011. A Engenharia Portuguesa - Evolução e ação no 3.º Quartel do Século XX - Áreas a Investigar. *Jornal do Exército*, p. 23.
- Mauricio, A. H., 2003. *Boletim de Artilharia Antiaérea*. s.l.:s.n..
- Nunes, A. P., 2013. *SIROCO - Os Comandos no Leste de Angola*. Lisboa: Associação de Comandos.
- O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n..
- O Exército na Guerra Subversiva, V. I., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n..
- O Exército na Guerra Subversiva, V. V., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n.

O. E. n. G. S. V. I., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n..

Pinto, A. T., 2015. *General* [Entrevista] (13 maio 2015).

Português, E., 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: s.n..

Raúl, 2011. *mazungue.com*. [Online].

Tenente General António de Jesus Bispo, 2011. *Revista Militar*. s.l.:s.n..

Secção VII

**FUNÇÃO DE COMBATE
APOIO DE SERVIÇOS**

REABASTECIMENTO, MANUTENÇÃO E APOIO DE PESSOAL

Autores

Cap Inf André Manuel Nunes Ribeiro
Cap Eng João Pedro C. dos Reis Bento
Cap Art Nuno Miguel Lopes da Silva
Cap AdMil Hugo Ricardo Miranda Leitão

Orientadores:

Maj AdMil Rita Isabel Costa Mendonça da Luz
Maj Inf Fernando César de Oliveira Ribeiro

As campanhas militares em África foram o último grande conflito militar para Portugal, tendo sido a primeira potência colonial a chegar ao continente Africano e a última a abandoná-lo. O facto de ter permanecido em conflito durante 13 anos, a oito mil quilómetros da metrópole foi um feito notável para um país com escassos recursos (Cann, 1998, pp. 7-20).

Conforme refere o major-general Luz (2001, pp. 2-3), o resultado de uma guerra advém da importância que a logística apresenta sobre o potencial de combate de uma força. Razão pela qual a partir do século XX, embora tardiamente, o conceito de logística passou a coexistir em Portugal, resultante da experiência adquirida nas duas guerras mundiais.

A Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 4-00 Logística (2013, p. 2-3) define logística como “a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças.” Por sua vez, a PDE 3-00 Operações (2012, p. 2-31) define Apoio de Serviços (ApSvc) como a manutenção do potencial de combate da força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão. Assegurando a liberdade de ação, extensão do alcance operacional e prolongando a resistência da unidade. Inclui a logística, o Apoio de Pessoal (ApPess) e o apoio financeiro.

Com a criação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), da qual Portugal foi país fundador, a doutrina vigente passou a ser a da aliança¹, que visava preparar as forças para um conflito convencional e não subversivo. Nos anos de 1958-1959 para se preparar para um eventual conflito subversivo, Portugal enviou militares para frequentarem cursos no Reino Unido e na França, tendo em conta a experiência já adquirida por estes, em conflitos não convencionais. Assim, foi desenvolvida doutrina para fazer face a um ambiente

¹ Sendo esta muito influenciada pela doutrina americana (Cann, 1998, pp. 67-68).

subversivo, culminando em 1963 com a edição do manual *O Exército na Guerra Subversiva*. No entanto, a doutrina logística portuguesa permanecia fortemente influenciada pelas normas e princípios de origem americana e não evoluiu para fazer face a esta nova tipologia de operações (Cann, 1998, pp. 67-68; Tavares, 2013, pp. 285-299).

Dada a insuficiência de recursos que Portugal enfrentava ao conduzir a campanha em África, teve de seguir estratégias diferentes das do Reino Unido e França. Para superar as suas limitações, Portugal adotou alguns elementos chave que permitiram o esforço neste campo, conseguindo-o através da manutenção do ritmo do conflito suficientemente baixo para que os recursos fossem suficientes; adaptar e aperfeiçoar a estrutura logística às necessidades crescentes (Cann, 1998, p. 29; Lopes, 2014).

Sendo “guerra subversiva” uma “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (Ministério do Exército, 1963, vol. I, cap. I, p. 1). Como tal, o seu apoio logístico deve reger-se pelos princípios gerais da logística², considerando no entanto certos aspetos especiais, nomeadamente: a grande descentralização; a elevada dispersão dos órgãos logísticos, elevada vulnerabilidade desses órgãos e das linhas de comunicação que os servem; a grande importância da exploração dos recursos locais; a necessidade de estabelecer órgãos de reabastecimento versáteis; e a necessidade de uma eficaz manutenção do material e da sua recuperação. Deste modo, as unidades devem estar aptas a atuar durante períodos longos com independência tática e logística (idem, vol. V, cap. II, p. 1).

A distância que separava Lisboa do TO foi a principal dificuldade que o apoio logístico enfrentou, a par com a vastidão territorial e as características do TO que contribuíam ainda mais para complicar o ApSvc. Para responder às necessidades operacionais criou-se uma base logística³ em Luanda, devido à abundância de recursos locais, aos desenvolvidos portos, aeroporto e infraestruturas rodoviárias.

² Integração, unidade de comando, interdependência com a manobra, provisão e suficiência, economia, flexibilidade, simplicidade, visibilidade e transparência, sinergia (Exército Português, 2013, p. 3-2).

³ Luanda possuía, nesse período, um importante porto e outras infraestruturas que simultaneamente com as linhas de comunicação interiores possibilitaram desenvolver uma importante base logística, donde posteriormente eram canalizados os recursos, tanto materiais como humanos.

No que diz respeito à função logística Manutenção, nomeadamente como era efetuada a manutenção de unidade e intermédia, destacaram-se os reforços, atribuídos às unidades escalão companhia (UEC), com capacidade de manutenção superior à que doutrinariamente lhes é conferida, de modo a contribuir mais eficazmente para o cumprimento das missões das unidades de manobra. Foi ainda analisado o esforço de reparação no local da avaria, estando os órgãos de manutenção adequados o mais à frente possível.

O ApPess foi analisado segundo as funções específicas: efetivos, pessoal militar e moral e serviços de pessoal. No início da campanha militar, as Forças Armadas Portuguesas em Angola, contavam com cerca de 6500 militares, visto os compromissos de Portugal serem, na altura, com a NATO e a maioria das suas forças concentrava-se na Europa. Por sua vez, no final de 1961, cerca de 28000 militares tinham sido deslocados para Angola, sendo o TO que mais efetivos exigiu. Os recursos humanos esgotaram-se praticamente em Portugal e o país viu-se obrigado a recrutar localmente com uma maior incidência, a partir de 1968 (Cann, 1998, pp. 26-31; Silva, 2010, p. 7).

1. A Função Logística Reabastecimento

Na guerra de África, entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa extremamente ambiciosa de dirigir simultaneamente três TO (Guiné, Angola e Moçambique), para as quais não estava devidamente preparado, visto não ser nem um país de vastos recursos nem desenvolvido. Assim, constituiu um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar e projetar as suas Forças Armadas para as suas províncias ultramarinas em África a uma distância de milhares de quilómetros, estabelecido numerosas bases logísticas de maneira a fornecer-lhes apoio e as tenha preparado com armas e equipamento específico para uma guerra subversiva (Cann, 1998, p. 19).

Com o eclodir da guerra em 15 de março de 1961⁴, o dispositivo militar, designadamente o do Exército, era o de tempo de paz, pelo que, do ponto de vista logístico e no que ao Serviço de Administração Militar (SAM) dizia respeito, a situação era bastante embrionária (Mesquita, 2011, pp. 821-825).

a. Organização/Contexto Logístico

O TO de Angola, por ter sido o mais extenso território da guerra de África, motivou a mobilização de um elevado volume de recursos. As suas características e o progresso que Luanda conhecera no início da década de

⁴ Esta data marcou o início das ações dirigidas pela União dos Povos de Angola, no norte de Angola, na qual mobilizou os negros bacongos para a chacina. Registaram-se ataques a povoações, postos administrativos e fazendas, tirando a vida tanto a locais como a estrangeiros que trabalhavam nos cafezais (Nunes, 2014).

1960, foram fundamentais para a implementação da estrutura da base logística. A capital angolana revelou-se assim essencial para o desenvolvimento dos apoios que seriam prestados em todo o TO. Como refere o general Loureiro dos Santos (2015) o melhor que se fez na guerra centrava-se no apoio logístico.

No TO de Angola, após diversas alterações, a partir dos finais de 1961 foi implementado o seguinte dispositivo:

- Zona de Intervenção Norte (ZIN), com sede em Luanda;
- Área Militar nº 1 (AM1), com sede em S. Eulália;
- Zona de Intervenção Leste (ZIL), com sede em Luso;
- Zona de Intervenção Centro (ZIC), com sede em Nova Lisboa;
- Zona de Intervenção Sul (ZIS), com sede em Sá da Bandeira.

A seis de julho de 1968 procedeu-se a novas designações às zonas de intervenção que se refletiram da seguinte forma:

- Zona Militar Norte (ZMN), anterior ZIN;
- AM1, com sede em S. Eulália;
- Zona Militar Leste (ZML), anterior ZIL;
- Zona Militar Centro (ZMC), anterior ZIC;
- Zona Militar Sul (ZMS), anterior ZIS.

b. Estruturas e Apoio Logístico

Como a estrutura existente não era capaz de apoiar convenientemente as necessidades das unidades que iam chegando a Luanda a um ritmo crescente, o rápido desenvolvimento de uma indispensável estrutura logística assentou no estabelecimento de uma base logística na capital e simultaneamente na divisão do TO em duas áreas, estando uma na ZIN e a outra abrangendo o restante território (Abril, 2012).

A disposição logística a partir de Luanda tornou o apoio bastante flexível e ficou assente no Serviço de Intendência (SvcInt) para os víveres, fardamento, combustíveis e lubrificantes e artigos de cantina, conseguindo apoiar as mudanças significativas de dispositivo dentro da ZIN, tendo feito face ao alastramento de guerrilhas para sul. Esta centralização permitiu simplicidade, economia de meios e facilitou a unidade de comando tanto a nível logístico como operacional (CECA, 1997, p. 99).

Tendo por base a boa qualidade do porto de Luanda para o qual afluíam todas as nossas tropas com destino a Angola, o melhor aeroporto existente na província e de razoáveis linhas de comunicação para o interior (CECA, 1997, p. 99), foi a partir desta cidade que se criou uma rede de órgãos de apoio operacional, os Órgãos Avançados de Intendência (OrgAvInt). Nas ZIL, ZIC e ZIS tais órgãos estavam reduzidos ao mínimo devido ao facto de

nas mesmas não existirem conflitos de grande intensidade e os seus efetivos serem em número bastante reduzido (Tavares, 2013).

Com base nas entrevistas efetuadas ao general Loureiro dos Santos e ao tenente-coronel Aparício, estes confirmaram a qualidade do apoio de serviços durante o conflito em Angola e como a sua efetividade no terreno capacitou as nossas forças de forma a manter a operacionalidade.

c. Processo Logístico

A maioria dos abastecimentos provinham da metrópole, mas tendo sido por vezes utilizado o mercado local, os quais depois seguiam dos Depósitos Base (DB) para o Depósito Territorial de Víveres (DepTerViv) ou para os OrgAvInt e destes para as unidades. A partir dos depósitos-base de víveres, sanitário, material de guerra e transmissões, hospital militar e oficinas eram enviadas para as unidades remessas periódicas dos artigos requisitados, em transportes terrestres, marítimos e aéreos, civis ou militares onde se incluiu, quando foi caso disso, o caminho-de-ferro. Os abastecimentos eram transportados em viaturas militares ou civis alugadas através do Movimento de Viaturas Logísticas (MVL)⁵. A Força Aérea e a Marinha também participaram ativamente no sistema de transporte. A abertura da frente leste obrigou à criação de órgãos logísticos avançados, tendo sido estes centralizados a partir da cidade do Luso (Abril, 2012).

Tendo por base o relatório de situação logística de 1962, foi efetuado um estudo no TO de forma a se obter informação sobre os recursos existentes face às necessidades de apoio logístico das nossas forças, a fim de facilitar a compreensão da organização estabelecida para esse apoio. Com os dados obtidos foi decidido dividir o TO em diversas zonas e as mesmas classificadas segundo as suas possibilidades de obtenção de víveres, nomeadamente carne, peixe, vegetais frescos e combustíveis (AHMEME, 1962, DIV/7B/29/3/342/23).

O dispositivo administrativo-logístico assentava na instalação das unidades de ApSvc, nomeadamente nos DB dos vários serviços. Também foram instaladas sucursais da manutenção militar, das oficinas gerais de fardamento e calçado e uma delegação do laboratório militar de produtos químicos e farmacêuticos junto dos restantes órgãos que se constituíam como estrutura logística em Luanda. Em nove de março de 1962 estavam implantados 41 órgãos avançados de apoio logístico em Angola, dos quais 36 na ZIN (CECA, 1997, p. 100).

⁵ De Luanda eram enviados para as unidades, sensivelmente de 15 em 15 dias, os artigos requisitados em viaturas militares e viaturas civis fretadas, sendo este movimento conhecido por Movimento de Viaturas Logísticas, cuja escolta era efetuada por militares (Mendes, 2010).

A descentralização dos órgãos logísticos verificou-se com maior intensidade em 1965 em comparação com o existente em 1962, tendo-se passado de 66 para 74 órgãos, nomeadamente com a implementação de depósitos avançados de víveres na ZIL (um) e na ZIC (um) e de depósitos avançados de munições na ZIC (um) e ZIS (um), desaparecendo os depósitos avançados de munições na ZIN visto os Pelotões de Apoio Direto (Pel A/D) passarem a ter capacidade de fornecimento das mesmas (CECA, 1997, pp. 123-124).

d. Reorganização Logística

Nas reuniões efetuadas, a 29 de novembro de 1965 e 28 de janeiro de 1966, pela comissão técnica do Estado-Maior do Exército foi apreciada uma proposta para a reorganização e funcionamento do SvcInt no TO de Angola. Esta reorganização foi aprovada por S. Exa. o general Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) Câmara Pina a três de fevereiro de 1966 e, aclarando apenas os pontos mais importantes, manifestou-se no seguinte (EME, 1966):

- 1) Substituição dos depósitos avançados de víveres e dos destacamentos de intendência por Pelotões de Intendência (PelInt), com a finalidade de evitar que órgãos iguais apoiassem efetivos diferentes e que órgãos diferentes apoiassem efetivos semelhantes;
- 2) Constituição de Companhias de Intendência de Apoio Direto (CInt A/D) para agrupar os PelInt. Seriam a ligação técnica com a Chefia do Serviço de Intendência (ChfSvcInt) e garantiam a indispensável coordenação da atividade dos PelInt, nomeadamente no que respeita à corrente dos abastecimentos a partir dos órgãos de base;
- 3) Criação de Depósitos Territoriais de Intendência (DepTerInt) em Sá da Bandeira e Luso;
- 4) Início, a título experimental, de um novo sistema de reabastecimento de combustíveis e lubrificantes com a implementação de Locais de Reabastecimento (LR) junto dos OrgAvInt e o fornecimento dos combustíveis aos LR passou a ser diretamente efetuado por postos de combustíveis. O controlo deste fornecimento era efetuado pelo SvcInt até aos LR e a partir daí pelas unidades. Em 1967 continuou-se a verificar a descentralização dos órgãos logísticos.

Em 1968 a estrutura logística implantada no TO permanecia assente no SvcInt.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei (DL) n° 478/71 de seis de novembro⁶, foi criado um novo regime de pagamentos interterritoriais e restrições nas importações, o que significou a imposição de pagamentos pelas importações dos produtos vindos de Portugal. Estas deliberações afetaram de forma direta os exportadores da metrópole, que, pelo menos a curto prazo, deixavam de contar com um mercado acessível e protegido, tendo o reabastecimento dos diversos abastecimentos sofrido diversos problemas, nomeadamente nos artigos de cantina e em alguns tipos de víveres.

De acordo com o relatório de situação logística de 1972, o SvcInt prosseguia com qualidade as suas atividades, tendo sempre em vista a melhoria constante da eficiência do sistema logístico e facultar às nossas tropas os apoios necessários (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86).

Neste mesmo relatório vinha referido que os problemas mais críticos com os quais o SvcInt se deparava eram os seguintes:

- 1) A normalização dos reabastecimentos devido à entrada em vigor do DL n° 478/71 de seis de novembro;
- 2) A alimentação das tropas;
- 3) A manutenção dos meios de frio;
- 4) O apoio à ZML;
- 5) O controlo dos consumos dos combustíveis e lubrificantes;
- 6) A orientação e fiscalização dos OrgAvInt;
- 7) A atualização do dispositivo de apoio logístico.

e. Ciclo de Abastecimentos

Ao nível tático, o reabastecimento era específico por classes de abastecimentos, e em particular na ZMN, conduzia-se da seguinte forma:

⁶ Publicado no DIÁRIO DO GOVERNO - 1.ª SERIE, N° 261-Supl, de 06.11.1971, Pág. 1698-(1). Este DL pretendia solucionar o problema do défice da balança de pagamentos angolana, reduzindo as importações (incluindo as importações da metrópole), estabelecendo o registo prévio das mercadorias a importar e escalonando-as em prioridades e ao mesmo tempo proporcionar às indústrias de substituição de importações um novo horizonte de negócio.

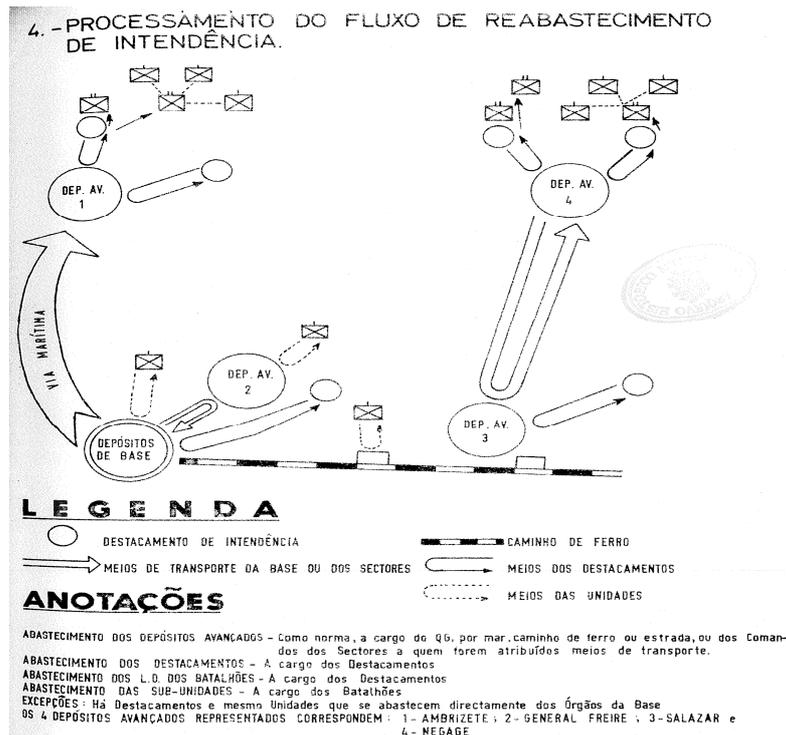


Figura nº 1 – Processamento do Fluxo de Reabastecimento de Intendência

Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6.

- 1) Víveres secos seguiam, de modo geral, do Depósito Base de Víveres (DBV) e Depósito Territorial de Víveres (DepTerViv) para os PelInt ou unidades, por via rodoviária para a quase totalidade do TO, excetuando-se para Cabinda, Nóqui e Sazaire que era efetuado por via marítima. Na ZMS o reabastecimento era por norma através da exploração dos recursos locais;
- 2) Víveres frescos (carne, peixe, hortaliças e fruta) processavam-se a partir do DBV, DepTerInt e PelInt por via rodoviária (para curtas distâncias) e por via aérea (Força Aérea e outros transportes aéreos civis). A utilização dos recursos locais tinham lugar sempre que possível e conveniente;
- 3) Víveres e artigos de cantina eram colocados nos estacionamentos dos OrgAvInt ou nas unidades instaladas nos itinerários de reabastecimento e apoiadas pelos meios de base:
 - a) Via rodoviária, com meios das companhias de transportes e viaturas civis contratadas para as localidades de Toto, Ambrizete, Zala, S. Eulália, Damba, Quitexe, S. Salvador e Maquela, podendo as

- unidades estacionadas naquelas áreas utilizar as colunas de reabastecimento à passagem;
- b) Via marítima, com meios do comando naval de Angola e meios de cabotagem⁷ para Szaire, Nóqui e Cabinda;
 - c) Via aérea para frescos deterioráveis para as localidades de Szaire, Toto, Nambuango, S. Eulália, S. Salvador, Nóqui, Bela Vista, Bessa Monteiro, Vila Pimpa, Quixico, Quipedro e Zala-Quibala;
 - d) Via-férrea para Malange e Salazar;
 - e) As unidades estacionadas nas proximidades de Luanda transportavam, pelos seus meios orgânicos, os respetivos abastecimentos a partir da base logística situada na capital;
 - f) Os artigos de cantina estavam a cargo dos DB que procediam à sua distribuição para os PelInt por via rodoviária e aérea.
- 4) Combustíveis e lubrificantes processavam-se do seguinte modo:
- a) A granel, a partir de tanques subterrâneos por meio de bombas elétricas ou de acionamento manual;
 - b) Em tambor, com trasfega efetuada eventualmente por meio de bombas manuais auto medidoras;
 - c) Definidas em duas modalidades de reabastecimento:
 - Através da utilização das infraestruturas das empresas distribuidoras, nas quais as viaturas em atividades logísticas ou operacionais abasteciam-se diretamente nas estações de serviço das referidas empresas;
 - Pela simples adjudicação de fornecimento, onde o reabastecimento era feito diretamente na gasolinera da unidade, de acordo com as necessidades da mesma. O material instalado resultava do acordo entre o comando da unidade e a empresa distribuidora, sendo que no final de 1968 estavam em funcionamento 16 destes dispositivos.
 - d) A fim de se assegurar reservas operacionais que estavam à guarda exclusiva da ChfSvcInt, foram instalados Locais de Distribuição (LD) de combustíveis nos PelInt e em localidades cuja situação operacional e logística assim o exigisse. Em dezembro de 1968 existiam 28 LD.
- 5) Fardamento e material diverso era efetuado pela ChfSvcInt através do DB, que requisitava o respetivo transporte à quarta repartição do quartel-general. Após esse pedido, era utilizada a cadeia normal de reabastecimento para as diversas unidades e OrgAvInt.

⁷ Cabotagem é a navegação marítima entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas (Priberam Dicionário, 2015).

2. A Função Logística Manutenção

Antes de iniciarmos a análise de como se processava a manutenção no TO de Angola, é essencial realçar que a manutenção era, no período em questão, um serviço técnico e não uma função logística como atualmente. O serviço de manutenção compreendia assim atividades como a manutenção e recuperação de material, lavandaria, banhos e construção⁸ (Tavares, 2013). Contudo, no âmbito do presente trabalho apenas será observada a atividade específica manutenção.

a. A Estruturação do Serviço de Manutenção

De acordo com o manual O Exército na Guerra Subversiva (1963, vol. V, cap. V, p. 19), as características do TO e ainda o desgaste dos equipamentos e armamento conduziram ao reforço de valências de manutenção, especialmente nas UEC, de modo a garantir uma maior independência. As dimensões, forçosamente volumosas, dos órgãos a esse fim destinados, avultados pelo conjunto de sobressalentes, conjuntos, subconjuntos e ferramentas, resultaram numa meticulosa análise para que a capacidade de mobilidade das forças não fosse afetada.

Apesar da estrutura logística reagir afirmativamente às imposições emanadas pelo professor doutor Oliveira Salazar (enquanto presidente do conselho de ministros), após o massacre de 15 de março⁹, no socorro aos colonos portugueses, surgiu a necessidade da doutrina logística ser reformulada no sentido de se adaptar às operações de contrassubversão (Monteiro, 2013).

Essencialmente devido ao extenso território e às difíceis linhas de comunicação terrestres do TO angolano, a evacuação do material não se constituía vantajosa pelo que era inteiramente desejável que as reparações fossem executadas no local onde ocorreriam as avarias ou, face a essa impossibilidade, o mais próximo possível do mesmo, por órgãos adequados, evitando assim as difíceis e custosas evacuações¹⁰.

⁸ Por sua vez, as necessidades interventivas em termos de manutenção, extremamente relevantes e volumosas, durante o período das operações ultramarinas, corroboraram para que em 1976 existisse uma reestruturação sendo assim convertida em função Logística. O restante serviço técnico fora igualmente reestruturado, passando desde então a denominar-se unicamente por serviços, envolvendo todas as atividades não compreendidas nas restantes funções (Tavares, 2013).

⁹ Para o tenente-coronel Pires Nunes foi este massacre que marcou o início da guerra de África (Nunes, 2014).

¹⁰ As linhas de comunicação terrestres apresentavam difícil transitabilidade e simultaneamente os rios constituíam-se em verdadeiros obstáculos aos movimentos sul-norte. De realçar que a má qualidade das estradas sujeitava os meios a desgaste maior (Monteiro, 2013).

Segundo o manual *O Exército na Guerra Subversiva* (1963, vol. V, cap. V, p. 19), aos mais altos escalões (nível teatro) a constituição de reservas de material foi por conseguinte determinante, possibilitando a execução de revisões periódicas. No entanto as adversidades ampliavam-se especialmente devido às distâncias existentes, entre Portugal e os territórios ultramarinos, e às limitações de *roll-on* e *roll-off*¹¹. Perante as lacunas identificadas, procurou-se otimizar os trabalhos de manutenção efetuando-se uma importante reformulação nas atividades de manutenção, segundo os seguintes procedimentos (idem, p. 20):

- 1) Efetuar uma seleção criteriosa dos materiais para que estes reunissem as características o mais adequadas ao TO em questão;
- 2) Dotar as UEC de equipamentos de manutenção, ainda que tal conduzisse a maiores exigências logísticas e remetesse para condicionalismos de natureza tática;
- 3) Proceder à uniformização dos equipamentos reduzindo assim a diversificação de sobressalentes e produzindo um melhor reabastecimento;
- 4) Rentabilizar os recursos locais;
- 5) Possibilitar a canibalização, ainda que em casos extremos.

Da metrópole eram encaminhados os sobressalentes necessários até à base logística. Desta seriam conduzidos para as áreas logísticas, localizadas nos comandos dos setores e por sua vez reencaminhados para os depósitos logísticos centrados nas unidades escalão batalhão prontos a apoiar as companhias. Como observado no ponto anterior, o tenente-coronel Aparício (2015) reforça que devido a algumas lacunas em termos de capacidades de transportes, o Exército recorria frequentemente à oferta civil local de modo a garantir os reabastecimentos e transportes de mercadorias de maiores dimensões. Não obstante, a quantidade de equipamentos existentes no TO era sobejamente elevada, razão pela qual seria criada em 1963 o agrupamento do serviço de material de Angola com o objetivo de prestar a manutenção e reparação ao equipamento a cargo do serviço de material e ainda efetuar os reabastecimentos (Tavares, 2013).

A estrutura do serviço de material nos territórios ultramarinos contemplava a execução de todos os escalões de manutenção. Contudo, e face à

¹¹ Como o próprio nome *Roll-on/Roll-off*, conhecido por Ro-Ro (rolar para dentro/rolar para fora), sugere as embarcações com estas características podem efetuar os carregamentos através das rampas localizadas na popa (parte traseira do navio), de meia-nau (parte lateral) e até mesmo, apesar de menos comum, pela proa (parte dianteira do navio) (Affonso, 2010). Convém destacar que as embarcações portuguesas nesse período apresentam limitações neste sentido bem como os portos em Angola que não se encontravam inteiramente preparados para tal.

necessidade de autossuficiência das unidades, os órgãos do serviço de material que as apoiavam tinham normalmente um desenvolvimento maior do que em guerra convencional, sendo assegurada, conforme o manual O Exército na Guerra Subversiva, por unidades dos seguintes tipos (1963, vol. V, cap. V, p. 30):

- Unidades de apoio direto, destinadas a prestar apoio suplementar de 2º escalão¹² e, fundamentalmente, a realizar a manutenção de 3º escalão^{13,14};
- Unidades de apoio geral, com a responsabilidade de reforço do apoio de 3º escalão das unidades de apoio direto e fundamentalmente da manutenção de 4º escalão¹⁵;
- Unidades de base, com a responsabilidade de execução do excedente de manutenção de 4º escalão e realização da manutenção de 5º escalão¹⁶.

¹² Os 1º e 2º escalões de manutenção são designados por manutenção de unidade. Conhecida também por manutenção orgânica, compreende a execução das operações de manutenção preventiva e corretiva destinadas a manter a total operacionalidade dos abastecimentos da gestão da direção do serviço de material que se encontram disponíveis às unidades, fazendo parte do quadro orgânico de material da unidade. A responsabilidade de execução desta categoria de manutenção é da unidade que para o efeito, dispõe de instalações, de equipamento oficial e de meios humanos orgânicos adequados: os utilizadores dos abastecimentos distribuídos aos quais compete a execução dos trabalhos de 1º escalão (manutenção preventiva) e os especialistas do serviço de manutenção, destinados à execução de manutenção do 2º escalão (manutenção corretiva) (Comando da Logística, 1995, NEP 9-4.01).

¹³ Designado por manutenção intermédia. A execução das operações de manutenção intermédia, visa tornar operacional um qualquer artigo principal que foi colocado fora de serviço por avaria, de um ou mais, dos conjuntos ou subconjuntos, de um dos sistemas que dele faz parte integrante. De uma forma geral, a execução das operações desta categoria de manutenção exige a disponibilidade de instalações e de ferramentas adequadas, de mão-de-obra técnica especializada, de verbas que, normalmente, excedem o orçamento da vida corrente da unidade e de tempo para a sua realização; sempre que este conjunto de premissas não esteja reunido, as reparações não devem ser executadas nas instalações oficiais da unidade com o pessoal orgânico, e outras modalidades de apoio estão disponíveis através dos recursos ao órgão de apoio geral ou ao mercado civil (idem).

¹⁴ De acordo com o documento Organização Territorial de Campanha conclui-se que também os Pel A/D executavam alguma da manutenção de 4º escalão (AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3).

¹⁵ Reparação geral de artigos principais. Recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção eram provenientes do depósito geral de material de guerra e dos locais de reunião de material e, após recuperados são, normalmente, destinados a alimentar o canal de reabastecimento (Comando da Logística, 1995, NEP 9-4.01).

¹⁶ Os artigos principais e os conjuntos, após recuperados são, normalmente, destinados a alimentar o canal de reabastecimento. As intervenções classificadas como 5º escalão, face aos meios humanos, materiais e financeiros envolvidos, devem ser programadas para permitirem, em tempo oportuno, a obtenção dos sobressalentes necessários à sua execução (Comando da Logística, 2008, NEP/DMT.40.500/12/CMDLOG).

Estas unidades podiam ser independentes (normalmente pelotões ou companhias) ou encontrarem-se integradas em comandos, agrupamentos, batalhões ou companhias do serviço de material e, em qualquer dos casos, ser mistas ou organizadas para o desempenho de uma só das atividades mencionadas. A constituição das unidades de manutenção devia permitir destacar elementos ligeiros que acompanhavam as subunidades combatentes encarregados de ações que implicavam grande mobilidade.

b. A Operacionalização da Manutenção

Dadas as circunstâncias especiais em que as operações de contrassubversão se desenvolviam, tornou-se necessário a intensificação da manutenção orgânica. Uma adequada manutenção preventiva e corretiva contribuía para uma maior eficiência operacional da unidade, mas que era refletida também na sequência da cadeia de manutenção, garantindo um melhor rendimento da mesma. Assim, organicamente cada UEC possuía uma pequena secção de manutenção (normalmente composta apenas por um sargento e duas a três praças) responsável pela manutenção de 1º e 2º escalão (Aparício, 2015). Os Pel A/D executavam por sua vez, a manutenção até 4º escalão (ainda que parcialmente), através da deslocação dos técnicos às unidades (ou locais onde se registavam as avarias) para aí desenvolverem as reparações de maiores dimensões¹⁷. O tenente-coronel Aparício (2015) comenta que devido à elevada experiência dos sargentos mecânicos, da sua secção de manutenção, e liberdade de atuação que detinham, eram aqueles que efetuavam muitas das reparações de maior dimensão, recorrendo em primeira instância ao processo de canibalização (abreviando o período de resposta que muitas das vezes era demorado).

De acordo com os novos aspetos de apoio do serviço de material no TO de Angola, competiam aos Pel A/D as seguintes tarefas (AHMEME, 1964, DIV/7B/29/340/8):

- 1) Constituir um depósito avançado de munições;
- 2) Constituir um depósito avançado de sobressalentes;
- 3) Constituir uma oficina de reparações (3º escalão);
- 4) Apoiar as unidades:
 - a) Através de visitas de apoio técnico visando a assistência, aconselhamento e formação de manutenção de 1º e 2º escalão e ainda no

¹⁷ Cada Pel A/D era organicamente constituído por 61 militares (um oficial, 11 sargentos e 49 praças), localizados em Luanda, Salazar, Cabinda, H. Carvalho, Toto, Caombo, Nambuanguongo, Luso, Ambrizete, Nova Lisboa, S. Salvador, C. Cubango, Sanza Pombo, Negage, Quibaxe, G. Coutinho, totalizando 16 em todo o TO (AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3, pp. 84-85).

- cumprimento das disposições regulamentares afetas ao serviço de material;
- b) Deslocando-se até às mesmas e executar o reforço de manutenção até 4º escalão.
- 5) Eventualmente possuir uma reserva de material;
- 6) Auxiliar, excecionalmente, os restantes serviços através de apoios nas suas oficinas.

Outro registo assinalável, centrava-se nos quadros de pessoal das secções de manutenção, uma vez que não se encontravam completos, resultante da falta de efetivos com competências técnicas e ainda pela impossibilidade de constituir os pelotões de manutenção dos batalhões (apesar de constarem em quadro orgânico dos batalhões). Razões pela qual se tenham exercido esforços, sob a forma de proposta, no sentido de habilitar os Pel A/D com ferramentas complementares de modo a possibilitarem as intervenções de 4º escalão, evitando assim a todo custo as dispendiosas evacuações para o órgão base (a companhia de recuperação)¹⁸ (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86).

O volume de trabalho acumulava-se e exigia cada vez mais aos especialistas, que eram em número insuficiente relativamente aos quadros orgânicos de pessoal, com a agravante de ao longo do conflito se verificar um incremento no seu défice. Consequentemente os problemas no seio destas subunidades emergiam, assinalando-se elevados problemas administrativos e disciplinares (idem). Por sua vez, também os equipamentos e as ferramentas necessárias para o desempenho das tarefas de manutenção acusavam elevado desgaste carecendo de substituição. Para agravar a situação e face à ausência de oficiais do Quadro Permanente (QP), recorria-se aos oficiais milicianos para comandar os Pel A/D, recaindo nos mesmos a exclusividade do comando, a partir de 1964. Pela sua inexperiência técnica bem como de comando, uma vez que eram bastante jovens, apresentavam menores competências e desempenhos no exercício das atividades de manutenção. Contrastando, os sargentos do QP eram por seu turno, de forma generalista, bastante competentes no exercício das suas tarefas. Ainda assim havia a necessidade em contratar mecânicos civis para minimizarem estas contrariedades (AHMEME, 1968, DIV/7B/29/340/8).

Para colmatar esta problemática valiam os reforços que se haviam implementado nas UEC, capazes de desempenhar a manutenção de escalão superior e que resolviam muitas das reparações evitando a deslocação dos Pel A/D (Aparício, 2015).

¹⁸ Esta proposta acabou por não ser efetivada uma vez que os próprios recursos eram cada vez mais insuficientes para as necessidades atuais, o que invalidou a proposta.

c. O Agravamento das Dificuldades

Para Monteiro (2013) o isolamento internacional que Portugal conheceu, decorrente da decisão que o governo tomou em prol da integridade do seu império e perante a iminente guerra subversiva, permitiu encetar esforços sob a consciente posição que se enfrentaria uma guerra demasiadamente prolongada. Pese embora essa consciência, o avanço “rápido e em força” para Angola, conforme o professor doutor Oliveira Salazar ordenou, conheceu um processo logístico extremamente eficaz, mas que paulatinamente se deparava com adversidades de diversa ordem. A adição de novos TO, nomeadamente em 1963 da Guiné e no ano seguinte de Moçambique, contribuíram para a dispersão e conseqüentemente para a criação de novas linhas de esforço. À redução de efetivos associava-se igualmente a menor especialização dos militares, sendo cada vez mais difícil o cumprimento das missões.

Conforme se verifica no relatório de situação logística, na execução das atividades de manutenção, os técnicos militares eram insuficientes para um TO global de grandes dimensões, mas igualmente devido ao material que acusava maiores necessidades de manutenção. Esta vicissitude impunha a que o Exército recorresse amiúde a serviços técnicos civis de empresas representantes, o que acabava por ser bastante oneroso, mas que era na prática a única solução que se dispunha (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86). É possível ainda constatar o impacto psicológico, na forma negativa, sobre os militares quando a manutenção não era executada, verificando-se uma relação direta na afetação do seu moral¹⁹. Verifica-se ainda o facto do material, evolutivamente mais desgastado (ao que implicitamente se encontravam associadas maiores necessidades em termos de manutenção), traduzir um maior encargo em termos de recursos, não só financeiros, mas também de mão-de-obra especializada. Condição que para Portugal (numa fase final do conflito), decorrente da lassidão inerente, se revelava claramente com maiores dificuldades de concretização (idem).

Em suma e salvo pequenas exceções, aquando da introdução de algum equipamento e armamento ou então a substituição desses, a ampla maioria foi durante toda a campanha militar o mesmo, estando assim sujeito a um elevado desgaste a que se associavam maiores necessidades de manutenção e reparação. Simultaneamente o inimigo conhecia francas melhorias, traduzidas pelo esforço de rearmamento e reequipamento, elevando assim expressivamente o seu poten-

¹⁹ Devido ao aumento de eventuais agravamentos no material comprometendo as missões e elevando os riscos das operações.

cial relativo de combate. Esse reforço de material teria posteriormente um forte impacto nos nossos meios devido aos efeitos que causava²⁰.

Para atenuar esta problemática e de acordo com o general Loureiro dos Santos (2015) e igualmente corroborado pelo tenente-coronel Aparício (2015), a robustez dos equipamentos utilizados pelo Exército português nas campanhas militares de Angola, foi determinante para a missão do Exército. Apesar das inúmeras contrariedades²¹, os meios empregues eram fiáveis e adequados para o cenário em questão. O sucesso das operações foi possível graças à preparação que Portugal exerceu para enfrentar uma guerra que se antevia²², tendo implicado uma fundamental reestruturação logística de modo a adaptar-se às operações subversivas.

3. O Apoio de Pessoal

De acordo com o manual O Exército na Guerra Subversiva, “o potencial humano é a riqueza de maior valor à disposição das Forças Armadas, a mais cara e a mais difícil de substituir” (1963, vol. V, cap. I, p. 15).

A gestão adequada dos recursos humanos deve constituir-se como uma das maiores preocupações do comando em todos os escalões. Em guerra convencional uma eficiente administração do pessoal é um fator de grande importância para o sucesso das operações. Em guerra subversiva, dado o extraordinário valor que representa o fator moral, esta eficiência tem ainda maior relevância. Para a conquista das populações é imprescindível um elevado moral e uma completa noção do valor que cada militar, individualmente, pode representar (idem, cap. I, p. 1).

As atividades referentes a pessoal, nomeadamente a manutenção do efetivo, administração do pessoal, desenvolvimento e manutenção do moral, manutenção da disciplina, lei e ordem e administração do potencial humano, são, em guerra subversiva, semelhantes às desenvolvidas em guerra convencional, havendo especial cuidado com as relacionadas com o desenvolvimento e manutenção do moral das tropas. (idem, cap. I, p. 2).

²⁰ Destaque para os meios anticarro, onde o inimigo através de minas e armas portáteis para esse fim, provocava pesadas baixas nas nossas forças (Aparício, 2015).

²¹ Decorrentes não só das características do TO, mas essencialmente devidas às lacunas identificadas (meios necessários para efetuar a manutenção como seria desejável) e que evolutivamente se agravavam.

²² Portugal decidiu afastar-se politicamente dos EUA, o que conduziu à reorientação dos esforços do governo. Relançava a defesa das províncias e retrocedia face à NATO (Monteiro, 2013).

a. Efetivos

Os DL 41559 e 41577, aprovados no início de 1958, alteraram a organização militar do império. Os efetivos foram aumentados e as forças ultramarinas deixaram de ter como objetivo reforçar a metrópole em caso de guerra, como era a anterior filosofia. Este novo conceito permitiu que as unidades militares das províncias ultramarinas se dispersassem e deixassem de estar concentradas nas capitais.

Após incidentes no norte de Angola, em janeiro de 1961, foram enviadas para esta província quatro companhias de caçadores especiais e uma companhia de polícia militar, em reforço à guarnição normal, perfazendo um total de cerca de 6500 militares, sendo este o efetivo ao eclodir da guerra em Angola, em 15 de março de 1961 (Monteiro, 2013, p. 732).

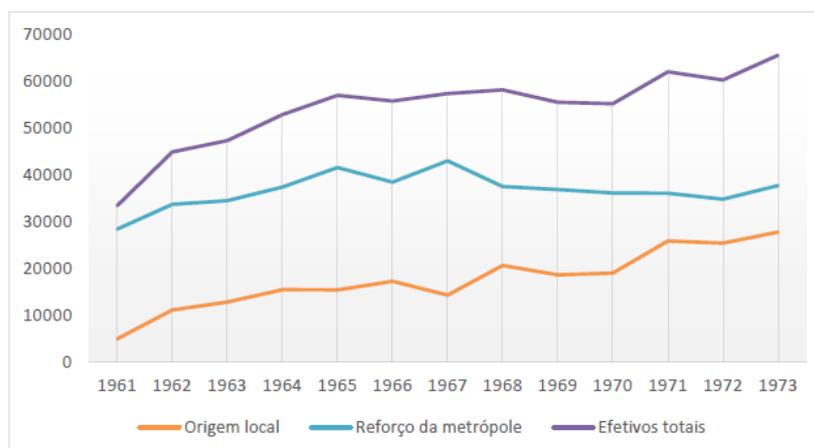
Em 13 de abril de 1961, perante a evidente gravidade da situação vivida no norte de Angola e a necessidade de medidas militares de maior amplitude, o professor doutor Oliveira Salazar ordenou o envio de expedições militares para Angola. Os primeiros efetivos militares de reforço chegam em um de maio a Angola (Afonso & Gomes, 2000, p. 40).

Tabela nº 1 – Mapa de Efetivos da 1ªRep/EME no TO de Angola referidos a 31 de dezembro

Ano	Efetivos de origem local	Efetivos de reforço (metrópole)	Efetivos totais
1961	5 000	28 477	33 477
1962	11 165	33 760	44 925
1963	12 870	34 530	47 400
1964	15 525	37 418	52 943
1965	15 448	41 625	57 073
1966	17 297	38 519	55 816
1967	14 369	43 051	57 420
1968	20 683	37 547	58 230
1969	18 663	36 911	55 574
1970	19 059	36 174	55 233
1971	25 933	36 127	62 060
1972	25 461	34 856	60 317
1973	27 819	37 773	65 592
Total	229 292	476 768	706 060

Fonte: Silva, 2010, p. 7.

Figura nº 2 - Evolução dos Efetivos do Exército no TO de Angola referidos a 31 de dezembro



Fonte: Silva, 2010, p. 7.

Da análise dos dados acima apresentados, observa-se que:

- Ao longo de 13 anos de conflito os efetivos do Exército presentes no TO duplicaram;
- A partir de 1968 os efetivos oriundos da metrópole estabilizaram, sendo que o efetivo crescente foi alcançado com recurso ao recrutamento local;
- A metrópole contribuiu sempre com mais efetivos do que o recrutamento local.

Os efetivos de origem local quintuplicaram ao longo do conflito. Este processo que foi denominado de “africanização”, proporcionou unidades mais baratas e mais eficazes que as metropolitanas, as quais compensaram ainda a escassez de efetivos que o prolongamento da guerra exigiu e que a demografia de Portugal já não conseguia fornecer (Afonso & Gomes, 2000, p. 339).

Estes efetivos possuíam profundo conhecimento do terreno e completa adaptação ao meio, tendo sido ainda utilizados como fonte de informações e como agentes de contrainformação. Em Angola, o seu emprego foi fracionado em múltiplas organizações, dependentes de organismos distintos, integrando elementos de proveniências diversas, desde refugiados catanguenses²³ e zambianos a antigos guerrilheiros (Afonso & Gomes, 2000, p. 340).

²³ Militares e polícias zaienses da região do Catanga, exilados por se oporem ao regime de Mobutu.

No âmbito das campanhas em Angola, foram mobilizadas as unidades abaixo discriminadas, (Tabela nº 2) sendo que, em média, a duração da permanência em África nunca foi inferior a dois anos.

Tabela nº 2 - Unidades Mobilizadas para TO de Angola de 1961 a 1974

Designação	Número Unidades	Designação	Número Unidades
Batalhão de Artilharia	37	Destac. Foto-Cine	4
Batalhão de Caçadores	137	Destac. Inspeção de Aguas	6
Batalhão de Cavalaria	31	Destac. Manut. Mat. Eléctrico	6
Batalhão de Intendência	1	Destac. Manutenção Material	15
Bateria de Artilharia	17	Destac. Mistos Cirurg. Reanimação	6
Bateria de Artilharia Antiaérea	5	Destac. Sanitário	1
Comando de Agrupamento	37	Destac. Inspeção de Alimentos	40
Comando Operacional	3	Destac. Sapadores Cam. Ferro	2
Companhia de Recompentamento	1	Equipa Sanitária Detec. Doenças Tropicais	2
Companhia de Artilharia	175	Grupo de Artilharia de Campanha	3
Companhia de Auto Macas	1	Pelotão de Apoio Directo	88
Companhia de Caçadores	539	Pelotão de Artilharia Antiaérea	28
Companhia de Cavalaria	128	Pelotão de Caçadores	10
Companhia de Comandos	10	Pelotão de Canhões sem Recuo	21
Companhia de Construções	12	Pelotão de Intendência	67
Companhia de Engenharia	22	Pelotão de Morteiros	141
Companhia de Intendência	16	Pelotão de Polícia Militar	19
Companhia de Polícia Militar	21	Pelotão de Reconhecimento	12
Companhia de Sapadores	5	Secção de Cães de Guerra	13
Companhia de Transportes	23	Secção de Lança-Chamas	2
Deleg. do depósito base de víveres	1	Secção de Projectores	15
Deleg. Lab. Milit. Prod. Quimic. Farmac.	1	Secção de Radares	4
Depósito Avançado de Víveres	17	Secção de Transportes	10
Destac. de Cirurgia Móvel	1	Sub-deleg. Lab. Milit. Prod. Quimic. Farmac.	2
Destac. de Intendência	40	Total	1798

Fonte: Martins, 2013, p. 9.

b. Pessoal Militar

Em 1961, quando se iniciou o conflito em Angola, o serviço militar era obrigatório para os cidadãos masculinos, tendo uma duração de 24 meses.

O sistema de administração de pessoal era complexo. Este começava pelo recenseamento anual dos contingentes disponíveis. Seguia-se a inspeção sanitária feita pelas juntas de recrutamento, que procediam ao alistamento de todos os que não tivessem sido isentos do serviço militar. A classificação do contingente (distribuição pelos diversos ramos, armas e serviços) era efetuada de acordo com certos pressupostos, que incluíam destreza física, habilitações literárias e a qualificação profissional anterior. Seguia-se a incorporação dos recrutas, que se apresentavam no centro de instrução que lhes fora destinado. O recrutamento para os QP de oficiais e sargentos fazia-se sempre por voluntariado (Afonso & Gomes, 2000, p. 410).

A preparação do contingente geral era feita em três fases:

- A instrução básica era ministrada nos centros do mesmo nome (nove semanas);
- A instrução especial era dada em centros também assim designados (sete semanas);
- A instrução de aperfeiçoamento operacional era ministrada às unidades mobilizadas (três semanas).

O contingente instruído pelo Exército permitia a mobilização de 60000 homens/ano. As rotações para a guerra eram feitas por unidades constituídas (pelotões, companhias, batalhões) ou por substituição individual. (Afonso & Gomes, 2000, p. 411).

(1) Oficiais do Quadro Permanente

Pelo papel fundamental de liderança e enquadramento que desempenharam no TO de Angola, considera-se pertinente abordar em particular quais as circunstâncias que envolveram o apoio de pessoal no âmbito dos oficiais, nomeadamente no posto de capitão, que segundo o tenente-coronel Aniceto Afonso (2000, p. 550), eram “os homens do posto-chave”.

O início da guerra de África em Angola levou a um incremento dos candidatos à escola de formação dos oficiais do QP do Exército, a Academia Militar (AM). No entanto, com o desenrolar das campanhas, a situação de recrutamento agravou-se a partir do ano letivo 1966/67, tendo atingido valores de admissões inferiores a 10% das vagas então abertas em 1969/70. Para se compreender a extensão do problema, em 1963/64 a AM tinha 993 cadetes

e oficiais-alunos, tendo esse número atingido valores da ordem dos 250 em 1973/1974 (Borges, 2009, p. 13).

Tabela nº 3 – Dados Estatísticos

Ano letivo	Vagas	Concorrentes	Admissões	Tirocínio
1960/61	260	381	174	97
1961/62	265	559	257	68
1962/63	266	444	266	79
1963/64	200	392	180	93
1964/65	262	307	137	102
1965/66	350	283	129	126
1966/67	377	199	90	146
1967/68	410	175	90	97
1968/69	430	149	58	60
1969/70	460	113	33	68
1970/71	463	160	77	50
1971/72	550	169	103	66
1972/73	495	162	81	40
1973/74	243	155	88	34
Total	5031	3648	1763	1126

Fonte: EME, 1973, p. 315 e Borges, 2009, p. 14.

(2) Oficiais de Complemento

Os elementos alistados no Exército que frequentassem cursos superiores eram destinados aos Cursos de Oficiais Milicianos (COM). Estes cursos articulavam-se em dois ciclos, com a duração de 11 semanas cada. O ciclo inicial, ministrado na agora extinta Escola Prática de Infantaria, consistia na instrução base, ao qual se seguia o segundo ciclo que funcionava nas várias escolas práticas ou centro de instrução específicos, de acordo com a especialidade do instruendo (Borges, 2009, p. 15).

Até ao início das campanhas em África, era ministrado um COM por ano. A partir de 1961 até 1966, foram ministrados três por ano, sendo que de 1966 até ao fim das campanhas funcionaram quatro turnos por ano.

As carências de subalternos teriam repercussões ao nível do quadro de capitães, que até 1970 eram do QP. Para mitigar o problema, em 1966, foram criados cursos de promoção a capitão para oficiais milicianos (tenentes), que foram convocados para o efeito, à média de 100 por ano. Estes cursos, normalmente bianuais, destinavam-se a preparar capitães para o comando de companhias a mobilizar. A partir 1970, porque esta medida começou a revelar-se insuficiente, foi determinada a formação de capitães com base em instruendos do COM. Estes eram selecionados no final do segundo ciclo do COM, após o que seguiam para o Ultramar para cumprir

estágio de quatro meses como adjuntos numa companhia operacional, voltavam à metrópole para fazer um curso de cinco meses de comandantes de companhia e eram mobilizados para o comando de uma companhia. O número de capitães formados por esta via de emergência foi em média de 160 por ano. (EME, 1973, p. 321)

c. Moral e Serviços de Pessoal

Combater noutra continente, entre povos e culturas diferentes, o afastamento dos familiares, a distância física de Portugal e a pressão do ambiente de guerra, foram fatores que influenciaram o estado moral dos militares portugueses em Angola (Afonso & Gomes, 2000, p. 288).

No início do conflito, Portugal não dispunha nem de enquadramento legislativo nem de meios institucionalizados apropriados, de apoio a militares em situação de guerra. Não existia legislação prevista para regular os casos de morte e ferimento em combate, nem para apoio às famílias dos militares mobilizados. O Movimento Nacional Feminino e a Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa foram as organizações que, na metrópole, procuraram suprir as lacunas no apoio às famílias (Afonso & Gomes, 2000, p. 277).

Tendo em conta a preponderância da religião católica na sociedade portuguesa à data da campanha militar em Angola, a atuação dos capelães assumia particular destaque na consciência moral dos militares e na sua capacidade de resistência na adversidade. De facto, a celebração semanal da missa, a Páscoa e a época natalícia tinham um efeito psicológico positivo e de incremento da moral nas unidades, visto que permitia aos militares cumprir rituais e tradições culturais que estavam enraizadas na sua identidade como portugueses (Afonso & Gomes, 2000, p. 289).

Tendo em conta as características adversas do meio ambiente, a natureza do inimigo e as condições de isolamento em que as unidades viviam, foi considerado fundamental haver uma descentralização nas atividades recreativas, sendo disponibilizados os meios e verbas aos batalhões e companhias e nomeado um oficial que procurasse desenvolver estas atividades em cooperação com a população. O desenvolvimento de atividades neste âmbito teve um papel preponderante, visto que, além de proporcionar às tropas menos empenhadas a fuga à monotonia e rotina, possibilitava distração mental às unidades envolvidas em operações de maior intensidade, tendo funcionado também como meio para uma maior aproximação entre militares e civis (Santos, 2015).

O clima adverso em Angola, a constante insegurança das unidades que operavam em áreas sublevadas e os reflexos de natureza física e psíquica que esses factos originavam levaram à criação de zonas de repouso em regiões que oferecessem boas condições climáticas e de segurança, nomeadamente na

capital. As unidades podiam beneficiar de período de repouso em zonas dentro de Angola, por espaço de tempo e com periodicidade variável consoante a natureza da região em que atuavam e da missão que desempenhavam (Santos, 2015).

O Serviço Postal Militar (SPM) é um elemento com reflexos positivos no nível moral das tropas e conseqüentemente no rendimento operacional das unidades.

Logo desde o início do conflito, se constatou a incapacidade dos serviços de correio de Angola e das estruturas militares existentes em efetuarem de forma eficaz a distribuição de toda a correspondência destinada aos militares em campanha (Barreiros, 2004).

Foi neste contexto que se tornou indispensável criar e operacionalizar um serviço militar, que fizesse a receção e distribuição da correspondência dos militares, mantendo por razões de segurança, o sigilo do local das forças em operações.

Em 23 de junho de 1961, S. Exa. o CEME, General Câmara Pina, determinou que se ativasse um serviço de correios militar que satisfizesse as necessidades decorrentes do incremento exponencial de militares presentes no TO. Este serviço estabelecia-se através de uma cadeia contínua de órgãos postais militares desde a metrópole a todas as áreas em que se desenvolviam operações. O quadro inicial do SPM foi constituído exclusivamente por funcionários civis da administração geral dos correios, telégrafos e telefones e dos correios telégrafos e telefones do Ultramar (Aparício, 2015).

O serviço foi operacionalizado através da existência na metrópole de estações postais militares centrais, onde era concentrada toda a correspondência para efeitos de expedição e entrega, após o qual era selecionada e organizada por local de destino. A correspondência deveria conter um código de endereço de quatro algarismos, sendo que os primeiros três diziam respeito à unidade e o último indicava a província ultramarina, que no caso de Angola correspondia ao algarismo seis (Aparício, 2015). O meio de transporte amplamente empregue, entre a metrópole e Angola foi o meio aéreo, com vista a reduzir o tempo de entrega e recolha. No TO de Angola foi estabelecida a estação postal principal n.º 6, onde a correspondência era separada para ser encaminhada e distribuída pelos postos avançados de correspondência, que apoiavam até um efetivo máximo de 2500 militares. Para entrega nos locais isolados, foram constituídas as estações postais militares auto (itinerantes). Nos comandos e unidades foram ativados postos de correio onde os militares podiam recolher e entregar a sua correspondência (Aparício, 2015).

No âmbito das entrevistas conduzidas, foi ressaltado pelos oficiais entrevistados que o SPM na província de Angola funcionou de forma irrepreensível,

nunca tendo falhado, mesmo nos locais mais inóspitos, difíceis e isolados (Santos, 2015), sendo que os aerogramas²⁴, cartas e encomendas chegavam habitualmente em tempos inferiores a 15 dias (Aparício, 2015).

Conclusões

Em 1961 a doutrina logística teve que ser reformulada e adaptada para ações de contrassubversão. A insuficiência em recursos naturais, demográficos e financeiros, a natureza subversiva da guerra, a enorme distância do TO para a metrópole e a longa duração do conflito, tornaram a permanência de Portugal em África numa missão ambiciosa.

A expansão das indústrias militares para África, nomeadamente os estabelecimentos fabris do Ministério do Exército, permitiu acionar uma rede de órgãos logísticos avançados adaptada ao dispositivo tático, que foram capazes de garantir o apoio necessário às unidades, nomeadamente às que se encontravam onde os conflitos de maior intensidade ocorriam, sendo assim decisivos para a sustentação do esforço de guerra em África pela relativa autonomia face ao estrangeiro que foram capazes de assegurar, concretamente no que diz respeito à produção de grande parte das munições e armamento ligeiro utilizados, equipamento pessoal, medicamentos, víveres e à reparação e manutenção de meios. A descentralização das estruturas de apoio foram o resultado da adaptação do sistema logístico às características do TO, visando responder às necessidades operacionais das nossas forças.

Mesmo com a existência de uma enorme distância entre Portugal e o TO e posteriormente com as limitações às importações, foi conseguida a manutenção de um apoio de excelência às tropas com o aproveitamento dos recursos existentes em Angola, de tal forma que nunca foi sentido a existência de dificuldades em relação aos abastecimentos.

Demonstramos como foi efetuado o sistema de reabastecimentos para e no TO de Angola e em que condições foram feitos. Com base nas entrevistas efetuadas ao general Loureiro dos Santos (2015) e ao tenente-coronel Aparício (2015), foi possível comprovar a qualidade do ApSvc durante o conflito e como a sua efetividade no terreno capacitou as nossas forças de forma a manterem a operacionalidade. Deste modo, consideramos terem existido algumas perturbações no término dos conflitos, de baixo valor a nível operacional devido à existência de três TO.

²⁴ Impresso-carta, isento de porte e sobretaxa aérea, constituído por uma folha de papel com peso máximo de 3 gramas, que depois de dobrado não poderia exceder os limites máximos de 15x10,5 cm (Aparício, 2015).

Analisámos de seguida a função logística Manutenção, nomeadamente como foi efetuada a manutenção de unidade e intermédia. O complexo fornecimento de sobressalentes e os insuficientes recursos humanos técnicos foram resultado da lassidão que Portugal enfrentou nas campanhas militares ultramarinas. Contudo, podemos afirmar que apesar dos problemas registados em termos logísticos, os mesmos não foram mais graves devido à fiabilidade dos equipamentos utilizados e ao serviço efetuado pelos órgãos de manutenção.

A reestruturação efetuada de modo a adaptar as atividades de manutenção às características do TO e as reformulações ocorridas durante o conflito revelaram-se fundamentais para que o serviço fosse desempenhado o mais eficazmente possível.

Por fim, analisámos o ApPess segundo as suas funções específicas. Da análise efetuada verificámos que o volume de efetivos não parou de crescer até 1974. Se os efetivos globais não cessaram de crescer, o mesmo não se pode concluir dos candidatos a oficiais do QP que concorriam à AM. A acentuada quebra de novos ingressos nos QP, particularmente a partir de 1968, resultou numa diminuição no número desses oficiais nos postos de capitão e subalterno.

Vimos também que foram realizadas diversas atividades no âmbito da manutenção do moral, com o objetivo de reduzir o impacto psicológico que o conflito provocava nos militares. Neste âmbito, os capelães e os grupos de atividades recreativas tiveram um papel relevante, a par do SPM que mereceu especial atenção dos mais altos escalões de comando. Estas atividades foram executadas por forma a se evitar lacunas que pudessem conduzir a uma diminuição do moral.

Com a evolução do conflito foram surgindo constrangimentos, no entanto o ApPess sempre supriu as necessidades com os meios e recursos que tinha à sua disposição. Consideramos que o ApPess foi adequado e eficiente para o desenrolar da campanha no TO de Angola.

Referências Bibliográficas

- Abril, C. d. D. 2. d., 2012. *Treze Anos de Guerra: Logística*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=logistica> [Consult. 06 Mar. 2015].
- Afonso, A e Gomes, C.M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A., 2009. *Aspectos da Guerra Colonial (1961-1975)*. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=15621> [Consult. 22 Dez. 2014].
- Afonso, Al., 2010. *Navios Roll-on/Roll-off*. Disponível em: <http://www.projetomemoria.org/2010/03/navios-roll-onroll-off/> [Consult. 14Mar. 2015].

- AHMEME, 1962. DIV/2/2/163/6. *Organização Territorial e Principais Bases da Organização do Apoio Logístico*.
- AHMEME, 1962. DIV/7B/29/3/342/23. *Reorganização e Funcionamento do Serviço de Intendência*. Luanda.
- AHMEME, 1964. DIV/7B/29/340/8. *Novos Aspetos de Apoio do Serviço de Material na Região Militar de Angola*.
- AHMEME, 1968. DIV/7B/29/340/8. *Relatório*.
- AHMEME, 1969. DIV/2/2/176/2. *Relatório Anual 1969, Região Militar de Angola, Quartel-General, 4ª Repartição: Logística*.
- AHMEME, 1970. DIV/7B/30/344/3. *Organização Territorial de Campanha*.
- AHMEME, 1972. DIV/7A/73/10/114/85. *Relatório de Situação Logística*.
- AHMEME, 1972. DIV/7A/73/10/114/86. *Relatório de Situação Logística*.
- AM, 1959. *Anuário de 1958/1959*.
- AM, 1974. *Anuário de 1973/1974*.
- Aparício, J., 2015. *O Apoio de Serviços em Angola*. Entrevistado por Costa, T., et al. Pedrouços, 19FEV15.
- Alves, J., 2013. *A Logística das Forças Armadas em Operações de Apoio à Paz, de Estabilização, de Apoio ao Desenvolvimento e de Ajuda Humanitária*. IESM.
- Barreiros, E. e Barreiros, L., 2004. *História do Serviço Postal Militar / History of Portuguese Military Postal Service*. Lisboa: Edição de Autor.
- Barreiros, E. e Barreiros, L., 2009. *Guerra Colonial 1961-1974 * Aerogramas Militares * O M.N.F. e o Serviço Postal Militar*. Disponível em: http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15 [Consult. 22 Dez. 2014].
- Borges, V., 2009. *Academia Militar e a Guerra de África – A Formação de Quadros 1960-1974*. AM.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril, Atena, Lda.
- Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses fizeram a Guerra de África*. Lisboa, Prefácio.

- CECA, E., 1997. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) (2º Volume – Dispositivo das Nossas Forças – Angola)*. 2ª Ed. Lisboa.
- CECA, E., 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) (6º Volume – Aspectos da Actividade Operacional – Tomo I Angola – Livro 1)*. 1ª Ed. Lisboa.
- Coimbra, U., 2012. *Treze Anos de Guerra: Logística*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=logistica> [Consult. 06 Mar. 2015].
- Comando da Logística, 1995. NEP 9-4.01 *NEP's dos Serviços de Material*. Direção dos Serviços de Material.
- Comando da Logística, 2008. NEP/DMT.40.500/12/CMDLOG *Definição do Conceito de Manutenção de Material*.
- EME, C., 1966. *Parecer*. Lisboa.
- EME, 1973. *Anuários da Guerra de África*.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 OPERAÇÕES*.
- Exército Português, 2013. *PDE 4-00 LOGÍSTICA*.
- Fraga, L.A., 2014. *A Guerra Colonial (1961-1974)*. s.n..
- Guerra Colonial, 2014. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/home> [Consult. 22 Dez. 2014].
- Instituto de Estudos Superiores Militares, 2010. *ME-51-30-07 PESSOAL EM CAMPANHA*.
- Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014. *NEP/ACA – 010 Trabalhos de Investigação*.
- Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014. *NEP/ACA – 018 Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM*.
- Lé, N., et al, 2012. *O Serviço de Funerais e Registo de Sepulturas na Guerra do Ultramar e nas Forças Nacionais Destacadas*. EPS.
- Lopes, L., 2009. *Contra-subversão em África*. Disponível em: <http://www.forum-paraquedistas.com/index.php?PHPSESSID=ppf6doquima03upe3kpe2p65a2&topic=2061.0> [Consult. 22 Dez. 2014].
- Luz, J., 2001. *A Complementaridade da Logística Civil num Teatro de Operações*. IAEM.
- Martins, J., 2013. *Fábricas de Soldados*. Lisboa: Edição de Autor.

- Mendes, M., 2010. *MVL*. Disponível em: <https://cc3413.wordpress.com/tag/mvl/> [Consult. 16 Mai. 2015].
- Mesquita, T., 2011. No início e no fim da Guerra em Angola. *Revista Militar*, Volume junho/julho.
- Ministério da Defesa Nacional, 1971. *DL n.º 478/71 de 06 de Novembro*, Lisboa: Diário do Governo - 1.ª Série, Nº 261-Suplemento, de 06.11.1971, Pág. 1698-(1).
- Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*, vol. I.
- Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*, vol. V.
- Monteiro, P.S., 2013. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África. *Revista Militar* N.º 2539/2540, 725-764.
- Nunes, A., 2014. Os Assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o Massacre de 15 de Março no Norte de Angola – Antecedentes. *Revista Militar* N.º 2545/2546. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=906 [Consult. 17 Mar. 2015].
- Priberam Dicionário, 2015. *Cabotagem*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/cabotagem>. [Consult. 26 Mai. 2015].
- Quivy, R. et al, 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Ed. Lisboa, Gradiva.
- Reis, J., 2012. Guerra Subversiva – Lições Aprendidas e Contributos para o Reajustamento da doutrina Nacional. *Boletim Ensino / Investigação* Nº 12, 37-65.
- Santos, J., 2015. *O Apoio de Serviços em Angola*. Entrevistado por Silva, N., et al. Lisboa, 04FEV15.
- Sebastião, E., 2010. *A Sustentação Logística das FND. Um Modelo Conceptual para as Forças Armadas Portuguesas*. IESM.
- Silva, A., 2010. *Guerra de África (1960-1975) Comando de Companhias de Combate*. Lisboa: Edição de Autor.
- Silva, J., 2012. *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*. AM.
- Tavares, J., 2013. A Logística do Exército em África (1961/74): Princípios, funções e organização. *Revista Militar* N.º 2535. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=815 [Consult. 28 Nov. 2014].

TRANSPORTE, APOIO SANITÁRIO E INFRAESTRUTURAS

Autores

Cap Cav Elisabete Maria Rodrigues da Silva
Cap Inf Josias Maia e Silva
Cap Art Emanuel Alves de Sousa
Cap AdMil Tiago Miguel Marques Vilela da Costa
Cap Inf Nuno Miguel Rosário de Almeida

Orientadores:

Maj Cav José Pedro Rebola Mataloto
Maj Eng João Manuel Pinto Correia

Iniciados os movimentos subversivos em África marcados pelo aparecimento de forças irregulares, que atuavam em pequenos grupos, que não se empenhavam decisivamente em combates com as nossas forças, conseguiam dispersar rapidamente e deslocar-se para locais não controlados e facilmente se misturavam no seio da população (Tavares, 2013, p. 287). Este tipo de conflito levou a que no período em análise, fossem empenhados cerca de 800 mil combatentes em três TO, nomeadamente em Angola, Guiné Bissau e Moçambique. Materializando um forte empenhamento de recursos de ordem humana, financeira e material, impondo uma gestão e otimização dos meios disponíveis, durante os 13 anos que durou a campanha.

No TO em análise, em 1961 existiam 110 companhias¹, maioritariamente na Zona de Intervenção Norte (ZIN), inicialmente no esforço, e na Zona de Intervenção Leste (ZIL). Em meados de 1966, houve um aumento de forças para 155 companhias, o que representou um aumento de 40% e já no final do conflito (1974), existiam 182 companhias sendo nesta altura o esforço no leste (Afonso e Gomes, 2000, p. 151).

Este incremento no TO de forças de combate levou a um esforço e uma dinâmica logística com a finalidade de sustentar a manobra das operações.

No contexto do ApSvc e relativamente à função de logística transportes, esta encerra em si a função transportes e o conceito de serviço de transportes (EME, 1963, pp. II.14, III.32), as quais, após analisadas estão diretamente relacionadas com o conceito atual da função logística movimentos e transporte, englobando por isso as “infraestruturas, instalações, organizações e equipamento necessário à projeção, incluindo as operações de receção, estacionamento,

¹ Companhias de Caçadores.

movimento e integração, sustentação e retração de forças”, as quais estão previstas na doutrina atual (CID, 2013, p. 7.2). Aos Transportes estão associados três níveis de mobilidade: o nível estratégico², o nível operacional³ e o nível tático⁴ (CID, 2013, p. 7.2).

Na atualidade o Apoio Sanitário (ApSan) é uma função logística que engloba um “conjunto de atividades de caráter sanitário que têm por finalidade o aprontamento, a preservação dos efetivos e a recuperação dos indisponíveis” (CID, 2013, p. 5.2). Na época essas responsabilidades estavam atribuídas à função logística denominada evacuação e hospitalização e aos órgãos de execução do Serviço de Saúde.

Em termos doutrinários, a terminologia serviço de construções, nos dias de hoje designa-se como a função logística infraestruturas, definido na doutrina nacional, nomeadamente na PDE 4-00 Logística (2013, p. 5.2), como sendo o “conjunto de atividades exercidas no sentido de dotar todos os intervenientes com as instalações necessárias. Relaciona-se com a conceção, construção, remodelação, manutenção, operação e disposição de instalações para projeção, acomodação, instalação, sustentação e retração das forças.”

Esta análise revela-se pertinente na medida em que permite analisar e compreender o empenhamento militar português no que diz respeito ao ApSvc no TO de Angola. Importa assim refletir acerca de todo o esforço de organização, mobilização e envolvimento das diversas forças, que impôs um novo paradigma logístico que trouxe lições aprendidas ao Exército Português.

1. Evolução Doutrinária e conceptual no período em análise

Em Portugal o conceito moderno de logística surge com a entrada em 1949 para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tirando partido da experiência adquirida no final da segunda Guerra Mundial por parte dos países que participaram no conflito. Associando este facto e a subsequente aproximação aos Estados Unidos da América (EUA), alterou-se o conceito doutrinário de logística tendo como base a doutrina Americana (Tavares, 2013, p. 287).

Assim, a partir de 1953 e com a constituição da Divisão Nun’Alvares⁵ em Santa Margarida foi possível pôr em prática os novos conceitos aprendidos

² Capacidade de deslocar forças a longas distâncias.

³ Capacidade de deslocar forças dentro de uma área de operações.

⁴ Deslocar forças dentro de áreas de responsabilidade.

⁵ Criada em 1953 para responder aos compromissos assumidos por Portugal em relação à NATO. Esta Divisão era a componente inicial do Corpo Expedicionário Português que tinha como missão participar na defesa do sul da França em caso de invasão da Europa Ocidental pelas forças do Pacto de Varsóvia.

e consolidou-se o conceito de ApSvc de grandes unidades, tendo sido elaborado em 1955 o “Regulamento para o Serviço de Campanha” que estava orientado para a guerra convencional (Tavares, 2013, p. 288). O conceito de funções logísticas foi sendo gradualmente introduzido na doutrina portuguesa tendo sido estabelecidas cinco⁶ (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990, pp. 202-203).

No início do conflito a doutrina existente estava direcionada para os conflitos tidos como convencionais, havendo assim necessidade de ajustar a doutrina existente à realidade de uma guerra subversiva dando origem em 1963 à publicação “O Exército na Guerra Subversiva”, que não veio alterar os princípios logísticos (Tavares, 2013, p. 288).

A presença militar no território era reduzida e para conseguir mitigar a falta de presença física por parte das forças armadas no território, houve a necessidade de deslocar meios e pessoal para locais mais remotos, mais próximos da população, garantindo-lhes proteção, apoio social e desenvolvendo a economia local dando um estímulo à população, cativando-a e afastando-a da esfera de influência dos elementos subversivos (Tavares, 2013, p. 289). Para tal, foi necessário criar infraestruturas de raiz em locais onde os acessos eram diminutos ou inexistentes, o que levou a um grande esforço logístico, bem como de um grande empenhamento por parte da engenharia, quer na construção das ditas infraestruturas, quer na apropriação dos itinerários de acesso a estas.

O ApSvc estava estruturado em três níveis: uma base logística em Luanda, áreas logísticas nos comandos de setor e depósitos logísticos nos batalhões (Aparício, 2015).

No início do conflito havia escassez de meios humanos e materiais, mas com a sua evolução essa escassez foi sendo colmatada de forma eficiente por parte do ApSvc de forma gradual até 1974 (EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África, 1988, pp. 292-294).

O ApSvc funcionava de forma bastante eficaz e a maioria dos reabastecimentos utilizava a rede rodoviária, ferroviária e fluvial, sendo que os meios aéreos eram usados principalmente para o transporte de correio e emergências. O apoio funcionava por sistema *PULL*⁷, querendo isto dizer que funcionava mediante requisição, e estas geralmente eram satisfeitas no prazo de oito dias, o que para a época e dado a extensão e estado das linhas de comunicação, podemos afirmar que o ApSvc era eficaz (Aparício, 2015).

⁶ Função abastecimento, evacuação e hospitalização, transporte, serviço técnico, direção logística.

⁷ O sistema de fornecimento *Pull* é orientado para e pelo requisitante, ou seja, há a necessidade de demonstrar uma necessidade através de requisição, para que esta possa ser satisfeita.

A função logística transportes nesta campanha engloba os conceitos de transporte e serviços de transporte (englobados atualmente na função logística: movimentos e transporte), os quais estão presentes ao longo do período analisado até aos dias de hoje, e compreendem, genericamente, todas as atividades necessárias para transferir de localização pessoal, material e recursos, assim como a utilização de meios para os deslocar (CID, 2013, p. 7.2). Particularmente, a função transporte, compreendia as responsabilidades de transporte para a Zona/Teatro, e o transporte no interior da Zona/Teatro. Ao serviço de transporte incumbia a organização e realização dos transportes rodoviários, ferroviários, fluviais, e teleféricos, assim como o estabelecimento de toda a regulação e fiscalização da circulação (EME, 1963, pp. II.14, III.32).

A evolução doutrinária relativamente à função transportes no período em análise revelou ser pouco significativa, quanto às suas reais necessidades no TO de Angola. No início da operação, Portugal não dispunha de doutrina no âmbito dos transportes, relativamente ao tipo de operações que se iriam desenvolver neste teatro. No decurso da operação, assistimos à produção de um guia de “Administração e Logística” para o Exército na guerra subversiva (1963), já no decorrer da campanha militar, com algumas alterações ao nível dos procedimentos doutrinários de então (1955). Esta publicação é reveladora da necessidade de adaptar procedimentos para o tipo de conflito em questão, e igualmente, da necessidade de colmatar algumas lacunas de âmbito logístico face às características subversivas do TO de Angola. Assim, a doutrina relativa aos transportes no período analisado encerra em si grande parte do supramencionado guia, o qual se revelou como fonte primária da doutrina dos transportes à época, destacando-se os seguintes conceitos: a execução de ações conjuntas para coordenação do transporte; a utilização de meios aéreos e de meios rudimentares⁸ como meios complementares dos meios de transporte terrestre e ainda a utilização de meios ferroviários, mas apenas em casos limites (EME, 1963, p. II.15).

No que respeita às ações conjuntas, estas revelaram-se e revelam-se essenciais para as operações, uma vez que a responsabilidade das várias modalidades de transporte, está partilhada entre os ramos. Relativamente à utilização de meios aéreos e de meios rudimentares, estas aglutinam em si os procedimentos inerentes à guerra subversiva, suprimindo eventuais dificuldades de movimentação. Já em 1955 se previa, com uma maior incidência, que o transporte fosse efetuado por cavalos e por carregadores indígenas. Esta última modalidade de transporte, caso fosse necessário, ficaria a cargo do serviço de intendência (EME, 1955, p. 41).

Ainda no que respeita ao serviço de transportes, neste período destacam-se algumas divergências no que diz respeito à fiscalização e regulamentação

⁸ Com recurso a cavalos ou muares.

da circulação. Relativamente a este conceito, as orientações referem medidas de regulação da circulação, recomendando a utilização alternada de itinerários para fazer face a ações inimigas nos mesmos ou às suas condições de traficabilidade. Quanto à observação das regras de circulação, a sua monitorização era efetuada através da ação de comando dos respetivos comandantes, e da ação dos chefes de viatura (EME, 1963, p. I.17).

De salientar, também, a importância dos meios aéreos em complemento à utilização dos meios terrestres, sem nunca os substituírem. No entanto, deveria ser tido em conta a rentabilização destes meios de transportes, sendo estes sempre utilizados numa perspetiva económica, coordenando esforços entre a sua utilização e os ciclos de abastecimento (EME, 1963, p. I.17). Como veremos mais à frente, esta complementaridade é de alguma forma espelhada na evacuação de indisponíveis.

Após as reformas estruturais que o Exército português sofreu, fruto da entrada na OTAN e conseqüentes influências doutrinárias norte-americanas, o ApSan também sofreu alterações. No âmbito da evacuação e hospitalização, tendo como base as referidas alterações conceptuais, de uma maneira geral, numa guerra subversiva, obedecia aos mesmos princípios estabelecidos que seriam aplicados em qualquer outro tipo de conflito.

A evacuação consistia “no processo de remover os indisponíveis para a retaguarda, através de instalações sanitárias sucessivas” (EME - 4ª Repartição, 1955, p. 31), enquanto a hospitalização e o conseqüente tratamento dos indisponíveis manifestava-se na implementação de uma estrutura e organização física. Contudo a função evacuação e hospitalização, segundo o Coronel Fernando Pereira (1968/1969, p. 1) englobava um conjunto de tarefas, cuja finalidade consistia na preservação dos efetivos em pessoal e na recuperação dos indisponíveis, de modo a manter no mais alto nível esses efetivos e evitar os efeitos nocivos que a falta de cuidados prestados a feridos tem sobre o moral das tropas. Este último conceito mais próximo do atual conceito de ApSan.

Doutrinariamente o sistema de evacuação baseava-se em dois princípios fundamentais:

- Não evacuar indisponíveis para órgãos de escalão mais elevado além do que fosse exigido pelo seu estado físico ou situação operacional;
- Competia aos escalões superiores libertar os inferiores dos seus indisponíveis (EME, 1963, p. II.11).

Conceptualmente, a forma de evacuação diferia no emprego de meios consoante as zonas onde fossem aplicadas. De uma forma genérica, a evacuação na Zona de Combate (Z Comb) envolvia o movimento de indisponíveis para os hospitais, normalmente por intermédio de automacas, enquanto que na Zona de Comunicações (ZCom) se deslocavam de forma descontínua

por via férrea, aérea, marítima ou terrestre (EME - 4ª Repartição, 1955, p. 75). As responsabilidades de evacuação também diferiam, sendo que, na ZComb e ZCom seriam da responsabilidade do chefe de serviço de saúde da ZCom. Para a Zona de Interior (ZInt) seria da responsabilidade do serviço de transportes aéreos militares (EME - 4ª Repartição, 1955, pp. 76-81).

Com o início das campanhas de África surge o conceito de regime de evacuação que “estabelece o número máximo de dias de incapacidade dos indisponíveis a reter e a tratar na zona ou teatro de operações” (EME, 1963, p. II.12), este regime variava entre 30, 60, 90, 120 e 180 dias⁹.

No que concerne à hospitalização, de uma forma genérica a ZCom e ZInt deveriam assegurar a hospitalização dos indisponíveis provenientes da ZComb, através de hospitais fixos. A hospitalização na ZComb deveria ser garantida com base em hospitais com características de mobilidade relativa, com capacidade de acomodar indisponíveis. A instalação de hospitais de evacuação e de hospitais cirúrgicos móveis deveria garantir um apoio contínuo e célere no campo de batalha (EME - 4ª Repartição, 1955, pp. 83-84).

Nas campanhas de África, doutrinariamente poder-se-iam adotar os seguintes órgãos sanitários: hospital geral (de carácter fixo), hospital de evacuação, centro de convalescentes, dispensário, hospital cirúrgico móvel e posto de socorros. Tanto os hospitais fixos quanto os móveis regiam-se por uma média de admissão, que definia um determinado número de baixas a admitir num certo período de tempo e para um determinado efetivo. Normalmente expressa numa relação de um dia por um efetivo de 1000 homens dependendo das características da área de operações (EME, 1963, pp. II.12-II.13).

Como já referido anteriormente o conceito de funções logísticas foi sendo gradualmente introduzido na doutrina portuguesa, tendo sido agrupadas por grupos de atividades, sendo que o serviço de construções, por inerência ligado ao serviço de engenharia militar, estaria alocado à "função serviço técnico", função essa que englobava todas as atividades logísticas que não haviam sido incluídas em nenhuma das outras (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990, p. 203).

A doutrina existente relativamente à engenharia e particularmente sobre a área de atividade das construções, baseava-se em alguns manuais técnicos sobre a construção de infraestruturas, manuais esses que no início do conflito foram entregues às unidades combatentes para que pudessem construir as suas próprias instalações, assim como todo o material necessário para o funcionamento do aquartelamento (Santos, 2015).

⁹ Regime de Evacuação proposto pelos comandos subordinados, sujeito a aprovação pelo comandante do TO.

De certa forma, a doutrina existente à época servia somente para padronizar a organização do serviço de engenharia na execução de empreitadas e no abastecimento das suas unidades executantes (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990, p. 271).

A publicação do manual "O Exército na Guerra Subversiva, Cap V Administração e Logística de 1963" veio deste modo limar algumas lacunas nos procedimentos a adotar pelas unidades. Contudo no caso do serviço de construções e em particular o serviço de engenharia militar, veio somente dar orientações gerais sobre a criação de determinados órgãos e o funcionamento dos mesmos, vistos como necessários para o bom e célere funcionamento do serviço de construções, nomeadamente com a criação do Depósito de Material de Engenharia (DME) e os Depósitos Avançados de Material de Engenharia.

No início do conflito, a construção dos quartéis não obedecia, regra geral, a um projeto. Na instrução ministrada na metrópole às tropas e, em particular, aos graduados, eram fornecidas noções teóricas da construção de alguns equipamentos indispensáveis, como o forno do pão, depósitos de água e latrinas, ficando o resto um pouco ao sabor da arte e do engenho dos militares. Só com o desenrolar da guerra se foi melhorando os aquartelamentos e foi adotada a estrutura tipo CANIFA¹⁰ (Afonso e Gomes, 2000, pp. 416-417).

Assim sendo conclui-se que a doutrina empregue no início da campanha era a utilizada para os conflitos convencionais. A nova tipologia de conflito levou o ApSvc a moldar-se e transformar-se organicamente, materializando-se na publicação do manual "O Exército na Guerra Subversiva, V Administração e Logística" em 1963, revelando assim que Portugal não estava preparado para as necessidades de um conflito de natureza subversiva.

2. Organização para a missão

a. Transportes

Relativamente aos meios utilizados na função transportes estes serão divididos de acordo com a sua utilização no TO: meios de transporte no interior da Zona/Teatro¹¹ e meios de transporte para a Zona/Teatro¹².

¹⁰ Este modelo de instalação militar foi estabelecido pelas comissões de novas instalações das Forças Armadas, no âmbito dos programas de modernização militar iniciados na década de 1940. A designação "CANIFA" refere-se à sigla da Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas, organismo que promoveu o projeto e a construção dos quartéis segundo este modelo.

¹¹ Corresponde ao nível operacional e tático da doutrina atual.

¹² Corresponde ao nível estratégico.

(1) Meios de Transporte para a Zona/Teatro

A abordagem relativamente aos meios de transporte utilizados para a Zona/Teatro, correspondente ao atual nível estratégico que, embora não constitua o objetivo desta investigação, não poderiam deixar de ser mencionados pelo impacto que tiveram na condução da função dos transportes “no interior da Zona/Teatro”. Os meios utilizados neste tipo de transporte foram essencialmente meios navais e meios aéreos.

Os meios navais, utilizados em grande parte do período (1961-1972), dizem respeito a navios civis fretados, e eram utilizados para transportar carga e pessoal, na generalidade, efetuadas em bloco, ou seja, por unidade de escalão Batalhão. A partir deste período até ao final da operação, foram utilizados navios comerciais, os quais, conjugados com os meios aéreos, vieram acelerar o fluxo dos transportes no teatro. A utilização destes navios comerciais estava cometida essencialmente para o transporte de cargas, dando origem à criação de um Destacamento Terminal Marítimo (DTM). Este destacamento tinha como tarefas tratar dos assuntos relativos ao despacho da carga (de e para Angola), coordenando os mesmos com as movimentações do pessoal, que se efetuavam por via aérea (QG RMA:4ª Rep, 1972, pp. 27-30).

Relativamente aos meios aéreos, com o surgimento das novas aeronaves Boeing 707 foi possível complementar a capacidade de transporte de pessoal e de carga dos navios, dando origem a uma significativa diminuição na duração e custo do transporte, uma vez que permitiu efetuar transporte aéreo de subunidades como um todo (QG RMA:4ª Rep, 1972, p. 28). A utilização destas novas modalidades de transporte para a Zona/Teatro veio potenciar duas necessidades sempre presentes: a mobilidade e a projeção, uma vez que se garantiu a coordenação do transporte de pessoal com as operações, reduzindo o tempo de permanência de tropas em trânsito na zona de estacionamento em Luanda, aumentando o período de sobreposição durante as rotações, e consequentemente a capacidade operacional das unidades no TO.

(2) Meios de Transporte no interior da Zona/Teatro

Os meios alocados ao nível operacional foram os meios rodoviários, existentes nas Companhias de Transportes (CTransp), meios ferroviários, fazendo uso da rede ferroviária do centro e do norte de Angola, meios aéreos da Força Aérea Portuguesa (FAP) e aviões fretados. Relativamente ao nível tático, para além dos meios orgânicos dos batalhões existentes no TO, eram também utilizados meios navais (lanchas de desembarque), meios aéreos (aviões ligeiros, helicópteros e aviões civis fretados) e meios rodoviários das unidades orgânicas do TO (Monteiro, 2013, pp. 732-737)

As CTransp, meio primário para o apoio de transporte rodoviário às unidades na RMA, eram categorizadas em dois tipos (A e B), consoante os seus meios e sua organização. As CTransp tipo A eram constituídas por oito Secções de Transporte (SecTransp) e tinham 107 homens, as CTransp tipo B, por sua vez, eram constituídas por três SecTransp e cerca de 50 homens. No sul de Angola, foram ainda utilizados meios a cavalo como alternativa para os deslocamentos em terrenos de pouca traficabilidade (Cann, 1998, p. 171).

A tipologia de meios de transporte utilizados teve o seu especial enfoque nos meios da FAP, num TO “caracterizado pela sua vasta área de operações (AOp) para o quantitativo de forças empregues” (Nunes, 2002, p. 31). Não obstante, a utilização dos meios rodoviários, ferroviários e aéreos, baseou-se na criteriosa utilização de infraestruturas de transporte já existentes na AOp. Da mesma forma, a utilização de meios navais (lanchas de transporte de carga) no TO permitiu reduzir alguns custos, em alternativa à utilização de meios rodoviários (QG RMA: 4ª Rep, 1972, p. 29).

(3) Organização

A estrutura do serviço de transporte do TO era inexistente até ao início da campanha, inclusive até 1962. Esta tomou forma com a criação de uma SecTransp na quarta repartição (4ª Rep) do QG da RMA (ver figura nº1), como medida reativa ao início das operações, nomeadamente fruto da necessidade de controlar movimentos e reabastecimentos das unidades no teatro, e controlar movimentos por via aérea e marítima. Relativamente à sua função, a SecTransp coordenava não só o emprego de meios militares, mas também o emprego de meios civis de transporte (aéreos, terrestres ou marítimos) (QG RMA: 4ªRep, 1962, pp. 72-74). Esta estrutura compreendia também, para além da SecTransp sediada em Luanda, algumas secções de transporte junto de alguns Comandos Militares locais, nomeadamente em Cabinda, Nova Lisboa, Luso, Henrique de Carvalho, Teixeira de Sousa e Lobito. Estas eram acionadas operacionalmente e tinham na dependência técnica as CTransp. Estas companhias eram o órgão por excelência da execução do serviço de transportes, executando o transporte de material e pessoal numa zona de ação atribuída. As CTransp tipo A estavam sediadas em Luanda, dando o apoio às áreas norte, centro e sul, enquanto que as CTransp tipo B, sediadas no Luso, davam apoio à zona leste (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 292).

A SecTransp estava vocacionada para a gestão de meios rodoviários, no entanto, era frequente recorrer ao aluguer de viaturas civis, levando a que a sua organização operacional pudesse variar. Relativamente à sua organização, a constituição das CTransp sofreu alterações, tendo aumentado a sua

capacidade de transporte, não apenas relativamente à sua capacidade de carga, mas também ao número de viaturas existentes ao seu nível, mantendo obrigatoriamente uma reserva de cerca de 10% do total de viaturas (QG RMA: 4ªRep, 1962, pp. 72-74).

Em 1972, face à introdução de novos meios de transporte aéreo inter-teatro¹³, o serviço de transporte foi remodelado significativamente ao nível da sua estrutura, tendo sido criado o DTM. Este destacamento veio a otimizar o emprego dos meios, na medida em que levou à divisão das tarefas do movimento e do transporte, nomeadamente de pessoal e de material. Esta reestruturação teve um grande impacto no que respeita aos transportes de pessoal e material, como veremos na análise de operações referentes aos transportes (QG RMA:4ª Rep, 1972, pp. 27-30).

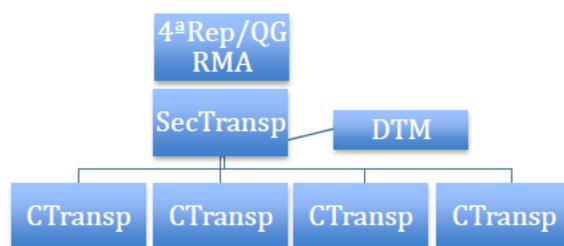


Figura nº 1 – Organograma da SecTransp (1972)

Fonte: adaptado (QG RMA: 4ª Rep, 1972).

b. Evacuação e hospitalização

Apesar de todas as reformas estruturantes e doutrinárias de que o ApSan foi alvo, efetivamente no TO de Angola “em 1961, apenas existia em Luanda uma companhia de serviço de saúde” (EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África, 1988, p. 442) tendo-se recorrido à estrutura hospitalar civil da província, enquanto se criavam os órgãos de apoio essenciais (EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África, 1988, p. 442).

As características do TO, que se traduziam numa grande dispersão de tropas combatentes, grandes distâncias a percorrer, a frequente pobreza da rede de comunicações e o aparecimento de doenças típicas das zonas tropicais provocadas pelas deficientes condições de profilaxia e de higiene. Como consequência das referidas características, houve necessidade de escalonar elementos de Serviço de Saúde até aos mais baixos escalões e de empregar meios aéreos na evacuação (EME, 1963, p. II.11).

¹³ Transporte de pessoal e material, de e para a Zona/Teatro. Com recurso a aviões Boeing 707.

Competia ao serviço de saúde “prestar apoio sanitário às forças militares [...] operando no TO assegurando o seu tratamento, hospitalização e evacuação e medidas de profilaxia em regime de apoio da área” (QG RMA: 4ª Rep, 1973, p. 01.01.01/1). Apesar de na época a evacuação e hospitalização ser uma função logística, o ApSan era da competência do serviço de saúde. Este serviço organizava-se em órgãos de direção e de execução, relativamente aos primeiros a evacuação e hospitalização enquadrava-se no setor médico que tinha como órgãos de execução o Hospital Militar de Luanda (HML), Enfermarias de Sector e as Enfermarias de Estacionamento, conforme figura nº2.

De toda a estrutura organizacional do serviço de saúde irá apenas ser alvo de análise os meios e organização respeitantes à evacuação e hospitalização.

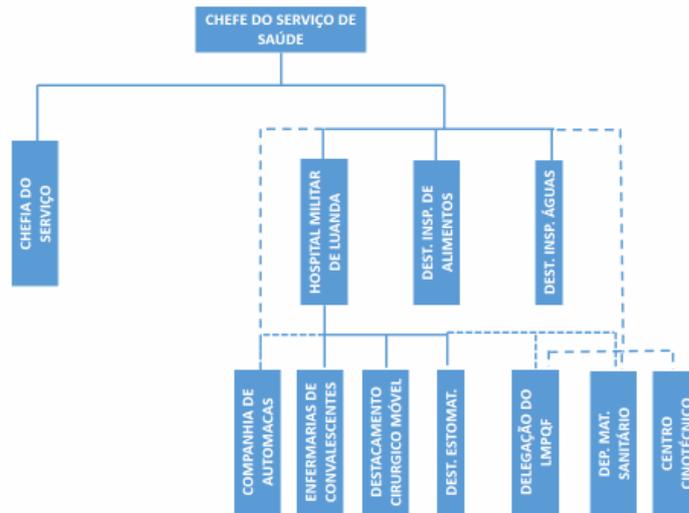


Figura nº 2 – Organograma do Serviço de Saúde na RMA

Fonte: Adaptado ((QG RMA:4ª Rep, 1973).

O número crescente de efetivos e de unidades no TO impôs um apoio médico eficiente. Tendo sido inicialmente apoiado na estrutura civil, o ApSan desenvolveu a sua estrutura e organização com impacto nas unidades combatentes e estruturas do serviço de saúde (EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África (1961-1974, 1998, p. 590).

Doutrinariamente, a decisão sobre os órgãos sanitários a implementar, competia ao Comandante de Teatro (EME - 4ª Repartição, 1955, p. 69), sendo que os que efetivamente se operacionalizaram no TO de Angola no que concerne à hospitalização e que importa referir foram os seguintes:

- HML, com capacidade de 800 camas, para proporcionar hospitalização e tratamento a toda a classe de indisponíveis e preparar a evacuação ulterior para a Metrópole;
- Enfermarias de sector, com capacidade de 30 camas, onde se procedia a uma triagem e diagnóstico mais rigorosos e tratamentos mais completos incluindo a capacidade de efetuar cirurgias de segundo escalão;
- Destacamentos mistos de cirurgia e reanimação (DestMCR), destinados a efetuar cirurgia geral;
- Postos de reanimação e triagem (PRT), órgãos destinados à classificação preliminar dos indisponíveis e preparação para a evacuação;
- Enfermarias de Estacionamento, de Companhia ou de Batalhão, destinadas ao tratamento de casos mais ligeiros e recuperáveis até dez dias, com capacidade para dez camas;
- Postos de Socorros (PS) das Unidades.

Outros órgãos de execução do serviço de saúde foram implementados, mas que não serão alvo de análise.

A evolução em termos numéricos de órgãos sanitários foi significativa, como se pode constatar na figura número três.

QUADRO 9 - SISTEMA LOGISTICO EM ANGOLA (1961, 1962, 1965, 1967, 1973)					
	61	62	65	67	73
COMP LOGIST	1	5	8	13	19
PEL / DEST INT	2	17	23	23	18
PEL / DEST S M	1	14	16	16	15
HOSP / ENF	1	4	4	14	14
DEP MUN	0	0	2	15	15
DEST SPM	0	0	0	1	15
total	5	40	53	82	96

Figura nº 3 – Sistema logístico em Angola de 1961 a 1973

Fonte: Barcelar, 2000.

Não obstante o desenvolvimento estrutural de base, o recurso aos hospitais civis da província continuava a ser possível, estando como tal previsto em legislação¹⁴ (QG RMA:4ª Rep, 1973, p. 01.01.02/1).

No que concerne à evacuação, de uma forma genérica era efetuada inicialmente pelos maqueiros, que prestavam os cuidados médicos iniciais e removiam os indisponíveis para os PS, através de Automacas. Após o que, consoante a gravidade, eram evacuados para as enfermarias de setor/estacionamento ou

¹⁴ O Diploma Legislativo nº3946 de 31 de DEZ69 com as alterações introduzidas pelo Diploma Legislativo nº10/72 de 13 de JAN72 regulamentam a prestação do apoio ao Serviço de Saúde Militar pelos Serviços de Saúde de Angola, dentro do espírito de integração estabelecido pelo Diploma Legislativo nº4084 de 23FEV71.

HML, nesta evacuação poderiam ser utilizados meios rodoviários, ferroviários ou aéreos consoante os casos e possibilidades. A evacuação de indisponíveis do HML para Portugal era preferencialmente efetuada via aérea, contudo poderia ser efetuada por via marítima. O objeto de estudo apenas pretende abordar a evacuação dentro do TO (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, pp. 206-207).

No TO de Angola com as características físicas anteriormente referenciadas, a evacuação por meios aéreos assumiu importância primordial. Como consequência, o apoio médico imediato e a célere evacuação por meios aéreos permitia levar cuidados médicos ao mais baixo escalão e em qualquer ponto geográfico do TO assumindo uma importância decisiva ao nível tático e manifestava um grande impacto no moral das tropas (EME, 1963, p. II.14).

A evacuação aérea era da responsabilidade do comandante da componente aérea no “fornecimento dos aviões e helicópteros e a assistência sanitária durante o voo. As Forças Terrestres são responsáveis pela seleção dos casos a evacuar” (EME, 1963, p. II.14). As operações de evacuação aérea eram ou poderiam ser efetuadas em três escalões: o primeiro na ZComb por aviões de ligação ou por helicópteros, o segundo efetuado por aviões de transporte médio no interior do TO e o terceiro por aviões de grande porte para Portugal (EME, 1963, p. II.14).

Associado a este meio de evacuação e tendo como antecedente o exemplo da Cruz Vermelha Francesa, que empregou enfermeiras em zonas de calamidade pública, Portugal tornou-se pioneiro em recrutar, formar e treinar enfermeiras paraquedistas para serem destacadas para as zonas de combate. Este aspeto eficaz na assistência médica veio também revelar-se importante no moral das tropas (Cann, 1998, pp. 239-342).

“O Soldado Português sabia que embora a sua alimentação no mato fosse parca, as condições tropicais fossem sufocantes e o perigo rondasse a cada passo, o seu Exército esforçar-se-ia por transportá-lo para um hospital caso fosse ferido” (Cann, 1998, p. 239).

c. Serviço de Engenharia

No início do conflito percebeu-se que a orgânica da engenharia não era a mais adequada para o cumprimento das suas missões num conflito de guerra subversiva. O comandante da engenharia em Angola era, em acumulação de funções, o comandante do órgão de execução, tendo por isso a seu cargo todas as atividades relacionadas com as obras, as atividades do serviço de engenharia, para além do comando de uma unidade territorial (QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.64).

Este comandante da engenharia no TO tinha ainda um reduzido Estado-maior (EM) a operar no seu QG. EM este, somente com elementos necessários às atividades das obras, faltando os elementos necessários para o planeamento das outras atividades, nomeadamente o abastecimento e manutenção de material e equipamento de engenharia. Assim sendo, foi proposta a alteração do quadro orgânico (QO) da Engenharia, onde se salienta uma nítida separação dos órgãos de planeamento dos órgãos de execução e, para isso, no comando do QG da engenharia foram criadas duas repartições que deveriam ser independentes dos órgãos executivos, o Batalhão de Engenharia (BEng) e o Depósito de Material de Engenharia (DME) (QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.64).

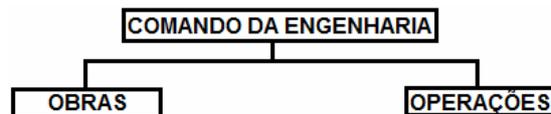


Figura nº 4 – Proposta da nova organização do Comando de Engenharia em Angola

Fonte: QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.64.

Nos órgãos de execução da engenharia também se verificaram alguns problemas no início do conflito, devido a sua inadaptação para um conflito de subversão.

O grande volume de material de engenharia (fortificações e construções) que de início se movimentou no TO de Angola levou à necessidade de se constituir um DME, que no início foi constituído à custa do pessoal da companhia de construções do BEng, com prejuízos para a atividade operacional deste (QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.65).

O DME tinha a possibilidade de obtenção de reservas (um nível de cinco meses), sua armazenagem e controlo, bem como a possibilidade de fornecer artigos às unidades, diretamente de Luanda ou através de destacamentos avançados (QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.65).

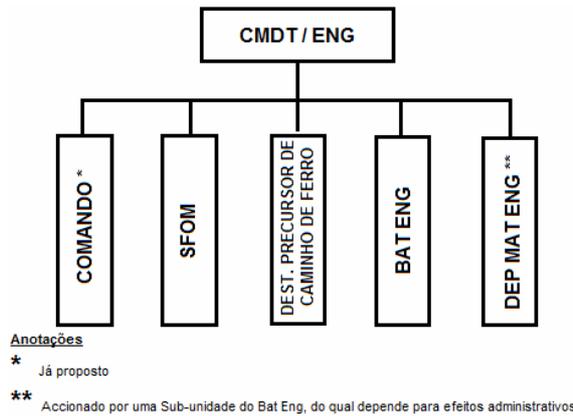


Figura nº 5 – Proposta da nova organização da Engenharia em Angola

Fonte: QG RMA: 4ªRep, 1962, p. V.67.

Algumas diretivas subsequentes vêm corrigir problemas detetados, nomeadamente na sobreposição de funções atribuídas aos comandantes da engenharia, que se viam, com um TO de grande dimensão para planear as suas operações e sem possibilidade de comandar as suas unidades executantes (QG RMA 4ª Rep, 1970, p. 34).

Podemos “considerar o período de 1968-73, como sendo aquele em que as estruturas operacionais e logísticas no TO de Angola se encontravam mais perto de uma orgânica estável e mais próxima das suas necessidades reais” (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 16).

3. As Operações em análise

a. Transportes

Das operações realizadas no TO de Angola, a primeira tarefa logística na área dos transportes, logo no início da guerra, deveu-se à necessidade de evacuar a população do norte de Angola para Luanda. Por escassez de meios da FAP, e de meios terrestres, foi necessário recorrer a aviões pertencentes à Divisão de Transportes Aéreos (DTA) e ao fretamento de viaturas civis para a evacuação da população das áreas em conflito (Monteiro, 2013, pp. 732-737).

Durante o período em análise, todas as operações tiveram por base a utilização de meios rodoviários ao nível tático, à exceção das evacuações de indisponíveis por meios aéreos, que era efetuada através de helicópteros.

Genericamente, o funcionamento dos transportes na RMA assentava num sistema de requisições. Assim, todas as unidades e órgãos que necessitassem de apoio de transportes, remetiam o pedido para a SecTransp da 4ª Rep (Luanda). A gestão era efetuada consoante o tipo de movimento a efetuar. Para

os movimentos terrestres, os movimentos eram planeados de acordo com a carga a transportar e as viaturas disponíveis em Luanda. Os movimentos a efetuar por via aérea eram efetuados de acordo com o planeamento do transporte terrestre dos QG, servindo igualmente para o reabastecimento (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 291).

A partir de 1971, com a utilização dos meios de transporte aéreos Boeing 707 e DC6 (ao nível estratégico/Operacional) a projeção de forças foi efetuada com maior comodidade, reduzindo o elevado tempo das viagens e proporcionando, ao mesmo tempo, uma rendição progressiva das forças no TO, garantindo a conveniente sobreposição das mesmas. A utilização destes meios resultaram igualmente numa diminuição do tempo necessário para a rendição das unidades, alterando a sua metodologia/forma de rotação, o que fez diminuir o seu escalão na rendição – de Batalhão para Subunidade, e conseqüentemente, aumentar a prontidão operacional das forças portuguesas (QG RMA: 4ª Rep, 1972, pp. 27-28).

A utilização de helicópteros por sua vez, proporcionou a execução de helitransportes de tropas para a retaguarda das forças opositoras, conferindo assim uma maior surpresa e mobilidade às nossas forças. O transporte de helicóptero contribuiu igualmente para o transporte de abastecimentos e para a evacuação de indisponíveis (Cann, 1998, p. 173). Como refere o General Loureiro dos Santos (2015) os meios aéreos, nomeadamente os helicópteros, foram um “meio imprescindível para toda a campanha militar em Angola”.

Os meios associados aos transportes no TO, fruto da forma como foram empregues em operações, e da maneira como estavam organizados, levaram à identificação de algumas conseqüências de âmbito tático. Assim, a utilização de helicópteros e de cavalos vieram suprimir algumas limitações no movimento das forças portuguesas no TO, fazendo face às características do terreno, nomeadamente a sul. No âmbito operacional, a utilização das aeronaves Boeing 707 e DC6 aumentaram a capacidade de sustentação das forças. No geral, “Os meios aéreos, mais rápidos e menos dispendiosos, melhoraram a capacidade de sustentação das operações militares” (Monteiro, 2013, pp. 725-764).

A utilização das novas aeronaves Boeing 707, no transporte de forças, fizeram vocacionar a utilização de meios navais para o transporte de cargas, proporcionando maior versatilidade e periodicidade na rotação das forças. Como conseqüência, reduziu-se em cerca de cinco dias, o período de permanência de tropas na *staging area*¹⁵, antes do embarque. Não obstante, a entrada destes meios levou por sua vez ao empenhamento constante da

¹⁵ *Staging área* (área de estacionamento): localização final onde se reúne o pessoal, abastecimentos e material e a unidade é aprontada.

CTransp, no transporte dos militares vindos da metrópole até a sua AOp (QG RMA: 4ª Rep, 1972, pp. 27-29).

b. Evacuação e Hospitalização

Durante a campanha de Angola foram consideradas as seguintes operações na evacuação e hospitalização dos indisponíveis: o levantamento de feridos que se expressa na pesquisa, recolha e transporte; a sua reunião, que corresponde à concentração em postos sanitários avançados; a triagem, onde se classificam os indisponíveis pelos graus de gravidade e urgência; finalmente o tratamento dos feridos e doentes (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 206).

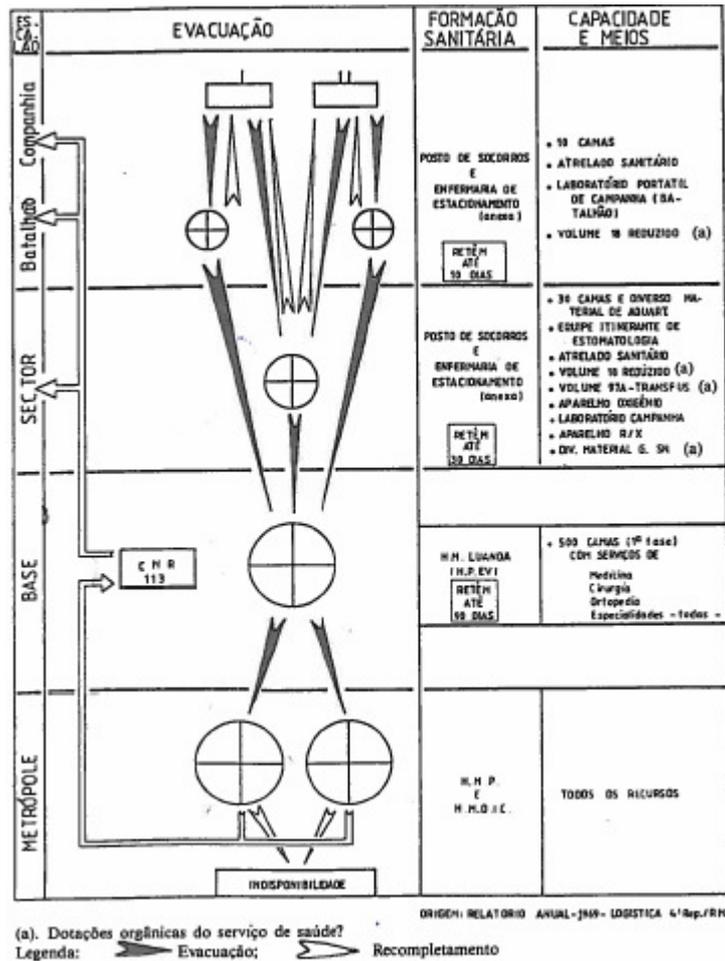


Figura nº 6 – Esquematização da Hospitalização e Evacuação
 Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 279.

Relativamente à evacuação de indisponíveis da frente de combate, estes eram conduzidos para os PS da respetiva unidade apoiada a pé, a braços, de maca ou de automaca ou, se a gravidade e urgência o justificasse diretamente para o órgão de saúde mais próximo por meios aéreos. Quanto à triagem esta efetuava-se nos PS ou nas enfermarias de setor, onde também se executavam tratamentos de urgência e se necessário intervenção cirúrgica de forma a estabilizar os indisponíveis até à recuperação ou transferência para os centros de convalescença ou hospitais gerais (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990, pp. 206-207).

A responsabilidade do sistema de evacuação assentava basicamente em três pilares. O primeiro referente à seleção dos casos a evacuar, sendo que a responsabilidade da evacuação via aérea recaía sob o comando do escalão considerado. O segundo, referente à transferência dos indisponíveis de um meio de evacuação para outro da responsabilidade dos maqueiros. E em terceiro, uma secção de evacuação, presente no HML coordenava as evacuações aéreas para Portugal e estabelecia ligação com a FAP. Caso as evacuações fossem via marítima (Marinha Mercante) essa coordenação era efetuada via 4ª Rep do QG.

A referida responsabilidade de evacuação alternava conforme o meio de evacuação utilizado, como anteriormente referido, sendo necessário uma estreita coordenação entre os três ramos das Forças Armadas (QG RMA: 4ª Rep, 1973, p. 02.03.17/1).

Relativamente às prioridades de evacuação¹⁶, estas dividiam-se da seguinte forma:

- **Prioridade A** – Extrema urgência – Evacuação imediata – até quatro horas a partir da hora que foi efetuado o pedido;
- **Prioridade B** – 1ª Urgência – Evacuação urgente no próprio dia do pedido – até 12 horas a partir da hora que foi efetuado o pedido;
- **Prioridade C** – 2ª Urgência – Evacuação urgente – até 24 horas a partir da hora que foi efetuado o pedido;
- **Prioridade D** – 3ª Urgência – Evacuação a realizar assim que possível.

Os pedidos de evacuação poderiam ser de dois tipos, como se pode constatar na imagem abaixo.

¹⁶ Conforme NEP/RMA/08.

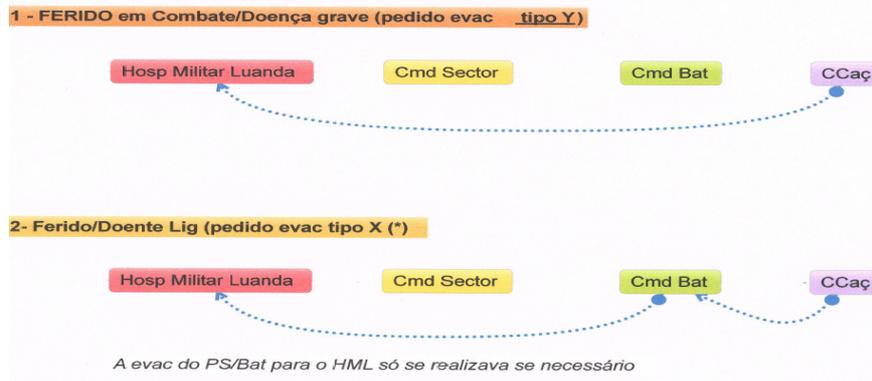


Figura nº 7 – Esquematização dos tipos de pedidos de evacuação sanitária

Fonte: Aparício, 2015.

Relativamente à hospitalização, a assistência médica durante a campanha foi aplicada tendo por base determinados princípios de tratamento de baixas. Segundo Cann (1998, pp. 236-237) “foi a «Regra das seis horas», segundo a qual um ferido tem maior probabilidade de sobreviver se puder receber tratamento médico adequado para os seus ferimentos no prazo de seis horas”. Neste aspeto também se revelou importante o treino em primeiros socorros, pois geralmente a intervenção inicial era efetuada por pessoal não médico. Outro princípio era o da «Regra dos dez dias» que um ferido após intervenção cirúrgica inicial deveria descansar dez dias para ser evacuado, esta regra sugeria que as hipóteses de sobreviver aumentavam consideravelmente. Este processo resultou num “esquema de movimentação de pessoal em recuperação que foi estabelecido em Angola” (Cann, 1998, p. 237) e à posteriori aplicados nos restantes teatros. Estas regras traduziram-se na prática em tempos de evacuação:

- Enfermarias ao nível da unidade - dez dias;
- Enfermarias de Sector - 20 dias;
- Hospitais civis - 30 dias;
- Hospital Militar de Luanda - 60 dias¹⁷.

Abrangidos na função logística evacuação e hospitalização desenvolviam-se outros serviços de ApSan, como sendo a medicina preventiva, serviço estomatológico, apoio veterinário e o reabastecimento de sobressalentes de material sanitário (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 207).

¹⁷ (Cann, 1998, p. 237).

A descentralização dos meios sanitários, fazendo avançar o apoio médico o mais possível na ZComb, veio atenuar os constrangimentos impostos pela grande dispersão de forças no TO.

No respeitante à evacuação sanitária revelou-se eficaz a integração combinada dos três ramos das Forças Armadas. Sendo de destacar o meio de evacuação aéreo.

c. Serviço de Construções

As atividades desenvolvidas pelas companhias de construções eram "projetar, dirigir, orientar e fiscalizar obras para aquartelamentos e outras instalações militares, executando-as diretamente ou através das unidades combatentes. Também realizavam trabalhos de interesse operacional" (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 268).

Estas atividades desencadeadas pela engenharia militar visavam atingir os objetivos primários "Conquistar física e moralmente a população" e "Preparar o Terreno". Como objetivo final, "Proteger e fortalecer as estruturas políticas e sociais do Estado, a fim de evitar a eclosão da subversão e, caso esta já esteja desencadeada, impedir que tenha êxito e estabelecer a paz." (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 97).

Assim para atingir o que foi definido anteriormente, foram estabelecidos dois grandes objetivos para a engenharia militar.

O primeiro objetivo compreendia várias ações a realizar tais como a "concessão de facilidades de vidas e a promoção do seu bem-estar físico" (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 106).

O segundo objetivo compreendia as seguintes ações a ser desenvolvidas:

(1) Instalações

"Distinguem-se entre as destinadas às tropas e as necessárias à manobra. Construídas na larga maioria pelas próprias unidades com apoio da engenharia, autoridades administrativas locais e empresas particulares, estas últimas contribuindo com materiais ou cedendo instalações" (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 106).



Figura nº 8 – Trabalhos de Engenharia em apoio da manobra
Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 353.

(2) Fortificações

“Destinavam-se à defesa de pontos sensíveis (Povoações, instalações de interesse político e pontos vitais das vias de comunicação) contra ações de subversão a fim de conferir proteção aos militares encarregue da sua defesa” (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 106).



Figura nº 9 – A quartelamento de Quicua
Fonte: Marques, 2006.

• **Barragens**

“A fim de conseguir a interdição de fronteiras evitando a passagem de elementos subversivos vindos dos países vizinhos” (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 106).

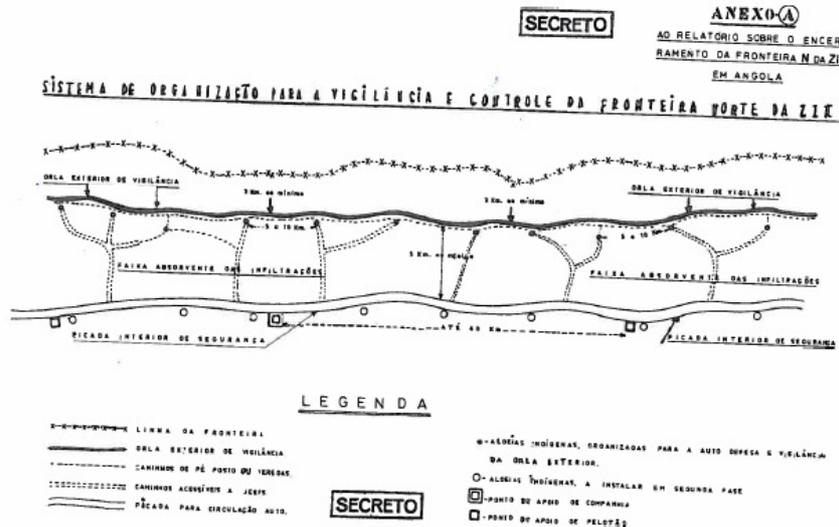


Figura nº 10 – Sistema de Organização para a Vigilância e Controle da Fronteira Norte da ZIN

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 547.

(3) Comunicações

“Através de construção de estradas e "picadas táticas"¹⁸ necessárias às operações militares e às populações das regiões afetadas” (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 107).

¹⁸ Abertura de caminhos com máquinas de engenharia, "que permitisse a passagem de viaturas na floresta até a locais de concentração...e a locais considerados inacessíveis, ou propícios à fixação do inimigo" (EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África (1961-1974, 1998, p. 499).



Figura nº 11 – Dificuldades na Picada táctica: Barraca - Fazenda Alegria

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 279.



Figura nº 12 – Abertura de uma picada táctica

Fonte: EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África (1961-1974, 1998, p. 498.

A doutrina subversiva releva a importância da população no conflito, sendo necessário dar mais ênfase à ação social para com as populações e assim sendo, o apoio e auxílio das populações locais faziam parte inerente do dia-a-dia das operações. Assim sendo a engenharia através de construção de escolas, abertura e melhoramento de itinerários, abertura de poços de água e a construção de aldeamentos autossuficientes contribuiu de forma clara para as ações sociais, em complemento das ações militares (EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 18).



Figura nº 13 – Construção do Aldeamento de Banza-Puto (1969)

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 549.



Figura nº 14 – Melhoria das condições das Povoações

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 526.

A permanente dificuldade na obtenção de materiais originários de Lisboa, levava à sua aquisição no mercado local. Os materiais escassos, a falta de pessoal e de maquinaria, aliada ao incremento da atividade no TO, levou o comando de engenharia a decidir por uma das três opções de adjudicação de construções:

- Por empreitada;
- Por administração direta das unidades, sob fiscalização da engenharia;
- Por administração direta da engenharia.

(EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 271).

No que refere à construção de aquartelamentos, optou-se pela segunda modalidade, em que a engenharia militar fornecia os materiais de construção acompanhados de instruções técnicas, o que permitiria à engenharia economizar meios humanos e materiais para outras operações. No que se refere à rede viária, optou-se pelo método da empreitada, atribuindo grande parte destas às "Brigadas Civas de Obras Públicas de Angola"¹⁹, (Santos, 2015) (figura nº15) cuja ação foi de grande eficiência na desobstrução e arranjos dos itinerários. A decisão de atribuir as empreitadas a entidades civis ou à engenharia militar dependia do grau de segurança na área da empreitada. Ficando assim o serviço de Engenharia com o abastecimento de todo o TO a nível de materiais de construção e empreitadas na zona crítica da ZIN.



Figura nº 15 – Apoio das Brigadas das Obras Públicas

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 240.

Relativamente ao abastecimento este era efetuado da seguinte forma:

- Abastecimento do depósito base;
- Abastecimento das unidades e estabelecimentos.

Em relação ao primeiro, este era efetuado diretamente de Lisboa através do seu Depósito Geral de Material de Engenharia ou por aquisições efetuadas no mercado local pelo Comando da Engenharia do TO, tendo em vista a satisfação derivada do planeamento ou das necessidades surgidas durante a atividade da componente operacional.

¹⁹ Na ZIL, em 1973 operavam cinco firmas de empreiteiras com capacidade de construção de estrada asfaltada e, ao mesmo tempo, a companhia de engenharia militar dedicava-se à abertura e reparação de picadas táticas com interesse ao nível operacional.

Em relação ao segundo, este era efetuado através do DME mediante requisição elaborada pelas unidades, aprovadas superiormente (QG RMA 4ª Rep, 1970, pp. 36-37).

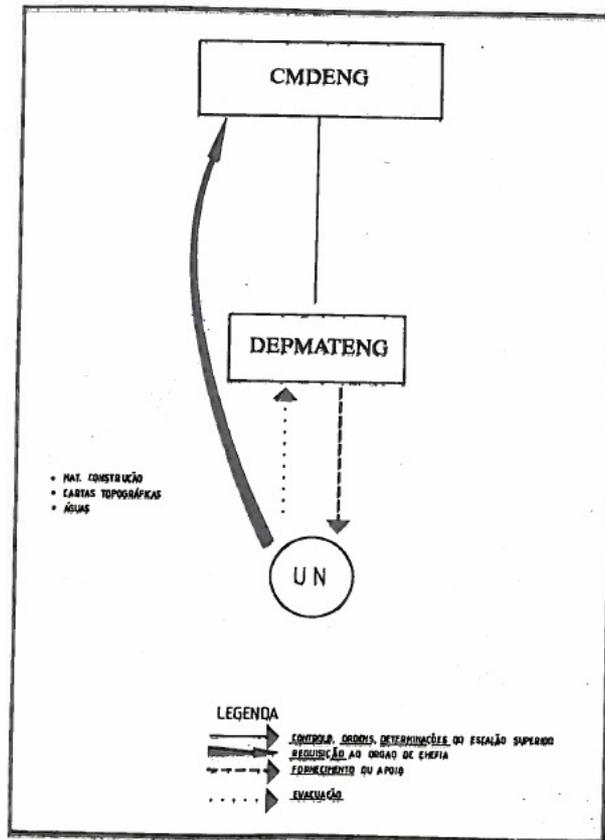


Figura nº 16 – Apoio do Serviço de Engenharia na RMA

Fonte: EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990, p. 269.

Conclui-se que a importância das populações locais nesta tipologia de conflito, fez com que a engenharia orientasse o seu esforço para atividades de ação social a fim de conseguir o apoio das mesmas. Aliado a esta nova orientação de esforço, surgem três formas de adjudicação das construções, por forma a não haver interrupções no apoio da engenharia às operações militares.

Conclusões

Com este estudo propusemo-nos analisar a forma como era aplicado o ApSvc no TO de Angola e quais as consequências na campanha e concluímos

que o mesmo se desenrolou de forma célere e organizada ao longo de toda a campanha.

Seguidamente são expostos os principais contributos para a temática analisada, juntando algumas recomendações para futuros estudos sobre esta temática no período estudado e o impacto do mesmo em Portugal.

Relativamente à doutrina, foram analisados os manuais anteriores ao conflito, os elaborados durante e após o mesmo, bem como NEP e relatórios do QG da RMA. Pode-se concluir que no início da campanha a doutrina estava orientada para os conflitos convencionais. O manual “O Exército na Guerra Subversiva, V Administração e logística” em 1963 veio introduzir novos conceitos doutrinários aplicáveis à nova tipologia de conflito, levando o ApSvc a reorganizar-se por forma a apoiar a sustentação das operações. Embora tenham sido elaborados relatórios e NEP posteriores a 1963, estes não se refletiram em desenvolvimento de nova doutrina até ao final do conflito em 1974.

Quanto aos meios e a organização dos mesmos, foram analisados essencialmente, relatórios, NEP e livros de história com a descrição dos factos existentes em Angola na época, onde se constatou que, mesmo com as dificuldades encontradas no início do conflito, por parte do ApSvc, derivadas da pouca preparação das forças para uma guerra subversiva, a escassez de meios humanos e materiais e a extensa dimensão do TO, o ApSvc soube dar uma resposta pronta e eficaz, conseguindo num curto espaço de tempo, dar início às reformas necessárias que possibilitaram mitigar as dificuldades melhorando ou criando infraestruturas de apoio, criando novos órgãos, reorganizando as suas forças ou adquirindo novos meios.

Estas alterações traduziram-se num sistema altamente eficiente nomeadamente na área dos transportes onde surgiram meios alternativos aos meios terrestres. Desta forma foram suprimidas algumas limitações no movimento das forças no interior do TO, fazendo face às características do terreno, nomeadamente a sul da AOp. Os meios aéreos permitiram ainda um aumento da capacidade de sustentação das forças e uma maior flexibilidade no que respeita à rotação de pessoal.

Em relação ao ApSan houve um incremento significativo de unidades de apoio médico e sanitário em todos os níveis de hospitalização. Relativamente à evacuação, para além do incremento de meios no TO, houve uma sinergia conjunta que permitiu operacionalizar a utilização dos meios aéreos. Assim, foi possível prestar os cuidados médicos aos mais baixos escalões, em qualquer ponto geográfico do TO.

Em relação à engenharia, percebe-se que os meios e materiais utilizados pelas unidades de engenharia eram escassos, não permitindo, como

desejado, que estas cumprissem todas as suas missões. Organicamente, a acumulação de funções por parte das chefias, entre o planeamento e a execução, privava estas de efetuarem todo o planeamento das atividades de abastecimento, faltando assim, equipamentos e materiais de construção às subunidades de engenharia que apoiavam diretamente as unidades de combate. Para fazer face a isto, o Comando da engenharia procedeu a varias alterações dos seus QO, nomeadamente com a criação do DME visando colmatar a falha que havia entre as unidades de abastecimento de engenharia e as unidades de combate. Já no período final do conflito as estruturas logísticas começaram a apresentar uma orgânica mais definida e mais próxima das necessidades reais do TO.

Quanto aos efeitos e consequências do ApSvc no desenrolar da campanha podemos concluir que os mesmos foram materializados em procedimentos, reorganização de recursos e novas sinergias.

Fruto da alteração que a organização, a natureza e os meios de transporte sofreram para esta campanha, conclui-se que a função de transportes evoluiu significativamente no que respeita à mobilidade e à projeção das forças militares. Toda a gestão dos transportes na RMA era da responsabilidade da SecTransp, a qual coordenava a utilização dos vários meios de transporte no TO. No que respeita aos transportes terrestres, foram constituídos meios alternativos, nomeadamente com recurso a helicópteros, que vieram permitir uma maior flexibilidade e versatilidade no transporte de pessoal e material. Por sua vez, o recurso a novos meios aéreos, veio aumentar a capacidade de sustentação das forças, suprimindo algumas limitações ao nível da sua rotação, contudo acabaram por contribuir para o aumento dos movimentos terrestres no TO.

Relativamente à evacuação e hospitalização, e no que concerne aos procedimentos, foram implementadas condutas que tiveram consequência imediata no socorro dos indisponíveis, mais concretamente com o emprego da regra das seis horas. Uma consequência desta regra foi a implementação de treino efetuado ao nível dos primeiros socorros às unidades de combate. Quanto aos recursos, a descentralização dos meios sanitários, fazendo avançar o apoio médico o mais possível na ZComb, permitiu atenuar os constrangimentos impostos pela grande dispersão de forças no TO. No que concerne às novas sinergias criadas, nomeadamente com a ação conjunta com a FAP, o emprego de meios aéreos e colocação de enfermeiras paraquedistas assumiu uma importância decisiva ao nível tático e manifestava um grande impacto no moral das tropas.

A ação dos serviços de construções no TO teve um efeito concreto na melhoria das condições de vida, proteção da força e das vias de comunica-

ção. As atividades desenvolvidas em prol da ação social levadas a cabo pelos serviços de construções junto das populações, para além de melhorar as condições de vida contribuiu para uma melhor aceitação da força. Relativamente aos procedimentos e devido ao facto da grande dispersão de meios, através de adjudicação de empreitadas a entidades civis, as unidades de engenharia puderam-se dedicar às operações de maior envergadura.

Em suma, podemos concluir que o ApSvc não estava preparado para esta nova tipologia de guerra, o que levou a uma constante adaptação da doutrina, criação de uma nova estrutura, aquisição de novos meios e potenciar os já existentes.

Ao nível dos transportes, o terreno foi ditador na escolha dos meios utilizados. A escolha e aplicação de meios adequados foram determinantes no aumento da eficiência dos transportes no TO.

Quanto à evacuação e hospitalização a grande evolução constatada foi o apoio médico próximo, conseguido através dos meios aéreos e aumento de efetivo de recursos humanos especializados que se traduzia num rápido tratamento e evacuação dos indisponíveis, o que se efetivava em menos perdas e conseqüentemente a manutenção do moral das forças.

No que diz respeito ao serviço de construções concluímos que os escassos meios em virtude da dimensão do TO, levou a que se adotasse métodos alternativos para a realização das empreitadas.

Referências Bibliográficas

- Aniceto Afonso & C. d. M. G., 2000. *Guerra Colonial*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Aparicio, J., 2015. *Coronel* [Entrevista] (19 2 2015).
- Barcelar, M. G. S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.
- Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África 1961-1974. O modo Português de fazer a guerra..* Lisboa: Atena.
- CID, 2013. *PDE 4-00 Logística*. Lisboa: s.n.
- EME - 4ª Repartição, 1955. *Regulamento para o Serviço de Campanha - Serviço de Saúde (IIParte)*. s.l.:Editorial Império limitada.
- EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África (1961-1974, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1ª ed. Lisboa: Europress.

- EME - Comissão de Estudos para as Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1º Volume*. Lisboa: Beira Douro.
- EME - Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa, 1990. *Subsídios para o Estudo de Doutrina Aplicada nas Campanhas de Africa (1961-1964)*. Lisboa: Pentaedro.
- EME, 1955. *Regulamento para o apoio de Campanha* - Serviço de Intendência. Guia ed. Lisboa: s.n.
- EME, 1963. O Exército na Guerra Subversiva - V Administração e Logística. In: *1. e. 4. Repartição, ed. Administração e Logística*. Guia ed. Lisboa: s.n., p. Cap II.
- EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - V Administração e Logística*. Guia ed. Lisboa: s.n.
- Marques, C., 2006. *Dos Veteranos da Guerra do Ultramar*. [Em linha] Disponível em: http://ultramar.terraweb.biz/RMA/Imagens_RMA_CarlosMarques.htm [Acedido em 18 05 2015].
- Monteiro, P. d. S., 2013. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961-1974). *Revista Militar*, Ago/Set, pp. 725-764.
- Nunes, A. P. N., 2002. *Angola 1966-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Pereira, F. L. d. S., 1968/1969. *A Integração da função evacuação/hospitalização nos três ramos das Forças Armadas*. s.l.:Instituto de Altos Estudos Militares.
- QG RMA 4ª Rep, 1970. *Relatório Anual 68-70*. s.l.:s.n.
- QG RMA: 4ªRep, 1962. *Os Serviços Logísticos na RMA*, Angola: s.n.
- QG RMA:4ª Rep, 1972. *Relatório Anual*, Angola: s.n.
- QG RMA:4ª Rep, 1973. *NEP/RMA/08*. s.l.:s.n.
- Santos, L. d., 2015. *General*[Entrevista] (02 Fev 2015).
- Tavares, J. M., 2013. A LOGÍSTICA DO EXÉRCITO EM ÁFRICA (1961/74): PRINCÍPIOS, FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO. *Revista Militar*, abril, pp. 285-289.